



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 078 – QUARTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^{(3),(4)}		
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^{(1),(5),(7)} 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ⁽²⁾		

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14
Líder Renan Calheiros - PMDB -----	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,30) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata ^(29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,45) -----	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁴⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(7,35) Lúcia Vânia ⁽³¹⁾ Mário Couto ⁽³²⁾ Paulo Bauer ^(8,33) -----
Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacó ⁽⁴⁸⁾ Sérgio Souza ⁽²⁸⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner	Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,30) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²⁵⁾ Ana Rita ⁽²⁶⁾ Anibal Diniz ⁽²⁾	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(8,33) Flexa Ribeiro ^(7,35)
Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾	Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾	Líder do DEM - 4 José Agripino ^{(21),(14),(48)} Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁴⁾
Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder do PSB - 4 Lidice da Mata ^(29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾	
	Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,45)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/SC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairn Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^{(17),(7,48)} -----	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Bonifácio de Lira Lidice da Mata ^(29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti		
Líder do PR - 6 Blairn Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Vicentinho Alves ⁽⁴⁵⁾		
Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^{(17),(7,48)}		
	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GSBM Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairn Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPPT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lidice da Mata é designado Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 6/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jacó é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formulação para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC decidido de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spínola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 91ª SESSÃO, PARA PREMIAÇÕES E CONDECORAÇÕES, EM 29 DE MAIO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à entrega do Diploma José Ermírio de Moraes aos agraciados, Srs. Assis Gurgacz, José Carlos da Silva Júnior, Ricardo Coimbra de Almeida Brennand e Said Samou Salomão *in memoriam*, nos termos do art. 2º da Resolução nº 35, de 2009..... 22030

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

1.2.3 – Outorga do Diploma José Ermírio de Moraes

1.2.4 – Oradores

Senador Cícero Lucena..... 22031

Senadora Angela Portela..... 22033

Senador Cristovam Buarque..... 22034

Senador Acir Gurgacz..... 22035

Senador Valdir Raupp 22036

Senador Armando Monteiro, Presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes..... 22036

Sr. Ricardo Coimbra de Almeida Brennand . 22038

1.2.5 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 92ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE MAIO DE 2012

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 489, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de solidariedade ao Sr. Kles-ter Cavalcanti e à revista **IstoÉ**..... 22041

2.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2012, de autoria do Senador Sérgio Souza, que *concede ao empregado a licença e o salário-maternidade por todo o período da licença-maternidade a que faria jus o cônjuge ou a companheira, ou pela parte restante que dela lhe caberia, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte, e dá outras providências*..... 22041

Projeto de Resolução nº 15, de 2012, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que *altera o Artigo nº 101 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer atribuições específicas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*..... 22043

2.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 15, de 2012..... 22044

2.2.4 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2012 (nº 7.784/2010, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, Gratificações de Representação, Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devidas a militares e Gratificações de Representação pelo Exercício de Função, destinados ao Ministério da Defesa*. 22045

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2012 (nº 1.805/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências*. .. 22051

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2012 (nº 1.869/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO)*..... 22063

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2012 (nº 1.875/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região*. 22079

2.2.5 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 333/2012, comunicando o arquivamento, em virtude de inconstitucionalidade, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2009 (nº 275, de 2007, na Casa da origem) e o envio à sanção da proposição original. 22090

2.2.6 – Comunicação

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Temporária Externa destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 (**Ofício nº 143/2012**). *Designação do Senador Paulo Davim, como suplente, para compor a referida Comissão....* 22090

2.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Destaque para o início, em 1º de junho próximo, da 28ª edição da Feira do Livro de Canoas, no Rio Grande do Sul. 22090

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Preocupação com a mortalidade materna no País..... 22094

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Relato da realização da 20ª Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba, em Salvador-BA; e outros assuntos.. 22099

SENADOR WELLINGTON DIAS – Comentários sobre o Aeroporto Internacional de Parnaíba, no Piauí; e outros assuntos. 22105

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Registro do êxito da audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas, na cidade de Natal-RN. 22107

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Críticas ao ex-Presidente Lula, que estaria pressionando o STF para absolver envolvidos no processo do “mensalão”..... 22108

SENADOR BENEDITO DE LIRA – Cobrança de ações efetivas das autoridades públicas para minimizar os efeitos da seca do semiárido nordestino.. 22109

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem ao Sr. Said Samou Salomão, com referência à sessão solene de concessão do Diploma José Ermírio de Moraes, ocorrida hoje..... 22112

SENADOR CASILDO MALDANER – Críticas à carga tributária incidente sobre folha de pagamento no setor privado; e outros assuntos..... 22113

SENADOR ANIBAL DINIZ – Anúncio da realização, amanhã, no Palácio do Planalto, da solenidade de entrega, pela Presidente Dilma Rousseff, do prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODM Brasil..... 22115

SENADOR VALDIR RAUPP – Registro da Semana Industrial e da 1ª Rondônia Rural Show, no Estado de Rondônia. 22121

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro da participação de S. Exª no 5º Congresso Internacional das Comunicações..... 22122

2.2.8 – Comunicações

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 568, de 2012 (**Ofício nº 80/2012**). *Designação do Deputado Valtenir Pereira, como suplente, para compor a referida Comissão.....* 22125

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 568, de 2012 (**Ofício nº 76/2012**). *Designação dos Senadores Anibal Diniz, como titular, e Walter Pinheiro, como suplente, para comporem a referida Comissão.....* 22126

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 570, de 2012 (**Ofício nº 79/2012**). *Designação dos Deputados Ubiali, como titular, e Luiz Noé, como suplente, para comporem a referida Comissão.....* 22126

2.3 – ORDEM DO DIA**2.3.1 – Item 1**

Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2012, que dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 558, de 2012). **Aprovado**, com voto contrário dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque, após **Parecer nº 620, de 2012-PLEN**, proferido pela Senadora Vanessa Grazziotin (Relatora revisora), tendo usado da palavra os Senadores José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin (Relatora revisora), Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Waldemir Moka. (Prejudicada a Medida Provisória). À sanção. ... 22126

2.3.2 – Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011 (nº 547/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas. **Aprovado**, com a **Emenda nº 1-CRA**, tendo usado da palavra os Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Renan Calheiros, José Pimentel e José Agripino. 22155

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011 (**Parecer nº 621, de 2012-CDIR**). **Aprovada**. À sanção..... 22156

2.3.3 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista. **Não houve oradores na segunda sessão de discussão em segundo turno.....** 22156

2.3.4 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2011 (nº 5.396/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes*. **Aprovado.** À sanção..... 22157

2.3.5 – Item 6 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012 (nº 5.312/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que *dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar*. **Aprovado**, com a **Emenda nº 1-CCJ**, de redação... 22157

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012 (**Parecer nº 622, de 2012-CDIR**). **Aprovada.** À sanção..... 22157

2.3.6 – Item 8 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 291, de 2012, do Senador Eduardo Braga, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (seguro-desemprego para o catador de caranguejo). **Retirado**, nos termos do **Requerimento nº 490, de 2012, lido e aprovado nesta oportunidade**..... 22158

2.3.7 – Apreciação de matéria

Emenda nº 1-CCJ, ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2011, a qual não foi submetida à deliberação da Casa quando da aprovação do Projeto. **Aprovada**, nos termos do **Parecer nº 483, de 2012-CDIR**. À sanção..... 22158

2.3.8 – Leitura de requerimento

Nº 491, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, solicitando urgência ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2012. **Aprovado**..... 22159

2.3.9 – ORDEM DO DIA (continuação)

2.3.10 – Item 9 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 388, de 2012, do Senador Alvaro Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2007, de sua autoria. **Aprovado**..... 22159

2.3.11 – Leitura de requerimento

Nº 492, de 2012, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando urgência ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2011. **Aprovado**..... 22160

2.3.12 – ORDEM DO DIA (continuação)

2.3.13 – Item 10 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 420, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 60,

de 2012, a fim de que se oficie à Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido acordo à Lei nº 12.527, de 2011. **Aprovado**... 22161

2.3.14 – Item 11 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 424, de 2012, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 522, de 2007 e 620, de 2011, por regularem matéria correlata (ausência ao trabalho para assistência de dependente). **Aprovado**. ... 22161

2.3.15 – Item 12 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 438, de 2012, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (obriga o contratado por licitação a fornecer os cronogramas físico e financeiro). **Aprovado**. 22161

2.3.16 – Item 13 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 439, de 2012, do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2012, com o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, que já se encontrava apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701 de 2007; 90, de 2010; 105 e 344, de 2011, todos Complementares, por regularem matérias correlatas (atividades passíveis de opção pelo Simples Nacional). **Aprovado**. 22161

2.3.17 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Leitura de requerimentos

Nº 493, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Lopes, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2008, dos Projetos de Lei do Senado nºs 148, de 2011; 718, de 2007; e 494, de 2009..... 22162

Nº 494, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Lopes, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009; dos Projetos de Lei do Senado nºs 148, de 2011; 718, de 2007; e 169, de 2008..... 22162

2.4.2 – Discursos

SENADOR EDUARDO AMORIM – Alerta para os índices de investimento em educação no Brasil... 22162

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Cumprimentos ao Município de Aveiro – PA; e outros assuntos.... 22163

SENADO ROMERO JUCÁ, como Líder – Anúncio de incentivo do Governo Federal para a implantação da banda larga no Brasil; e outros assuntos..... 22167

SENADOR ANA AMÉLIA – Relato de audiência pública ocorrida hoje na CAS..... 22168

SENADOR ALFREDO NASCIMENTO, como Líder – Críticas a recentes medidas econômicas anunciadas pelo Governo do Estado do Amazonas. 22172

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Registro do transcurso, hoje, do primeiro aniversário da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. 22173

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Denúncias de corrupção no Estado do Amapá. 22174

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Agradecimentos aos congressistas pela participação em jogo de futebol solidário realizado em Fortaleza; e outros assuntos. 22176

SENADOR IVO CASSOL – Registro da realização de audiência pública da CRA, em Ji-Paraná-RO, para discussão dos vetos ao novo Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados. . 22178

2.4.3 – Comunicação

Do Senador Lobão Filho, solicitando seu desligamento, nesta data, como membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Ofício S/nº/2012). 22182

2.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR SÉRGIO PETECÃO – Relato do encontro com parlamentares da Convergência Nacional Boliviana. 22182

2.4.5 – Leitura de requerimento

Nº 495, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar em 31 do corrente. **Aprovado.** 22185

2.4.6 – Comunicação

Da Comissão de Especialistas, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2012, com o objetivo de analisar questões federais, solicitando a prorrogação dos trabalhos pelo prazo de 90 dias (Ofício nº 8/2012). **Aprovado.**.... 22185

2.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR WALTER PINHEIRO – Discussão sobre o início de mais uma jornada do Comitê de Política Monetária do Banco Central. 22186

2.4.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Registro do Dia Mundial de Combate à Mortalidade Materna. . 22189

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro da passagem de mais um aniversário da Abolição da Escravatura no Brasil. 22190

2.4.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 22191

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

3.1 – Ata Circunstanciada da 12ª Reunião, realizada em 23 de maio de 2012

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 29.5.2012

5 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

5.1 – Termo de Reunião

Referente à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 567, de 2012.... 22198

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 22212

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 22217

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 22223

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 22228

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 22232

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 22242

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 22248

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura . 22254

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 22259

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária..... 22264

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 22267

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 22269

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 22270

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 22271

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 22271

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 22272

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 22274

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 22276

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 22278

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) .. 22280

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 22283

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	22285	12 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	22286	Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	22291
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.	22287	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	22292
		Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	22293

Ata da 91ª Sessão, para Premiações e Condecorações em 29 de maio de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 13 minutos e encerra-se às 12 horas e 34 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que ocupem os seus lugares e a todos os presentes, vamos iniciar a sessão.

Declaro aberta sessão do Senado Federal, destinada à entrega do Diploma José Ermírio de Moraes aos agraciados desta terceira premiação, nos termos da **Resolução nº 35, de 2009**, desta Casa.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, instituído pela Resolução nº 35, é destinado a agraciar personalidades de destaque no setor industrial que tenha oferecido uma contribuição nacional ao desenvolvimento sustentável e ao progresso deste País.

Neste sentido, o Senado escolheu os seguintes e expressivos nomes:

Primeiro, Assis Gurgacz, empresário fundador da empresa de transporte Eucatur, de Rondônia. Atua no ramo das empresas de comunicação, extração de granito e na área de educação;

José Carlos da Silva Júnior, empresário, contador, administrador e político. Proprietário das marcas São Braz, Ouro Preto e Sabor. Atua no ramo imobiliário, além de gerenciar empresas de comunicação jornalística, rádio e televisão, no Estado da Paraíba;

Ricardo Coimbra de Almeida Brennand, engenheiro industrial de Pernambuco, iniciou nos ramos açucareiro e de cerâmica, passando a atuar nas áreas de metalurgia, de mineração, cimento, embalagens, açúcar e álcool. Posteriormente, implantou as Holding: Brennand Energia, Brennand Cimento e Brennand Investimentos, Terrenos e Construções.

Receberá a homenagem, *in memoriam*, o Sr. Said Samou Salomão, representado neste ato pela esposa de seu filho, Cilene Salomão.

Convido para compor a Mesa dos nossos trabalhos o primeiro signatário da presente sessão e Presidente da comissão do Diploma José Ermírio de Moraes, Senador Armando Monteiro; (*Palmas.*)

O Excelentíssimo Sr. Ministro das Cidades, Sr. Aguinaldo Ribeiro; (*Palmas.*)

O Sr. Senador Cícero Lucena, Primeiro-Secretário do Senado Federal; (*Palmas.*)

E também honrarão a nossa Mesa os signatários: Sr. Assis Gurgacz, Sr. José Carlos da Silva Júnior, Ricardo Coimbra de Almeida Brennand e Said Samou Salomão, representado pelo seu filho Samou Abdala Salomão. (*Palmas.*)

Convido todos a comparecerem à mesa. (*Palmas.*)

Representando o Grupo Votorantim e a família Ermírio de Moraes, o Diretor Corporativo de Relações Institucionais do Grupo Votorantim, Luiz Carlos Dutra.

Composta a Mesa, convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP. Com revisão do Presidente.) – É com grande honra e satisfação que cumprimento os homenageados com o Diploma José Ermírio de Moraes, em 2012. São todos personagens da maior expressão no cenário econômico brasileiro.

O Sr. Said Samou Salomão, a quem foi concedido diploma *in memoriam*, pois infelizmente faleceu em março de 2009, foi um pioneiro no desenvolvimento comercial e industrial de Roraima. Nascido na Síria, em 1915, em 1929, migrou para o Norte do Brasil, onde logo se instalou em Rio Branco, então um Município do Estado do Amazonas. Ali começou a vida humildemente, trabalhando na padaria do seu tio, Jorge Abraim Fraxe. Logo abriu a sua própria casa comercial. Não parou mais: fundou a Associação Comercial de Roraima, entrou na área industrial, na construção civil, tornou-se produtor agrícola e foi acionista de várias empresas, inclusive do Banco de Roraima. Assim, com suas atividades estendendo-se a todos os setores econômicos de Roraima, tornou-se uma referência do Estado, e também de todo o Norte do Brasil.

O Sr. Assis Gurgacz também fez a trajetória de um empregado humilde a um empresário de sucesso. Nascido no Paraná, onde foi freiteiro e depois proprietário de uma empresa de ônibus, tornou-se vereador e vice-prefeito em Cascavel, antes de começar a desco-

berta de Rondônia. Sua empresa, a Eucatur, transportou milhares de famílias para Rondônia, nas décadas de 70, 80 e 90. Transformada em grupo empresarial, esta passou a atuar em diversas áreas, inclusive com o Sistema Gurgacz de Comunicação, exploração de granito, em Rondônia, e, no Paraná, Faculdade Assis Gurgacz.

O outro premiado, José Carlos da Silva Júnior, de Campina Grande, na Paraíba, trabalhou ao lado do pai na transformação de uma pequena torrefação de café em grande empresa na área de alimentos, fabricando hoje mais de 200 itens, com uma produção anual de 150 mil toneladas, constituindo-se na maior empresa do Nordeste no setor. O grupo, chamado São Braz estendeu suas atividades também à comunicação, vendas de veículos e concessão rodoviária. Além de ocupar cargos de liderança empresarial, José Carlos da Silva Júnior foi Vice-Governador da Paraíba e Senador pelo seu Estado.

Temos o pernambucano Ricardo Coimbra de Almeida Brennand, tão conhecido no Brasil pela sua participação e dedicação também às artes; faz parte de uma família com tradição usineira e em produtos cerâmicos. O grupo Brennand, sob sua liderança, cresceu não só nessa última área como se estendeu à fabricação de vidros, cimento, aço e também à mineração, energia, mercado imobiliário e investimentos financeiros. Ricardo Brennand, além do apoio a obras sociais, tem se destacado na atuação cultural através do instituto que leva seu nome, que abriga notáveis coleções de arte e armas, uma biblioteca de 40 mil volumes, quadros de pintores como Franz Post e tapeçarias de Albert Eckhout, os grandes artistas trazidos por Maurício de Nassau para o Brasil.

Os agraciados com o Diploma José Ermírio de Moraes são todos expressão do dinamismo do empresariado brasileiro, seguidores do grande exemplo deixado por José Ermírio de Moraes, de compreensão de suas responsabilidades sociais, da capacidade de superar os desafios da nossa realidade e de grande amor ao Brasil.

Assim, vamos proceder agora à entrega dos prêmios às pessoas referidas.

E passamos a outorga do prêmio, em primeiro lugar, ao Sr. Assis Gurgacz. E convido o Senador Acir Gurgacz para fazer a entrega, acompanhado dos demais Senadores de Rondônia. Eles farão a entrega da placa e do diploma. *(Palmas.) (Pausa.)*

Vamos entregar, agora, o diploma e a placa comemorativa ao Sr. José Carlos da Silva Júnior. Convido o Senador Cícero Lucena e os demais Senadores da Paraíba que aqui se encontram, bem como o Sr. Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, para fazerem

a entrega da placa ao Sr. José Carlos da Silva Júnior. *(Palmas.) (Pausa.)*

Agora, a entrega do diploma e da placa comemorativa ao empresário Ricardo Coimbra de Almeida Brennand. E convido o Senador Armando Monteiro e os Senadores de Pernambuco que aqui se encontram, o Senador Jarbas Vasconcelos... *(Palmas.) (Pausa.)*

Convido a Senadora Angela Portela a fazer entrega da placa em homenagem e *in memoriam* ao Sr. Said Samou Salomão, aqui representado pela esposa de seu filho, Cilene Salomão, bem como o Senador de Roraima, Romero Jucá. *(Palmas.) (Pausa.)*

Quero aqui fazer uma correção: ao seu filho Said Salomão.

Encerrada esta parte da sessão, concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, depois à Senadora Angela Portela, ao Senador Cristovam Buarque e, finalmente, ao Presidente do Conselho, o Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores integrantes da Mesa, homenageados José Carlos da Silva Júnior, Ricardo Coimbra de Almeida Brennand, Assis Gurgacz e os familiares de Said Samou Salomão, falar de José Carlos da Silva Júnior não é tarefa das mais difíceis. Ao comemorar, este ano, 60 anos de sua empresa já traduz a robustez de um empresário nordestino que vivenciou e sobreviveu a grandes períodos de inflexão da vida econômica, política e social brasileira.

Iniciou ainda muito jovem o comando de uma empresa torrefadora de café, nos anos 50, em Campina Grande, na nossa querida Paraíba. Afeito ao risco, sempre considerou que somente com muito trabalho e com dedicação exclusiva poder-se-ia diminuir as chances de insucesso a que todo investimento está submetido.

José Carlos foi assim durante toda essa longa trajetória. Ao seu lado sempre teve o apoio e a dedicação de sua família, da sua esposa Virgília Henriques de Oliveira Carlos e seus filhos Eduardo Carlos, Ricardo de Oliveira Carlos e Eliane Freire, além do seu genro e de suas noras.

Adepto das tecnologias novas, quando estas ainda criavam vantagens competitivas duradouras, investiu no que havia de mais moderno no mundo, para suas empresas.

Quando descobriram que a tecnologia de extrusão do plástico poderia ser utilizada na fabricação de alimentos, José Carlos foi o primeiro empresário brasileiro a importar da Alemanha essa novidade, e por mais de uma década sua empresa era a única no hemisfério sul a utilizar essa tecnologia.

Sua empresa, em 1982, celebrou, com a Bosch embalagens da Alemanha, o maior contrato de fornecimento para a América Latina com a compra de uma dúzia de máquinas computadorizadas para empacotar seus produtos de milho, que nessa época já era líder de mercado, no Brasil, na fabricação de flocos de milho.

Outra grande façanha desse empresário deu-se na área de logística, no transporte de milho, numa região com tanta dificuldade como a do Nordeste. Utilizava-se do modal marítimo e do ferroviário para abastecer sua fábrica com grãos embarcados no Porto de Paranaguá ou na Argentina para o Porto de Cabedelo, na Paraíba.

De lá, os grãos eram transportados por ferrovia até sua fábrica em Campina Grande. Com instalações modernas e de alta produtividade, construídas por uma empresa francesa, José Carlos investia na infraestrutura, antevendo e solucionando problemas relativos a uns dos principais gargalos do nosso País ao seu desenvolvimento, que é o da logística.

A qualidade sempre foi um atributo presente em tudo o que esse empresário fez. No início dos anos oitenta, viajou ao Japão para aprender sobre Qualidade Total. Sua empresa ganhou prêmios nacionais e elegeu, em 1992, uma colaboradora como Operária Padrão do Brasil.

José Carlos não se dedicou apenas à sua empresa. Prestou grandes contribuições à nossa sociedade, participando de várias entidades estaduais e nacionais, entre as quais como fundador da ABIC – Associação Brasileira das Indústrias de Café, que dirigiu por dois mandatos, onde se destacou, entre outros, pelo trabalho do Selo de Qualidade da ABIC para o café.

Foi um dos fundadores da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. Com sua visão de futuro identificou ser importante instalar a sede da FIEP em Campina Grande – simbolismo maior com o compromisso e o desenvolvimento do interior da Paraíba. No Brasil, apenas dois Estados possuem suas sedes no interior, Paraíba e Piauí. A FIEP que chegou a Campina com a força de José Carlos irradia o seu desenvolvimento aos 223 municípios da Paraíba.

José Carlos participou, também, da política, tendo sido nosso Vice-Governador da Paraíba e também tendo sido Senador, em um período, como suplente do então Senador Ronaldo Cunha Lima, e que nos deu prazer de assumir várias vezes o mandato como Senador.

Sua respeitada empresa de alimentos, a São Braz S/A, produz hoje mais de 150 mil toneladas de alimentos, numa diversificada linha de mais de 200 itens, presentes em todos os Estados nordestinos e

no interior de São Paulo, com um crescimento invejável de 20% ao ano, nos últimos anos.

O Grupo São Braz está presente, também, em outros setores da economia....

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Cícero, eu pediria licença a V. Ex^a para interrompê-lo apenas para dizer que registro a presença, nesta sessão, do Ministro do Tribunal de Contas da União, José Múcio.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com muito prazer.

O Grupo São Braz está presente, também, em outros setores da economia, como revendas de veículos na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Tocantins.

A área de comunicação é outra atividade do Grupo com a Rede Paraíba de Comunicação onde é associado da Rede Globo na Paraíba, em duas unidades, cobrindo todo o Estado, sendo uma em João Pessoa e outra em Campina Grande.

Rádios FM e AM e o *Jornal da Paraíba*, que no ano passado completou 40 anos, complementam seus investimentos em comunicação, com um trabalho que honra a Paraíba pela qualidade com que oferece a notícia e como defensora intransigente do processo democrático.

Entregar a José Carlos este diploma é um reconhecimento merecido pelo trabalho que este empresário empreendeu pelo Brasil e, sem dúvida, vai premiar um brasileiro que se destacou pelo arrojo, pela ousadia com uma marca singular com que sempre enfrentou os desafios: dedicação e muito trabalho.

O Nordeste pode muito mais.

Esta homenagem simboliza o sentimento de todos os paraibanos. É o reconhecimento ao empresário que é símbolo de empreendedor moderno, que prima pelo desenvolvimento do seu Estado, da sua Região e do Brasil, olhando para o futuro, pautado na ética e no compromisso social.

José Carlos da Silva Júnior, com a história exemplar de seu percurso pessoal, tal como o personagem do gênio de Machado de Assis, devassa o futuro com todas as suas auras.

Era o que tinha a dizer.

Sem antes registrar também, Sr. Presidente, com muito prazer, a presença, simbolizando todos da Paraíba que aqui se encontram presentes na pessoa do Presidente da Assembleia Estadual da Paraíba, o Deputado Ricardo Marcelo.

Muito obrigado e que Deus proteja a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Convido o Ministro José Múcio para tomar parte da Mesa dos nossos trabalhos. (*Palmas.*)

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente José Sarney, Srs. Ministros agraciados, familiares, Deputados, representantes do Norte do Brasil, do Nordeste, é uma alegria imensa, é uma grande satisfação para mim, como Senadora de Roraima, do extremo Norte do Brasil, trazer aqui a homenagem ao Sr. Said Salomão, através de seu filho, um grande amigo, Samud Salomão.

O Diploma José Ermírio Moraes, instituído pelo Senado Federal, reveste-se de enorme relevância, ao representar o reconhecimento não apenas do Legislativo, mas de toda a Nação, a empresários que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento social e econômico do País.

Pode-se avaliar a representatividade do diploma pela escolha de seu patrono, o empresário e político José Ermírio de Moraes, um dos grandes responsáveis pela industrialização e a modernização econômica do Brasil.

José Ermírio de Moraes nasceu no Nordeste e teve condições para estudar Engenharia nos Estados Unidos. Já formado, retornou ao Brasil e foi trabalhar no maior complexo industrial de tecelagem do País, a Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, com sede em Sorocaba, no Estado de São Paulo.

Ascendeu na empresa e casou-se com Helena, companheira de toda a sua vida, que era filha de Antônio Pereira Inácio, fundador e controlador do Grupo Votorantim. Assumiu, mais tarde, a direção da empresa, que tornaria o núcleo de um dos mais notáveis complexos econômicos brasileiros.

Hoje, os principais negócios da Votorantim representam investimentos feitos na confiança de que o Brasil se desenvolveria e se industrializaria.

É impossível estudar-se a modernização brasileira sem constatar a relevância de José Ermírio de Moraes e do grupo econômico que conseguiu expandir.

Disputou uma cadeira no Senado por seu Estado natal, Pernambuco. Elegeu-se em 1962. Confeziu grandeza a seu mandato, ao defender a indústria nacional, o crescimento econômico, a ampliação da legislação trabalhista e, em especial, o avanço nas relações de trabalho.

Fez oposição ao regime militar, filiou-se ao MDB. Morreria em 1973, legando a seus muitos descendentes o compromisso com um capitalismo modernizante e com os avanços sociais.

A importância do diploma que leva seu nome pode ser avaliada pela relevância dos empresários que já o receberam – como o ex-Vice-Presidente da República, José Alencar, Jorge Gerdau, João Cláudio

Fernandes, João Midlin e José Dias de Macedo, entre tantos outros.

Hoje, nós homenageamos mais quatro grandes figuras da economia brasileira: Assis Gurgacz, Patrono da fundação que leva seu nome e criador de empresas nas áreas de transporte, educação e comunicação em vários Estados brasileiros, entre eles Rondônia, Paraná e o meu Estado de Roraima;

José Carlos da Silva Júnior, Presidente de um dos maiores grupos econômicos do Nordeste, conduz indústrias que produzem mais de 200 itens alimentícios, além de empresas dos ramos automobilístico e de comunicação. Já governou a Paraíba e a representou aqui no Senado Federal;

Ricardo Coimbra de Almeida Brennand partiu do mercado sucro-alcooleiro, expandindo a atuação para os setores industriais de cerâmicas, azulejos, vidro, cimento e geração de energia elétrica. Comprometido com a cultura brasileira, fundou o instituto que leva seu nome e que conta com UM acervo que inclui a maior coleção privada de pinturas de Franz Post.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e convidados, orgulha-me muito estar presente nesta homenagem a tão ilustres figuras, mas gostaria de me referir com especial atenção e carinho a mais um dos agraciados, que é o Sr. Said Samou Salomão, infelizmente já falecido, pela importância que ele teve para nossa Roraima e para a Região Norte.

De origem síria, ele viveu em Roraima até a sua morte, aos 93 anos e deixou relevante marca de empreendedorismo. Jovem imigrante, partiu de um emprego como padeiro para o comércio. Construiu a empresa Said Salomão Ltda, seu modesto, mas criativo Bazar das Novidades, até hoje é lembrado com muito carinho por todos lá em Roraima. Foi dele o primeiro posto gasolina da cidade.

Como José Ermírio, ainda que em outra região e em economia de dimensões tão diferentes, apostou sempre no crescimento das empresas nacionais. Nas suas empresas comerciais vendia de tudo: confecções, calçados, eletrodomésticos, brinquedos, máquinas de escrever, até veículos.

Anos após, foi instituída uma nova empresa: Comércio de Ferragens e Armarinhos Ltda. “A Bandeirante”, que também comercializava os mais variados produtos.

Com o advento da Zona Franca de Manaus, Said Salomão, ampliou seus investimentos naquela cidade, fundando a empresa Modiesel Máquinas da Amazônia e fabricando os motores M.W.M.

Estabeleceu uma outra empresa voltada para o ramo de material de construção de construção, a Importadora e Exportadora Bandeirantes.

Percebendo a importância do fortalecimento da vida empresarial deste Estado, Said Salomão fundou, em 1944, a Associação Comercial e Industrial de Roraima. Além de sócio-fundador dessa entidade, foi seu Presidente por vários períodos e teve participação ativa por cerca de 60 anos.

Era considerado o grande líder e, em respeito ao seu trabalho, seus pares o homenagearam, após a sua morte, dando seu nome ao edifício-sede da entidade. Igual homenagem lhe foi prestada pelo Sebrae de Roraima.

Foi também do grupo Said Salomão o primeiro posto de combustível denominado “Posto Texaco Said Salomão”, em seguida Posto Gasonorte Ltda., que, além de vender combustíveis e lubrificantes através da única bomba automatizada, durante muitos anos, abasteceu órgãos do governo e de toda a sociedade. Foi também o pioneiro na venda de gás doméstico.

Quando Roraima começou a dar os primeiros passos na agricultura e pecuária, lá estava Said Salomão, presente com uma indústria beneficiadora de arroz às margens do rio Mucajaí e na implantação de duas fazendas para criação e comercialização de gado.

Como todo jovem Estado, Roraima tinha a construção civil impulsionada face à necessidade de novos empreendimentos.

Surge, então, a indústria de tijolos e telhas de propriedade do grupo, visando atender, além das necessidades de mercado, as próprias, já que iniciava no ramo imobiliário, construindo imóveis para locação.

A última empresa constituída foi a Salomão Veículos, revenda Williams Overland do Brasil, atual concessionária Ford, em Roraima. Said, que era revendedor Williams Overland do Brasil, passou a comercializar a marca Ford, através da Formac Veículos Ltda., vindo mais tarde a denominar-se Salomão Veículos. Fundou, em seguida, a Comarsa S.A., na cidade de Manaus.

Said também participou da vida pública de Roraima como acionista fundador do Banco de Roraima – Baner, Centrais Elétricas de Roraima – Cer, Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – Caer e Telecomunicações de Roraima – Telaima.

Esse foi o empresário Said Salomão, mas a sua história como filho, esposo, pai, avô e bisavô, é também dignificada por grandes gestos e muitos exemplos de vida marcados sobretudo pelo caráter e pela honestidade.

Tinha a simplicidade e a modéstia como marcas de sua vida. A exemplo disso, em sua última entrevista, concedida já aos 91 anos de idade, quando perguntado pelo repórter se valia a pena viver, Said surpreendeu a todos. Responde: “Não deu para fazer tudo o que eu queria, mas deu para defender a boia”.

E eu gostaria aqui de homenagear e agradecer a presença da família do Sr. Said Salomão: os seus filhos, Samara Maria Salomão Mêne, Sumaia Marly Salomão, Samou Abdala Salomão, que está presente aqui representando o seu pai, Sander Fraxe Salomão e Sumário Said Salomão. Queria também destacar a presença do seu neto, o Simon, e dos amigos João Paulo e Leocádio, que vieram de Roraima, no extremo norte do País, para estar presente aqui e homenagear esse grande líder do nosso Estado, o Sr. Said Salomão.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, em nome de quem cumprimento todos os outros, quero pedir para falar porque quero prestar uma homenagem a três homenageados – obviamente, dou o meu abraço ao Sr. Said Salomão e ao Sr. José Carlos da Silva, que já foram tão bem referendados aqui –, mas a três que eu conheço e pelos quais tenho profunda admiração e aos quais eu me refiro.

O primeiro é o Assis Gurgacz, que eu conheci, há alguns anos, durante a aventura da campanha presidencial e que me recebeu tão bem e que me mostrou como um empresário de sucesso pode usar o seu tempo e os seus recursos para fazer uma universidade que orgulha o Brasil inteiro e que deslumbra cada um que a visitar. Quero aqui dar o meu abraço ao Sr. Assis e agradecer tudo que o senhor fez me apoiando.

O segundo é essa figura chamada Ricardo Brennand, que eu conheço há muito mais do que esse tempo, desde os anos 60, em que ele era o pai de alunos que eu tive, de alunos particulares. Foram aqueles alunos que permitiram que eu financiasse o meu curso de engenharia, porque ali ganhava um dinheirinho suficiente para me manter. Mas não só isso, me permitiu ter uma convivência com uma família admirável. Lembro até do motorista, um peruano chamado Pablo, que ia me buscar em casa para dar aula na casa deles. O que poucos professores tiveram o privilégio igual. Lembro especialmente do Luiz, que foi um aluno tão especial e que me deixa lembranças até hoje. Lembro, obviamente, do Ricardito, que está ali e com quem eu já encontrei algumas vezes; da Catarina, que foi minha aluna também. E me lembro da convivência que eu tinha com essa família, com a Dona Lourdes. Lembro da Dona Dulce, também da família; também mãe de alguns dos alunos. Mas o que eu me lembro mais é do que um empresário pode fazer pelo bem do seu Estado, por fora da atividade empresarial. O que o Assis Gurgacz faz pela educação, o Ricardo Brennand

fez e faz pela cultura. Vocês sabem que nós pernambucanos temos mania de dizer que o que temos lá é o melhor do mundo. É exagero! Nem tudo nosso é o melhor do mundo, mas o Museu de Franz Post, que existe em Recife graças ao Ricardo Brennand, é o melhor do mundo, sim. (*Palmas.*) Obviamente não se compara com grandes museus, mas, especificamente na área de Franz Post – esse pintor que, melhor do que qualquer um, pintou a nossa Olinda do começo –, o seu é o melhor que eu conheci. Sem falar daquele museu ao lado, com tantas variedades e curiosidades, que deslumbra cada um que tem tempo de ali passar.

E o terceiro, Presidente Sarney, que eu conheci também, é o José Ermírio de Moraes, a quem eu não quero deixar de prestar homenagem. Muito, muito jovem eu, o Dr. José Ermírio, junto com Jarbas Vasconcelos, nos recebia para falar da fundação do velho MDB. E com aquele jeito bonachão, um dos homens mais ricos do Brasil, com a idade que já tinha, nos recebia, conversávamos – jovens estudantes –, como se nós fôssemos de grande sabedoria. E a sabedoria era dele em nos tratar daquela forma.

Então, mesmo tempo que cumprimento todos os homenageados, a esses três quero deixar mais do que a minha homenagem, quero deixar minha gratidão e o orgulho de vê-los – os dois – recebendo um prêmio com o nome José Ermírio de Moraes. E como vocês são tão merecedores do prêmio, creio que o Ermírio de Moraes também esteja recebendo o prêmio, já que vocês recebem o prêmio em nome dele.

Muito obrigado pela convivência que nós tivemos, muitas felicidades e muito ainda a fazer pelo Brasil, porque nós precisamos de gente como vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente José Sarney, Srs. Ministros, senhores agraciados, Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores aqui presentes, os familiares dos agraciados, é uma honra muito grande participar desta homenagem que o Senado Federal faz aos empresários que contribuíram e ainda contribuem para o desenvolvimento do nosso País, concedendo-lhes o Diploma José Ermírio de Moraes.

Estes empresários são sem dúvida grandes empreendedores, construtores desse nosso grandioso País, e merecem todas as nossas homenagens.

Sinto-me muito honrado aqui quando um dos homenageados é o meu pai, o senhor Assis Gurgacz, que tem uma trajetória de vida que caminha *pari passu* com a história de desenvolvimento do nosso grandioso País, e com quem tive a honra de iniciar minha

trajetória profissional, bem como compartilhar muitos momentos no processo de formação e colonização do nosso Estado de Rondônia, meu Estado do coração, que hoje tenho o prazer e a honra de representar aqui no Senado Federal.

Filho de descendentes de imigrantes poloneses que se instalaram no Paraná, meu pai nasceu no dia 31 de maio de 1941, no município de Cruz Machado. Foi em busca de melhores oportunidades de trabalho e de negócios que, aos 16 anos, migrou para o Oeste do Paraná, fixando-se na cidade de Cascavel.

Ali, dedicou-se ao comércio, inicialmente no açougue da família, e depois como transportador de mercadorias em um caminhão entre o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo.

Mas o seu sonho, desde menino, era ter um ônibus. E foi perseguindo esse sonho, superando muitos obstáculos, vencendo muitos desafios, que construiu uma empresa de transportes rodoviários do País, a Empresa União Cascavel, hoje conhecida como Eucatur, que atua em todo o território nacional, e principalmente no nosso Estado de Rondônia e no Estado do Paraná.

Parece que o meu pai, o Sr. Assis Gurgacz, já nasceu sonhando com o futuro e, ao longo de sua jornada, foi conquistando o seu espaço. Com o seu empreendedorismo ele encurta distâncias no transporte, mostra a cara do Brasil nos meios de comunicação, faz crescer o País na mineração e na construção civil; cuida da saúde de muita gente e prepara as novas gerações com educação e qualidade para o futuro.

Esse é o empreendedor Assis Gurgacz uma pessoa além de seu tempo, o chefe da família, o pai, o conselheiro, o empresário, o sonhador e um grande amigo. Sem fronteiras, sem limites, seu Assis tem dado de fato uma grande contribuição para o desenvolvimento do nosso País, e hoje continua abrindo caminhos para uma sociedade mais justa, mais consciente e mais preparada para o Brasil de amanhã. Parabéns meu pai, pelo exemplo de vida, pelos seus ensinamentos e pelo seu espírito empreendedor que nos inspira e nos faz acreditar que é sempre possível fazer melhor para os nossos filhos, para as futuras gerações.

Em nome da minha mãe, dona Nair – que tenho o prazer de olhar para a senhora e tê-la aqui conosco neste dia tão especial –, em nome dos meus irmãos – que aqui estão todos aqui presentes: o Algacir, a Jaqueline, o Assis Marcos –, a minha esposa Ana Maria, o meu filho Assis Neto, além de todos os meus tios, sobrinhos, seu neto, seu bisneto também, enfim, de todos os nossos parentes e amigos que sempre estiveram ao seu lado e se guiaram pelos seus passos, o nosso muito obrigado por nos mostrar o caminho correto, o caminho do trabalho e da perseverança. Parabéns por

tudo o que senhor representa para todos nós, para a sua família, para os seus amigos e para aquelas pessoas que o conhecem!

Muito obrigado! Parabéns também a todos os homenageados e àquelas pessoas que vieram nos prestigiar. Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome do Sr. Assis Gurgacz, cumprimento todos os agraciados, neste dia, com o Diploma José Ermírio de Moraes. Quero cumprimentar Dona Nair, esposa do Sr. Assis, que, junto com ele, há 40 anos, fez a primeira viagem com o Sr. Assis dirigindo um ônibus, abrindo a linha Paraná-Rondônia em 1972. Cheguei um pouco depois, em 1977. Cinco anos depois cheguei em Rondônia. Morava na mesma região do Paraná, morava em Medianeira, e o Sr. Assis morava em Cascavel, mas não nos conhecíamos. Fomos nos conhecer em Rondônia.

Cumprimento o Vice-Governador do meu Estado, Aírton Gurgacz, e, em nome dele, quero cumprimentar todos os familiares do Sr. Assis. Quero dizer que o Sr. Assis é um exemplo de empreendedor, espírito aventureiro e empreendedor. Aventureiro porque saiu do Paraná e foi abrir uma linha onde não tinha asfalto. Tudo era chão do Mato Grosso até Rondônia, quando se levava oito, dez dias, às vezes, no período das chuvas, em atoleiros. E teve sucesso. Sucesso no transporte, sucesso na mineração – como já foi dito pelo Senador Acir – com a indústria de granitos da Amazônia, no ramo do ensino superior. Deve ter mais de 30, 40 cursos superiores atendendo toda a região do oeste paranaense, Cascavel, Toledo e toda aquela região.

Então, queria, Sr. Assis, externar aqui as nossas homenagens em nome do povo de Rondônia, por tudo aquilo que o senhor fez pelo nosso Estado. Rondônia é o que é hoje, graças à quantidade de gente que a Eucatur e a União Cascavel transportaram desde a primeira viagem e até o dia de hoje ainda transportando gente para o Estado de Rondônia.

Rondônia é um Estado novo, um Estado promissor, um Estado que cresce acima da média nacional, e o senhor contribuiu muito com isso. Então quero aqui desejar sucesso e tenho certeza absoluta de que Deus, que o guiou até agora, vai continuar guiando os seus passos, além dos 100 anos, para que continue desenvolvendo o Estado de Rondônia, o Paraná e todo o Brasil.

Parabéns ao senhor e a todos os agraciados! Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, Senador Armando Monteiro, que falará pelo Senado Federal e em nome dos componentes do Conselho que ele preside.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito boa tarde a todos. Queria cumprimentar o Presidente José Sarney, que preside esta sessão; quero saudar o nosso 1º Secretário do Senado Federal, Senador Cícero Lucena; cumprimentar os ilustres homenageados nesta sessão do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes: o Sr. Assis Gurgacz, José Carlos da Silva Júnior, Ricardo Coimbra de Almeida Brennand e o Sr. Said Samou Salomão, que recebe *in memoriam* essa homenagem. Uma saudação ao Ministro de Estado das Cidades, Agnaldo Ribeiro; meus cumprimentos ao Ministro do TCU, José Múcio Monteiro; uma saudação a todos os colegas Senadores e Senadoras que prestigiam este encontro; cumprimentar os Deputados Federais, que aqui comparecem de forma tão expressiva, tributando também o seu reconhecimento aos homenageados nesta sessão; um cumprimento ao Sr. Luiz Carlos Dutra, que representa o Grupo Votorantim e a Família Ermírio de Moraes nesta sessão. Uma saudação muito especial aos familiares dos homenageados e me permitam fazê-lo por meio da esposa do Dr. Ricardo Brennand, D^a Graça Monteiro Brennand, que está aqui, por meio de quem eu cumprimento todos os familiares dos homenageados.

Quero, neste momento, dizer que havia trazido um pronunciamento mais alentado, mas tendo em vista que vários oradores, que nos precederam, já puderam trazer as suas palavras, sublinhando de forma muito marcante os perfis dos homenageados, que, a meu ver, honram com as suas trajetórias e com os seus exemplos de vida essa ilustre galeria do Diploma José Ermírio de Moraes, que embora instituído há tão pouco tempo, em 2009, já tem uma ilustre galeria.

Cabe destacar, por exemplo, que foram já homenageados com esse Diploma o nosso saudoso José Alencar Gomes da Silva, o Dr. Jorge Gerdau Johannpeter e ainda outros notáveis empreendedores, como José Mindlin, o Senador José Macedo e outros homenageados.

Gostaria, se me permitirem, dada à circunstância, não só da conterraneidade, mas por poder ter acompanhado, de maneira mais próxima, a trajetória de um dos homenageados, eu me permitiria fazer aqui um registro especial à trajetória de Ricardo Coimbra de Almeida Brennand.

Originário de família inglesa e formado em engenharia industrial, Brennand iniciou sua trajetória

empresarial nos ramos açucareiro e cerâmico e, mais tarde, implantou e desenvolveu empreendimentos por todo esse País em outros setores como metalurgia, mineração, cimento, vidros.

Nos últimos dez anos, Brennand participou de projetos na área da geração de energia hidrelétrica, na produção de cimento e no ramo imobiliário, com as *holdings* Brennand Energia, Brennand Cimentos, Brennand Investimentos e Terrenos e Construções S.A.

Em 1990, fundou o Instituto Ricardo Brennand (IRB), sociedade sem fins lucrativos, uma homenagem ao saudoso tio homônimo. Ao dar esse passo, Brennand criou um polo cultural que é ao mesmo tempo local, nacional e global. O complexo é formado por três construções distintas – o castelo, a pinacoteca e a biblioteca.

O Governo da Holanda, reconhecendo que o Instituto Ricardo Brennand utilizava tecnologia de ponta no tocante aos controles de umidade e temperatura entre outros aspectos, colocou o Estado de Pernambuco na rota das grandes mostras internacionais, e permitiu que a exposição itinerante sobre Albert Eckhout fosse transportada para o Recife, dando ensejo à inauguração da pinacoteca, que tem exposição permanente de paisagens do artista holandês Frans Post e obras do francês Jean-Baptiste Debret.

Em setembro de 2003, Brennand inaugurou o Museu Castelo São João, uma construção inspirada nos castelos da região toscana, na Itália. Esse castelo possui um calabouço, vitrais antigos (originários de igrejas e castelos europeus) e um altar em estilo gótico.

O local está repleto de armas brancas e armaduras medievais completas, representando o acervo adquirido por Ricardo Brennand durante meio século de vida. São pinturas, esculturas, vitrais, tapeçarias, desenhos, gravuras, canivetes, estiletos, clavas, adagas, espadas, lanças, armaduras medievais e uma série de outras armas para a caça e para guerra, provenientes de vários séculos e de origens distintas, além de um mobiliário gótico.

O Instituto Ricardo Brennand conta, inclusive, com inúmeros trabalhos em mármore, réplicas de estátuas elaboradas por famosos escultores europeus, tudo isso como fruto de um longo tempo em que esse tesouro artístico não se destina apenas a dar satisfação a esse colecionador compulsivo, uma das características marcantes da personalidade de Brennand, ele transforma todo o seu inestimável acervo em instrumento de desenvolvimento social e cultural de grande auxílio na educação. Por isso, o Instituto mantém programas educacionais voltados para os alunos das redes municipal e estadual de ensino, e para crianças e adolescentes deficientes.

Esses programas complementam o ensino regular de História, aprofundando o conhecimento desta disciplina e das artes, com o objetivo de despertar nos jovens o gosto pela cultura.

Vale salientar que um dos pilares mais importantes do Instituto Ricardo Brennand é, como já frisei, a educação.

Quero, ao final, registrar, quando destaco aqui a trajetória do homenageado, que Brennand também concebeu e implantou ações de grande alcance no âmbito social como o Instituto do Fígado – primeiro centro especializado no atendimento médico gratuito de pacientes hepáticos – e a Creche Nossa Senhora do Rosário. Além disso, tem sido grande aliado do Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP), referência nacional no atendimento pediátrico e da saúde da mulher, e grande incentivador do Hospital do Câncer de Pernambuco, também referência no atendimento oncológico do País.

Gostaria de fazer também um registro a todos os três ilustres homenageados que têm perfis que, a meu ver, enriquecem hoje essa homenagem. As características de pioneirismo e de perseverança que constituem, a meu ver, a grande marca dos empreendedores que atuaram em momentos difíceis da história deste País. Um País que viveu, durante longo tempo, períodos de instabilidade macroeconômica, onde empreender era uma aventura de grande risco em meio a grandes turbulências, e que puderam, graças à sua obstinação e à sua crença no trabalho produtivo, ao final, representar exemplos do êxito e de conquistas indiscutíveis.

Queria, neste momento, dizer que essa solenidade se insere nas comemorações do Dia da Indústria. O Senado Federal quis tributar, através da figura de José Ermírio de Moraes, o seu apreço a esse extraordinário brasileiro que, no início do século passado, pôde construir os pilares da indústria de base no Brasil. O Brasil era, à época, em 1930, um país de industrialização incipiente, e, graças ao arrojo e à determinação de José Ermírio de Moraes, pudemos já construir, naquele momento, os pilares de uma indústria de base do nosso País, produzindo insumos básicos, a siderurgia, o alumínio e metais não ferrosos.

Portanto, neste momento em que falamos de desindustrialização, em que a indústria vive ameaças muito presentes, é muito importante lembrar e evocar a figura de José Ermírio de Moraes, esse extraordinário brasileiro que pôde enfrentar e superar diversidades episódicas, construindo um grupo que é orgulho para nosso País.

Mas creio que, neste momento em que o Brasil se defronta com uma conjuntura especialmente adversa para a indústria, em função de uma série de

custos que ainda comprometem a competitividade da indústria nacional, custos tributários, logísticos, financeiros, grandes problemas na área da infraestrutura especialmente, e, ainda mais recentemente, o País foi perdendo competitividade e passou a ter custos acrescidos em áreas que são muito importantes para a indústria, como a energia por exemplo.

O Brasil tem hoje uma das mais caras energias para o setor industrial do mundo. Isso por quê? Porque a energia se tornou base de tributação no Brasil. Na conta da energia, estão encargos setoriais e tributos que contribuem para onerar extraordinariamente os custos de produção.

Então, neste momento em que evocamos Ermírio de Moraes, esta Casa legislativa deve voltar-se para uma agenda pró-competitividade, porque o Brasil não pode perder esse patrimônio, que foi uma construção de gerações. A indústria é um precioso ativo do nosso País. A indústria que tem uma força transformadora, a indústria que impacta a produtividade global da economia, a indústria que dissemina o conhecimento, a indústria que qualifica os recursos humanos; a indústria que paga os melhores salários.

O Brasil não pode, portanto, abdicar da sua justa ambição de manter uma presença no cenário internacional com uma indústria vigorosa e diversificada. Não podemos permitir que o Brasil faça um percurso regressivo de se conformar com a condição de exportador de *commodities*, ainda que reconheçamos que o Brasil tem vantagens comparativas excepcionais nessa área.

Então, neste dia, vamos todos, de alguma forma, afirmar a nossa crença de que o Brasil precisa, mais do que nunca, apoiar a indústria, apoiar aqueles que confiam e que empreendem neste País. E eu tenho certeza de que os exemplos de vida dos nossos homenageados representam, para todos nós, uma referência de como podemos enfrentar as dificuldades sem perder nunca a crença no nosso País.

Quero, mais uma vez, parabenizar os homenageados, cumprimentar o nosso Presidente Sarney por esta memorável sessão, e dizer que o Senado Federal estará alinhado aos interesses do setor produtivo porque reconhece que a agenda do setor produtivo é uma dimensão da própria agenda do País.

Muito obrigado. Muito boa tarde a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com satisfação, agora concedo a palavra ao Dr. Ricardo Brennand para falar em nome dos agraçados. *(Palmas.)* Ele que tão bem representa, nesta solenidade, todos aqueles que foram objeto do reconhecimento do Senado Federal.

Eu quero ressaltar também que, nesta solenidade, neste ano, o prêmio José Ermírio de Moraes tem

uma característica: é que, na realidade, nós estamos também reconhecendo aqueles empreendedores das regiões mais distantes do País, como Rondônia, como Roraima. Como também tivemos ou temos a oportunidade de reconhecer outro dado importante: aqueles empreendedores que se motivam também pelo problema cultural e pelo problema educacional. Tanto que todos eles são ligados à educação, à comunicação, e, sobretudo, Ricardo Brennand compreende muito bem que o Brasil não pode ser uma potência econômica, uma potência militar, uma potência política se não for também uma potência cultural, valorizando o espírito, as ideias do espírito, uma vez que ele, em toda a sua vida, teve esta visão: a visão empresarial e a visão cultural.

De maneira que eu quero ressaltar esses dois aspectos, porque nós estamos homenageando os pioneiros, que também, nas regiões mais pobres, significaram homens que construíram o Brasil na sua totalidade. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao Dr. Brennand.

O SR. RICARDO COIMBRA DE ALMEIDA BRENNAND – Muito obrigado.

Ilustríssimas Senadoras e Senadores, aos 85 anos, sou surpreendido com homenagens como esta que agora me tributa o Senado Federal.

Saibam os senhores que a minha vida foi sempre de lutas e desafios, desde os primeiros anos em que, formado pela Escola de Engenharia, passei a trabalhar com meu pai Antônio Brennand e o meu tio Ricardo Brennand, na Usina Santo Inácio, no pobre Município do Cabo.

Estávamos em 1949, a poucos anos do término da Segunda Guerra Mundial, e dispúnhamos então de uma cerâmica e uma fábrica de porcelana.

Concluímos que os novos tempos nos levavam a uma indústria de azulejos, produto de produção complexa, mas de demanda infinitamente maior.

Nessa época, decidi viajar para comprar os equipamentos e montar uma fábrica de azulejos. Após ter percorrido os Estados Unidos, vi que o padrão era o tipo alemão.

Compramos na Alemanha todo o equipamento da fábrica e, em 1954, já estávamos em franca produção.

O nosso produto era de grande qualidade mas não havia compradores.

Alguns diziam? “– Se eu comprar perderei a minha quota com a Klabin”, que era a dona do mercado.

Qual a confiança que o comerciante teria numa fábrica que se iniciava?

Decidi, então, fazer uma viagem ao Sul do País tentando vender a nossa produção.

O Sul minorava a nossa situação, mas não absorvia todo o volume produzido pela nossa fábrica.

Foi quando decidi buscar São Paulo e manter um encontro com o meu conterrâneo: José Ermírio de Moraes, este grande homem que hoje dá nome à Medalha que tenho a honra de receber.

Ele me perguntou pelo volume, eu disse que ele é quem decidia.

E ele me deu um pedido que correspondia à produção da fábrica durante seis meses.

Não fosse ele acho que nós não teríamos sobrevivido.

Graças a esse impulso inicial, deste notável pernambucano, muitas coisas vieram acontecer em nossas vidas.

Durante mais de quatro décadas, o Grupo Brennand teve um crescimento ininterrupto, um sucesso industrial extraordinário, mas não paramos um só momento. A nossa linha de produção passou a fabricar azulejos, louças, pisos, vidros, aço e, finalmente, cimento.

Juntamente com o meu primo Cornélio, meu pai Antônio Luiz e meu tio Ricardo nos tornamos empresários inquietos.

O meu tio Ricardo era em nosso grupo o elemento de maior visão e a grande mola propulsora. Tendo sido um homem do século XIX pelos hábitos, pela educação e pela maneira de ser, era de um século adiante dele pela visão.

Eu creio que tenho mais sorte do que talento. Eu sou humilde em conhecer as minhas limitações. Eu não me considero uma pessoa talentosa, eu me considero um obcecado pelo que faço.

Quando estou num assunto, é de manhã, de tarde e de noite, até ver resolvido. Sou extremamente obsessivo.

Já tínhamos a Cimento Atol em Alagoas, compramos a Cimento Matarazzo em João Pessoa, e em cada uma dessas unidades não era só produzir e vender, era também planejar, iniciar e dobrar a fábrica.

Aí aparece a possibilidade e compramos a Companhia de Cimentos Goiás.

Hoje, com meus filhos, trabalhando diuturnamente no sentido de dar continuidade ao que foi plantado pelos meus antepassados, os vejo, ora administrando a Companhia de Cimento Nacional, inaugurada no ano passado no município de Sete Lagoas em Minas Gerais. Além disso, temos 15 unidades de hidroelétricas em operação, nas diversas regiões do território nacional.

Penso que herdei de meu tio Ricardo a paixão pelas artes, então resolvi criar o Instituto Ricardo Brennand, que não leva o meu nome e sim, por ser homônimo dele, que, no curto prazo de existência, já recebeu a visita de 1 milhão e 600 mil pessoas.

Por vezes me emociono com a legião de crianças e adultos que lá vão em busca de conhecimentos antes só possíveis em centros culturais da Europa.

Assim, com a humildade que sempre acompanhou os meus passos, agradeço emocionado a cada um dos Senadores e Senadoras pela lembrança do meu nome para esta homenagem que agora me é tributada, em especial ao Senador Armando Monteiro Neto, que tanto abrilhanta esta Casa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes de encerrarmos esta sessão, quero agradecer a presença de todos que compõem esta Mesa: Senador Cícero Lucena, 1º Secretário da Casa, Senador Armando Monteiro, nossos ilustres homenageados, Sr. Assis Gurgacz, Sr. José Carlos da Silva Júnior, grande empreendedor também na área de comunicação, Sr. Ricardo Coimbra de Almeida Brennand e Sr. Said Samou, representando o seu pai, Samou Abdalla Salomão, Sr. Ministro das Cidades, Sr. Aguinaldo Ribeiro, Sr. Ministro do Tribunal de Contas José Múcio e Sr. Luiz Carlos Dutra, representando o instituto do Grupo Votorantim.

Cabe-me também dizer o quanto o Senado se sente honrado pela presença dos familiares de todos os homenageados que aqui se encontram, esposas, filhos, filhas, noras, genros, sobrinhos, netos, bisnetos, o que mostra, sem dúvida, o carinho que têm dentro de suas respectivas famílias.

Quero destacar a Srª Nair Ventrin Gurgacz. Quero destacar a Srª Graça, esposa do Brennand. Quero também, na família do homenageado José Carlos da Silva, ressaltar a presença do Sr. Ricardo de Oliveira Carlos da Silva, filho do homenageado. Quero também cumprimentar a Srª Cilene Salomão, esposa do filho do homenageado Said Samou Salomão, e o Sr. Simon Salomão, sobrinho do homenageado Samou Salomão.

As demais autoridades que aqui abrilhantaram esta sessão, como o Vice-Governador do Estado de Rondônia, Sr. Ailton Gurgacz, e as autoridades que aqui se encontram, como o Prefeito de Vilhena, também de Rondônia, José Luiz Rover, Secretário de Saúde de Roraima, Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, Embaixadores que também aqui estão representando o corpo diplomático, minhas senhoras e todos os senhores que aqui comparecem.

O Senado compreende que todos nesta belíssima sessão tem a finalidade de homenagear esses homens que estão construindo e já construíram uma parte do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 34 minutos.)

Ata da 92ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 29 de maio de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Jayme Campos, João Capiberibe, Inácio Arruda, Sérgio Petecão, Ivo Cassol e Eduardo Suplicy

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 20 horas e 13 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

92ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 29/5/2012 07:00:00 até 29/5/2012 20:31:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
-	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PT	AC	JORGÉ VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LIDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPlicy	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PDT	MG	ZEZÉ FERRELLA	X	

Compareceram: 71 Senadores

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 489, DE 2012

Nos termos do Art. 222 do RISF, Requeiro voto de Solidariedade ao jornalista Klester Cavalcanti e à revista **IstoÉ**.

Justificação

O jornalista brasileiro Klester Cavalcanti, de 42 anos, foi preso, na última sexta-feira (25) por autoridades locais da Síria, onde prestava serviços para a revista **IstoÉ**. Foi liberado, mas está impedido de sair do país árabe. O governo brasileiro negocia a saída de Klester da Síria. – Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2012

Concede ao empregado a licença e o salário-maternidade por todo o período da licença-maternidade a que faria jus o cônjuge ou a companheira, ou pela parte restante que dela lhe caberia, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 392-B:

“Art. 392-B. Ao empregado é assegurada a licença equivalente ao período da licença-maternidade do cônjuge ou companheira, ou pela parte restante que dela lhe caberia, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte.

Parágrafo único. O disposto no *caput* é assegurado à empregada ou ao empregado

que obtiver a guarda judicial de recém-nascido pela mesma razão.”

Art. 2º O art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 71

§ 2º O salário-maternidade é devido ao cônjuge ou companheiro da segurada da Previdência Social equivalente ao período da licença-maternidade ou pela parte restante que dela lhe caberia, em caso de sua incapacidade psíquica ou física ou morte.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se também ao ascendente, descendente ou colateral que, em razão da incapacidade física ou mental ou da morte da segurada, obtiver a guarda judicial de recém-nascido.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

Justificação

Recentemente, a imprensa noticiou que um servidor público recorreu à Justiça para requerer o gozo da licença-paternidade nos moldes da licença-maternidade, em decorrência do falecimento de sua esposa, em virtude de complicações do parto. Alegou que se viu obrigado a assumir as funções maternas necessárias à sobrevivência de seu filho recém-nascido, além de ter sob sua responsabilidade a outra filha do casal de apenas dez anos de idade.

A Juíza Federal Titular da 6ª Vara Federal, Ivani Silva da Luz, deferiu o pedido liminar para conferir ao servidor público o direito de gozar a licença-paternidade nos moldes da licença-maternidade.

Ao fundamentar sua decisão, a Juíza argumentou:

Embora não exista previsão legal e constitucional de licença-paternidade nos moldes da licença-maternidade, esta não deve ser negada ao genitor, ora impetrante. Isto porque o fundamento deste direito é proporcionar à mãe período de tempo integral com a criança, possibilitando que sejam dispensados a ela todos os cuidados essenciais à sua sobrevivência e ao seu desenvolvimento.

Na ausência da genitora, tais cuidados devem ser prestados pelo pai e isto deve ser assegurado pelo Estado, principalmente, nos casos como o presente, em que, além de todas as necessidades que um recém-nascido

demanda, ainda há a dor decorrente da perda daquela.

Nestas circunstâncias, os princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção à infância devem preponderar sobre o da legalidade estrita, que concede tão somente às mulheres o direito do gozo da licença-maternidade.

Inspirados nesta decisão judicial, estamos apresentando este projeto que assegura ao empregado licença equivalente ao período da licença-maternidade do cônjuge ou companheira, ou pela parte restante que dela lhe caberia, quando verificada sua incapacidade psíquica ou física ou morte. Mais ainda, estendemos esse benefício também ao empregado ou empregada, que pode ser o avô ou a avó, o tio ou a tia, ou outro, que obtiver a guarda judicial de recém-nascido pela mesma razão.

A medida fundamenta-se no disposto no artigo 227 da Constituição Federal que diz:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, ale de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com o princípio inscrito nesse dispositivo constitucional, percebe-se, com clareza, que a proteção à infância é um direito social, que obriga o Estado a garantir de maneira efetiva as condições mínimas necessárias ao desenvolvimento físico, intelectual e emocional da criança.

Esse desenvolvimento dá-se por meio da convivência da criança no meio familiar e social e, de modo especial, pelo carinho e atenção dos pais durante o período que segue imediatamente após o nascimento do bebê.

Não foi por outra razão que o artigo 226 da Constituição Federal estatuiu que *a família, base da sociedade tem especial proteção do Estado* e assegurou como direito social do trabalhador a *licença gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias e a licença paternidade, nos termos da lei*.

Conclui-se, portanto, que o melhor interesse da criança tem prioridade absoluta na Constituição Federal, transformando-a em sujeito de direito, titular, portanto, de direitos juridicamente protegidos.

E é este interesse que nos norteia ao apresentar este projeto de lei. Por isso, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para o seu aperfeiçoamento e aprovação. – Senador **Sérgio Souza**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
Art. 226. A família, base da sociedade tem especial proteção do Estado.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, ale de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

.....
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....
Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

§ 1º A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste.

§ 2º Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico.

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 120 (cento e vinte) dias previstos neste artigo.

§ 4º É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos:

I – transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho;

II – dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.

Art. 392-A. À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392, observado o disposto no seu § 5º.

§ 1º a 3º (Revogados pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 4º A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

§ 5º (VETADO)

LEI Nº 8.213, DE 1º DE MAIO DE 1943

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

.....

Art. 71. O salário-maternidade é devido à seguradora da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

Parágrafo único. (Revogado)

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetidos à Comissão competente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 15, DE 2012****Altera o Artigo Nº. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer atribuições específicas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 101 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I – opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da redação do vencido em Plenário e redação final das proposições que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

II – ressaltadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer, quanto ao mérito, sobre a redação do vencido em Plenário e redação final das proposições de competência da União, especialmente as seguintes:

.....”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de resolução visa corrigir uma opção equivocada do Regimento Interno desta Casa, que preferiu, seguindo o entendimento aparentemente acertado no sentido de a questão de inconstitucionalidade ser uma questão prejudicial, alocar o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no início do processo legislativo.

A opção regimental que se busca alterar parte do raciocínio segundo o qual as comissões desta Casa dedicadas ao mérito das proposições legislativas só deveriam se debruçar sobre os projetos que houvessem recebido parecer favorável no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De fato, o raciocínio é o seguinte: se a proposta legislativa é inconstitucional, nenhum argumento de mérito aduzido nas comissões temáticas seria capaz de salvar-lhe da obrigatória rejeição. Logo, a opção por alocar o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no início do processo legislativo parecia atender a razões, inclusive, de economia procedimental.

Tudo estaria bem se a lógica judicial pudesse ser transmigrada, sem alterações, para a seara do processo legislativo em curso nesta Casa. Quando um juiz suspende o processo por força de um incidente de inconstitucionalidade o faz sobre os marcos definitivos dentro dos quais se desenvolve o litígio, ou seja, sobre um objeto certo, não mais passível de ser alterado. As leis que concorrem para a solução da questão controvertida são aduzidas inconstitucionais em sua redação final, vigente.

Ao contrário, na sistemática da atual redação do art. 101 do Regimento Interno desta Casa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem emitido parecer sobre texto provisório, passível das mais radicais alterações e, logo, passível de receber o acréscimo de textos viciados com novas inconstitucionalidades, materiais e formais, sobre as quais a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não teve oportunidade de se manifestar, e isso por que o texto original do projeto, sobre o qual a Comissão se debruçou, não continha ainda o acréscimo inconstitucional.

Observe-se, ademais, que os mecanismos regimentais mediante os quais a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pode ser provocada a novamente se manifestar sobre proposição legislativa no Plenário são obviamente excepcionais. As alterações realizadas nas comissões de mérito ficam a salvo de novo escrutínio do órgão de controle preventivo de constitucionalidade do Senado Federal, o que, certamente, dentro do sistema de controle, resulta na necessidade de maior intervenção judicial repressiva sobre o nosso trabalho legislativo.

O presente projeto de resolução não atinge, é preciso deixar claro, a eficácia do § 1º do art. 101 do

Regimento Interno, ou seja, o vício de inconstitucionalidade continua sendo prejudicial e leva, inapelavelmente, à rejeição, salvo nos casos de inconstitucionalidade parcial, hipótese em que a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício (segundo a dicção do § 2º, do art. 101, do Regimento Interno do Senado).

Com fundamento em tais argumentos, estou apresentando pequena emenda ao art. 101 do Regimento Interno desta Casa, para que fique estabelecido e claro que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitirá parecer sobre a redação final das proposições legislativas ou, alternativamente, sobre a redação do vencido, tudo nos termos da redação que hoje vige na Câmara dos Deputados. – Senador **Ricardo Ferraço**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Regimento Interno do Senado Federal

TÍTULO VI Das Comissões

CAPÍTULO VI Da Competência

Seção II Das Atribuições Específicas

Art. 101. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I – opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

II – ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente as seguintes:

a) criação de Estado e Territórios, incorporação ou desmembramento de áreas a eles pertencentes;

b) estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal (Const., art.

49, IV), requisições civis e anistia;

c) segurança pública, corpos de bombeiros militares, polícia, inclusive marítima, aérea de fronteiras, rodoviária e ferroviária;

d) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, aeronáutico, espacial, marítimo e penitenciário;

e) uso dos símbolos nacionais, nacionalidade, cidadania e naturalização, extradição e expulsão de estrangeiros, emigração e imigração;

f) órgãos do serviço público civil da União e servidores da administração direta e indireta do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Territórios;

g) normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, da Constituição, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III, também da Constituição (Const., art. 22, XXVII);

h) perda de mandato de Senador (Const., art. 55), pedido de licença de incorporação de Senador às Forças Armadas (Const., art. 53, § 7º);

i) escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e de Governador de Território, escolha e destituição do Procurador-Geral da República (Const., art. 52, III, a, c e e);

j) transferência temporária da sede do Governo Federal;

l) registros públicos, organização administrativa e judiciária do Ministério Público e Defensoria Pública da União e dos Territórios, organização judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

m) limites dos Estados e bens do domínio da União;

n) desapropriação e inquilinato;

o) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas, assistência jurídica e defensoria pública, custas dos serviços forenses;

p) matéria a que se refere o art. 96, II, da Constituição Federal;

III – propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Const., art. 52, X);

IV – opinar, em cumprimento a despacho da Presidência, sobre as emendas apresentadas como de redação, nas condições previstas no parágrafo único do art. 234;

V – opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente, de ofício, ou por deliberação do Plenário, ou por outra comissão;

VI – opinar sobre recursos interpostos às decisões da Presidência;

VII – opinar sobre os requerimentos de voto de censura, aplauso ou semelhante, salvo quando o assunto possa interessar às relações exteriores do País.

§ 1º Quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 254.

§ 2º Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício. (NR)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Projeto de Resolução nº 15, de 2012, que

acaba de ser lido ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2012** (nº 7.784/2010, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *cria cargos em comis-*

são do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, Gratificações de Representação, Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devidas a militares e Gratificações de Representação pelo Exercício de Função, destinados ao Ministério da Defesa.

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2012

**(nº 7.784/2010, na Casa de origem)
(De iniciativa da Presidência da República)**

Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Gratificações de Representação, Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devidas a militares e Gratificações de Representação pelo Exercício de Função, destinados ao Ministério da Defesa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos em comissão e gratificações, destinados ao Ministério da Defesa:

I - Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

- a) 10 (dez) DAS-5;
- b) 40 (quarenta) DAS-4;
- c) 76 (setenta e seis) DAS-3;
- d) 67 (sessenta e sete) DAS-2; e
- e) 32 (trinta e dois) DAS-1;

II - Gratificações de Representação:

- a) 24 (vinte e quatro) GR-4; e
- b) 4 (quatro) GR-3;

III - Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devidas a militares:

- a) 5 (cinco) do Grupo A;
- b) 106 (cento e seis) do Grupo B; e
- c) 23 (vinte e três) do Grupo E; e

IV - Gratificações de Representação pelo Exercício de Função:

- a) 32 (trinta e duas) do Nível V; e
- b) 69 (sessenta e nove) do Nível II.

Art. 2º O provimento dos cargos e gratificações de que trata o art. 1º dependerá de prévia comprovação da disponibilidade orçamentária.

Art. 3º O provimento dos cargos e a designação para as funções de confiança de que trata esta Lei são condicionados à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.784, DE 2010

Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Gratificações de Representação, Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devidas a militares e Gratificações de Representação pelo Exercício de Função, destinados ao Ministério da Defesa;

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos em comissão e gratificações, destinados ao Ministério da Defesa:

I - Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

- a) dez DAS-5;
- b) quarenta DAS-4;
- c) setenta e seis DAS-3;
- d) sessenta e sete DAS-2; e
- e) trinta e dois DAS-1;

II - Gratificações de Representação:

- a) vinte e quatro GR-4; e

b) quatro GR-3;

III - Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devidas a militares:

a) cinco do Grupo A;

b) cento e seis do Grupo B; e

c) vinte e três do Grupo E; e

IV - Gratificações de Representação pelo Exercício de Função:

a) trinta e dois do Nível V; e

b) sessenta e nove do Nível II.

Art. 2º O provimento dos cargos e gratificações de que trata o art. 1º dependerá de prévia comprovação da disponibilidade orçamentária.

Art. 3º O provimento dos cargos e a designação para as funções de confiança de que trata esta Lei são condicionados à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição.

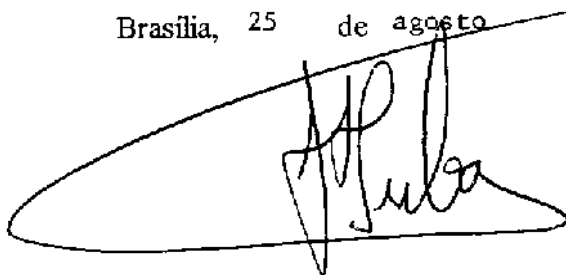
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 498, de 2010

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Gratificações de Representação, Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devidas a militares e Gratificações de Representação pelo Exercício de Função, destinados ao Ministério da Defesa".

Brasília, 25 de agosto de 2010.



EM Interministerial nº 00231/2010/MP/MD

Brasília, 20 de agosto de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de Gratificações de Representação, de Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança devida a militares e de Gratificações de Representação pelo Exercício de Função devida a militares, destinados ao Ministério da Defesa; e dá outras providências.
2. A proposta em questão é resultado de estudos efetuados no âmbito do Ministério da Defesa, que adotou como principais referências as diretrizes estabelecidas por Vossa Excelência na Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, e na Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. A Política de Defesa Nacional possui sua orientação estratégica voltada, preponderantemente, para defender o País de ameaças externas, e seu documento de criação a define como o condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e que tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional.
3. Já a Estratégia de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 2008, é definida como o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. A estratégia trata, particularmente, de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua "grande estratégia" e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa "grande estratégia" na orientação e nas práticas operacionais das três Forças.
4. A medida está em estrita consonância com o Projeto de Lei Complementar nº 543/2009, aprovado pelo Congresso Nacional, que pretende introduzir modificações na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas e tem por objetivo fortalecer o Ministério da Defesa na implementação da END e aumentar sua capacidade de coordenar a ação das Forças Armadas na execução das funções planejamento, orçamento, aquisição de produtos de defesa, preparação do pessoal militar, dentre outros objetivos.
5. Deve-se reconhecer que a Pasta da Defesa, quando da sua criação, recebeu uma estrutura organizacional com um número de cargos em comissão e de funções compatíveis com o tamanho idealizado à época, de modo a focar sua atuação, prioritariamente, nas suas missões precípuas. Contudo, ao longo do tempo, além de atuar como órgão formulador, coube ao MD conduzir projetos de interesse governamental, tais como o Projeto Calha Norte, o Projeto Soldado-

Cidadão e o Projeto Rondon. O desempenho nas áreas de competência destinadas por lei ao MD e, paralelamente, a condução dos mencionados projetos, implicam ônus considerável para a estrutura do Ministério da Defesa, que se mantém inalterada, em termos de força de trabalho técnica e gerencial, desde a sua criação, em 1999. Desse modo, com o crescimento do conjunto das obrigações e devido às novas diretrizes estabelecidas pela END, avaliamos que a demanda de trabalho do Ministério irá aumentar e, dessa forma, pressionar a já defasada capacidade de ação do MD, tornando imperiosa a reestruturação que se pretende implementar.

6. A necessidade de criação dos cargos e gratificações decorre do fato de que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não dispõe, em sua reserva técnica, dos quantitativos correspondentes para remanejamento ao Ministério da Defesa. Os cargos e gratificações de que trata a proposta de Projeto de Lei têm por objetivo fortalecer diversas áreas do MD, bem como instituir áreas novas, que são necessárias ao seu bom desempenho e ao pleno cumprimento de sua missão.

7. Pelo conjunto de razões até aqui expostas, o Projeto de Lei prevê a criação dos seguintes cargos em comissão: duzentos e vinte e cinco cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, assim distribuídos: dez DAS-5, quarenta DAS-4, setenta e seis DAS-3, sessenta e sete DAS-2 e trinta e dois DAS-1.

8. Com relação às gratificações, o projeto dispõe sobre a criação de vinte e quatro GR-IV; quatro GR-III; cinco Gratificações de Exercício em Cargo em Confiança do Grupo A; cento e seis do Grupo B e vinte e três do Grupo E. Dispõe ainda sobre a criação de trinta e duas Gratificações de Exercício de Cargo de Confiança devida a militares do nível V - Supervisor e sessenta e nove do nível II - Especialista.

9. A medida acarretará impacto na despesa de pessoal da União da ordem de R\$ 18,95 milhões anuais. Cumpre informar que o Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária para 2011, a ser enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de 2010, deverá incluir o Projeto de Lei objeto da presente proposta, caso venha a ser acatado por Vossa Excelência e enviado ao Poder Legislativo. Dessa forma estará cumprido dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, pelo qual se exige que projetos que versem sobre a criação de cargos sejam encaminhados ao Legislativo até 31 de agosto de cada exercício, além de serem discriminados no Anexo V do PLOA, pois somente cumprindo tais exigências legais os cargos poderão ser providos.

10. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à consideração de Vossa Excelência a proposta de Projeto de Lei em questão, cujos fundamentos se coadunam com as linhas da Estratégia Nacional de Defesa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva, Julio Soares de Moura Neto

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2012 vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, os seguintes Projetos de Lei da Câmara:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2012

(nº 1.805/2011, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

§ 1º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 2º Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO**(Art. 1º da Lei nº , de de de)**

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	60 (sessenta)
Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	36 (trinta e seis)
TOTAL	96 (noventa e seis)

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.805, DE 2011

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede na cidade de Belo Horizonte-MG, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO**(Art. 1º da Lei n.º , de de de .)**

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	60 (sessenta)
Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	36 (trinta e seis)
TOTAL	96 (noventa e seis)

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 96 (noventa e seis) cargos de provimento efetivo, para a área de Tecnologia da Informação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede na cidade de Belo Horizonte-MG.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 21 de junho de 2011 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0001903-17.2011.2.00.0000, a criação de 96 (noventa e seis) cargos de provimento efetivo para a área de informática, sendo 60 (sessenta) de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação e 36 (trinta e seis) cargos de Técnico Judiciário Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região justificou a proposta de criação dos referidos cargos, em face da necessidade de adequar o quadro permanente do TRT ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 90/2009, conferindo melhor estrutura a sua área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

A Resolução do CNJ nº 90/2009 estabelece requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário, dispondo, em seu artigo 2º, sobre a constituição de quadro de pessoal permanente de profissionais de TIC e, em seu anexo I, sobre os respectivos quantitativos da força de trabalho total mínima recomendada. Por sua vez, o § 4º contém determinação para que os tribunais mantenham um quadro de pessoal permanente na área de tecnologia da informação e comunicação. Esse mesmo dispositivo estabelece que as funções gerenciais e atividades estratégicas devem ser executadas, preferencialmente, por servidores de cargos de provimento efetivo do quadro permanente.

A par disso, dados do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, indicam que o TRT da 3ª Região possui 3.841 usuários internos de recursos de tecnologia da informação, detendo o quarto maior quantitativo dentre os Tribunais Trabalhistas, sendo superado apenas pelos Tribunais da 15ª, 2ª e 1ª Regiões.

Nos termos do Anexo I, da Resolução CNJ nº 90/2009, um Tribunal que ocupa a faixa entre 3.001 e 5.000 usuários de TIC necessita de um mínimo de 3% desses profissionais atuando na área, dos quais, pelo menos 120 deverão ser servidores do quadro permanente do Tribunal. Aplicando-se a regra, o TRT da 3ª Região careceria de 116 (cento e dezesseis) servidores na área de TIC. No entanto, o Regional conta apenas com 28 (vinte e oito) servidores ocupantes de cargos específicos da área de tecnologia da informação, requerendo um acréscimo de novos cargos, sendo, portanto, imprescindível readequar seu quadro de pessoal aos dispositivos da sobredita Resolução, o que, dentre outras motivações, justifica a proposição ora apresentada.

A proposta encontra-se alinhada ao planejamento estratégico do Regional e ao planejamento estratégico do Conselho Nacional de Justiça, que define novas políticas para a área de Tecnologia da Informação corroborando a necessidade de estrutura mais ágil para atendê-las e tornar viável a implantação de sistemas essenciais à otimização da prestação jurisdicional, como o Processo Judicial Eletrônico.

Ademais, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.603/2008, apontou carências nas questões referentes à gestão de mudanças, definição de um plano de continuidade do negócio, adoção de metodologias no desenvolvimento de sistemas, gestão dos níveis de serviços oferecidos aos clientes, dentre outras, na governança de TI, na Administração Pública Federal. Por sua vez, o Acórdão TCU Nº 663/2009, é taxativo ao preconizar a adoção de estratégias e técnicas que visem às boas práticas para gestão de TI, que permitam garantir a prestação de serviço com qualidade.

A constatação do aumento das demandas trabalhistas, inclusive em razão das novas competências atribuídas aos Tribunais do Trabalho por meio da Emenda Constitucional nº 45, passou a exigir providências no sentido de dotar o citado Tribunal Regional com mão de obra especializada, capaz de desenvolver ferramentas tecnológicas necessárias ao funcionamento eficaz dos serviços judiciários, beneficiando, dessa forma a

sociedade e contribuindo para a viabilização do princípio constitucional que estabelece o respeito à razoável duração do processo, preconizada no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 5 de julho de 2011.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

OF.TST.GDGSET.GP.Nº 229

Brasília, 6 de julho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor

MARCO MAIA

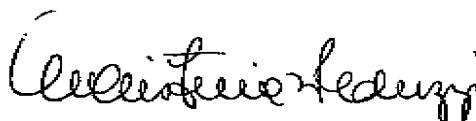
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Assunto: Anteprojeto de Lei.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que trata da criação de cargos de provimento efetivo, para a área de Tecnologia da Informação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede na cidade de Belo Horizonte-MG.

Cordialmente,



MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

**PROJETO DE LEI N.º 1.805 , de 2011.
(DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO)**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede na cidade de Belo Horizonte-MG; os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2011.

ANEXO
(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	60 (sessenta)
Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	36 (trinta e seis)
TOTAL	96 (noventa e seis)

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 96 (noventa e seis) cargos de provimento efetivo, para a área de Tecnologia da Informação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede na cidade de Belo Horizonte-MG.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 21 de junho de 2011 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito n.º 0001903-17.2011.2.00.0000, a criação de 96 (noventa e seis) cargos de provimento efetivo para a área de informática, sendo 60 (sessenta) de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação e 36 (trinta e seis) cargos de Técnico Judiciário Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região justificou a proposta de criação dos referidos cargos, em face da necessidade de adequar o quadro permanente do TRT ao disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ n.º 90/2009, conferindo melhor estrutura a sua área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

A Resolução do CNJ n.º 90/2009 estabelece requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário, dispondo, em seu artigo 2º, sobre a constituição de quadro de pessoal permanente de profissionais de TIC e, em seu anexo I, sobre os respectivos quantitativos da força de trabalho total mínima recomendada. Por sua vez, o § 4º contém determinação para que os tribunais mantenham um quadro de pessoal permanente na área de tecnologia da informação e comunicação. Esse mesmo dispositivo estabelece que as funções gerenciais e atividades estratégicas devem ser executadas, preferencialmente, por servidores de cargos de provimento efetivo do quadro permanente.

A par disso, dados do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, indicam que o TRT da 3ª Região possui 3.841 usuários internos de recursos de tecnologia da informação, detendo o quarto maior quantitativo dentre os Tribunais Trabalhistas, sendo superado apenas pelos Tribunais da 15ª, 2ª e 1ª Regiões.

Nos termos do Anexo I, da Resolução CNJ n.º 90/2009, um Tribunal que ocupa a faixa entre 3.001 e 5.000 usuários de TIC necessita de um mínimo de 3% desses profissionais atuando na área, dos quais, pelo menos 120 deverão ser servidores do quadro permanente do Tribunal. Aplicando-se a regra, o TRT da 3ª Região careceria de 116 (cento e dezesseis) servidores na área de TIC. No entanto, o Regional conta apenas com 28 (vinte e oito) servidores ocupantes de cargos específicos da área de tecnologia da informação, requerendo um acréscimo de novos cargos, sendo, portanto, imprescindível

readequirir seu quadro de pessoal aos dispositivos da sobredita Resolução, o que, dentre outras motivações, justifica a proposição ora apresentada.

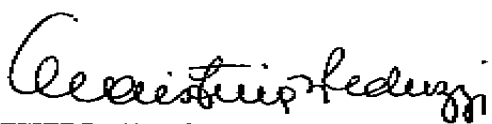
A proposta encontra-se alinhada ao planejamento estratégico do Regional e ao planejamento estratégico do Conselho Nacional de Justiça, que define novas políticas para a área de Tecnologia da Informação corroborando a necessidade de estrutura mais ágil para atendê-las e tornar viável a implantação de sistemas essenciais à otimização da prestação jurisdicional, como o Processo Judicial Eletrônico.

Ademais, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.603/2008, apontou carências nas questões referentes à gestão de mudanças, definição de um plano de continuidade do negócio, adoção de metodologias no desenvolvimento de sistemas, gestão dos níveis de serviços oferecidos aos clientes, dentre outras, na governança de TI, na Administração Pública Federal. Por sua vez, o Acórdão TCU Nº 663/2009, é taxativo ao preconizar a adoção de estratégias e técnicas que visem às boas práticas para gestão de TI, que permitam garantir a prestação de serviço com qualidade.

A constatação do aumento das demandas trabalhistas, inclusive em razão das novas competências atribuídas aos Tribunais do Trabalho por meio da Emenda Constitucional nº 45, passou a exigir providências no sentido de dotar o citado Tribunal Regional com mão de obra especializada, capaz de desenvolver ferramentas tecnológicas necessárias ao funcionamento eficaz dos serviços judiciais, beneficiando, dessa forma a sociedade e contribuindo para a viabilização do princípio constitucional que estabelece o respeito à razoável duração do processo, preconizada no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 5 de julho de 2011.


MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0001903-17.2011.2.00.0000

Requerente: Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região (mg)
Requerido: Conselho Nacional de Justiça

EMENTA

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Criação de 96 cargos na área de informática (60 Analistas e 36 Técnicos). Parecer favorável do Departamento de Acompanhamento Orçamentário. O Anteprojeto de Lei respeita os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Proposta relacionada à expansão do processo eletrônico. Aprovação do Anteprojeto. Deve ser aprovada a criação de cargos na área de informática, sendo 60 Analistas e 36 Técnicos, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, uma vez que não há óbice legal. O Departamento de Acompanhamento Orçamentário concluiu pela viabilidade financeira do Anteprojeto de Lei ora apresentado, o qual respeita os limites legais e prudenciais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A expansão do processo eletrônico, conforme planejamento do CNJ, torna adequada a criação de novos cargos na área de tecnologia da informática.

RELATÓRIO

Trata-se de encaminhamento de Anteprojeto de Lei a este Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com vistas à elaboração de Parecer de Mérito quanto à criação de cargos efetivos de servidores para a área de informática no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário, segundo os termos da Portaria n.º 24, de 17, de março de 2011, concluiu pela viabilidade financeira e orçamentária do referido Projeto (INF24), *in verbis*:

"23. Assim, fica evidenciado que o TRT da 3ª Região dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do anteprojeto de lei sobre criação de cargos e funções que ora propõe.

24. O impacto orçamentário do presente anteprojeto de lei do TRT da 3ª Região, acrescido dos outros 2 (dois) anteprojeto de lei em tramitação no CNJ, se enquadra nos patamares estabelecidos na LRF, pois o referido Tribunal tem margem de crescimento que suporta tais despesas, atendendo ao referido dispositivo legal (...)" (grifado no original).

O Anteprojeto de Lei foi também encaminhado ao Departamento de Pesquisas Judiciárias, a fim de que fosse aferida a viabilidade de criação dos cargos com base no cenário do Poder Judiciário nacional, levando-se em consideração dados sobre quantitativo de servidores do TRT da 3ª Região e a realidade dos demais Tribunais pátrios, bem como eventual necessidade de investimentos em outros recursos, que não propriamente os de natureza humana. No entanto, o DPJ assim se manifestou:

"4. O presente Anteprojeto de Lei visa a criação de cargos efetivos de servidor para a área de informática. Este departamento não possui expertise para analisar tal necessidade, uma vez que a análise de qualquer projeto que pretenda aumentar quantitativos nas diversas áreas do Poder Judiciário, é feita com base no ~~relatório~~ 'Justiça em Números' e neste não há informação sobre servidores na área de informática".

É o meu relatório.

VOTO

Baseio-me, para a conclusão do feito, principalmente nos aspectos orçamentários da proposta apresentada pelo requerente.

Conforme apresentado no relatório, o único departamento com atribuições para o levantamento de dados sobre a realidade do quadro de servidores do Poder Judiciário nacional declarou-se inapto para tal missão. Portanto, sem a possibilidade de aferição da necessidade e relevância quanto ao aumento do número de servidores para a área de informática no âmbito do TRT da 3ª Região, parece-me mais adequado votar pela aprovação do Anteprojeto.

Isso decorre, em primeiro lugar, da conclusão exarada no parecer elaborado pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário, o qual trouxe valores e percentuais objetivos que autorizam a criação dos cargos almejados no Anteprojeto. Portanto, não há óbice legal à aprovação do Anteprojeto, o qual respeita os limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais consectários.

Além da questão técnico-financeira, assevero que este Conselho tem-se deparado, em inúmeros processos aqui instaurados, com reclamações do jurisdicionado quanto à falta de estrutura dos Tribunais para prestar com eficiência o serviço judicial, especialmente no que tange à implementação do processo eletrônico, conforme incentivado por esta Casa. Nesse sentido, parece-me que a criação de cargos na área de informática deva ser uma necessidade de grande parte dos Tribunais pátrios.

Ressalto, ainda, que não há, na presente data, qualquer Projeto de Lei em trâmite no Congresso Nacional que vise à criação de cargos de analista judiciário ou técnico judiciário no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Diante do exposto, adoto integralmente o parecer emitido pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário, e VOTO pela aprovação plena do Anteprojeto de Lei de lavra do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região que visa à criação de 96 cargos de servidores para atuarem na área de informática.

É o meu voto.

Brasília, 21 de junho de 2011.


MARCELO NEVES
Conselheiro

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

129ª SESSÃO ORDINÁRIA

PARECER DE MÉRITO 0001903-17.2011.2.00.0000

Relator: Conselheiro MARCELO NEVES

Requerentes:

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

~~Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região (MG)~~

Requerido:

Conselho Nacional de Justiça

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho decidiu, por unanimidade:

I - incluir em pauta o presente procedimento, nos termos do § 1º do artigo 120 do Regimento Interno;

II - aprovar a proposta, nos termos apresentados pelo Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Leomar Barros Amorim e Jefferson Kravchychyn. Presidiu o julgamento o Ministro Cezar Peluso. Plenário, 21 de junho de 2011."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ministro Cezar Peluso, Ministra Eliana Calmon, Ministro Ives Gandra, Milton Nobre, Nelson Tomaz Braga, Paulo Tamburini, Walter Nunes, Morgana Richa, José Adonis Calhou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Marcelo Nobre e Marcelo Neves.

Presentes, o Procurador-Geral da República Dr. Roberto Monteiro Gurgel e, representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Miguel Ângelo Cançado, Diretor-Tesoureiro.

Sustentou oralmente pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o Presidente Desembargador Eduardo Augusto Lobato.

Brasília, 21 de junho de 2011



Marilana Silva Campos Dutra
Secretária Processual

Órgão Especial
CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº TST-PA - 663-41.2011.5.00.0000

CERTIFICO que o Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Exmo. Ministro Presidente João Oreste Dalazen, presentes os Exmos. Ministros Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, Ives Gandra Martins Filho, Relator, João Batista Brito Pereira, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Rosa Maria Weber, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Fernando Eizo Ono, Márcio Eurico Vitral Amaro e o Exmo. Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, DECIDIU, por unanimidade, determinar o encaminhamento, ao Congresso Nacional, com esteio nos arts. 69, II, "e", do RITST e 96, II, "b", da CF, do anteprojeto de lei que cuida da criação de 96 (noventa e seis) cargos efetivos para a área de informática no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo 60 (sessenta) cargos de analista judiciário (35 na Especialidade de Análise de Sistemas de Informação e 25 na Especialidade de Suporte em Tecnologia da Informação) e 36 (trinta e seis) cargos de técnico judiciário.

Observação: ausência justificada dos Excelentíssimos Ministros Horácio Raymundo de Senna Pires e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho.

Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Sala de Sessões, 01 de julho de 2011.

Firmado por Assinatura Eletrônica

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2012

**(nº 1.869/2011, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com sede na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, 10 (dez) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados.

§ 1º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 2º Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.869, DE 2011

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com sede na cidade de Porto Velho-RO, 10 (dez) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 10 (dez) cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com sede na cidade de Porto Velho-RO.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 5 de julho de 2011, conforme Parecer de Mérito nº 0001915-31.2011.2.00.0000, foi aprovada por aquele colegiado a criação de 10 (dez) cargos de provimento efetivo da carreira de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região justificou a proposta de criação dos referidos cargos, em face, dentre outras motivações, da necessidade de se adequar o Quadro Permanente do TRT aos dispositivos da Resolução - CSJT nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, aliada à crescente demanda nas Varas do Trabalho do Regional, ao crescimento econômico da região e aos problemas relacionados ao acesso do jurisdicionado à Justiça, tendo em vista as grandes distâncias entre os municípios sedes de Varas do Trabalho e a grande maioria dos demais municípios dos Estados do Acre e Rondônia.

Nos termos do artigo 7º da Resolução 63/2010, considerado o movimento processual e a extensão da área abrangida pela competência territorial das Varas do Trabalho, o Tribunal Regional pode, em situações excepcionais, entender necessário um número maior de analistas executantes de mandado do que o previsto no Anexo III da citada Resolução. Segundo dados da unidade de estatística do Tribunal Superior do Trabalho, as Varas Trabalhistas daquele Regional deveriam contar com 77 (setenta e sete) servidores nessa especialidade, no entanto existem em seu Quadro Permanente apenas 59 (cinquenta e nove), resultando um déficit de 18 (dezoito) Analistas Judiciários na Especialidade Execução de Mandados.

As grandes distâncias e as diversidades naturais da Amazônia são fatores gravosos à prestação jurisdicional, na medida em que o jurisdicionado tem dificuldade de acesso a algumas Varas do Trabalho do Tribunal da 14ª Região, constituído pelos Estados do Acre e de Rondônia. O eminente Relator do processo no Conselho Nacional de Justiça, nesse aspecto, ponderou:

"Imperioso destacar-se que algumas situações extrapolam aspectos meramente técnicos lastreados em dados matemáticos e estatísticos, como no caso presente em que os Estados de Rondônia e do Acre fazem fronteiras com países da América do Sul, o que torna sua localização estratégica. Ademais, há que frisar-se a peculiar situação do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região que deverá acompanhar a alteração brusca do cenário econômico regional em especial pelas obras nas Usinas de Santo Antônio e Jirau, além de sua localização geográfica que acarreta dificultoso transporte e cumprimento de mandados na região."

De outro lado, atualmente encontram-se em andamento obras de relevo no Estado de Rondônia, fato que influi sobre a demanda jurisdicional da Região.

Os quantitativos de cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, Especialidade Execução de Mandados, previstos no projeto de lei resultaram de rigorosa e exaustiva análise do pleito, à luz de toda a legislação pertinente, incluindo o acurado exame de dados estatísticos e dos aspectos orçamentários e financeiros, pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Justiça.

Com essas considerações e tendo em vista que a medida aqui proposta converter-se-á, em última análise, em qualidade da prestação jurisdicional, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 15 de julho de 2011.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

OF.TST.GDGSET.GP.Nº 247**Brasília, 15 de julho de 2011.**

A Sua Excelência o Senhor

MARCO MAIA

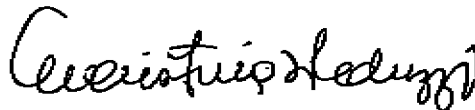
Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília-DF

Assunto: Anteprojeto de Lei.**Senhor Presidente,**

Nos termos do art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que trata da criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com sede na cidade de Porto Velho-RO.

Cordialmente,

**MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI****Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho****PROJETO DE LEI Nº 1.869, DE 2011
(Do Tribunal Superior do Trabalho)**

**Dispõe sobre a criação de cargos de
provimento efetivo no Quadro de Pessoal da
Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da
14ª Região.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com sede na cidade de Porto Velho-RO, 10 (dez) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de

de 2011.

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 10 (dez) cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com sede na cidade de Porto Velho-RO.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei n.º 12.309/2010. Na Sessão de 5 de julho de 2011, conforme Parecer de Mérito nº 0001915-31.2011.2.00.0000, foi aprovada por aquele colegiado a criação de 10 (dez) cargos de provimento efetivo da carreira de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região justificou a proposta de criação dos referidos cargos, em face, dentre outras motivações, da necessidade de se adequar o Quadro Permanente do TRT aos dispositivos da Resolução - CSJT nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, aliada à crescente demanda nas Varas do Trabalho do Regional, ao crescimento econômico da região e aos problemas relacionados ao acesso do jurisdicionado à Justiça, tendo em vista as grandes distâncias entre os municípios sedes de Varas do Trabalho e a grande maioria dos demais municípios dos Estados do Acre e Rondônia.

Nos termos do artigo 7º da Resolução 63/2010, considerado o movimento processual e a extensão da área abrangida pela competência territorial das Varas do Trabalho, o Tribunal Regional pode, em situações excepcionais, entender necessário um número maior de analistas executantes de mandado do que o previsto no Anexo III da citada Resolução. Segundo dados da unidade de estatística do Tribunal Superior do Trabalho, as Varas Trabalhistas daquele Regional deveriam contar com 77 (setenta e sete) servidores nessa especialidade, no entanto existem em seu Quadro Permanente apenas 59 (cinquenta e nove), resultando um déficit de 18 (dezoito) Analistas Judiciários na Especialidade Execução de Mandados.

As grandes distâncias e as diversidades naturais da Amazônia são fatores gravosos à prestação jurisdicional, na medida em que o jurisdicionado tem dificuldade de acesso a algumas Varas do Trabalho do Tribunal da 14ª Região, constituído pelos Estados

do Acre e de Rondônia. O eminente Relator do processo no Conselho Nacional de Justiça, nesse aspecto, ponderou:

"Imperioso destacar-se que algumas situações extrapolam aspectos meramente técnicos lastreados em dados matemáticos e estatísticos, como no caso presente em que os Estados de Rondônia e do Acre fazem fronteiras com países da América do Sul, o que torna sua localização estratégica.

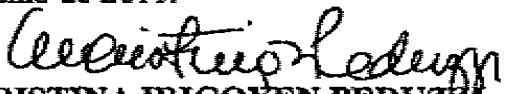
Ademais, há que frisar-se a peculiar situação do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região que deverá acompanhar a alteração brusca do cenário econômico regional em especial pelas obras nas Usinas de Santo Antônio e Jirau, além de sua localização geográfica que acarreta dificultoso transporte e cumprimento de mandados na região."

De outro lado, atualmente encontram-se em andamento obras de relevo no Estado de Rondônia, fato que influi sobre a demanda jurisdicional da Região.

Os quantitativos de cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, Especialidade Execução de Mandados, previstos no projeto de lei resultaram de rigorosa e exaustiva análise do pleito, à luz de toda a legislação pertinente, incluindo o acurado exame de dados estatísticos e dos aspectos orçamentários e financeiros, pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Justiça.

Com essas considerações e tendo em vista que a medida aqui proposta converter-se-á, em última análise, em qualidade da prestação jurisdicional, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 15 de julho de 2011.



MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Vice-Presidente no exercício
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI N.º 0001915-31.2011.2.00.0000

RELATOR : CONSELHEIRO JEFFERSON KRAVCHYCHYN

**REQUERENTE : CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO;
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 14ª REGIÃO
(RO E AC)**

REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO
DE LEI. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 14ª REGIÃO. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE
CARGOS DE DESEMBARGADOR, CARGOS**

EFETIVOS DE SERVIDORES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS. PARECER PARCIALMENTE PROCEDENTE.

- Os dados trazidos pela Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho demonstram que cada juiz recebeu, em média, entre os anos de 2008/2010, 651 (seiscentas e cinquenta e uma) ações originárias e recursos vindos das Varas do Trabalho, o que não caracteriza a necessidade de criação de cargos de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

- A dificuldade na manutenção do funcionamento das Turmas com apenas três membros já foi enfrentada pelo Conselho Nacional de Justiça, prevalecendo o entendimento de que a ampliação da composição somente ocorreria onde a movimentação processual fosse condizente. (PAM 0002615-41.2010.2.00.0000 – Relator Conselheiro Walter Nunes da Silva Júnior)

- Há no presente momento 786 (setecentos e oitenta e seis) cargos efetivos, incluídos nesse cálculo 44 (quarenta e quatro) cargos criados por ato administrativo interno, que ainda que sejam afastados, deixam o Tribunal da 14ª Região da faixa indicada, a 46 (quarenta e seis) servidores do limite máximo e 26 (vinte e seis) servidores a mais que o mínimo.

- Frisa-se a peculiar situação do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região que deverá acompanhar a alteração brusca do cenário econômico regional ocasionado em especial pelas obras nas Usinas de Santo Antônio e Jirau, além de sua localização geográfica que acarreta dificultoso transporte e cumprimento de mandados na região.

- A criação de cargos em comissão e funções comissionadas se mostra inviável, em observância à Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

- Parecer favorável a proposta de anteprojeto de lei para a criação de 10 (dez) cargos efetivos de analista judiciário, área judiciária, especialidade em execução de mandados.

VISTOS,

Trata-se de Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei instaurado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO e AC), em face do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre proposta de criação de cargos de Desembargador, cargos efetivos de servidores, cargos Comissionados e Funções Comissionadas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, em atendimento aos comandos do Ato Conjunto nº 26/2010 do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre o prazo para envio de propostas que tenham por objetivo a criação de cargos, funções e Varas de Trabalho, apresentou proposta conforme as necessidades do Tribunal da 14ª Região.

A referida proposta sugere a criação de:

- 2 (dois) cargos de Desembargador Federal do Trabalho;
- 10 (dez) cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados;
- 18 (dezoito) cargos, 2 (dois) CJ3, 2 (dois) CJ2 e 14 (catorze) FC5, na Área Judiciária – Analista Judiciário;
- 10 (dez) cargos e 5 (cinco) FC5 na Área Judiciária – Analista Judiciário – Especialidade Tecnologia da Informação;
- 10 (dez) cargos e 5 (cinco) FC5 na Área Administrativa – Analista Judiciário;
- 2 (dois) cargos e 2 (dois) FC5 na Área Apoio Especializado – Analista Judiciário – Especialidade Jornalista;
- 1 (um) cargo e 1 (um) FC5 na Área Apoio Especializado – Analista Judiciário – Especialidade Arquivologia;
- 1 (um) cargo e 1 (um) FC5 na Área Apoio Especializado – Analista Judiciário – Estatístico;
- 7 (sete) cargos e 5 (cinco) FC5 na Área Apoio Especializado – Técnico Judiciário – Especialidade Tecnologia da Informação.

A proposta do TRT da 14ª Região totaliza, dessa forma, 2 (dois) cargos de Magistrado de 2º Grau, 59 (cinquenta e nove) cargos efetivos de servidor, 4 (quatro) cargos comissionados e 33 (trinta e três) funções comissionadas.

Fundamenta a referida proposta através de dados do crescimento econômico do Estado de Rondônia, bem como do aumento da demanda processual na instância recursal no período de 2005 a 2010, além de observar a padronização instituída pelas Resoluções nº 90 do CNJ e nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Acrescenta que a ampliação do quadro permanente de pessoal do Regional atende às metas estratégicas estabelecidas para o Tribunal nas Resoluções Administrativas nº 86 e nº 116/2009.

Segundo os termos da Portaria nº 24/2011, foram encaminhados os presentes autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DOR), para que emitisse parecer técnico conforme o disposto no art. 81, IV da Lei nº 12.017/2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em seu parecer técnico, o DOR afirmou que decorre da proposição do TRT da 14ª Região aumento de despesas com pessoal e encargos sociais, mas ~~conclui~~ *que “[...] o TRT da 14ª Região dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei sobre criação de cargos que ora propõe.”*

Ocorre que a análise feita pelo DOR considerou somente os aspectos relativos ao impacto orçamentário do Anteprojeto de Lei, restando a necessidade da abordagem de diversos outros critérios, razão pela qual determinei ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ que se manifestasse acerca do Anteprojeto de Lei presente, nos termos da Lei nº 11.364/2006, cotejando a proposta ora apresentada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para incremento da infra-estrutura de pessoal do TRT da 14ª Região com os índices de litigiosidade verificados naquele Tribunal e demais ramos da Justiça da União, observando-se ademais as peculiaridades locais que se apresentam.

Em petição avulsa, o TRT da 14ª Região, através de sua Presidente, reitera e enfatiza as necessidades do acolhimento da proposta de criação de cargos no âmbito do Tribunal, trazendo dados sobre o crescimento da demanda e movimentação processual, decorrentes do intenso crescimento econômico regional gerado principalmente pela construção civil, serviços, comércio e pela indústria de transformações, advindos dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na região.

Instado a manifestar-se, o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) apresentou análise da proposta do TRT da 14ª Região, onde consta que o Tribunal Superior do Trabalho convalidou parecer do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e aprovou apenas a criação das 10 (dez) vagas referentes ao cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados.

Informa que realizou o estudo técnico com a finalidade de subsidiar a deliberação deste Conselho acerca do referido Anteprojeto de Lei, com base no inciso IV do § 1º do art. 5º da Lei nº 11.364.

Afirma no relatório que, “[...] ainda que em alguns parâmetros comparados isoladamente o TRT14 não possua as melhores condições em relação ao TRF1 ou em comparação com as Justiças Federal e do Trabalho, verifica-se que o TRT14 possui uma condição privilegiada, tanto em relação à Justiça do Trabalho, quanto em relação ao TRF1 e à Justiça Federal”.

Conclui ser desnecessária a criação dos referidos 10 (dez) cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados, ressalvando, porém, que deve ser levada em consideração, ao decidir-se pela criação ou não desses cargos, a questão das áreas de fronteira com outros países da América do Sul, que, no entendimento do Senado Federal, são consideradas estratégicas.

É, em síntese, o relatório.

VOTO:

A análise feita pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário do Conselho Nacional de Justiça abordou os aspectos relativos ao impacto orçamentário do Anteprojeto de Lei.

Por se turno, o estudo feito pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias desse Conselho utilizou os dados de litigiosidade do *"Justiça em Números/2010"*, analisando o total de cargos efetivos de servidores por 100.000 (cem mil) habitantes e por cargos de magistrados existentes em comparação com os dados do TRF da 1ª Região.

Ambos servem como subsídio, complementando-se, na deliberação do Conselho Nacional de Justiça acerca do Anteprojeto de Lei ora examinado e que dispõe sobre proposta de criação de cargos de Desembargador, cargos efetivos de servidores, cargos comissionados e funções comissionadas.

Inicialmente entendo que não merece prosperar a proposta de criação de 2 (dois) cargos de Desembargador, firmada com o argumento de que há dificuldade na manutenção de duas turmas com 3 (três) membros cada, o que dificulta o funcionamento das mesmas, em decorrência de licenças médicas e ausências legais..

Isso porque o artigo 5º da Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dispõe que: *"A alteração da composição de Tribunal Regional do Trabalho somente poderá ser proposta quando a média de processos anualmente recebidos por magistrado, de segundo grau, apurada nos três anos anteriores, for igual ou superior a 1.500 (mil e quinhentos)."*

Os dados trazidos pela Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho demonstram que cada juiz recebeu, em média, entre os anos de 2008/2010, 651 (seiscentas e cinquenta e uma) ações originárias e recursos vindos das Varas do Trabalho, o que não caracteriza a necessidade de criação de cargos de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

A questão da dificuldade na manutenção do funcionamento das Turmas com apenas três membros já foi enfrentada pelo Conselho Nacional de Justiça, prevalecendo o entendimento de que a ampliação da composição somente ocorreria, onde a movimentação processual fosse condizente. (PAM 0002615-41.2010.2.00.0000 – Relator Conselheiro Walter Nunes da Silva Júnior)

Noutro bordo segundo informação trazida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Tribunal requerente possui número de servidores maior do que o determinado pela Resolução nº 63/2010.

No cálculo do quadro de pessoal apresentado pela Coordenadoria de Estatística do TST e em respeito ao previsto na Resolução nº 63/2010, seriam necessários entre 348 (trezentos e quarenta e oito) e 386 (trezentos e oitenta e seis) servidores para a composição da 2ª instância, e entre 368 (trezentos e sessenta e oito) e 402 (quatrocentos e dois) para a 1ª instância do TRT da 14ª Região, o que totalizaria entre 716 (setecentos e dezesseis) e 788 (setecentos e oitenta e oito) servidores necessários para o bom funcionamento do judiciário trabalhista naquele regional.

Verifica-se que há no presente momento 786 (setecentos e oitenta e seis) cargos efetivos, incluídos nesse cálculo 44 (quarenta e quatro) cargos criados por ato administrativo interno, que ainda que sejam afastados, deixam o Tribunal dentro da faixa indicada, a 46 (quarenta e seis) servidores do limite máximo e 26 (vinte e seis) servidores a mais que o mínimo.

Soma-se a isso o fato de que a área administrativa do Tribunal possui 32,1% do total de servidores o que supera o percentual de 30% previsto no artigo 14 da Resolução nº 63/2010. Assim descabe a criação de novos cargos para a área administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

Em relação à criação de cargos em comissão e funções comissionadas se mostra inviável o pedido, em observância a Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Isso porque atualmente o TRT da 14ª Região possui 620 FCs/CJs, que totalizam 83,56% do quantitativo de cargos efetivos, contrariando dessa forma o artigo 2º da Resolução mencionada anteriormente, que prevê um máximo de 62,5%.

Supondo-se a criação dos 94 (noventa e quatro) cargos efetivos e dos 19 (dezenove) cargos em comissão e funções comissionadas solicitadas, o percentual passaria a ser de 76,44%, ainda assim acima do limite e contrariando o normativo.

Já no que se refere à criação de cargos de analista judiciário, área judiciária, com especialidade em execução de mandados, de acordo com o informado pela Coordenadoria de Estatísticas do TST, as Varas Trabalhistas daquele regional deveriam contar com 77 (setenta e sete) servidores nessa especialidade, contudo há em seu quadro 59 (cinquenta e nove) servidores, resultando em um déficit de 18 (dezoito) Oficiais de Justiça na 14ª Região.

Consta ainda nas informações estatísticas e existência de 16 (dezesesseis) cargos de analista judiciário vagos naquele Tribunal. Contudo, não pode o TRT da 14ª Região transformar os cargos eventualmente vagos de analistas judiciários para a especialidade de executantes de mandados, sob pena de violar o poder discricionário e desorganizar o quadro de servidores daquele regional.

A conclusão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho foi a seguinte: *"Diante desse contexto, e considerando os relevantes dados técnicos constantes dos pareceres emitidos pelas assessorias deste Conselho, voto pela aprovação parcial do Anteprojeto de lei para criação de 10 cargos efetivos de analista judiciário, área judiciária, especialidade execução de mandados e pelo encaminhamento do anteprojeto de lei ao Congresso Nacional, após a aprovação pelo Órgão Especial do C. TST e deliberação do Conselho Nacional de Justiça, para análise e emissão de parecer de mérito, em virtude de que estatui o inciso IV, do artigo 90 da Lei 11.439/2006."*

O parecer do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça concluiu que:

"Ainda que em alguns parâmetros comparados isoladamente o TRT14 não possua as melhores condições em relação ao TRF1 ou em comparação com as Justiças Federal e do Trabalho, verifica-se que o TRT14 possui uma condição privilegiada, tanto em relação à Justiça do Trabalho, quanto em relação ao TRF1 e à Justiça Federal. Assim, pela análise dos dados do Relatório "Justiça em Números", conclui-se pela desnecessidade da criação dos 10 (dez) cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados. Porém, ressalta-se a questão das áreas de fronteira, que deve ser levada em consideração na decisão acerca da criação ou não destes cargos."

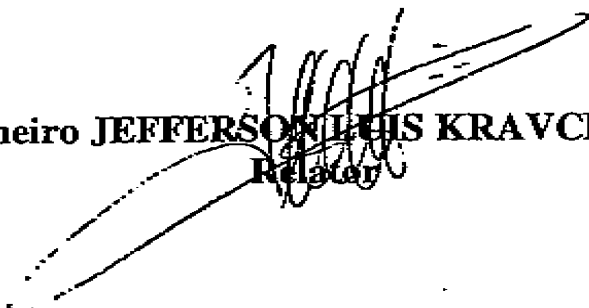
Nesse norte, merece ser ratificado o Acórdão proferido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho vez que respaldado em análise técnica e valendo-se de parâmetros uniformes na análise dos pleitos enfrentados.

Imperioso destacar-se que algumas situações extrapolam aspectos meramente técnicos lastreados em dados matemáticos e estatísticos, como no caso presente em que os Estados de Rondônia e do Acre fazem fronteiras com países da América do Sul, o que torna sua localização estratégica.

Ademais, há que frisar-se a peculiar situação do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região que deverá acompanhar a alteração brusca do cenário econômico regional ocasionado em especial pelas obras nas Usinas de Santo Antônio e Jirau, além de sua localização geográfica que acarreta dificultoso transporte e cumprimento de mandados na região.

Assim, considerando o que foi proferido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário e Departamento de Pesquisas Judiciárias desse Conselho, emito parecer favorável a proposta de anteprojeto de lei para a criação de 10 (dez) cargos efetivos de analista judiciário, área judiciária, especialidade em execução de mandados.

Brasília, 13 de junho de 2011.


Conselheiro JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN

Relator

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 130ª SESSÃO ORDINÁRIA

PARECER DE MÉRITO 0001915-31.2011.2.00.0000

Relator: Conselheiro JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN

Requerentes:

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho - 14ª Região (RO e AC)

Requerido:

Conselho Nacional de Justiça

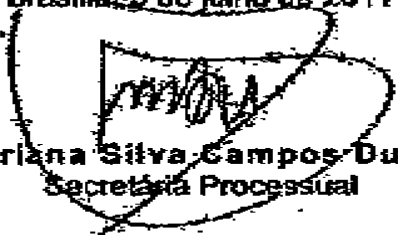
CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

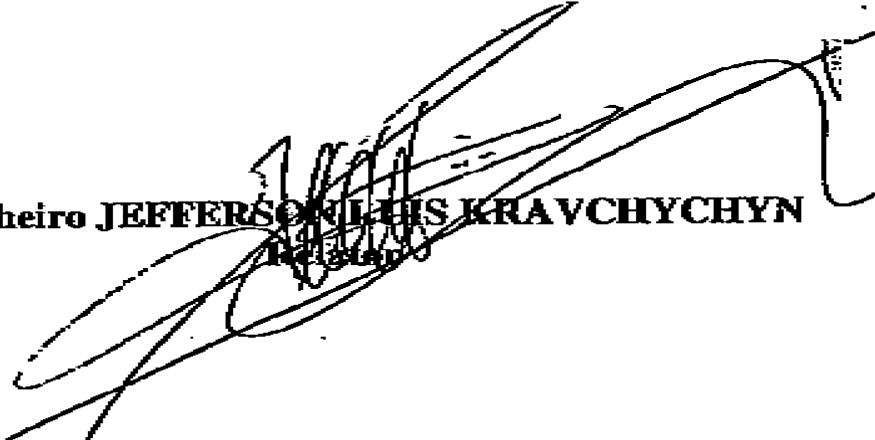
"O Conselho, por maioria, aprovou o parecer, nos termos do voto do Relator, para criação de dez cargos. Votaram os Conselheiros Ministra Eliana Calmon, Milton Nobre, Walter Nunes e José Adônis Ausente, justificadamente, o Conselheiro Leomar Barros Amorim. Presidiu o julgamento o Ministro Cezar Peluso. Plenário, 5 de julho de 2011."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ministro Cezar Peluso, Ministra Eliana Calmon, Ministro Ives Gandra, Milton Nobre, Nelson Tomaz Braga, Paulo Tamburini, Walter Nunes, Morgana Richa, José Adonis Calhou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jefferson Luis Kravchychyn, Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Marcelo Nobre e Marcelo Neves.

Ausentes, justificadamente, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brasília, 5 de julho de 2011

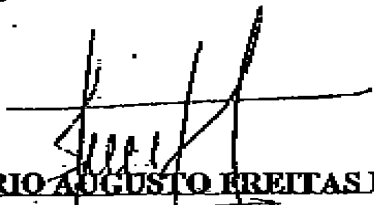

Mariana Silva Campos Dutra
Secretária Processual


Conselheiro JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN
Relator

ÓRGÃO ESPECIAL
CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO

CERTIFICO que em sessão ordinária do **EGRÉGIO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Ministro João Oreste Dalazen, Presidente do Tribunal, presentes os Ex.^{mos} Srs. Ministros presentes os Excelentíssimos Ministros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Vice-Presidente, Antônio José de Barros Levenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Ives Gandra da Silva Martins-Filho, João Batista Brito Pereira, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Fernando Eizo Ono, Márcio Eurico Vitral Amaro, e o Ex.^{mo} Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, autorizou o Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal, *ad referendum* do Órgão Especial, a encaminhar à Câmara dos Deputados, nos termos propostos pelo Conselho Nacional de Justiça, os anteprojetos de lei aprovados por aquele Órgão que porventura chegarem à Presidência da Corte no mês de julho de 2011.

Brasília, 1º de julho de 2011.


VALÉRIO AUGUSTO BRETAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2012

(nº 1.875/2011, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

§ 1º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 2º Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário, Área Judiciária	171 (cento e setenta e um)
Técnico Judiciário, Área Administrativa	55 (cinquenta e cinco)
TOTAL	226 (duzentos e vinte e seis)

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.875, DE 2011

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de julho de 2011.

ANEXO

(Art. 1º da Lei n.º de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário, Área Judiciária	171 (cento e setenta e um)
Técnico Judiciário, Área Administrativa	55 (cinquenta e cinco)
TOTAL	226 (duzentos e vinte e seis)

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 95, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submetido à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 226 (duzentos e vinte e seis) cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei nº 12.309/2010. Na Sessão de 5 de julho de 2011, foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0001919-68.2011.2.00.0000, a criação de 225 (duzentos e vinte e seis) cargos de provimento efetivo, sendo 171 (cento e setenta e um) de Analista Judiciário, Área Judiciária e 55 (cinquenta e cinco) de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região justificou a proposta de criação dos referidos cargos em face da necessidade de adequar o Quadro Permanente do TRT aos dispositivos da Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como atender a determinações do Tribunal de Contas da União.

Indicadores estatísticos da área técnica do Tribunal Superior do Trabalho, para o ano de 2009, mostram que o TRT da 18ª Região teve a maior média mensal do País de processos recebidos por servidor nas Varas do Trabalho (23,33), enquanto a média nacional foi de 13,32. Além disso, o número de servidores do Quadro Permanente para cada 100 mil habitantes foi de 15,14, sendo a média nacional de 19,68.

Dados extraídos do relatório anual denominado "Justiça em Números", do Conselho Nacional de Justiça, referente ao ano de 2009, apontavam o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região como o terceiro Tribunal Trabalhista com o maior percentual de servidores requisitados de outros órgãos, consistindo em 34,06% da sua força de trabalho.

No exercício de 2010, já computados os 270 cargos criados pela Lei nº 11.978/2009, o Regional de Goiás ainda contava com uma força de trabalho originária de servidores requisitados ou cedidos por outros órgãos públicos que ultrapassava o limite de 20% estabelecido pelo artigo 3º da Resolução nº 88, de 8 de setembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, razão pela qual foi instado a prestar esclarecimentos junto à Corregedoria Nacional de Justiça acerca das medidas adotadas para o cumprimento do citado ato normativo.

Ainda com a finalidade de atender a determinação do artigo 3º da Resolução CSJT nº 63/2010, que fixa percentual máximo para os Tribunais Trabalhistas requisitarem servidores, o TRT da 18ª Região deverá proceder à devolução de servidores cedidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, o que implicará dificuldades na manutenção da adequada prestação jurisdicional, sendo imprescindível a recomposição de seu Quadro de Pessoal, com a criação de cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, fato reconhecido pelo Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 776/2007 – Plenário.

O quantitativo de cargos de provimento efetivo aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça, resultou da análise do pleito em que o eminente Relator concluiu seu voto:

"... voto pela criação de 226 (duzentos e vinte e seis) cargos apenas para substituir os servidores atualmente requisitados, na proporção e para as atividades que atualmente são desempenhadas por aquele tribunal.

Dou parecer favorável em parte às solicitações feitas para TRT 18ª Região para acolher a proposta de criação de 226 (duzentos e vinte e seis) cargos efetivos na proporção e distribuição das funções atualmente desempenhadas pelos servidores requisitados."

Ante a Decisão do CNJ, o TRT da 18ª Região, por meio do OFÍCIO TRT 18ª GP/DG nº 087/2011, de 15/7/2011, informou à Presidência deste Tribunal Superior do Trabalho que, feitos os estudos tendo por base a proporção e as atividades atualmente desempenhadas pelos servidores requisitados e considerando a iminente implantação do Processo Judicial Eletrônico por aquele Regional, dos 226 (duzentos e vinte e seis) cargos de provimento efetivo propostos, 171 (cento e setenta e um) serão destinados à carreira de Analista Judiciário, Área Judiciária e 55 (cinquenta e cinco) à de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação do Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 28 de julho de 2011.

JOÃO ORESTE DALAZEN
Ministro Presidente
do Tribunal Superior do Trabalho

OF.TST.GDGSET.GP.Nº 253**Brasília, 28 de julho de 2011.**

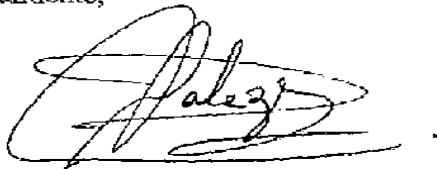
A Sua Excelência o Senhor
MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Assunto: Anteprojeto de Lei.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça, que trata da criação de cargos de provimento efetivo, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, sediado em Goiânia-GO.

Cordialmente,



JOÃO ORESTE DALAZEN
Ministro Presidente
do Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO DE LEI N.º 1.875 , de 2011.
(DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, de de 2011.

(Art. 1º da Lei n.º **ANEXO**, de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário, Área Judiciária	171 (cento e setenta e um)
Técnico Judiciário, Área Administrativa	55 (cinquenta e cinco)
TOTAL	226 (duzentos e vinte e seis)

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 226 (duzentos e vinte e seis) cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 80, IV, da Lei nº 12.309/2010. Na Sessão de 5 de julho de 2011, foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0001919-68.2011.2.00.0000, a criação de 226 (duzentos e vinte e seis) cargos de provimento efetivo, sendo 171 (cento e setenta e um) de Analista Judiciário, Área Judiciária e 55 (cinquenta e cinco) de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região justificou a proposta de criação dos referidos cargos em face da necessidade de adequar o Quadro Permanente do TRT aos dispositivos da Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como atender a determinações do Tribunal de Contas da União.

Indicadores estatísticos da área técnica do Tribunal Superior do Trabalho, para o ano de 2009, mostram que o TRT da 18ª Região teve a maior média mensal do País de processos recebidos por servidor nas Varas do Trabalho (23,33), enquanto a média nacional foi de 13,32. Além disso, o número de servidores do Quadro Permanente para cada 100 mil habitantes foi de 15,14, sendo a média nacional de 19,68.

Dados extraídos do relatório anual denominado "Justiça em Números", do Conselho Nacional de Justiça, referente ao ano de 2009, apontavam o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região como o terceiro Tribunal Trabalhista com o maior percentual de servidores requisitados de outros órgãos, consistindo em 34,06% da sua força de trabalho.

No exercício de 2010, já computados os 270 cargos criados pela Lei nº 11.978/2009, o Regional de Goiás ainda contava com uma força de trabalho originária de servidores requisitados ou cedidos por outros órgãos públicos que ultrapassava o limite de 20% estabelecido pelo artigo 3º da Resolução nº 88, de 8 de setembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, razão pela qual foi instado a prestar esclarecimentos junto à Corregedoria Nacional de Justiça acerca das medidas adotadas para o cumprimento do citado ato normativo.

Ainda com a finalidade de atender a determinação do artigo 3º da Resolução CSJT nº 63/2010, que fixa percentual máximo para os Tribunais Trabalhistas requisitarem servidores, o TRT da 18ª Região deverá proceder à devolução de servidores cedidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, o que implicará dificuldades na manutenção da adequada prestação jurisdicional, sendo imprescindível a recomposição de seu Quadro de Pessoal, com a criação de cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, fato reconhecido pelo Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 776/2007 – Plenário.

O quantitativo de cargos de provimento efetivo aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça, resultou da análise do pleito em que o eminente Relator concluiu seu voto:

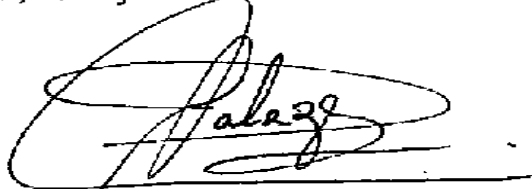
"... voto pela criação de 226 (duzentos e vinte e seis) cargos apenas para substituir os servidores atualmente requisitados, na proporção e para as atividades que atualmente são desempenhadas por aquele tribunal.

Dou parecer favorável em parte às solicitações feitas para TRT 18ª Região para acolher a proposta de criação de 226 (duzentos e vinte e seis) cargos efetivos na proporção e distribuição das funções atualmente desempenhadas pelos servidores requisitados."

Ante a Decisão do CNJ, o TRT da 18ª Região, por meio do OFÍCIO TRT 18ª GP/DG nº 087/2011, de 15/7/2011, informou à Presidência deste Tribunal Superior do Trabalho que, feitos os estudos tendo por base a proporção e as atividades atualmente desempenhadas pelos servidores requisitados e considerando a iminente implantação do Processo Judicial Eletrônico por aquele Regional, dos 226 (duzentos e vinte e seis) cargos de provimento efetivo propostos, 171 (cento e setenta e um) serão destinados à carreira de Analista Judiciário, Área Judiciária e 55 (cinquenta e cinco) à de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, submeto o projeto de lei à apreciação do Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, 28 de julho de 2011.



JOÃO ORESTE DALAZEN
Ministro Presidente
do Tribunal Superior do Trabalho

*Conselho Nacional de Justiça***PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI Nº 0001919-68.2011.2.00.0000**

RELATOR : Conselheiro PAULO DE TARSO TAMBURINI SOUZA
REQUERENTE : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
REQUERENTE : CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO : CSJT – TRT 18ª REGIÃO – OFÍCIO CSJT.GP.ASPAS

EMENTA: PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI. CRIAÇÃO CARGOS EFETIVOS NO ÂMBITO DO TRT DA 18ª REGIÃO. SOLICITAÇÃO DE ACORDO, EM PARTE, COM AS DIRETRIZES FIXADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT. PARECER PARCIALMENTE FAVORÁVEL.

1. Trata-se de proposta para criação de 405 cargos efetivos no âmbito do TRT da 18ª Região.
2. Parecer do CSJT favorável em parte para que o TRT da 18ª Região adéque a atual estrutura às diretrizes da Resolução nº 63 do CSJT.
3. Impende reconhecer que a proposta formulada pelo TRT da 18ª Região, como já o fez o CSJT, amolda-se, em parte, ao disposto na Resolução nº 63/2010 do CSJT e na Lei nº 6.947/81.
4. Cumpre destacar, outrossim, que assiste razão ao DPJ em apontar que a relação de servidores efetivos por cargos de magistrados é uma das mais confortáveis do país. Razão que determina maior prudência na criação de cargos.
5. Dou parecer favorável em parte às solicitações feitas para TRT da 18ª Região para acolher a proposta de criação de 226 (duzentos e vinte e seis) cargos efetivos na proporção e distribuição das funções atualmente desempenhadas pelos servidores requisitados.

RELATÓRIO

Adoto o bem lançado relatório formulado pelo e. Cons. Nelson Tomaz Braga.

VOTO

Há certa divergência entre os pareceres fixados pelo CSJT e pelo DPI evidenciando a necessidade de que este Conselho passe a fixar outros critérios para análise dos Pareceres de Mérito. Óbvio que não se poderia exigir que o CNJ regulamentasse critérios cuja melhor ponderação competiria aos ramos específicos de cada Justiça. Por essa razão, é perfeitamente aplicável ao caso a Resolução nº 63 do CSJT, como de fato já decidiu este Conselho:

Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei. Anteprojeto de Lei. Criação de Varas do trabalho, cargos de Juiz do Trabalho Titular, cargos efetivos de analista e técnico judiciário, cargos em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Anteprojetos de CSJT/TST 2048206-74.2009.5.00.0000 e CSJT/TST 430119.2010.5.00.0000. 1) A criação de Varas do Trabalho e de cargos no âmbito de Tribunal Regional do Trabalho requer a análise de dados estatísticos de movimentação processual, do impacto orçamentário-financeiro, assim como das questões fáticas e pontuais relacionadas às peculiaridades geográficas, políticas e sociais da região, para que se alcance equilíbrio na estrutura da Justiça do Trabalho e, conseqüentemente, celeridade e efetividade na prestação jurisdicional. 2) Parecer em que se nega a proposição do Anteprojeto de Lei CSJT/TST 2048206-74.2009.5.00.0000 que contempla: 130 cargos efetivos — 95 de Analista Judiciário e 35 de Técnico Judiciário —, 6 cargos em comissão — CJ-3 — para compor o Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. 3) Parecer em que se acolhe a proposta de criando Tribunal Superior do Trabalho, para 06 (seis) Varas do Trabalho a serem instaladas nos Municípios de Alto Araguaia, Colniza, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Peixoto de Azevedo e Sapezal, bem como de criação de 12 cargos de juiz (6 titulares e 6 substitutos), 48 cargos efetivos (18 cargos de analista judiciário e 30 cargos de técnico judiciário), 30 funções comissionadas e 6 cargos em comissão (CJ-3). (CNJ - PAM 0002632-77.2010.2.00.0000 - Rel. Cons. Felipe Locke Cavalcanti - 107ª Sessão - j. 14/06/2010 - DJ - e nº 108/2010 em 16/06/2010 p. 14).

Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei. Justiça do Trabalho. Proposta de Anteprojeto de criação de Varas do Trabalho, cargos de Juiz e servidores, de efetivo e em comissão. 18ª Região da Justiça do Trabalho. Demonstração da necessidade. Demonstrada a necessidade de incremento da Justiça do Trabalho de Goiás, em face do reduzido número de Juizes de segundo grau, da considerável média de demanda processual e das dificuldades de acesso à Justiça nas cidades do interior, bem como tendo sido observados os limites legal (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e prudencial (Lei de Responsabilidade Fiscal) para gasto com pessoal e encargos sociais e a Resolução 63/10 do CSJT, resta aprovada a criação de 12 Varas do Trabalho (5 em Goiânia, 1 em Rio Verde, 1 em Quirinópolis, 1 em Itumbiara, 1 em Inhumas, 1 em Goiatuba, 1 em Goianésia e 1 em Pires do Rio), 1 cargo de Juiz de TRT, 24 cargos de Juiz do Trabalho (12 Titulares e 12 Substitutos), de 22 cargos de servidores efetivos e 12 cargos em comissão nível CJ-3 (Diretor de Secretaria de Vara) para a 18ª Região da Justiça do Trabalho. Parecer parcialmente favorável à proposta do Requerente. (CNJ - PAM 0002619-78.2010.2.00.0000 - Rel. Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho - 107ª Sessão - j. 14/06/2010 - DJ - e nº 108/2010 em 16/06/2010 p. 15).

Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei. TRT da 19ª Região. Criação de Varas do Trabalho, cargos de Juiz do Trabalho Titular, Juiz do Trabalho Substituto, cargos efetivos e cargos em comissão. 1) Parecer de Mérito a respeito dos Anteprojetos de Lei CSJT 2069206-33.2009.5.00.0000 e CSJT 2069406-40.2009.5.00.0000. 2) A proposta de criação de duas Varas do Trabalho nas Cidades de São Miguel dos Campos e União dos Balmares, com 02 cargos de Juiz Titular e um Juiz Substituto, atende aos critérios fixados na Lei 6.947/81 e na Resolução 63/2010 do CSJT. 3) Apesar da atual proporção entre número de servidores e de cargos em comissão/função comissionada no TRT/19ª Região, superior ao parâmetro recomendado pelo CNJ, é necessária criação de 02 cargos CJ-2

para os serviços de distribuição e 02 cargos CJ-3 para a direção das secretarias das Varas propostas. 4) Acolhimento parcial da proposta oriunda do TST, para criação de 2 Varas do Trabalho nas Cidades de São Miguel dos Campos e União dos Palmares; 2 cargos de Juiz do Trabalho; 1 cargo de Juiz Substituto do Trabalho; 16 cargos de Analista Judiciário; 15 cargos de Técnico Judiciário; 4 cargos de Analista Judiciário, área especializada, Execução de Mandados; 02 cargos comissionados CJ-3 para a Direção de Secretaria das Varas propostas. (CNJ - PAM 0002621-48.2010.2.00.0000 - Rel. Cons. José Adonis Callou de Araújo Sá - 107ª Sessão - j. 14/06/2010 - DJ - e nº 108/2010 em 16/06/2010 p. 16).

Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei. Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei para criação de Varas do Trabalho, cargos de Juiz do Trabalho, cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no âmbito do TRT da 20ª Região. 1) Não obstante o bem lançado Parecer do Comitê Técnico de Apoio deste Conselho, parcialmente contrário ao Anteprojeto que prevê a criação de Varas do Trabalho, cargos de Juiz do Trabalho, cargos efetivos, cargos em comissão no âmbito do TRT da 20ª Região, há que aprovar-se a proposição na forma como submetida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, eis que fundada em dados técnicos, específicos desse ramo do Judiciário, além de atender a conveniência administrativa e a legalidade objetiva. 2) Parecer pelo acolhimento do Anteprojeto de Lei encaminhado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. (CNJ - PAM 0002617-11.2010.2.00.0000 - Rel. Cons. Leomar Barros Amorim de Sousa - 107ª Sessão - j. 14/06/2010 - DJ - e nº 108/2010 em 16/06/2010 p.

Cumpré registrar, todavia, que assiste razão ao DPI, ao buscar exigir critérios de eficiência e produtividade para a criação de novos cargos e novas varas. O e. Min. Gilson Dipp, durante os debates do PAM nº 2632-77, defendeu que este Conselho fixasse as diretrizes gerais para analisar projetos de aumento de cargos. Não que esses critérios estejam ausentes no parecer feito pelo CSJT, mas é fundamental que toda a Justiça da União siga as diretrizes do planejamento estratégico anualmente ajustado com todos os Tribunais do país.

Além disso, da proposta formulada pelo TRT da 18ª Região salta aos olhos que a criação de 405 cargos efetivos pleiteados pelo TRT implicaria em conceder-lhe a melhor relação de servidores por magistrado do país (passaria dos atuais 10,6 para 15,3 cargos), situação que o próprio DPI chamou de "confortável". Ora é evidente que em situações como esta, especialmente se consideramos a baixa expectativa de expansão das demandas trabalhistas nesta região, é preciso relativizar-se os critérios fixados pela Resolução nº 63 do CSJT.

Voto, portanto, para que sejam mantidos os atuais quadros daquele regional substituindo-se os servidores requisitados e criando-se os respectivos cargos efetivos. Assim, como o TRT da 18ª Região possui 226 servidores requisitados, sendo 41 para área administrativa e 185 para área judiciária (p.11 REQINIC 19), voto pela criação de 226 cargos apenas para substituir os servidores atualmente requisitados, na proporção e para as atividades que atualmente são desempenhadas por aquele tribunal.

Dou parecer favorável em parte às solicitações feitas para TRT da 18ª Região para acolher a proposta de criação de 226 (duzentos e vinte e seis) cargos efetivos na proporção e distribuição das funções atualmente desempenhadas pelos servidores requisitados.

É como voto, senhor Presidente.

Brasília, 14 de julho de 2011.

Conselheiro PAULO DE TARSO TAMBURINI SOUZA
Relator

CERTIDÃO DE JULGAMENTO 130ª SESSÃO ORDINÁRIA

PARECER DE MÉRITO 0001919-68.2011.2.00.0000

Relator: Conselheiro NELSON TOMAZ BRAGA

Requerentes:

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho - 18ª Região (GO)

Requerido:

Conselho Nacional de Justiça

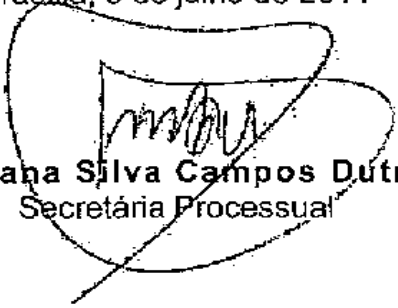
CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto da Conselheira Vistora, o Conselho, por maioria, aprovou a proposta de criação de duzentos e treze cargos. Vencidos os Conselheiros Nelson Tomaz Braga (Relator), que propunha a criação de quatrocentos e cinco cargos, e os Conselheiros Ministra Eliana Calmon, Walter Nunes e José Adônis, que rejeitavam a proposta. Lavrará o acórdão o Conselheiro Paulo Tamburini. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Leomar Barros Amorim. Presidiu o julgamento o Ministro Cezar Peluso. Plenário, 5 de julho de 2011."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ministro Cezar Peluso, Ministra Eliana Calmon, Ministro Ives Gandra, Milton Nobre, Nelson Tomaz Braga, Paulo Tamburini, Walter Nunes, Morgana Richa, José Adonis Callou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jefferson Luis Kravchychyn, Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Marcelo Nobre e Marcelo Neves.

Ausentes, justificadamente, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

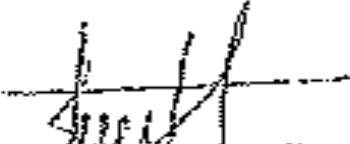
Brasília, 5 de julho de 2011


Mariana Silva Campos Dutra
Secretária Processual

**ÓRGÃO ESPECIAL
CONTINUAÇÃO DE DELIBERAÇÃO**

CERTIFICADO que em sessão ordinária do **EXCELENTÍSSIMO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Ministro João Otávio Dalazen, Presidente do Tribunal, presentes os Ex.^{as} Srs. Ministros presentes os Excelentíssimos Ministros Maria Cristina Irigoyen Poquari, Vice-Presidente, Antônio José de Barros Lavenhagen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Milton da Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Ives Gandra da Silva Martins Filho, João Batista Brito Pereira, Rosa Maria Weber Candido da Rosa, Alberto Luiz Bresciani de Fonten Pereira, Dora Maria da Costa, Fernando Eizo Ono, Márcio Eurico Vital Amaro, e o Ex.^o Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Onívio Brito Lopes, autorizou o Excelentíssimo Afonso Presidente do Tribunal, ad referendum do Órgão Especial, a encaminhar à Câmara dos Deputados, nos termos propostos pelo Conselho Nacional de Justiça, os anteprojeto de lei aprovados por aquele Órgão que porventura chegaram à Presidência da Corte no mês de julho de 2011.

Brasília, 1º de julho de 2011.


VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Secretário-Geral Judiciário

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

~~Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:~~

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Os Projetos de Lei da Câmara nºs 39 a 41, de 2012**, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 333, de 2012**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o arquivamento, em virtude de inconstitucionalidade, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 275, de 2007, daquela Casa, e o envio à sanção da proposição original.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 333/12/PS-GSE

Brasília, 25 de maio de 2012

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que nos termos do § 4º, do art. 58, do Regimento Interno desta Casa, foi arquivado, em virtude de inconstitucionalidade, o Substitutivo oferecido por essa Casa ao Projeto de Lei nº 275, de 2007, da Câmara dos Deputados, que “Estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimento que especifica.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Senador Paulo Davim, para integrar, como suplente, a Comissão Temporária Externa, criada nos termos do **Requerimento nº 39, de 2012**, destinada a representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, conforme o **Ofício nº 143/2012**, da Liderança do PMDB.

É o seguinte o Ofício:

Of. GLPMDB nº 143/2012

Brasília, 29 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Maioria indica o Senador Paulo Davim para ocupar a vaga de Suplente na Comissão Externa para representar o Senado Federal na Conferência da ONU – Rio+20.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros** Líder do PMDB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PTB; já está aí, na mesa, a indicação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o primeiro inscrito, pela Liderança.

Senador Paim... V. Exª é o primeiro orador.

É V. Exª, Senadora Ana Amélia, que está...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Era sim, mas troquei com a Senadora Vanessa. Já está anotado no livro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – E a Vanessa?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ela fica em segundo, no meu lugar; eu vou para o lugar dela, o décimo oitavo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Trocaram.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Marta Suplicy, Senadora Vanessa, Senador Mozarildo, Senadora Ana Amélia, eu quero falar um pouco hoje sobre a Feira do Livro do Rio Grande do Sul, em Canoas, onde estarei. Fui convidado.

Quero destacar que esse evento terá início no dia 1º de junho, na nossa querida Canoas, no Rio Grande do Sul. É a 28ª edição da Feira do Livro de Canoas, que é considerada pela Câmara Riograndense do Livro a segunda maior do Estado. A cada ano, a feira tem um *slogan* diferente. O deste ano será: “Compartilhe esse mundo”. Essa festa literária se estenderá até o próximo dia 16, na Praça da Bandeira, no calçadão e em outros espaços. Está previsto um total de 360 atividades, com 41 expositores. A feira terá atrações descentralizadas.

No primeiro dia, das 9h às 11h, acontece o I Seminário Internacional de Contadores de Histórias. Entre as atrações culturais oferecidas no evento, haverá exibição de filmes, encontros com escritores, teatro, shows, autógrafos. Teremos uma biblioteca, que será montada no calçadão da cidade, durante 16 dias.

A gestora da Unidade de Livro, Leitura e Literatura, Andrea Falkenberg, salienta que o espaço vai divulgar as atividades, o acervo da Biblioteca Pública Municipal João Palma da Silva. Também as estruturas das bibliotecas comunitárias em funcionamento junto às subprefeituras e bibliopraças estarão em destaque, porque elas atendem em praças da nossa cidade.

Ao longo desses 16 dias, esperamos o lançamento de 103 livros. A feira contará com a participação de sete escritores internacionais, 149 escritores do Rio Grande do Sul e 25 de outros Estados. Entre

esses 149, eu vou estar lá. O contista, romancista e jornalista Ignácio Loyola Brandão é um dos escritores confirmados com destaque para a 28ª Feira do Livro de Canoas.

Além dele, também estão confirmados Cláudio Tajés, Ricardo Azevedo, Daniel Munduruku, Thedy Corrêa e a canoense Luiza Geisler, entre tantos.

O Prefeito de Canoas, o jovem amigo Jairo Jorge, tem priorizado áreas como a educação e a cultura em sua administração e esse evento tem uma simbologia muito especial não só para Canoas, mas para o Rio Grande e para o Brasil.

O Secretário Municipal de Cultura, Flávio Adonis, pontuou que a Feira do Livro é o momento, do ponto de vista cultural, mais importante da cidade de Canoas. Diz ele: “Tem toda uma simbologia, do livro que integra a cidade, dividida pela linha do trem”. Isso é algo que tentamos mudar, para que o trem passe por baixo da cidade, não mais corte a cidade no meio. Estamos trabalhando com o Prefeito Jairo Jorge nesse sentido. “Canoas é grande e merece a feira neste formato que se consolidou no ano passado.”

O tema literário deste ano é o escritor Simões Lopes Neto, em comemoração ao centenário da primeira publicação de seu livro muito badalado, muito lembrado, *Contos Gauchescos*.

A cidade homenageada será a capital gaúcha, Porto Alegre, e o patrono da festa será o escritor Jairo Luiz de Souza, autor de obras infantis muito lembrado pela gurizada da cidade.

O escritor homenageado será Fabrício Carpinejar, natural da minha cidade natal, Caxias do Sul. Embora eu já tenho recebido o Título de Cidadão de Canoas, mas nasci em Caxias.

Nessa feira, será lançado também o livro *Unati, Contando Histórias...*, organizado por Juliana Ludwig Justo e Lucia Regina Lucas da Rosa.

A Unati (Universidade Aberta da Terceira Idade UnilaSale), de que sou patrono, aborda nesse livro o tema da adultez.

Consta da apresentação do livro que, “o tema da adultez tardia, ou terceira idade, é novo em Pedagogia e Psicologia. A psicologia do desenvolvimento ignorou a vida adulta e a velhice por muito tempo”.

A ênfase, ao longo dos tempos, foi dada para o estudo da criança e do adolescente.

Os primeiros estudos psicológicos nos EUA em gerontologia datam de 1920. A partir dessa época, é crescente o gráfico das publicações sobre Psicologia do envelhecimento.

A Unati – tive o orgulho de participar da sua fundação – enfatiza que um dos grandes objetivos dessa

obra é provocar a mudança de conceito de pessoa idosa no Brasil na valorização da experiência vivida, da sabedoria construída ao longo da vida e da narrativa das formas de existir e de prolongar a vida, ou seja, avançar nos anos em relação à nossa idade, chamada de melhor idade.

Srª Presidente, eu tive a grata satisfação de ser convidado para redigir uma carta aos alunos da Unati para integrar esse livro que eles irão lançar na Feira do Livro.

Encerro, lendo a carta que escrevi a eles:

Quando olho para a caminhada que percorri até os dias de hoje, lembro com grande contentamento as diversas oportunidades em que me senti presenteado por poder desfrutar da sabedoria, da lucidez de cidadãos que traziam consigo, suas histórias de vida e suas lutas frente às dificuldades impostas pela conjuntura social e econômica em relação ao envelhecimento. [Ou seja, aprendi muito com os idosos.]

Envelhecer é um processo natural da vida e pode ser considerado um presente à medida que cada dia se abre como uma nova possibilidade de fazer o bem a si mesmo e aos outros, de doar-se de coração aberto [e de alma] aos nossos semelhantes, [dando mais sintonia à nossa própria vida, com mais alegria].

É certo que esse processo exige cuidados e precisa ser encarado com respeito e muita atenção. Infelizmente nem sempre é isso que acontece. Muitos idosos se confrontam com uma realidade cruel, com direitos cerceados, tendo que lidar com o descaso da sociedade e, [às vezes, infelizmente,] da própria família.

A idade avança e exige maiores cuidados físicos em relação ao organismo. Tais cuidados incluem coisas simples, como, por exemplo, uma caminhada diária, que traz inúmeros benefícios, possibilitando desfrutar da natureza, ou então coisas um pouco mais complexas, como a mudança de hábito alimentar objetivando alcançar melhor qualidade de vida, ou ainda, o uso regular de [...] medicamentos, a fim de garantir [...] a vida mais longa.

Muitas vezes, os mais velhos enfrentam inúmeras dificuldades frente à ausência de condições financeiras, por exemplo, que lhes permitam viver a vida com mais tranquilidade, envelhecer com dignidade, gozando os direitos que lhes caberiam após uma vida dedicada à família, ao trabalho [enfim, ao avanço do nosso País]...

[Srª Presidenta], o dinheiro certamente não tem relação direta com todos os cuidados que envolvem o envelhecer, mas é fato que o acesso a alguns deles passa diretamente [também] pelo fator econômico.

Neste sentido, a luta pela recuperação do salário dos aposentados e o fim do fator é [...] imprescindível e acredito que [chegaremos lá]...

Eu tenho muita alegria, agora vou encerrar, porque a carta vai longe, é parte do livro, e naturalmente eu não o lerei todo, e eu digo aqui na carta que encaminhei aos alunos que um dos meus maiores orgulhos é ter sido o autor do Estatuto do Idoso, também do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, da política de salário mínimo. São políticas que construímos junto com o movimento sindical e com o Presidente Lula.

Enfim, eu termino a carta dizendo a eles que tenho o maior carinho pela juventude e quero que eles amem os idosos como nós amamos os nossos filhos. É o que eu desejo a todos.

Meu renovado abraço de luta pela conquista de mais respeito e mais carinho pelos idosos.

Meus parabéns, Canoas, pela Feira do Livro 2012! Sei que será um sucesso.

Darei o abraço em todos vocês pessoalmente.

Peço que V. Exª considere na íntegra o meu pronunciamento.

Obrigado, Presidenta.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre Feira do Livro em Canoas/RS.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em minha fala de hoje quero destacar um evento que terá início dia 1º de junho em Canoas, no Rio Grande do Sul.

É a 28ª edição da Feira do Livro de Canoas, considerada pela Câmara Rio-grandense do Livro, a segunda maior do Estado.

A cada ano a Feira tem um slogan diferente e o deste ano será Compartilhe esse mundo.

Essa festa literária se estenderá até o próximo dia 16 na praça da Bandeira, no Calçadão e em outros espaços e está previsto um total de 360 atividades, com 41 expositores.

A Feira terá atrações descentralizadas. Por exemplo, no primeiro dia, das 9 às 11 horas, acontece o 1º Seminário Internacional de Contadores de Histórias.

Entre as atrações culturais oferecidas no evento, haverá exibição de filmes, encontros com escritores, contação de histórias, teatro e shows.

Uma biblioteca será montada no Calçadão de Canoas durante os 16 dias da Feira do Livro de Canoas.

A gestora da Unidade de Livro, Leitura e Literatura, Andrea Falkenberg, salienta que o espaço vai divulgar as atividades e o acervo da Biblioteca Pública Municipal João Palma da Silva e também a estrutura das bibliotecas comunitárias em funcionamento junto às subprefeituras e bibliopraças que atendem em praças e parques de Canoas.

Ao longo dos 16 dias de evento, 103 lançamentos de livros estão agendados.

A Feira contará com a participação de 7 escritores internacionais, 149 escritores do Rio Grande do Sul e 25 de outros estados.

O contista, romancista e jornalista Ignácio Loyola Brandão, é um dos escritores confirmados para 28ª Feira do Livro de Canoas.

Além dele, também estão confirmados Cláudia Tajes, Ricardo Azevedo, Daniel Munduruku, Thedy Corrêa, a canoense Luisa Geisler, entre outros.

Sr. Presidente, o prefeito de Canoas, Jairo Jorge, tem priorizado áreas como a educação e a cultura em sua administração e esse evento tem uma significação muito especial para os canoenses.

O secretário municipal de Cultura, Flávio Adónis, pontuou que a Feira do Livro é o momento, do ponto de vista cultural, mais importante da cidade.

“Tem toda uma simboiologia, do livro que integra a cidade dividida pela linha do trem. Canoas é grande e merece a Feira neste formato que se consolidou no ano passado”

O tema literário deste ano é o escritor Simões Lopes Neto, em comemoração ao centenário da primeira publicação de seu livro Contos Gauchescos.

A cidade homenageada será a capital gaúcha, Porto Alegre, e o Patrono da Festa será o escritor Jairo Luiz de Souza, autor de obras infantis conhecidas da gurizada de Canoas.

O escritor homenageado será Fabrício Carpinejar, natural da minha cidade natal, Caxias do Sul.

Srªs e Srs. Senadores, nesta Feira será lançado também o livro UNATI Contando Histórias..., organizado por Juliana Ludwig Justo e Lúcia Regina Lucas da Rosa.

A UNATI (Universidade Aberta da Terceira Idade UnilaSale) aborda neste livro o tema da Adultez.

Consta da apresentação do livro que,

“o tema da adultez tardia, ou terceira idade, é novo em Pedagogia e Psicologia. A psicologia do desenvolvimento ignorou a vida adulta e a velhice por muito tempo.

A ênfase, ao longo dos tempos, foi dada para o estudo da criança e do adolescente.

Os primeiros estudos psicológicos nos EUA em gerontologia datam de 1920. A partir dessa época, é crescente o gráfico das publicações sobre Psicologia do envelhecimento “.

A UNATI enfatiza que um dos grandes objetivos desta obra é provocar a mudança de conceito de pessoa idosa no Brasil na valorização da experiência vivida, da sabedoria construída ao longo da vida e da narrativa das formas de existir.

Sr. Presidente, eu tive a grata satisfação de ser convidado para redigir uma Carta aos alunos da UNATI para integrar esse livro que eles irão lançar na Feira do Livro.

Eu finalizo meu pronunciamento com essa carta:

“Quando olho para a caminhada que percorri até os dias de hoje, relembro com grande contentamento as diversas oportunidades em que me senti presenteado por poder desfrutar da sabedoria, da lucidez de cidadãos que traziam consigo, suas histórias de vida e suas lutas frente às dificuldades impostas pela conjuntura social e econômica em relação ao envelhecimento.

Envelhecer é um processo natural da vida e pode ser considerado um presente à medida que cada dia se abre como uma nova possibilidade de fazer o bem a si mesmo e aos outros, de doar-se de coração aberto aos nossos semelhantes, à vida.

É certo que esse processo exige cuidados e precisa ser encarado com respeito e muita atenção. Infelizmente nem sempre é isso que acontece. Muitos idosos se confrontam com uma realidade cruel, com direitos cerceados, tendo que lidar com o descaso da sociedade e até da própria família.

A idade avança e exige maiores cuidados físicos em relação ao organismo. Tais cuidados incluem coisas simples, como por exemplo, uma caminhada diária, que traz inúmeros benefícios, possibilitando desfrutar da natureza, ou então coisas um pouco mais complexas, como a mudança de hábito alimentar objetivando alcançar melhor qualidade de vida, ou ainda, o uso regular de certos medicamentos, a fim de garantir a integridade física.

Muitas vezes, os mais velhos enfrentam inúmeras dificuldades frente à ausência de condições financeiras, por exemplo, que lhes permitam VIVER a vida com mais tranquili-

dade, gozando os direitos que lhes caberiam após uma vida dedicada à família, ao trabalho, aos afazeres do lar, enfim aos compromissos que todos nós temos que assumir com a vida.

O dinheiro certamente não tem relação direta com todos os cuidados que envolvem o envelhecer, mas é fato que o acesso a alguns deles passa diretamente pelo fator econômico,

Neste sentido, a luta pela recuperação do salário mínimo e das aposentadorias é absolutamente imprescindível e acredito que ações direcionadas para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, da qual os idosos são parte importantíssima e, no entanto, inúmeras vezes relegada ao esquecimento, devem ser perseguidas com determinação.

Foi assim que aconteceu com o Estatuto do Idoso. Ele é a concretização do sonho de 20 milhões de brasileiros. O fato de o Estatuto do Idoso ter se transformado em Lei é fruto da luta histórica do movimento social brasileiro, da luta de ativistas de entidades representativas de aposentados, pensionistas e idosos.

Foram praticamente 20 anos de luta até a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto do Idoso. Sua aprovação foi conquistada mediante incansável luta e perseverança diárias. Alcançamos a vitória, e ela nos encheu de orgulho e de novas esperanças, retratadas nos direitos que queremos ver preservados, garantidos e ampliados em prol de cidadãos brasileiros que construíram e querem continuar construindo a sua história e pela qual temos o dever de demonstrar respeito.

Afinal, quem não quer ser respeitado em seus direitos, quem não deseja ser ouvido e ter compreendidos os seus anseios e aproveitados os seus potenciais?

O Estatuto do Idoso, peça de valor inestimável para a atual geração de idosos e para as gerações futuras desta Nação, cumpre papel fundamental para que a sabedoria e as experiências adquiridas na vida sejam vistas com um novo olhar, um olhar que se estende sobre a sociedade de forma amorosa e plena de respeito.

Quando a sociedade como um todo encara de frente a realidade do envelhecimento, ela parte para um novo comportamento, ela inclui os excluídos, ela cria uma nova sociedade disposta a formar um grande elo entre as gerações, ciente dos frutos maravilhosos que serão colhidos com esta atitude.

Pois, tal como escrevi em meu livro de poesias, *Cumplicidade*: O idoso sonha com o que pode ainda realizar pois está vivo, e a cada novo sol há um ideal a comunicar, uma experiência a espalhar.

Meus amigos e amigas idosos, quero agradecer pela alegria e pela honra de usufruir de sua amizade.

Cada minuto das nossas vidas é precioso e vivê-lo bem é a melhor resposta que podemos dar ao tempo. Vivam o melhor que puderem, é o que desejo a todos!

COM MEU RENOVADO ABRAÇO, sempre na luta pela conquista e pelo respeito aos seus direitos, Paulo Paim – Senador”

Meus parabéns, Canoas, pela Feira do Livro 2012 e, muito sucesso! Meu abraço eu darei pessoalmente a todos que tiver a felicidade de encontrar por lá.

Era o que tinha a dizer

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Mozarildo, pela Liderança do seu Partido.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, o Ministério da Saúde anunciou uma queda de 21% no número de falecimentos em 2011, no que tange à mortalidade materna, isto é, mulheres que morreram em função do parto. Pode-se comemorar, pois 21% de mulheres deixaram de morrer em relação ao ano passado.

Mas eu quero ler aqui um trecho de uma reportagem publicada no “Correio Braziliense”, intitulada “Muito a Fazer Contra a Mortalidade Materna”, que diz:

No mesmo dia em que o Brasil foi questionado sobre violações aos direitos humanos na Revisão Periódica Universal da Organização das Nações Unidas (ONU), o tema mortalidade materna foi debatido no País. Segundo o Ministério da Saúde, as mortes em decorrência de complicações na gravidez, ou em até 42 dias após o nascimento do filho [isto é, na gravidez, no parto e até 42 dias após o nascimento do filho], tiveram a maior redução já registrada. A curva de decréscimo, que costumava mostrar índices entre 5% e 7%, alcançou o pico de 21% nos nove primeiros meses do ano passado, comparado ao mesmo período do ano anterior. Foram 1.038 falecimentos, diante de 1.317 notificados em 2010.

É bom que se diga: notificados, porque há muita subnotificação e até não notificação.

Estava comentando, há pouco, com a Senadora Vanessa Grazziotin a realidade desse interior do País, notadamente da nossa Amazônia, onde as pessoas morrem e sequer têm um atestado de óbito, principalmente entre a população indígena, a população mais pobre de ribeirinhos.

E prossegue a matéria:

Apesar da significativa queda, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta o fato de o Brasil ainda se encontrar em um patamar semelhante ao dos países da África subsariana neste quesito. Dos oito objetivos de desenvolvimento do milênio estabelecidos pela ONU para ser cumpridos até 2015, o único que dificilmente o Brasil alcançará é a meta de 35 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos. [Vejam bem, dificilmente alcançará até 2015.] Em fevereiro, com base no primeiro semestre de 2011, o Ministério previu para este ano o índice de 63 mortes – pouco menos que em 2010, 68 mortes. Embora os índices sejam altos, o Ministro Alexandre Padilha acredita no cumprimento da meta: ‘O esforço que fizemos em 2011 mostra que é possível. Chegamos a 21% e queremos intensificar mais. Mas teremos que trabalhar muito mais para isso. Vou perseguir essa meta.’

Eu quero dizer, Srª Presidente, que acredito muito no Ministro Alexandre Padilha. Tenho conversado muito com ele. É um médico sério, competente. Um político que, portanto, além da formação médica, também tem a sensibilidade das políticas públicas. Mas tenho certeza de que esse é um desafio muito grande, principalmente com esse modelo que aí está. Não há médicos na grande maioria dos Municípios do interior e nas periferias das cidades. Não há treinamento de equipes que deem atenção à saúde da mulher, desde a parteira mesmo, aquela que tem curso de parteira, Senador Mário Couto, até as auxiliares de enfermagem, atendentes de enfermagem, técnicas de enfermagem, enfermeiras obstetras. Não estou falando do médico obstetra. O ideal seria ter uma equipe completa.

Para terminar, Senadora Marta, quero registrar o exemplo de Roraima, o Estado com a menor população do Brasil, que, no ano passado, registrou 37 mortes, enquanto, no Amapá, houve 36. É um número lamentável.

Aliás, vou fazer um levantamento dos últimos anos, em meu Estado e em todos os demais, porque, Senadora Marta, como obstetra, não posso acreditar que o Brasil não atinja essa meta do milênio. Eu acredito muito no Ministro Padilha, acredito na Presidente

Dilma, que está tomando medidas, mas é preciso ir além do acreditar. É preciso haver uma ação. Já disse ao Ministro que deveria haver uma ação conjunta do Ministério, do Poder Executivo, com o Parlamento, governos estaduais, prefeituras, para a realização de um grande mutirão não só na área da saúde materna, que é básica, mas também na área da saúde da mulher, como um todo.

Quanto à saúde infantil, um fato nos preocupa: ninguém mais quer ser pediatra. O número de pediatras vem caindo a cada ano. Por que o desinteresse pela pediatria? Se cuidássemos apenas da saúde da

mulher e da saúde da criança, Senador Wellington Dias, estaríamos cuidando de 80% dos problemas de saúde no Brasil.

Ao encerrar, peço a V. Ex^a que autorize a transcrição desse artigo do *Correio Braziliense* e dos indicadores de mortalidade, dados governamentais.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º do Regimento Interno.)

Muito a fazer contra a mortalidade materna

Ministério anuncia queda de 21% no número de falecimentos em 2011. Porém, índice ainda está distante da meta proposta pela ONU

» GRASIELLE CASTRO

N o mesmo dia em que o Brasil foi questionado sobre violações aos direitos humanos na Revisão Periódica Universal da Organização das Nações Unidas (ONU), o tema mortalidade materna foi debatido no país. Segundo o Ministério da Saúde, as mortes em decorrência de complicações na gravidez, ou em até 42 dias após o nascimento do filho, tiveram a maior redução já registrada. A curva de decréscimo, que costumava mostrar índices entre 5% e 7%, alcançou o pico de 21% nos nove primeiros meses do ano passado, comparado ao mesmo período do ano anterior. Foram 1.038 falecimentos, diante de 1.317 notificados em 2010. Apesar da significativa queda, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta o fato de o Brasil ainda se encontrar em um patamar semelhante ao dos países da África Subsaariana neste quesito.

Dos oito objetivos de desenvolvimento do milênio, estabelecidos pela ONU para serem cumpridos até 2015, o único que dificilmente o Brasil alcançará é a meta de 35 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos. Em fevereiro, com base no primeiro semestre de 2011, o ministério previu para este ano o índice de 63 mortes — pouco menos que em 2010, 68 mortes. Embora os índices sejam altos, o ministro Alexandre Padilha acredita no cumprimento da meta. "O esforço que fizemos em 2011 mostra que é possível. Chegamos a 21% e queremos intensificar mais. Mas

teremos que trabalhar muito mais para isso", disse. "Vamos perseguir essa meta", acrescentou.

O ministro atribuiu a redução ao programa Rede Cegonha, lançado no ano passado, com a adesão de 1,8 mil municípios, e atende

36% das gestantes no Sistema Único de Saúde (SUS). Entre as principais ações, o programa estabelece a ampliação do acesso ao pré-natal — 1,7 milhão de mulheres tiveram pelo menos sete consultas marcadas —, a humanização do atendimento e a expansão da qualidade das maternidades de alto risco. Além de medidas de proteção à saúde, o ministério havia se comprometido, a partir de março, a realizar videoconferências mensais entre o ministro e secretários estaduais de saúde para monitorar os óbitos maternos. Com dois meses de atraso, a primeira videoconferência foi realizada ontem.

Medidas insuficientes

Outra promessa do ministério para este ano é entrar em contato com as mães atendidas pelo SUS. Segundo Padilha, uma pesquisa realizada pela própria pasta, no fim de 2010, revelou que uma em cada quatro mulheres se queixa de algum tipo de negligência, maus-tratos ou violência institucional durante o parto. "Vamos ligar para cada uma das gestantes para avaliar a assistência ao parto, premiar os hospitais que atendem bem e punir irregularidades que podem ser descobertas nessas ligações, além de identificar o que precisa ser mudado", assegura.

A aposta do governo para reduzir a mortalidade materna, no entanto, enfrenta críticas de organizações de defesa da saúde da mulher. A pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Religião, Gênero, Ação Social e Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Magaly Pazello, destaca que essas medidas são

insuficientes. "Não tem respostas aos problemas já conhecidos da população. Essas mulheres morrem por falta de leitos, racismo, descaso no atendimento". Na avaliação de Magaly, o ritmo de redução ainda é baixo e se distancia do cumprimento das metas firmadas não só com a ONU, mas também com a OMS, a Plataforma Dhesca, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) e outras arenas de direitos humanos.

Auxílio-passageiro

No fim do ano passado, o governo federal editou a Medida Provisória 557 com objetivo de aperfeiçoar o Rede Cegonha. A MP destina R\$ 50 a gestantes, em cada consulta de pré-natal, para que elas possam se deslocar ao posto de saúde e estabelece a obrigação de que toda unidade de saúde pública ou privada tenha uma comissão permanente para fazer a prevenção e o acompanhamento da gestação de alto risco.

A MP vence no próximo dia 31 e não está prevista na pauta de votações do Congresso. O possível cancelamento agrada entidades de defesa do direito da mulher. A proposta também cria um cadastro com registro obrigatório para as grávidas, o que, segundo o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes), viola os direitos humanos por expor mulheres aos olhares públicos, sendo capaz de "produzir evidências" sobre o aborto.

Principais causas dos óbitos*

- » Hipertensão gestacional
- » Hemorragia
- » Infecções pós-parto
- » Doenças do aparelho circulatório complicadas pela gravidez, parto ou pós-parto
- » Aborto

*Dados de 2010

As informações do IDB são atualizadas anualmente. Sugerimos consultar a versão mais recente (<http://www.datasus.gov.br/idb>).

C.6 Taxa de Mortalidade Materna (coeficiente de mortalidade materna) Ficha de qualificação

1. Conceituação

- Número de óbitos femininos por causas maternas, por 100 mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- *Morte materna*, segundo a 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), é a "morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independente da duração ou da localização da gravidez, devida a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais".
- As mortes maternas correspondem ao Capítulo XV da CID-10 "Gravidez, Parto e Puerpério" (excluídos os códigos O96 e O97), acrescentando-se as mortes consideradas maternas mas que se classificam em outros capítulos da CID, especificamente:
 - i. doença causada pelo HIV (B20-B24), desde que a mulher esteja grávida no momento da morte ou tenha estado grávida até 42 dias antes da morte;
 - ii. necrose pós-parto da hipófise (E23.0);
 - iii. osteomalácia puerperal (M83.0);
 - iv. tétano obstétrico (A34); e
 - v. transtornos mentais e comportamentais associados ao puerpério (F53).
- A CID-10 estabelece ainda o conceito de *morte materna tardia*, decorrente de causa obstétrica mas ocorrida após os 42 dias e menos de um ano depois do parto (código O96). Inclui também o conceito de *morte materna por seqüela de causa obstétrica direta*, quando ocorrida um ano ou mais após o parto (código O97).

2. Interpretação:

- Estima a frequência de óbitos femininos em idade fértil atribuídos a causas ligadas a gravidez, parto e puerpério, em relação ao total de gestações (representado pelo total de nascidos vivos).
- Reflete a qualidade da assistência à saúde da mulher. Taxas elevadas de mortalidade materna estão associadas à insatisfatória prestação de serviços de saúde a esse grupo.

3. Usos:

- Analisar variações geográficas e temporais da mortalidade materna.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas à atenção pré-natal, ao parto e ao puerpério.
- Contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico.
- Para comparações internacionais adota-se a definição tradicional de morte materna (ocorridas até 42 dias após o parto). O conceito de mortalidade materna tardia é útil para propósitos analíticos nacionais.

4. Limitações:

- O cálculo direto da taxa, a partir de dados derivados de sistemas de registro contínuo, pode exigir correções da subenumeração de mortes maternas e de nascidos vivos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

- A precisão da anotação de causas maternas na Declaração de Óbito ainda deixa a desejar. Alguns estudos realizados no Brasil mostram que cerca da metade dos óbitos maternos não são declarados como tal.
- Comparações espaciais e temporais podem ser prejudicadas pelo emprego de diferentes abrangências da definição de morte materna.
- A faixa etária utilizada para delimitar os óbitos maternos é outra causa de viés nessas comparações. Geralmente é fixada em 15 a 49 anos, mas eventualmente se utiliza a de 15 a 44 anos. Por vezes, para contemplar a gravidez na adolescência, amplia-se a faixa etária para 10 a 49 anos, ou até mesmo para 10 a 54 anos.
- A alternativa de utilizar estimativas do número de nascidos vivos, elaboradas com base em métodos demográficos, está sujeita a imprecisões inerentes às técnicas empregadas.

5. Fontes:

Ministério da Saúde/CENEPI: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

6. Método de Cálculo

número de óbitos de mulheres residentes, por causas ligadas a gravidez, parto e puerpério (*)

x 100.000

número de nascidos vivos de mães residentes

(*) consideradas as especificidades assinaladas no Item 1 desta Ficha.

7. Categorias de Análise

Brasil, Grandes Regiões, Estados e Distrito Federal.

8. Dados Estatísticos e Comentários

Taxa de Mortalidade Materna (em 100 mil), UF e Regiões selecionadas, 1997 e 1998

Regiões e UF (*)	1997	1998
Brasil (**)	58,6	69,8
Sudeste	54,7	67,7
Minas Gerais	...	86,6
Espírito Santo	...	51,3
Rio de Janeiro	65,8	79,4
São Paulo	50,4	55,5
Sul	71,1	76,2
Paraná	83,0	84,2
Santa Catarina	44,0	43,7
Rio Grande do Sul	73,0	85,6
Centro-Oeste	47,8	53,3
Mato Grosso do Sul	55,3	54,9
Goiás	45,4	44,2
Distrito Federal	44,8	55,8

Fontes: Ministério da Saúde/CENEPI: Base de dados do SIM e do SINASC

Notas:

(*) Cálculo realizado apenas para UF com pelo menos 90% de cobertura do SIM (óbitos femininos de 10 a 49 anos de idade) e do SINASC.

(**) Média das taxas das UF consideradas

A taxa de mortalidade materna para os estados selecionados situou-se, no período 1997-98, entre 44 e 86 óbitos por 100 mil nascidos vivos. Sua interpretação deve levar em conta os esforços realizados em cada estado para investigar as mortes maternas.

Localidades	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
• Minas Gerais	528	455	354	70	0	0	0	0	0	0	0	0	1.407
• Espírito Santo	120	83	46	2	0	0	0	0	0	0	0	0	251
• Rio de Janeiro	537	531	513	188	0	0	0	0	0	0	0	0	1.779
• São Paulo	1.063	1.007	856	103	0	0	0	0	0	0	0	0	3.129
• Sul	755	683	579	124	0	0	0	0	0	0	0	0	2.151
• Paraná	283	273	277	89	0	0	0	0	0	0	0	0	922
• Santa Catarina	159	145	105	31	0	0	0	0	0	0	0	0	440
• Rio Grande do Sul	313	275	197	4	0	0	0	0	0	0	0	0	789
• Centro-Oeste	371	293	230	74	0	0	0	0	0	0	0	0	968
• Mato Grosso do Sul	66	48	80	20	0	0	0	0	0	0	0	0	194
• Mato Grosso	68	54	57	26	0	0	0	0	0	0	0	0	225
• Goiás	185	120	89	11	0	0	0	0	0	0	0	0	365
• Distrito Federal	72	81	34	17	0	0	0	0	0	0	0	0	184

• País • Região • Unidade Federativa

Fonte: SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade - Janeiro de 2012

Observações

1. As informações disponibilizadas no Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna são geograficamente referenciadas segundo o local de residência.

Coordenação Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE/DAIS/SVS/MS)
SAF Sul - Tracço 02 - Lote 05/06 - Bloco F - Edifício Premium - Torre 1 - Térreo - Sala 15 - Brasília/DF - 70070-600
(61) 3306-7100 - (011) 3306-7110 - (011) 3306-7112
<http://mms.aids.gov.br/cgiae/serv> ou <http://mms.aids.gov.br/cgiae/ligacao/>
cgiae@saude.gov.br

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mozarildo, V. Exª será atendido de acordo com o Regimento.

Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidenta.

Tem algum Líder inscrito para falar, Presidenta?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tinha, mas já falou.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Não tem mais nenhum inscrito?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª seria o primeiro.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu seria o primeiro? Então, V. Exª me inscreva, por favor, que vou atrás da delegação de competência.

Agradeço-lhe.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, pela ordem.

Pela ordem, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Espere aí, não ficou claro para mim. O senhor quer falar depois da Ordem do Dia?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Vou atrás, se puder ser.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agora.

Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu queria me inscrever para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o primeiro.

Então, vai falar a Senadora Vanessa, intercalando com o Senador Wellington, para uma comunicação inadiável.

Com a palavra Senadora Vanessa.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, Srª Presidente, é com muita alegria que ocupo, neste momento, a tribuna para relatar o que foi um pouco do encontro da 20ª Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba. Foi uma convenção, como já falei, em sua 20ª edição, organizada no Brasil por grupos locais, estaduais e municipais, de solidariedade a Cuba, grupos de amizade Brasil e Cuba. O encontro aconteceu na Cidade de Salvador, capital da Bahia, que, como dizem os baianos, é a cidade mais cubana de todas as cidades brasileiras, tamanhas as semelhanças que existem entre a Bahia, em especial, Salvador, e aquela grandiosa, pequena, mas grandiosa nação, que é Cuba.

Não pude, como Coordenadora Presidenta do Grupo Parlamentar Brasil/Cuba, participar de todo o evento, que teve início no último dia 24 e encerrou-se no dia 27 do corrente mês. Mas o nosso grupo se fez representar, tanto na abertura como no primeiro painel, pela Senadora Lídice da Mata, que é uma das Vice-Presidentes do Grupo Parlamentar Brasil Cuba. E, no último dia, dia 26, último dia efetivo de debates –

participei de todos os grupos, foram quatro discussões levadas a cabo por quatro grupos – houve a plenária de encerramento que aprovou um importante documento.

Cerca de trezentas pessoas, representantes de dezenove organizações de solidariedade, de trinta e nove dos movimentos sociais e partidos políticos de todos os Estados brasileiros, participaram, como disse, neste último final de semana, em Salvador, da 20ª Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba. Na condição de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Cuba, pude, ao lado de outros parlamentares companheiros e companheiras, participar desse momento importante para luta internacionalista dos movimentos sociais do Brasil, do povo brasileiro em relação a outras nações amigas e, nesse caso, em especial a Cuba.

Eram em torno de 300 delegados que representaram quase todos os Estados brasileiros. Eu aqui quero registrar, Srª Presidenta, que, com o passar dos anos, essa Convenção de Solidariedade já realizada por 20 vezes, tem sido antecedida de convenções estaduais, ou seja, quase a totalidade dos Estados brasileiros, das unidades da nossa Federação organizaram previamente, antes da convenção nacional, as suas convenções estaduais, as suas convenções locais mobilizando uma gama e um contingente de brasileiros e brasileiras. Isso é muito importante porque penso que, mais do que nunca, devemos envolver o Brasil nesses debates que dizem respeito à integração, à solidariedade, sobretudo quando tratamos de países latino-americanos e caribenhos, países que têm uma longa tradição de atuação conjuntas em todas as suas lutas.

Eu, Srª Presidenta, aproveitei para destacar, durante a minha intervenção, que o evento contribui para ampliar a visibilidade das heróicas lutas travadas pelo povo cubano na afirmação de sua soberania e de sua autodeterminação.

Apesar do cruel bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, destaquei que a ilha não se dobra, persiste na afirmação de seus próprios caminhos e nele avança garantindo à sua população condições dignas de saúde, educação e bem-estar que, em certos aspectos, não são desfrutados nem mesmo pelas populações dos países mais ricos e mais desenvolvidos do mundo como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, do Japão ou da Dinamarca.

Cito aqui um exemplo, Srª Presidenta, e aqui há pouco falava o Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito de dados assustadores que persistem em se apresentar em nosso Brasil, relativo à mortalidade materna: Cuba é uma ilha com menos de dez milhões de habitantes, uma ilha de pouca gente, de poucos recursos naturais, de um povo extremamente instruído, de um povo extremamente consciente do que quer e que, em con-

junto e com muita dificuldade, encaminha uma política de valorização do ser humano. O nível de educação, o nível de saúde, a preparação para os esportes da juventude, é algo que o mundo inteiro admira.

E, apesar desse bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, que perdura mais de cinquenta anos, Cuba nunca deixou de investir nas pessoas e, principalmente, em sua qualidade de vida. Estão aí os jogos esportivos, campeonatos mundiais, olimpíadas, jogos pan-americanos, que sempre colocam Cuba entre os países que têm o melhor desempenho. E isso se dá graças, repito, ao investimento no ser humano, nos homens, nas mulheres, na juventude, nas crianças, que aquele país muito se esforça em continuar promovendo.

Ao final do evento, Srª Presidenta, aprovamos – e foi uma plenária bonita porque marcada pelo espírito de solidariedade, pelo espírito de amizade; os relatores dos quatro grupos expuseram seus relatórios – na plenária final, um documento, a Carta de Salvador, na qual destacou-se que a irmandade e a solidariedade entre os nossos povos vêm de longa data. O documento destacou ainda que, ao longo dessas cinco décadas, o povo cubano tem sido exemplo de vida e heroísmo para os povos ao redor do mundo.

A Revolução, senhoras e senhores, herdou um país pobre, extremamente empobrecido e socialmente injusto, ferido por anos de ditadura apoiada pelos Estados Unidos, uma ditadura que não apenas impunha a sua forma de fazer política e as suas decisões como tratava aquela pequena nação, aquela pequena ilha caribenha como se fosse um quintal dos americanos, um lugar que servia para o turismo, para o veraneio, para o jogo e, infelizmente também, para a prostituição.

Mas, em poucos anos, o povo cubano, liderado por Fidel Castro, transformou aquele País numa nação livre, soberana e socialmente desenvolvida, com índices de alfabetização, expectativa de vida, mortalidade infantil e nível cultural comparáveis aos dos países mais desenvolvidos do mundo, e até melhores do que eles.

A Carta denunciou ainda o perverso e criminoso bloqueio econômico, que já custou mais de US\$950 bilhões à economia cubana. E aí repito: são cinco décadas de bloqueio, que tem representado um custo superior a US\$950 bilhões, ou seja, quase US\$1 trilhão, àquela pequena nação do Planeta.

E, mais do que isso, o bloqueio não causa apenas prejuízos econômicos à nação cubana; causa estragos do ponto de vista dos direitos humanos, porque, quando o País deixa de acessar...

E o bloqueio não se refere apenas à relação Estados Unidos e Cuba, mas também faz com que outros países sintam e sofram prejuízos por conta das

relações que mantêm com aquele País. Então, além do prejuízo e dos danos econômicos, os danos sociais relativos principalmente aos direitos humanos têm sido alvo que o mundo inteiro deve repudiar. Aliás, as Nações Unidas, em todas as suas assembleias anuais, aprovam moções contrárias a esse bloqueio, mas essas aprovações, quase que unânimes, não têm servido para absolutamente nada.

E me lembro, Senadora Marta, de que V. Ex^a tinha um projeto que tratava da não aplicação e do não reconhecimento de leis, como a Helms-Burton, que penaliza países terceiros, quando estes fazem qualquer tipo de relação comercial com qualquer outro país. É um absurdo os americanos aprovarem uma lei que nos penaliza, por exemplo, o Brasil, quando este quer...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quando este quer uma relação econômica mais próxima a Cuba.

Estou concluindo, Sr^a Presidente, se V. Ex^a me permite, neste um minuto.

O documento também repudiou as ações de terrorismo de Estado perpetradas pelos Estados Unidos contra o povo cubano; reiterou, mais uma vez, nossa solidariedade com os cinco cubanos presos, injustamente, nos Estados Unidos, cuja missão – desses cinco heróis cubanos – era impedir que atos terroristas continuassem atingindo a ilha, matando não apenas cubanos mas também estrangeiros. Por isso, o documento exige a imediata liberdade desses cinco cubanos.

Eu quero, Sr^a Presidente – meu tempo já acaba – considerar não só o meu pronunciamento como lido, mas peço para ser incluído nos Anais o pronunciamento que fiz durante a 20^a Convenção de Solidariedade entre Brasil e Cuba. Quero dizer que me orgulho de fazer parte dessa luta, que é importante para eles, mas para o mundo inteiro também.

Obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, é com muito entusiasmo, com vibrante ânimo socialista e internacionalista que participo desta XX Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba.

Na condição de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba, conhecendo bem a realidade do País pelo qual tenho apreço muito especial -, sei da importância deste evento. Já no seu vigésimo ano de realização, a Convenção de Solidariedade serve, em primeiro lugar,

para ampliar a visibilidade das heróicas lutas travadas pelo povo cubano na afirmação de sua soberania e de sua autodeterminação.

Enfrentando há mais de cinco décadas a selvagem e cruel perseguição do maior império econômico e militar da História, a Ilha resiste, não se dobra, persiste na afirmação de seus próprios caminhos e neles avança, garantindo à sua população condições de saúde, educação e bem-estar que, sob certos aspectos, não são desfrutadas nem mesmo pelas populações de países como Estados Unidos, Japão ou Dinamarca.

Sim, este evento configura um modesto – mas sincero e caloroso – esforço para prestar solidariedade ao país mais solidário do mundo. O país que esteve ao lado dos africanos em suas lutas anticoloniais, que deu asilo e apoio aos refugiados das ditaduras latino-americanas, que envia seus profissionais de saúde e de educação aos países mais pobres do mundo e àqueles que são atingidos por catástrofes naturais. Um país que não apenas merece solidariedade, mas que precisa de solidariedade em face das brutais agressões que continuamente sofre por parte do Império, a começar pelo ilegal e genocida bloqueio econômico, comercial e financeiro, já por vinte vezes repudiado pela quase unanimidade da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Sim, queremos, nesta XX Convenção, fazer reverter mais alto a denúncia do criminoso embargo econômico; queremos chamar a população brasileira à luta contra a prisão ilegal dos cinco heróis cubanos nos Estados Unidos; queremos reafirmar nossa repulsa à continuidade da invasiva e ilegal presença norte-americana em Guantánamo, onde o império mantém um centro de tortura e detenção no qual estão reclusas, sob permanentes maus-tratos, centenas de pessoas sem culpa formada, sem sequer conhecerem as acusações que lhes são feitas.

Mas não apenas isso. Queremos também, por meio desta XX Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba, ajudar a intensificar o intercâmbio cultural entre nossos países, que compartilham tantos traços de identidade, que tanto têm em comum nas suas raízes, na formação do perfil de suas nacionalidades. Sabemos que o fortalecimento desse intercâmbio é fundamental, na medida em que a afirmação de nossas culturas nacionais e latino-americana é fator que em muito contribui para assegurar nossa independência, a soberania de nossos povos e a paz mundial.

Pretendemos, ainda, com este evento, dar alguma contribuição à ampliação do intercâmbio econômico e científico entre Brasil e Cuba, que tantos benefícios traz a ambos os países. Após sua interrupção pelo arbítrio da ditadura militar, nossas relações diplomáticas foram

restabelecidas em 1986 e, a partir do Governo do Presidente Lula, vêm sendo cada vez mais fortalecidas, processo que se consolida e avança no Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Srs. Senadores e Sr^a Senadoras, a economia capitalista debate-se, mais uma vez, em uma de suas crises cíclicas. Desta vez, trata-se de uma crise de tremendas proporções. Iniciada quatro anos atrás no coração do Império – em consequência da insana política de desregulamentação do sistema financeiro, a qual deixa sem qualquer freio a criminosa ganância e má-fé dos especuladores -, a crise agora se abate com maior intensidade sobre o continente europeu, estendendo seus efeitos, na conjuntura da globalização, ao mundo inteiro.

Em seu atual estágio, a crise econômica mundial implica forte estagnação, precarização do emprego, brutal elevação do desemprego – que atinge, nos países europeus, índices insuportáveis -e acelerado aumento da desigualdade social nos países industrializados. No caso da juventude europeia, a falta de oportunidades de trabalho chega a níveis até há pouco inimagináveis, correspondendo, em alguns países, à metade da população nessa faixa etária. Nos Estados Unidos, milhares de pessoas sem trabalho e sem moradia montam acampamentos coletivos em florestas e outras áreas públicas.

Como sempre ocorre no capitalismo, o custo da irresponsabilidade e da ganância dos poderosos é jogado sobre os ombros dos trabalhadores. O brado de revolta dos explorados, contudo, se faz ouvir em alto e bom som. Quem poderia imaginar, pouco tempo atrás, que o centro financeiro de Nova Iorque e os demais metrópoles capitalistas seriam tomados pelos indignados do movimento Occupy Wall Street, em aberto protesto contra o sistema capitalista?

Srs. Senadores e Sr^a Senadoras, no passado, crises de dimensão bem menor do que a atual produziam efeitos devastadores sobre as economias dos países latino-americanos e caribenhos. Instalavam-se por aqui a recessão, o desemprego, a instabilidade macroeconômica. Nossas moedas sofriam violento processo de depreciação e, com tudo isso, as condições de vida de nossas populações se deterioravam terrivelmente.

Nossa região, no entanto, experimentou significativas mudanças no período recente. Por meio das escolhas democráticas de nossos povos, governos sintonizados com a vontade popular, comprometidos com o desenvolvimento sustentável e com a redução das desigualdades, chegaram ao poder. Experiências de diferentes tipos, conformadas às características peculiares de cada nação, apresentam em comum o avanço da inclusão social, da participação de grupos

que estiveram historicamente excluídos dos processos políticos. Vale lembrar, a título exemplificativo, o belo processo boliviano, com sua vasta população indígena finalmente tomando as rédeas de seu destino.

De forma sintética, podemos dizer que a América Latina se caracteriza, no período recente, como uma região marcada pelo progresso político, econômico e social. Graças ao acerto das políticas implementadas pelos governos populares, que garantiram o fortalecimento de nossas economias, a presente crise, gestada no ventre da especulação capitalista, não nos atingiu com a intensidade que ocorria no passado.

Entretanto, sabemos muito bem que nossos países não estão, de forma alguma, imunes às turbulências em que o mundo inteiro foi jogado em decorrência das manobras especulativas dos tubarões de Wall Street. A fim de evitar a completa débâcle que seria ocasionada por uma crise aguda de liquidez, os bancos centrais dos países industrializados vêm promovendo uma impressionante expansão da base monetária. Como denunciou a Presidenta Dilma

Rousseff no recente Fórum das Américas, realizado em Cartagena das Índias, na Colômbia, o aumento de massa monetária realizado desde 2008 chega a assombrosos nove trilhões de dólares.

Desse modo, não apenas a redução da demanda nos países industrializados, que são importantes mercados para nossos produtos, vem prejudicando nossas economias. Também a desvalorização do dólar acarretada pela política monetária expansionista dificulta nossas exportações e incentiva as importações, prejudicando, de modo particular, o setor industrial de nossos países. E pode o mundo desenvolvido estar certo de que os governos latino-americanos não permitirão que seus setores manufatureiros sejam canibalizados. Não deixaremos nossas economias se transformarem em presas fáceis do processo de desindustrialização.

Nessa conjuntura, companheiros, sobrepõe a importância da integração entre os países da América Latina e do Caribe. Em face das adversidades que nos são impostas pela crise econômica internacional, será pela via da integração e da cooperação que poderemos assegurar a continuidade de nossos processos de desenvolvimento.

Felizmente, poderemos assentar esses esforços sobre a base já construída da ampliação de nossos mercados internos. Os avanços que já conquistamos no que se refere à melhoria da distribuição de renda em muito contribuem para proteger nossas economias dos impactos da crise internacional. Vale, aliás, destacar a extrema importância dos avanços políticos, econômicos e sociais conquistados no período recente pela

maioria dos países latino-americanos, pois implicam verdadeiras mudanças estruturais em nossos países.

É com fundamento nesse virtuoso processo de ampliação de nossos mercados internos que avançaremos, cada vez mais, na integração das nossas economias. A progressiva diversificação das cadeias produtivas e sua articulação intra-regional haverá de nos propiciar significativos ganhos. Deve ser lembrado, em primeiro lugar, que os países latino-americanos, em seu conjunto, possuem setores industriais significativos, os quais podem ser articulados num processo de integração que trará benefícios a todos. Ademais, existem excelentes oportunidades, na região, para a realização de parcerias na área de infra-estruturar, tanto logística como energética.

Com efeito, as relações comerciais e de investimento entre o Brasil e os demais países latino-americanos e caribenhos já vêm experimentando um extraordinário crescimento. Tem sido assim com a Colômbia, a Venezuela, o Peru, a Bolívia, além, é claro, de nossos parceiros do Mercosul – Argentina, Uruguai e Paraguai. Com Cuba, em particular, o crescimento do nosso comércio tem sido muito acelerado no período recente, havendo-se elevado, apenas na comparação entre 2010 e 2011, nada menos que 31%, alcançando um recorde de 642 milhões de dólares no ano passado.

Essa intensificação das relações comerciais e de investimento ocorre não apenas no caso brasileiro, mas entre a maioria dos países da região, confirmando, na prática, o vasto potencial de integração que possuímos. E isso deve ser destacado, porque a integração é a forma privilegiada que nossos países possuem para fazer face às consequências funestas que a crise internacional provoca.

Embora, até o presente, nossos países não tenham sido afetados de maneira mais profunda pela crise, as perspectivas, hoje, são de agravamento da situação. Com a política de expansão monetária adotada nos países ricos, a consequência inexorável será a criação de bolhas especulativas e a disparada inflacionária, com agravamento da recessão e do desemprego por lá. Assim, para os países latino-americanos e caribenhos, torna-se cada vez mais crucial que vejamos nossa região como um local propício para o estabelecimento de relações de parceria entre iguais, seja do ponto de vista comercial, seja do ponto de vista do investimento, seja do ponto de vista da articulação governamental.

Nossa política para o enfrentamento das consequências da crise internacional não será a adoção de medidas protecionistas, porque sabemos que o protecionismo não leva ao crescimento econômico, não conduz à prosperidade. Ao contrário, trataremos

de superar essa adversidade por meio da integração de nossas economias. Ao mesmo tempo, saberemos defender-nos adequadamente dos riscos derivados das políticas tendentes à canibalização de nossos parques produtivos implementadas pelos países ricos.

Há razões de sobra, companheiras e companheiros, para que sejamos otimistas no que se refere às possibilidades de estreitamento das relações que os países da América Latina e do

Caribe mantêm na Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos), na Unasul (União de Nações Sul-Americanas), no Mercosul (Mercado Comum do Sul), enfim, em todos os fóruns multilaterais. Acredito firmemente, também, na possibilidade de que esses múltiplos processos de integração venham finalmente a convergir, resultando numa grandiosa união de todos os países da América Latina e do Caribe.

Nesse aspecto, gostaria de destacar o papel relevante que o Brasil, sob a liderança do ex-Presidente Lula, teve na criação da Celac. Foi nosso bravo e visionário companheiro Lula que teve a iniciativa de convocar, em 2008, bem perto daqui, na Costa do Sauípe, a Cúpula da América Latina e do Caribe, que viria, posteriormente, a redundar na criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, em reunião realizada na Riviera Maya, no México, em fevereiro de 2010.

É no contexto da integração que haveremos de articular os processos de sustentação e de financiamento para os nossos setores produtivos, para a realização dos investimentos em infraestrutura necessários à continuidade do nosso desenvolvimento. O que é certo é que a transformação deste continente passa necessariamente – além da melhoria na distribuição de renda, além da ampliação do mercado interno de cada país – por uma integração cada vez maior. E a característica do processo de integração em que a América Latina e o Caribe já estão engajados é a de um processo de integração entre iguais, no qual todos saem ganhando.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, os desafios a serem enfrentados para assegurar o desenvolvimento, para garantir melhores condições de vida à população são de grande porte para qualquer país da América Latina e do Caribe. No caso específico de Cuba, contudo, esses desafios assumem uma dimensão muito maior em face do perverso embargo imposto pelo governo ianque. O bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba é o mais prolongado, cruel e injusto de que se tem conhecimento na História, havendo provocado, ao longo de mais de cinquenta anos, prejuízos de centenas de bilhões de dólares ao país. Trata-se, ademais, de uma bárbara violação aos direitos humanos do povo cubano.

Em sua arrogância imperial, o governo estadunidense continua a ignorar a veemente e unânime condenação ao bloqueio por parte da comunidade internacional, expressa ao longo de vinte anos em sucessivas votações realizadas na Assembleia Geral da ONU Organização das Nações Unidas. Na recente Cúpula das Américas, em Cartagena, os Estados Unidos sofreram nova derrota moral, quando os países da América Latina e do Caribe manifestaram-se em uníssono a favor da normalização do relacionamento com Cuba por parte de todos os países da comunidade americana. Essa foi, por certo, uma das mensagens mais poderosas provenientes daquele encontro.

A respeito do embargo, deve ser desmascarado, também, seu caráter cínico e hipócrita. Cabe questionar, por exemplo, por que os Estados Unidos mantêm sua perseguição implacável à Ilha na vigência de uma conjuntura internacional em que já normalizaram por completo, há muitos anos, suas relações com o Vietnã.

Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior durante o segundo mandato do ex-Presidente Lula, relata que, entre 2007 e 2010, esteve seis vezes em Cuba em missão oficial, havendo, em três dessas oportunidades, encontrado um governador americano tentando vender os produtos de seu Estado. Conta, também, que na inauguração da Feira Internacional de Havana, na qual o Brasil tem participação importante, sempre com cerca de quarenta de nossas pequenas e médias empresas como expositoras, foi convidado a subir ao palco, sendo chamado, logo após ele, um governador americano, o qual se posicionou ao seu lado e ao lado de Ramon Castro, irmão mais velho de Fidel e Raul.

Até 2009, toda a soja consumida em Cuba era comprada de fornecedores norte-americanos. O embargo, contudo, cria ônus e situações surreais. Para comprar a soja, os cubanos, além de pagar adiantado, precisavam aguardar que um navio norte-americano desembarcasse o produto no porto de Kingston, na Jamaica, para ser, então, embarcado em outro navio para Cuba, haja vista que qualquer navio que atraque em Cuba fica impedido de atracar em todos os portos dos Estados Unidos durante seis meses, pelo menos.

Por conta dessa triangulação, os cubanos acabavam por pagar entre 20% e 30% a mais pela soja. Tudo para que o governo norte-americano pudesse manter seu hipócrita e criminoso bloqueio. O prejuízo somente cessou quando, após negociações, os fornecedores norte-americanos foram substituídos por brasileiros.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, os investimentos brasileiros em Cuba remontam à chegada à Ilha, dezesseis anos atrás, da Brascuba, empresa brasileira subsidiária da Souza Cruz, a qual é contro-

lada pela multinacional American and British Tobacco. A Brascuba, que tem o governo cubano como sócio, fabrica cigarros e cigarrilhas – entre eles, a famosa e tradicional marca Cohiba –, responde por cerca de 20% do mercado e ainda exporta. A empresa envia regularmente dividendos para o Brasil e não enfrenta qualquer dificuldade adicional às suas operações em comparação a uma empresa instalada em nosso território, servindo de evidência da seriedade com que Cuba trata os investidores estrangeiros.

A partir de 2008, as negociações comerciais entre os dois países avançaram com muita rapidez, incentivadas pelo interesse de ambas as partes em intensificar suas relações. No segundo mandato do Presidente Lula, diversos acordos foram assinados entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministro Rodrigo Malmierca, do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro de Cuba.

Entre esses acordos firmados no Governo Lula, vale destacar: para construção de fábricas de soros, de cremes e unguentos na área farmacêutica, de equipamentos hospitalares e de hemodiálise; para reabilitação de uma planta de cimento; para exploração de petróleo em um bloco no Golfo do México e construção de uma planta de lubrificantes, ambos pela Petrobras; para uma fábrica de vidros planos por uma empresa de São Paulo, com previsão de exportação de 80% da produção; para uma fábrica de móveis metálicos; para reaparelhamento de vários hotéis com produtos brasileiros – móveis, pisos e revestimentos cerâmicos etc.

No início do corrente ano, durante a visita da Presidenta Dilma a Cuba, os laços comerciais e de cooperação entre os dois países foram estreitados, fortalecendo a relação estratégica e duradoura que a Presidenta afirmou querer com a Ilha.

Dilma visitou as obras de expansão do Porto de Mariel, realizadas com um investimento de 683 milhões de dólares do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o equivalente a 88% da obra. Tocada pela construtora brasileira Norberto Odebrecht, a obra do Porto de Mariel deve gerar aproximadamente 8.000 empregos diretos e indiretos em Cuba. Atualmente, a Odebrecht já emprega 2.700 cubanos. Até 2014, prazo estipulado para a conclusão das obras do porto, a geração de postos de trabalho deve chegar a 8.000, 3.000 diretos e 5.000 indiretos. Trata-se de uma colaboração importante ao processo de abertura da economia cubana.

O novo Porto de Mariel, em uma região privilegiada para um projeto desse porte, será o maior do Caribe, com capacidade para movimentar mais de um milhão de contêineres por ano. Seu projeto inclui a construção de rodovias e de um grande parque in-

dustrial, que terá zonas especiais de exportação. Durante a visita de Dilma, foi discutido um projeto para a instalação de empresas de medicamentos brasileiras na zona do Porto. A ideia é que empresas brasileiras utilizem know-how cubano na fabricação de medicamentos anticâncer e que a zona exclusiva sirva de plataforma de exportação.

A presença da Odebrecht nas obras do Porto de Mariel oferece-nos mais um exemplo, companheiros, da brutalidade do embargo norte-americano, que assume caráter de extraterritorialidade – em acintosa violação ao direito internacional –, ao perseguir empresas, bancos e cidadãos que mantêm relações econômicas, comerciais ou financeiras com Cuba. Na sua violência criminosa, o embargo chega ao ponto de lesar a soberania de terceiros países, bem como os interesses legítimos de entidades e de pessoas sob sua jurisdição.

Ocorre que a Odebrecht tem, há mais de duas décadas, vultosos investimentos na área de construção e infraestrutura na Flórida. Agora, pelo simples fato de estar realizando uma obra em Cuba, a empresa vê ameaçada a continuidade de suas atividades naquele estado norte-americano.

Durante sua visita a Cuba, a Presidenta Dilma Rousseff liberou um crédito rotativo de 400 milhões de dólares para a compra de alimentos no Brasil e outro, de 200 milhões de dólares, para importação de máquinas agrícolas.

O governo brasileiro deixou claro, por ocasião da visita, seu interesse em aprofundar a cooperação científica e tecnológica nas áreas de agricultura, saúde e turismo. Cuba receberá do Brasil o apoio necessário para incrementar sua produção agrícola e ampliar a rede pública de saúde. Nesse sentido, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) deverá capacitar especialistas cubanos no combate a pragas e no melhoramento dos plantios de soja e de pimentão. A ideia é fazer com que esses produtos atinjam qualidade suficiente para a exportação.

Além disso, o Brasil quer investir no setor de turismo na Ilha. Num primeiro momento, a proposta é melhorar significativamente os serviços oferecidos pelas empresas aéreas que ligam os dois países. Brasil e Cuba também intensificarão a cooperação em saúde, com a qualificação de profissionais para os serviços odontológicos e o fortalecimento da rede cubana de bancos de leite humano. Haverá ainda investimentos em pesquisas conjuntas sobre o câncer e para o desenvolvimento de medicamentos e vacinas.

Companheiras e companheiros:

Os novos parâmetros das relações cubano-brasileiras são um bom exemplo de como se deve processar a integração latino-americana e caribenha. Trata-se,

como tem afirmado a Presidenta Dilma, de trabalhar na construção de relações estratégicas e duradouras, que tragam benefícios a todos os países.

Interessa ao Brasil colaborar com as mudanças que vêm sendo promovidas pelo governo cubano com o objetivo de melhorar as condições de vida da sua população. Já somos o segundo maior parceiro comercial latino-americano de Cuba, depois da Venezuela, e ainda podemos ampliar em muito esse intercâmbio. Nossos países têm muito a trocar, não apenas no âmbito econômico, mas também nos âmbitos político, social e cultural.

Mais cedo ou mais tarde, o criminoso embargo chegará ao fim. A partir de então, Cuba, com seu grande porto de águas profundas, se transformará num entreposto estratégico para o comércio em todo o Caribe e, principalmente, com os Estados Unidos.

Queremos contribuir, com o peso e a autoridade da diplomacia brasileira, para acelerar o fim dessa excrescência. Nesse novo momento, nossa amizade e parceria com Cuba facilitará o acesso de nossos produtos a importantes mercados.

Ao encerrar minha fala, deixo minha calorosa saudação a todos os delegados presentes a esta XX Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba. É uma alegria estar aqui. É uma alegria prestar solidariedade a um povo que não se dobra à lei do mais forte, que não transige na afirmação de sua independência e de sua autodeterminação, que constrói, firme e decididamente, seu caminho rumo a um futuro glorioso, um futuro de paz e bem-estar para todos os seres humanos.

Viva a amizade entre todos os povos! Muito obrigada!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – RS) – Obrigada, Senadora Vanessa. V. Exª será atendida, de acordo com o Regimento Interno.

Com a palavra o Senador Wellington Dias, para uma comunicação inadiável.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Aeroporto Internacional de Parnaíba – e falo aqui para todos que nos acopanam – está localizado no litoral piauiense, no Município de Parnaíba, a 350km de Teresina. O aeroporto está preparado para operar voos regionais, nacionais, além de ser capaz de receber voos *charters* internacionais, procedentes de qualquer parte do Planeta.

Esse aeroporto, inaugurado ainda quando eu era governador, junto com o Presidente Lula, é localizado em uma área privilegiada, entre os Municípios de Camocim e Jericoacoara, ambos no Ceará: o Delta do Rio Parnaíba, no Piauí, e os Lençóis Maranhenses, no

Maranhão. Nesses dois pontos, tanto na região de Jericoacoara como na região dos Lençóis Maranhenses, temos uma previsão de aeroportos regionais.

Esse aeroporto de Parnaíba é a porta de entrada para uma região em que o turismo tende a crescer muito, com passageiros, com turistas do Brasil e do mundo.

Com a consolidação de mais uma porta de entrada para o Nordeste, a tendência é atrair turistas e impulsionar a economia da região. Devo lembrar que esse aeroporto encontra-se há seis horas de Lisboa, para compreendermos a importância estratégica da sua localização.

O terminal de passageiros, belíssimo, é inspirado na arquitetura modernista do Aeroporto Santos-Dumont, no Rio de Janeiro, feito há muitos anos pelo arquiteto e paisagista Burle Marx. Porém, com o atraso na liberação de voos comerciais pela Anac, poucas empresas aéreas demonstraram interesse em operar rotas regulares nesse aeroporto.

Hoje, há exigências dessa liberação da Anac para efeito de seguros das aeronaves, dentre outros.

Projetado para receber aeronaves de grande porte, tais como os aviões 767, que têm capacidade para transportar em média 300 pessoas, o Aeroporto de Parnaíba tem uma estrutura completa para receber voos comerciais vindos de todos os destinos nacionais e internacionais.

De acordo com Rodrigo Siebra, gerente de operações do aeroporto, enquanto as grandes empresas não se instalam, o Aeroporto de Parnaíba tem recebido somente aviões particulares e táxi aéreo com voos regionais.

Esses dias, o Prefeito de Parnaíba, José Hamilton, e o Vice-Prefeito, Florentino Neto, deram-me uma boa notícia. A boa notícia é que, segundo o superintendente do aeroporto de Parnaíba, José Ivan Vieira Magalhães, a partir de julho deste ano, a empresa Passaredo pode iniciar as operações de um voo regional que terá a seguinte rota: Fortaleza – Teresina – Parnaíba – Fortaleza.

É disto que precisamos, Sr. Presidente: incentivar a aviação regional que levará mais desenvolvimento para o interior de nosso Brasil. Com certeza, a Passaredo será vitoriosa na sua empreitada, porque nessa localidade temos uma demanda reprimida que não está sendo atendida.

As empresas de grande porte, infelizmente, não se interessam pelas rotas regionais que diminuiriam em muito as distâncias e o valor das passagens e facilitariam a integração regional.

Tenho defendido junto ao Governo Federal que seja estabelecido o conceito de linha aérea, com rota definida e específica para voos caracterizados como

regionais e de interesse estratégico nacional, com concorrência pública para definir a empresa operadora, com prazo mínimo de 10 anos. As rotas fariam sempre ligação com um ou mais aeroportos de voos nacionais e internacionais, a exemplo desse voo que envolve duas capitais, Teresina e Fortaleza, tendo ao centro a rota de Parnaíba.

Além disso, defendo incentivo fiscal, com alíquota zero de tributos estaduais e federais, para a compra de aeronaves de uso exclusivo nessas rotas, não só para Parnaíba, mas para todo o Brasil; incentivo fiscal para compra de combustível com alíquota nunca superior a 4% do ICMS pelos Estados e máximo de 2% do ISS pelos Municípios, para ISS nos aeroportos regionais aprovados; revitalização do Fundo de Incentivo à Aviação Regional, com parte da taxa de embarque cobrada nos aeroportos Nacional e Internacional, com divulgação planejada pelo Ministério do Turismo e Embratur; pelo Ministério da Aviação Civil e Fórum dos Secretários e *Trade* do Turismo.

Podemos trabalhar uma legislação permitindo a abertura de até 49% das empresas de aviação regional para o capital estrangeiro e criar uma linha de financiamento especial via BNDES e fundos regionais para financiamento de aeronaves e outros investimentos necessários.

O Brasil já teve, meu prezado Senador Mozarildo, 420 aeroportos em operação de voos com transporte de passageiros.

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. *Fora do microfone.*) – Hoje, sobram em operação 120. Num país continental, em processo de desenvolvimento, essas propostas permitirão acelerar o desenvolvimento do turismo, do comércio, da indústria, da mineração, enfim, da economia como um todo, minha querida Presidente Senadora Marta Suplicy, que, como Ministra do Turismo, deu todo apoio a esta proposta de incentivo à aviação regional. Lembro-me ainda de encontro com V. Ex^a e com o Ministro Jobim. Está tudo pronto, o que falta então para lançar este projeto?

Veja, uma aeronave da Embraer é vendida para o exterior com os descontos de todos os tributos. Como então não dar um incentivo como este para a aviação regional, para que tenhamos as condições de integrar, com todas as rotas existentes, para as maiores cidades?

Então, é isso que defendo aqui. Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Devo ainda registrar que estivemos, na última sexta-feira, no Estado do Piauí, comemorando...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... o Dia da Indústria, com apresentação da Federação da Indústria, homenageando várias pessoas que contribuem com a indústria do Piauí. Acredito que o turismo é também essa indústria não poluente, essa indústria capaz de gerar amplamente emprego em qualquer região do Brasil.

Por essa razão, mais uma vez, ao comemorar a presença de uma empresa como a Passaredo, se interessando para operar o aeroporto do Delta do Parnaíba, na região de Camocim, Jericoacora, na região de Lençóis Maranhenses, creio que estaremos dando um passo importante para o desenvolvimento de outras regiões do Brasil.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Parabenizo V. Exª por essa preocupação com esse aeroporto de Parnaíba, que foi tão difícil conseguir viabilizar.

Agora, em relação ao transporte regional, como Ex-Ministra do Turismo, tenho tranquilidade para dizer que sem rotas, sem voos, não temos condição de ter turismo interno. E os voos, em vez de aumentarem, são dificultados.

Então, V. Exª tem razão em relação a essa questão da aeronave. Podemos até pensar em uma forma de fazer um grupo que realmente faça uma... Pressão não é a palavra adequada, mas que leve essa preocupação. Porque, se há possibilidade, devemos todos nos empenhar, porque Parnaíba é um centro maravilhoso turístico e depende muito desse aeroporto. Pode contar comigo nessa empreitada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Srª Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Srª Presidente, questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Recebi agora algumas comunicações, via SMS, de que estaria passando, via Sky, a sessão do Conselho de Ética, e não a sessão do plenário. Pelo que eu sei, a preferência é da sessão plenária. Então, gostaria que V. Exª verificasse o que está acontecendo com essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu soube o contrário, que não está passando... Vamos ver. Vou mandar verificar, porque estou aqui sentada, não estou sabendo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está passando a sessão plenária. Acabei de ser informada, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Aqui no cafezinho, é verdade. Agora, pessoas que são assinantes da Sky estão assistindo ao Conselho de Ética através da TV Senado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, é estranho.

Por favor, poderia averiguar? (*Pausa.*)

Pois não, Senador Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Gostaria de pedir minha inscrição no horário de Lideranças.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o primeiro... Está o Senador Mário Couto, mas ele deu uma saída. Então, como V. Exª é o primeiro que estaria na frente, V. Exª tem a palavra como Liderança do PV.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a CPI do Tráfico de Pessoas realizou ontem, em Natal, Rio Grande do Norte, uma audiência pública. A audiência pública, bastante concorrida e prestigiada, contou com a presença da governadora do Estado; a presença do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves; contou com a presença do presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Ricardo Motta; vereadores; representante da prefeitura da Capital; procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Estadual; a Polícia Federal mandou dois delegados para participarem dos nossos debates; organizações não governamentais.

Enfim, eu diria que foi uma audiência bastante representativa, bastante concorrida e privilegiada. Mas o melhor disso tudo foi que saímos dessa audiência pública com diretrizes a serem seguidas em relação à presença do tráfico de pessoas no Rio Grande do Norte.

Para se ter uma ideia, em 2005, a Polícia Federal realizou uma operação chamada Operação Corona, que resultou em prisão de estrangeiros ligados a uma máfia italiana que integrava um grupo especializado em tráfico internacional de mulheres.

Em 2010, outra operação da Polícia Federal do Rio Grande do Norte, chamada Operação Ferrari, colheu indícios de que cerca de 100 mulheres já teriam sido levadas para a Itália com fins de exploração sexual.

Outra operação, a Operação Lusa, da mesma forma, segundo relato feito pelos delegados da Polícia Federal que lá estiveram, demonstrou, mais uma vez, que Natal faz parte de uma das rotas de tráfico

de pessoas existentes no Brasil, assim como Natal, Recife, Fortaleza, Salvador, lá no Nordeste.

O fato é muito grave, o fato é preocupante, até porque se trata de um crime silencioso, um crime que, na maioria das vezes, é difícil de ser enxergado aos olhos da sociedade, aos olhos das autoridades. É um crime que está enraizado no Brasil e em vários países onde alcança essa rede de tráfico e que, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, tem uma lucratividade da ordem de US\$32 bilhões.

Portanto, mais um obstáculo a ser enfrentado, porque todos os crimes que envolvem soma tamanha de recursos atendem a vários interesses.

Além disso, um agravante é que nós não dispomos de um treinamento específico, de uma educação, de uma orientação à sociedade, além da fragilidade dos instrumentos de combate a esse crime. O Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que deveria existir em todos os Estados, infelizmente, existe em apenas 14 Estados da Federação. E saímos ontem da audiência pública realizada em Natal com uma notícia alvissareira: a Governadora Rosalba esteve presente e assumiu o compromisso de instalar, em breve, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Rio Grande do Norte, o que foi um grande avanço, comemorado por todos nós. Além disso, tomamos a decisão de encaminharmos um pedido ao Ministério da Justiça para que o Ministro Eduardo Cardozo solicite que a Polícia Federal entre na investigação do desaparecimento de cinco crianças num bairro da periferia de Natal. Há muitos anos, está sendo investigado esse desaparecimento, e até hoje o fato continua inconcluso. Há indícios fortes de que esse desaparecimento tem a ver com o tráfico de pessoas, com o tráfico de crianças, que pode ser para adoção ilegal ou até para a comercialização de órgãos, o que é um absurdo em todos os aspectos.

Portanto, Sr^a Presidente, faço esse registro para contar do êxito que foi a audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas lá no Rio Grande do Norte, onde estava presente também a presidenta da comissão parlamentar de inquérito, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Era só, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Realmente, é extremamente sério o relato de V. Ex^a, Senador Paulo Davim.

Com a palavra o Senador Mário Couto, pela Liderança.

Chamo ao plenário os Senadores Pedro Simon, Roberto Requião, Alvaro Dias, Rollemberg e Cristovam Buarque, que são os próximos oradores inscritos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, hoje os jornais e a imprensa brasileira mostram aquilo que, por muitas vezes, falei aqui desta tribuna. Nós estamos caminhando para uma ditadura ou nós estamos dentro de uma ditadura branca.

Como é que o ex-Presidente da República, considerado um homem popular neste País por ter prosseguido com aquilo que Fernando Henrique lançou e criou, que foi o Bolsa Família, num País tão pobre como o nosso, como é que esse homem pressiona a todo custo o Supremo Tribunal Federal para absolver aqueles que estão envolvidos no mensalão?

Meu querido País, minha querida terra de Nossa Senhora de Nazaré, meu querido Pará, o Lula foi ao escritório do Jobim falar com o Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, para pressionar, ameaçar o Ministro para votar a favor daqueles que estão enrolados no caso do mensalão.

Ô meu Brasil querido, onde estamos?

A imprensa hoje de todo o Brasil acorda assustada com esse ato do ex-Presidente Lula. Ainda tem a coragem de dizer ao Ministro que o José Dirceu está apavorado com o julgamento do mensalão, Presidenta. Aquele José Dirceu que, a mando da Presidência da República, comprava Deputados para votarem com o Governo. Era o famoso mensalão, o maior escândalo da história deste País.

Na primeira vez em que o governo pretendeu abrir uma CPI aqui, eu desconfiei imediatamente e vim a esta tribuna dizer que era um fato programado. Era um fato programado para desviar o foco do julgamento do mensalão. Foi o Lula que chamou Senadores e Deputados e, imediatamente, determinou a criação da CPI, para tirar o foco, para que a população brasileira pudesse esquecer o julgamento do mensalão, a maior tragédia de corrupção neste País. Aliás, o PT implantou neste País centenas e centenas de tragédias de corrupção.

E ainda aparece o ex-Presidente Lula, Brasil querido, minha querida Terra, Pátria amada, para pressionar! Olhem o que diz a *Veja*, em várias páginas. Aliás, toda a imprensa brasileira amanheceu esta semana assustada com a atitude do Presidente. O Presidente Lula foi flagrado! O Presidente Lula pressiona fazendo ameaças ao Ministro Gilmar Mendes, dizendo-lhe assim: ou tu fazes, ou então vou te dedurar; ou tu votas a favor daqueles que roubaram, dos meus amigos, daqueles que trouxeram à Nação o maior escândalo da sua história, ou então, Ministro, vou começar a falar mal de ti e te acusar!

Ex-Presidente Lula, onde estamos? Que afronta é essa, Presidente? Isso é uma coisa muito séria! Isso é uma coisa muito séria, Brasil!

Este País não pode continuar assim. Pressão exercida sobre alguém para obter dinheiro ou favores mediante ameaça de revelação de fatos criminosos ou escandalosos, verídicos ou não, é crime, Presidenta! É crime, Presidenta! É crime, Brasil!

Pressionar...

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – (...) para absolver os mensaleiros...

Ei, Lula! Para com isso, Lula! Não faça isso, Lula! Isso é uma vergonha nacional, Lula! Como é que tu queres proteger... Por mais que sejam teus amigos, Lula, tu não podes fazer isso com o teu País. Tu não podes desmoralizar tua pátria.

Se esses mensaleiros forem absolvidos, a tua pátria estará desmoralizada, Lula. Tu não podes desmoralizar tua pátria, ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva!

Terminou?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há bastante tempo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Que vergonha, Presidenta! Oh, Pátria amada!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foram quatro minutos a mais. Vou pedir a V. Exª que conclua seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, só quero mandar um beijo para essa bandeira. Olho para ela e vejo: Ordem e Progresso. Respeita-a, Lula! Respeita essa bandeira! Respeita a Nação! Deixe o julgamento ocorrer normalmente, Lula! Não envergonhe a Pátria!

Muito obrigada, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira. (Pausa.)

Não, por favor...

V. Exª quer se inscrever como Líder? (Pausa.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL – Fora do microfone.) Como orador, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não; tem a palavra V. Exª como orador inscrito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, estou vindo à tribuna na tarde de hoje por algumas razões que considero superurgentes e vou tocar num assunto aqui que é recorrente em praticamente todas as sessões do Congresso Nacional, que é a seca do Nordeste.

Há de se dizer: “Mas disso já se falou tanto e não tem solução”. Mas, “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Se nós não continuarmos conversando, se nós não continuarmos solicitando, pedindo, se nós não continuarmos reivindicando e cobrando das autoridades constituídas do meu País ações efetivas não para acabar com a seca, porque ninguém acaba com a seca, pois é um fenômeno da natureza, mas para haver ações que minimizem a convivência com a seca...

Nós tivemos diversas reuniões. A Presidenta da República, Dilma, foi para Aracaju se reunir com os governadores do Nordeste. Foram adotadas algumas providências, urgentes, necessárias, imediatas. Depois, então, houve outra reunião, que aconteceu aqui, no Ministério da Integração Nacional, com prefeitos, o Ministro e os técnicos da Defesa Civil, e, posteriormente, outro encontro, também de governadores, com o Gabinete Civil da Presidência da República.

Ontem, por exemplo, estavam os governadores do Nordeste reunidos no Tribunal de Contas da União tratando dos desastres ecológicos. O meu Estado e o Estado de Pernambuco foram vítimas do maior desastre ecológico, Presidenta Marta, em 2010. Milhares e milhares de pessoas foram desabrigadas, milhares e milhares de casas foram levadas pelas correntezas dos rios. O Governo Federal, na verdade, chegou e pôs recursos para que pudessem reconstruir as casas. E agora mesmo nós estamos enfrentando uma nova crise na área do semiárido do Nordeste, que é exatamente a devastadora seca que está se implantando naquela região.

Algumas ações foram adotadas. Eu gostaria de cobrar apenas outras ações. No semiárido, a criação de bovino é o gado leiteiro. O gado leiteiro só dá leite quando come. Ele não tem o pasto nativo para comer. E os insumos, que fazem exatamente a vaca produzir o leite, está impossível de o sujeito comprá-los. Eles aproveitam a oportunidade, a miséria... É uma coisa terrível: aproveitam a miséria que se abate sobre o semiárido nordestino para, todos os dias, as empresas, as indústrias aumentarem os insumos.

Hoje, qual é a possibilidade de o pequeno produtor de leite comprar um saco de soja, que, há cerca de 60 dias, custava R\$40,00 e agora custa R\$70,00? Um saco de milho no Centro-Oeste, no Norte e na região do Mato Grosso custa R\$19,00. Lá estamos comprando um saco de milho por R\$47,00. Um saco de trigo, farelo de trigo, que não tem valor nutritivo nenhum, que, muito pelo contrário, é só enchimento, está custando hoje cerca de R\$27,00. Qual o pequeno produtor de leite que pode comprar esses insumos para alimentar os seus animais?

Então, o que é preciso? Por exemplo, a Conab disse que ia colocar três mil quilos de milho à disposição dos pequenos e médios produtores para alimentar os animais. Está no papel, mas, na prática, não chegou ainda. Então, é preciso que haja um tratamento igualitário. Por exemplo, a Conab está colocando seis mil quilos de milho à disposição dos produtores de leite do Rio Grande do Sul. E lá, para o meu Estado de Alagoas, para Pernambuco, para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte, para o Ceará, para a Bahia, tem que ser três mil quilos? Daí, minha gente, Srs. Senadores, continuam esses mesmos tratamentos discricionários para o semiárido deste País. Esse não é o tratamento. Por que o tirador de leite do Rio Grande do Sul é diferente do tirador de leite de Alagoas, é diferente do tirador de leite da Bahia, do Rio Grande do Norte? Então, é preciso que haja essa coerência.

Presidenta Dilma, a senhora tem sido muito determinada nessas ações. Determine que o tratamento seja igualitário. Não tem por que haver tratamento diferenciado, principalmente... Ou melhor, poderia até ser diferenciado. O Rio Grande do Sul, que não tem a seca que nós temos, poderia ter os três ou quatro ou seis mil quilos, e o semiárido iria ter dez mil quilos. Aí sim, você daria um tratamento diferenciado: para aqueles que mais precisam, a ação deveria ser mais emergencial e, ao mesmo tempo, com muito mais solidez. Mas, infelizmente, continuamos na solução de nada.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Já concederei o aparte a V. Ex^a.

Nós, que vivemos lá, passamos por esse drama. Então, é preciso que haja ações, no papel, sim, mas que sejam postas em prática.

Concedo o aparte ao nobre Senador Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Benedito de Lira, concordo com V. Ex^a quando reclama das disparidades, das diferenciações. Acho que a própria Conab talvez não esteja estruturada para atender a todas as regiões do Brasil no caso de catástrofes, nos casos emergenciais. Acho que se tem que enfrentar também isso no Brasil. Há precariedade em vários setores. Não quero discordar de V. Ex^a, em absoluto. Precisamos reestruturar também quando ocorre isso. Mas eu gostaria de me ater, neste aparte a V. Ex^a, à luta que V. Ex^a empreendeu já em algumas comissões para que nos preparemos melhor em relação à Defesa Civil neste País. Houve uma comissão; trabalhamos em relação a isso. Eu me lembro de que V. Ex^a, em uma das comissões em que foi relator, defendeu a sua proposta para que 2,5% do resultado da Caixa Econômica Federal fossem para a Defesa Civil

nacional, para o Ministério da Integração Nacional, que isso fosse estruturado, para nos prepararmos. Recebemos essa proposta, e fui relator em uma comissão no ano passado nesta Casa, com diversos Senadores, e essa proposta de V. Ex^a nós recebemos. Veja bem: só pela proposta de V. Ex^a, poderíamos ter, por ano, cerca de R\$250 a R\$300 milhões para um fundo para emergências. E V. Ex^a está relatando agora a questão da seca, não só em seu Estado, Sergipe, mas no Nordeste todo; uma seca louca. Fala-se até que o preço do milho chega a R\$47,00. É loucura isso, não tem jeito. O que levantamos até agora? Se, dos seguros no Brasil, recolhêssemos só 1% do prêmio, teríamos mais R\$700 milhões para a Defesa Civil; com mais a ideia de V. Ex^a, iríamos para quase R\$1 bilhão por ano para o fundo. Só que temos que reestruturar o Funcap. E nós apresentamos as ideias e o Governo, especificamente a Casa Civil, ficou de mandar o marco regulatório de Defesa Civil para esta Casa, para o Congresso Nacional, para nos prepararmos e, principalmente, Senador Benedito de Lira, para reestruturarmos o fundo e aplicarmos mais na prevenção. Nós somos um país imprevidente. Ressalta-se sempre que, a cada R\$1,00 que se aplica em prevenção, vamos economizar R\$7,00 depois, na reconstrução. É isso que está faltando. Somos um país imprevidente. Então, temos que perseguir essa linha, esse chamamento, e fazer com que a Casa Civil, o Governo mande esse marco regulatório para reestruturarmos a Defesa Civil e enfrentarmos melhor essa questão no País, sem desmerecer também a tese de que Conab ou outros órgãos do Governo procurem atender ao Brasil como um todo, não discriminando quem quer que seja.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Agradeço ao nobre Senador Maldaner pelo aparte de V. Ex^a.

Eu queria apenas ratificar o que V. Ex^a acabou de dizer. Fui autor de um projeto de lei que, naquela oportunidade, recebeu até parecer contrário, mas a Comissão aprovou. No entanto, acabou, morreu, porque aqui as matérias que são de interesse da sociedade, mas são originárias de um Senador da República ou de um Deputado passam cerca de 10 anos para serem aprovadas ou apreciadas.

Nobre Senador, nós propusemos um projeto de lei quando cheguei à Câmara dos Deputados.

Presidenta, tenha paciência. Esse é um tema muito interessante para continuarmos discutindo. Eu pediria a sua tolerância, V. Ex^a tem sido muito gentil com esse gesto.

Pois bem, Senador. Apresentei um projeto de lei em 2003, quando era Deputado Federal, criando os genéricos para produtos veterinários a fim de baratear

ar os custos de medicamento para tratar da sanidade animal. Pois bem, faz 10 anos que o projeto tramita entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. É isto que precisamos procurar colocar em prática: o projeto é interessante? É. Então, vamos aprovar. O projeto não presta? Arquite-se. É isso que nós precisamos continuar fazendo.

Há outro assunto, Presidenta, relativo ao semiárido. A alimentação do gado na minha região é a palma, o cacto palma. Pois bem, ninguém tem palma mais. Acabou. A seca acabou com tudo. O Governo, todo mês, de dois em dois meses, de três em três meses, faz um ajuste fiscal dando incentivo fiscal à indústria de automóvel. Sabem qual é a minha preocupação? Brevemente nós teremos aquele mesmo problema que ocorreu nos Estados Unidos com o setor imobiliário: o carro barateia, e todo mundo compra um automóvel, mas não se pode andar nas cidades, porque há congestionamentos de 200 quilômetros. O cidadão compra o carro porque vai pagar uma prestação em 180 meses, mas, pouco tempo depois, a financiadora toma o carro, porque ele não pode mais pagar.

Então, por que o Governo não dá um incentivo para que o pequeno produtor do semiárido possa plantar palma com juros praticamente inexistentes, com três ou quatro anos de carência para pagar coisas insignificantes? Não pode fazer porque isso dá prejuízo à Nação. Não é possível uma coisa dessas.

Por exemplo: o semiárido precisa, nobre Presidenta, de energia para botar água para o povo beber. No meu Estado, por exemplo, nós temos diversas adutoras que funcionam apenas metade do dia. Na outra metade, a Eletrobras não fornece energia porque a tarifa é muito alta e o Município e o Estado não podem pagar.

Por que a Eletrobras não dá uma espécie de incentivo para que o homem que mora no semiárido deste País possa beber um copo d'água potável e não beber água de barreiro, beber água de caminhão pipa? Não são ações vultosas que possam quebrar o nosso País não. Muito pelo contrário.

A Eletrobras deveria fazer o quê? Uma tarifa verde. Você pode ligar para botar água para atender o povo às 17h, às 15h, meio-dia, 8h, até altas horas da madrugada para poder, então, não faltar água nos canos das adutoras e chegar à casa do pequeno, do homem que vive lá no campo, que vive a 500 quilômetros de determinada sede de Município. Não tem isso porque ninguém pode pagar energia. É uma coisa terrível! É uma ação que deveria ser feita. Essa é uma das ações da seca, mas, infelizmente, no papel, porque, na prática, não temos nenhuma ação até agora. E assim são outras ações que a Presidenta Dilma determina aos

seus ministros, à sua equipe técnica, e infelizmente a burocracia faz com que as coisas não aconteçam.

Minha querida Presidenta Marta Suplicy, V. Ex^a é uma privilegiada. Graças a Deus, V. Ex^a nasceu numa região extraordinária, a melhor deste País. Não é apenas a maior cidade, a mais importante cidade da América Latina, mas é também o melhor solo que nós temos, o do seu Estado de São Paulo.

O paulista tem sido solidário com o sertanejo velho que mora no alto sertão de Alagoas, do Piauí, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, da Bahia, do Maranhão, do Ceará e de Sergipe. Nós precisamos ter essas ações e imediatamente fazer com que as coisas possam acontecer.

Equipamentos. A Presidenta Dilma determinou ao MDA que colocasse uma máquina à disposição, por exemplo, retroescavadeiras, à disposição dos pequenos e médios Municípios dos Estados do Brasil, com especialidade e com prioridade para o Nordeste. Mas aí chegaram algumas máquinas e não chegaram outras. Deveriam ter chegado todas, porque a indústria está 24 horas trabalhando e há máquinas lá no pátio para serem vendidas.

Então, para que essas máquinas? Para que o cara possa fazer o seu barreiro, para ele limpar o barreiro, para limpar o seu tanque, para que, quando Deus mandar chuva, ele possa ter um equipamento para juntar água.

Pois bem, banco. Os bancos estão aí. A informação que circula é de que os bancos, pelo aperto que a Presidenta Dilma deu, baixaram os juros, mas estão aumentando as taxas de serviços para compensar os juros que eles estão baixando.

Eu não sei para que serve... Nobre Senador Mozarildo, eu não sei, amigo. Pode ser que V. Ex^a me diga para que serve. Para que serve a rede bancária privada neste País? Senadora Marta Suplicy, para que serve? Qual é o projeto social que eles carregam...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone.*) – (...) que eles levam em consideração para atender aos pequenos produtores, aqueles que produzem, que geram riqueza, que geram emprego, que matam a fome e que distribuem alimentos para alimentar a população nacional e até de fora do País?

Eu não sei, mas infelizmente é isso aí.

Outra coisa que o Governo não deveria fazer e faz. Aqui eu faço um apelo ao Ministério da Agricultura e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário: por que é, nobre Senadora Presidenta Marta Suplicy, Srs. Senadores, que o privado paga num litro de leite para atender à população, por exemplo, da escola, na me-

renda escolar, para os Municípios atenderem às pessoas carentes, às pessoas pobres, às crianças que precisam de um litro de leite para se alimentar, paga ao produtor 95 centavos, e o Governo paga menos do que isso, paga 85 centavos? Então, não é possível isso. O Governo deveria pagar R\$1,00, enquanto o privado paga 95 centavos...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Se o Governo pagasse R\$1,00, aí você teria condições de *(Fora do microfone.)* dar continuidade ao seu trabalho permanente de sol a sol, adubando o solo. E muitas vezes, no semiárido do meu País, com o suor do seu próprio rosto.

É por isso que estou aqui, nobre Presidenta. Muito obrigado pela tolerância que V. Ex^a nos proporcionou, porque o assunto é importante. E tenho certeza absoluta de que a Presidenta Dilma vai chamar novamente os seus técnicos, os seus ministérios afins para determinar que as coisas aconteçam não no papel, mas aconteçam na prática.

Concedo, com a permissão de V. Ex^a, um aparte ao eminente Senador Mozarildo, para encerrar a minha participação.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Apenas, Senador Benedito, para, como filho e neto de nordestino, cearense e paraibano, respectivamente, solidarizar-me com V. Ex^a e com o sofrimento do povo nordestino. Embora nós, nortistas, estejamos sofrendo o inverso com as enchentes, desde o tempo do Império que o Nordeste sofre assim. Talvez, graças a isso, tanta gente tenha saído do Nordeste e ido, inclusive, para Roraima, para São Paulo. Temos o exemplo até do ex-Presidente Lula, que também foi para lá. Mas quero me solidarizar com o povo nordestino por meio do indignado e justificado pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, meu caro Senador Mozarildo.

Aproveitando a presença do eminente Senador Walter Pinheiro, baiano, hoje Relator da Medida Provisória nº 565, apelo para que possamos, nobre Senador, encontrar caminhos para atender aos pequenos produtores do meu País, que estão com suas terras sendo confiscadas pelo Banco do Nordeste e pelo Banco do Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone.*) – Semana passada, por exemplo, houve onze leilões no semiárido, mais precisamente, no Município de Marechal Deodoro, no Estado de Alagoas.

Mas tenho muita esperança. O nobre Senador Walter Pinheiro está trabalhando incessantemente no

contato com as autoridades do Governo da área econômica, para que possamos fazer com que essa medida provisória seja capaz de produzir efeitos voltados para a prática, e não fique apenas no papel.

Minha querida Presidenta, muito obrigado. O nordestino sofredor agradece a V. Ex^a pela tolerância.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Caro amigo, Senador Benedito de Lira, esse foi um dos discursos mais fortes e comoventes que ouvi aqui desde que presido essas sessões.

Realmente, enquanto V. Ex^a falava – antes de citar o meu Estado de origem –, eu pensava no quanto meu Estado é abençoado, apesar de ter enormes bolsões de pobreza, que eu, como ex-prefeita conheço muito bem, favela e tudo mais, lembrei-me de uma fala do Presidente Lula, quando comentávamos a situação da pobreza em São Paulo e no Nordeste. Naquela hora, a fala me chocou muito e comentei com ele. Ele me disse: “Eu sei que choca, mas é assim. Em São Paulo, quando há muita pobreza, a pessoa encontra comida na lata do lixo. No Nordeste, quando bate a seca do jeito que bate, não há em canto algum. Nem palma tem”.

Eu me lembrei da palma porque, na época, eu não sabia o que era. Depois, visitando o Nordeste, conheci o que era palma. E, quando não há palma, a situação é extremamente grave.

V. Ex^a conta que não precisava muito para dar incentivos para melhorar a vida no Nordeste. Fico também bastante impressionada não só com a pobreza, aquilo que traz a seca – e defendo muito o meu Estado, porque sei que São Paulo também ajuda muito o resto do Brasil –, mas também com essa situação. Realmente, V. Ex^a tem toda razão de estar indignado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr^a Presidente, gostaria de pedir a palavra pela ordem, só para fazer um registro.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Hoje, houve uma sessão solene, pela manhã, de concessão do Diploma José Ermírio de Moraes, e um dos homenageados foi um empresário do meu Estado, Said Samou Salomão, que morreu, em 2009, aos 94 anos. Hoje, teria 97 anos.

O empresário, um dos pioneiros do comércio de Roraima, foi um exemplo para toda uma geração de empresários e de pessoas que, como eu, aluno do Ensino Fundamental, o antigo ginásial, conviveram com ele. Depois de formado, médico, voltei e tive a

oportunidade de comprar o meu primeiro carro, na concessionária que ele tinha.

Quero, aqui, prestar homenagem a toda a família do Sr. Said Salomão e pedir a V. Ex^a que autorize a transcrição de um pequeno trecho da matéria que foi publicada à época do falecimento do Sr. Said S. Salomão.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º do Regimento Interno.)

20/03/2009

Said Salomão morre aos 94 anos

Sonja Chacon

O empresário Said Samou Salomão (94), um dos pioneiros do comércio de Roraima, morreu ontem pela manhã vítima de insuficiência respiratória. Durante toda a tarde de ontem, seu corpo foi velado na Catedral Cristo Redentor, onde recebeu a visita de centenas de pessoas. Hoje, às 8h30, haverá uma missa em homenagem ao pioneiro. Logo após a celebração, o corpo será sepultado no Cemitério Nossa Senhora da Conceição, no São Vicente.

Um dos maiores investidores de Boa Vista, desde o início do século passado, chegou a Roraima em 1927, aos 14 anos, vindo da Síria. Após cinco anos, abriu seu primeiro empreendimento, a “Said Salomão Ltda”, localizada na avenida Cecília Brasil. Durante anos, o Bazar das novidades era uma loja de referência de toda a população de Boa Vista e do Estado. Lá vendia desde o prego para as construções até carros, gasolina, tecidos e sapatos.

Salomão casou com uma amazonense, filha de sírios, Latife Abdala Salomão, com quem teve cinco filhos, 12 netos e cinco bisnetos. Desde o falecimento de sua esposa, que homenageada teve o palácio dedicado aos micro-empresários batizado com o seu nome, o empresário foi morar com a filha mais velha, Sâmara Salomão.

Ao completar 90 anos, Salomão disse em entrevista, já acometido pelo mal de Alzheimer, das suas emoções por fazer parte da história do comércio de Boa Vista. E como afirmou o filho, Samu Salomão, ele venceu na vida com honestidade. Há cinco anos, ele deixou o comando dos negócios para os filhos e netos. Esse ano, ele completaria 95 anos, no dia 16 de julho, Dia do Comércio.

LUTO – Diversas homenagens foram feitas a Salomão. O presidente da Associação Comercial e

Industrial de Roraima (Acir), entidade que foi fundador, disse que o pioneiro foi um grande desbravador e trouxe para Roraima o espírito de luta para arraigar o desenvolvimento produtivo.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Mozarildo.

Chamo o Senador Casildo Maldaner, pois não estão presentes os Srs. Senadores Roberto Requião, Alvaro Dias, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena, Humberto Costa, Fernando Collor, Acir Gurgacz.

Há muita coisa ocorrendo na Casa.

Com a palavra, então, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezada Senadora Marta Suplicy, que preside esta sessão, nossa Vice-Presidente, prezados colegas, antes de entrar no tema propriamente dito, quero aproveitar o pronunciamento do Senador Benedito de Lira. No aparte que tivemos a honra de oferecer, queria apenas lembrar que, no meu outro mandato, na Casa, apresentei um projeto idêntico no que se refere a genéricos para produtos agropecuários, como existe hoje, e já havia à época.

Se existem os genéricos para pessoas humanas, por que não existem para os animais? Por que nos submetemos a esses monopólios, tanto no agronegócio, como também em relação aos animais, neste País? Por que não existem também os genéricos para isso? Se existem para pessoas, por que não também para os produtos agrícolas, e assim por diante?

Tivemos a honra de apresentar esse projeto, que foi para a Câmara, depois que saí do Senado, chegou à Câmara – sei da proposta de V. Ex^a de 2003 – e foi apensado ao projeto de V. Ex^a na Câmara, que tramita até hoje.

Não sei como é que as coisas não andam às vezes. Não sei o que é que falta, eu não sei que forças são essas. Será que são forças que a gente não vê, não vislumbra e que interferem sem tocar e tem esse resultado? Não sei, alguma coisa existe. Eu só queria fazer essa observação a V. Ex^a, Senador Benedito de Lira.

Eu quero trazer um tema que tem sido bem pontual nas últimas semanas – aliás, não só nas últimas semanas, mas ele entrou na ordem no Brasil inteiro, já vem há anos. Trata-se da questão da carga trabalhista, da questão dos impostos.

Trago aqui alguns dados que me surpreenderam. Eu ouvia falar que, sobre a folha de pagamento, paga-se cem de salário, paga-se mais cem de impostos. A Fundação Getúlio Vargas acaba de trazer dados que me deixaram atônito, pois é bem mais do que isso –

para ver aonde é que nós estamos chegando. Eu vou trazer esses dados aqui à Casa e a todos os preza-dos ouvintes nos ouvem e que assistem também a essa sessão.

O tema que me traz a tribuna tem sido recorrente, não é a primeira vez que trato do assunto. O Brasil encontra-se em um momento extremamente delicado, em que precisa tomar decisões que influirão de forma decisiva no nosso futuro nas próximas décadas.

Nossa política econômica não pode basear-se unicamente em ações imediatistas, mas enfrentar de vez os gargalos que atravancam um crescimento sustentável de longo prazo. São diversos pontos, como a redução dos gastos públicos, o investimento pesado em obras de infraestrutura e um novo pacto federativo que distribua melhor recursos e atribuições entre os entes federados.

Um deles, no entanto, é vital: uma reestruturação do nosso sistema tributário, que impinge uma pesada carga aos setores produtivos e aos consumidores, repleta de complicações e burocracia, um verdadeiro emaranhado de tributos, taxas e contribuições.

Desta feita, pretendo destacar apenas um de seus maléficos vetores: a pesada carga tributária incidente sobre a folha de pagamento dos empregados no setor privado. Ao somarmos a complexidade de nossa legislação trabalhista, temos um quadro que impede uma ampliação vigorosa da oferta de trabalho e formalização.

Não negamos, de forma alguma, os avanços obtidos nos últimos anos. De acordo com o IBGE, o índice de desemprego no País ficou em 6%. O índice é notável, ainda mais quando comparado com países como a Espanha, que enfrenta taxas próximas a 30%, e superiores a 50% entre os jovens com menos de vinte, trinta anos.

Contudo, as revelações da FGV não podem ser ignoradas. A pesquisa relevou que, no caso de um vínculo empregatício de até doze meses, o custo de um trabalhador pode ser de 2,83 vezes o salário de carteira dele – um aumento de 183%. Traduzindo em valores, um trabalhador que ganhe um salário mínimo, R\$622,00 Senador Raupp, e permaneça doze meses no cargo, custará ao seu empregador R\$1.760,26. Se ficar doze meses na empresa, vai custar a ela, o trabalhador que ganha um salário mínimo, a média por mês R\$1.760,26.

Veja onde vamos parar.

O valor não deriva apenas de encargos, mas de um conjunto de obrigações acessórias, benefícios negociados, burocracia e até da gestão do trabalho.

A Fundação Getúlio Vargas está demonstrando isso, não é o Casildo que está demonstrando, não

sou eu que estou demonstrando isso. É a Fundação Getúlio Vargas.

Entretanto, esse valor pode cair para 2,55 vezes, ou 155% se o vínculo se estender por cinco anos. Se ficar por cinco anos, ele baixa, mas é pouquinho coisa. Essa redução deve-se a diversos fatores, relacionados ao elevado peso que a rotatividade tem no custo do trabalho.

Fatores como aviso prévio indenizado, multa do fundo de garantia, investimentos em treinamentos e formação específicos, o custo associado ao diferencial da produtividade inicialmente menor – os empregados não conseguem trabalhar em seu melhor nível do início do vínculo – são diluídos ao longo do tempo, por isso, a queda do custo, conforme o aumento de duração do vínculo. Isso até estimula, não há dúvida, estimula a manter a vinculação com a empresa.

O estudo aprofunda-se ainda em outras variáveis desse custo, com a definição do peso das obrigações trabalhistas e a relação entre seus custos com os reais benefícios financeiros, efetivamente percebidos pelo trabalhador, revelando a brutal discrepância.

Contudo, pretendo me ater apenas ao aspecto geral, revelador inequívoco do absurdo impacto que a legislação tributária e trabalhista defasada provoca no empregador e, por consequência, na oferta de postos de trabalho. Porque esse impacto da carga que vai sobre o salário mínimo de seiscentos e poucos reais para 1.700, ou se ficar cinco anos, baixaria para uns R\$1.600,00, R\$1.700,00, a média por mês, esse impacto, quer queira, quer não, é transferido ao produto final e quem vai consumir é que vai pagar, não há a menor dúvida. E essa carga não é conhecida dos brasileiros, não é conhecida, é transferida do produto final.

Contudo, pretendo, como disse antes, me ater a essas partes do custo.

Ao aplicarmos os 183% de impacto sobre a folha de pagamento em setores de intensivos de mão de obra, como o têxtil, que, no meu Estado Santa Catarina, é um pujante parque fabril, vemos um quadro preocupante. De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil, a ABIT, o setor congrega 30 mil indústrias, que empregam oito milhões de brasileiros, direta e indiretamente.

Cito apenas a indústria têxtil, a título de exemplo, pois a carga incide sobre todo e qualquer setor produtivo, seja na indústria, comércio, serviços, agricultura e assim por diante.

Nobres colegas, o caminho a ser perseguido é evidente.

Vou concluir, nobre Presidente.

Citando o dramaturgo Nelson Rodrigues, trata-se do “óbvio ululante”: é imperativo reduzir nossa

carga tributária e modernizar a legislação trabalhista, garantindo condições para a geração e manutenção do emprego e o ambiente de competitividade internacional, essencial para o desenvolvimento social e económico do País.

Essas são as nossas reflexões, nobre Presidente. Não poderia deixar de trazer a realidade de como isso encarece os nossos produtos e como deixam a nossa indústria desigual para competir com outros países no mundo. Fala-se muito da China, até alguns, a título de exemplo, perguntam: como vamos competir se os manufaturados chegam de lá e concorrem conosco?

Está aí um exemplo, sobre o salário mínimo de R\$622,00, vamos calcular e chegar a R\$1.700 o custo do trabalhador em função de que são 183%, mais ou menos, a mais, muito de encargos. Com isso, não dá para competir.

É por isso que alguns dizem, encerrando, nobre Presidente, que muitas vezes, tínhamos que pegar as associações e sindicatos, que mexem com isso...

(interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC.) – ...mexer com o Governo de lá para sindicalizar, para melhorar, para normalizar, porque, nesse caso, ou eles aumentam os encargos trabalhistas – e aí não poderiam competir conosco – ou nós desoneramos a folha, para que a nossa indústria nacional possa concorrer com eles.

Faço esse paralelo, porque são ideias que alguns levantam, às vezes, não sei se em tom de brincadeira, é claro, mas merecem a nossa atenção.

São essas as considerações, nobre Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – RS) – Obrigada, Senador Casildo.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz, como orador inscrito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Marta Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da rádio Senado, ocupo a tribuna hoje para informar que amanhã, às 11 horas, quarta-feira, a Presidenta Dilma participará de uma solenidade no Palácio do Planalto, com a presença do Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, de Helen Clarck, do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, e de Rodrigo Rocha Loures, do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

Trata-se da solenidade de entrega do prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM Brasil –, que contempla 20 projetos bem sucedidos, sendo seis

deles realizados por prefeituras, por gestões municipais, e 14 projetos de organizações da sociedade civil.

Eu gostaria aqui de nominar cada uma das instituições premiadas e de apresentar o meu cumprimento especial, porque são organizações da sociedade civil e prefeituras que têm desenvolvido ações destinadas a atender os objetivos de desenvolvimento do milênio, principalmente no que diz respeito ao combate à miséria e à fome, à igualdade de direitos, à garantia de inclusão social e a um conjunto de objetivos construídos no sentido de fazer do nosso mundo um mundo melhor.

Então, as prefeituras que serão premiadas amanhã são: a Prefeitura de Alfenas, Minas Gerais, pela prática do Programa de Acompanhamento da Gestante, o Page; a Prefeitura de Contagem, Minas Gerais, pela prática Entre Gêneros: nova educação para as relações de gênero; a Prefeitura de Glaucilândia, Minas Gerais, pelo Manejo de Sub-bacia Hidrográfica do Rio das Pedras; a Prefeitura de Montes Claros, Minas Gerais, pela prática Iguais e Diferentes: Podemos Viver Juntos?, também uma prática de gênero; a Prefeitura de Silva Jardim, no Rio de Janeiro, pelo Banco Comunitário Capivari e Moeda Social/Capivari.

E eu gostaria de fazer um cumprimento especial à Prefeitura de Rio Branco, ao Prefeito Raimundo Angelim, que também será premiado nessa 4^a versão do Prêmio ODM Brasil, com a prática Organização Social: uma Estratégia de Cooperação, Renda e Cidadania.

Juntamente com as prefeituras, outras quatorze organizações da sociedade civil também serão premiadas: a Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente Taquaruçu, de Palmas – TO, pelo Projeto Canto das Artes; a Associação Comunitária de Radio-difusão de Independência – CE, pela prática Mulheres na Comunicação a Serviço da Vida; a Associação dos Apicultores da Região de Alto Turi, Santa Luzia do Paruá, no Maranhão, pela prática Atividade Apícola Associativa do Alto Turi; a Associação dos Produtores Rurais de Carauari, do Amazonas, pela prática Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário; a Associação MarBrasil, do Pontal do Paraná, pela prática Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha (Rebimar); a Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, do Rio de Janeiro, pela prática Maré de Sabores; a Casa de Apoio à Vida de Campinas, pela prática Gestação; a Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer de Jurema, no Mato Grosso, com a prática Amazônia Viva: Plantando e Colhendo Frutos para um Mundo Melhor; a Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda. (Santa Cruz do Sul – RS), pela prática Sustentabilidade Camponesa – Diversificação Produtiva na Região Fumageira; a Cooperativa Regional Agropecuária Terra Livre (Coopertel) (Ponte Alta – SC); Escola de Dança e

Integração Social para Criança e Adolescente (Edisca) (Fortaleza – CE). projeto A Vida é Feminina; o Instituto Ciência Hoje (Rio de Janeiro – RJ). Prática Programa Ciência Hoje de Apoio à Educação; o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) (Rio de Janeiro – RJ), pela prática Carretinha da Saúde Morhan; e o Centro de Estudos Socioambientais (Salvador BA), o Pangea, pela prática Rede de Catadores, o Cata Bahia.

Essas experiências todas recebem essa premiação por atenderem aos objetivos do novo milênio.

Faço aqui um cumprimento especial a todas essas organizações da sociedade civil, essas quatorze organizações, e, ao mesmo tempo, faço um reconhecimento ao Prefeito Raimundo Angelim, de Rio Branco, à Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, da Prefeitura de Rio Branco, Roseli Scalabrin, que foi uma pessoa homenageada aqui neste plenário juntamente com a Presidenta Dilma, naquele prêmio Bertha Lutz, exatamente por ter uma prática de atenção e de fortalecimento das políticas para o fortalecimento e principalmente para a busca de igualdade e de respeito às diferenças de gêneros.

Neste sentido, trago aqui esse cumprimento especial à prefeitura de Rio Branco, ao Prefeito Raimundo Angelim, e dizer que esta não é a primeira vez que a prefeitura de Rio Branco, da nossa capital do Acre, foi reconhecida pelo Prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Estamos na quarta edição deste prêmio e o Prefeito Raimundo Angelim já participa pela segunda vez exatamente por práticas adequadas desenvolvidas pela nossa prefeitura.

Digo isso para reafirmar que este sempre foi o caminho certo e tem sido seguido à risca pela atual administração da prefeitura de Rio Branco, através do Prefeito Raimundo Angelim, que está no final do seu segundo mandato.

Durante a sua gestão, Raimundo Angelim, que é economista, professor universitário licenciado e já foi secretário de governo e Deputado Estadual, se acostumou a colecionar prêmios por sua eficiência administrativa. Um dos prêmios que o Prefeito Raimundo Angelim recebeu por esse motivo, no ano passado, em São Paulo, foi o ECO Cidade 2010, concedido pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe.

A honraria foi concedida porque a prefeitura de Rio Branco desenvolveu projetos que se valeram das Melhores Práticas de Gestão Local de Resíduos Sólidos, uma iniciativa que permitiu acabar com o antigo “lixão” que existia na capital acreana. No lugar daquela aberração ambiental surgiu uma Unidade de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos, que

resolveu o problema em Rio Branco, fazendo com que a nossa capital do Acre já esteja adequada à Política Nacional de Resíduos Sólidos e, ao mesmo tempo, desenvolvendo um trabalho social muito importante junto ao Projeto Catar, que gera emprego para muitas pessoas e, ao mesmo tempo, tem um aproveitamento adequado para o lixo fazendo com que, através desses produtos recicláveis, tenham surgido muitos outros produtos que contribuem para a preservação e proteção do meio ambiente.

Então, como estava dizendo aqui, nesta quarta-feira, a Presidenta Dilma vai reunir todos os prefeitos dessas cidades premiadas, também as associações que participaram e as organizações da sociedade civil que inscreveram suas experiências.

Trago aqui um cumprimento especial a cada uma dessas experiências bem sucedidas que tiveram o reconhecimento através do Prêmio ODM Brasil, que são experiências que caminham no sentido de fazer cumprir aqueles objetivos de desenvolvimento do milênio.

Nesse sentido, Sr^a Presidente, peço a gentileza de publicar na íntegra este pronunciamento, uma vez que o tempo não me permite fazê-lo integralmente.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores da Rádio e TV Senado, no início deste mês, falei aqui nesta tribuna, do orgulho que sinto de integrar um partido político que, junto com outras legendas que integram a Frente Popular do Acre, há 13 anos vem transformando, e para muito melhor do que era antes, a realidade política, econômica, social e estrutural do meu querido Acre.

Estas mudanças, que trouxeram e ainda continuam trazendo melhorias significativas na realidade dos acreanos, repito, começaram antes de assumirmos o governo do Estado e que teve o comando firme e eficiente do hoje meu colega de Senado, o ex-governador Jorge Viana.

Estas mudanças começaram efetivamente há 20 anos, quando Jorge Viana se elegeu prefeito de Rio Branco, a capital de nosso Estado e que é a vitrine de um novo jeito de governar que corresponde às expectativas do cidadão porque contempla transparência, honestidade, eficiência administrativa e preocupação social, com geração de emprego e renda, com Educação e Saúde de qualidade, e com desenvolvimento auto sustentável preocupação ambiental

Estas transformações que repito, começaram em 1992, formam a base dos pressupostos políticos

e administrativos da Frente Popular que durante todo este tempo tem recebido a aprovação da esmagadora maioria da população acreana.

Isso foi manifestado não apenas durante os dois mandatos do ex-governador Jorge Viana, mas também na gestão do ex-governador Binho Marques, e agora na gestão do atual governador Tião Viana.

Mas Sr. Presidente, digo isso, para que reafirmar: este sempre foi o caminho certo e tem sido seguido à risca pelo atual prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, que está prestes a concluir o seu segundo mandato.

Durante a sua gestão, Raimundo Angelim, que é economista, professor universitário licenciado, e já foi secretário de governo e deputado estadual, se acostumou a colecionar prêmios por sua eficiência administrativa.

Um dos prêmios que o prefeito Raimundo Angelim recebeu por este motivo, no ano passado, e, São Paulo, foi o ECO Cidade 2011, concedido pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

A honraria foi concedida porque a prefeitura de Rio Branco desenvolveu projetos que se valeram das Melhores Práticas de Gestão Local de Resíduos Sólidos, uma iniciativa que permitiu acabar com o antigo “lixão” que existia na capital acreana. No lugar daquela aberração ambiental, surgiu uma Unidade de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos, que resolveu o problema em Rio Branco.

Nesta quarta-feira, o prefeito de Rio Branco será recebido no Palácio do Planalto pela Presidenta Dilma Rousseff, juntamente com outras personalidades igualmente premiadas, também por ter desenvolvido na capital acreana projetos que contemplam práticas de Organização Social com Estratégia de Cooperação, Renda e Cidadania.

Trata-se do Prêmio ODM – concedido pela ONU – Organização das Nações Unidas, em parceria com o Governo Federal, que premiou mais uma iniciativa da prefeitura de Rio Branco e contemplou a principal das oito metas do milênio, estabelecidas pela ONU no ano 2.000: o combate à pobreza absoluta e à fome.

A honraria é o reconhecimento da Organização das Nações Unidas em face de a prefeitura de Rio Branco ter desenvolvido programas nas áreas de economia solidária, hortas comunitárias e jardinagem, que geraram emprego e renda que beneficiaram mais de 4.600 pessoas.

Esta é a quarta vez que o prêmio ODM Brasil é concedido, sendo que a prefeitura de Rio Branco já havia recebido a mesma honraria quando da primeira edição do prêmio, em 2004.

Desta vez, o reconhecimento se dá graças ao trabalho desenvolvido pela coordenadoria municipal da mulher, que tem à frente a competente e guerreira socióloga Rosali Scalabrin, da coordenadoria municipal do programa Economia Solidária e da Secretaria de Agricultura e Floresta – Safra, foi vencedora pelas iniciativa de desenvolvimento humano e enfrentamento à miséria.

Para obter este reconhecimento, desta vez a prefeitura de Rio Branco enfrentou iniciativas semelhantes adotadas também por prefeituras, Brasil afora.

Ao todo, os organizadores do prêmio analisaram 1.638 práticas inscritas – sendo 720 de organizações e 918 de prefeituras. Do total das inscrições, 51 práticas foram pré-selecionadas e visitadas in loco por um Comitê Técnico integrado por representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.

A avaliação foi baseada nos seguintes critérios: contribuição para o alcance dos Objetivos do Milênio – (ODM): caráter inovador; possibilidade de tornar-se referência para outras ações similares; perspectiva de continuidade ou replicabilidade: integração com outras políticas; participação da comunidade; existência de parcerias; e manutenção da qualidade nos serviços prestados.

O Prêmio ODM Brasil é uma iniciativa arrojada no mundo e foi criado em 2004 com a finalidade de incentivar ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

O Prêmio é coordenado pela Secretaria -Geral da Presidência da República, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e com o MNCS. A coordenação técnica do Prêmio é de responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.

A cada ano, instituições se inscrevem em oito diferentes áreas que têm os seguintes objetivos: acabar com a fome e a miséria; instituir a educação básica de qualidade para todos; perpetuar a igualdade entre sexos e valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde da gestante; combater a AIDS, a malária e outras doenças, aumentar a qualidade e respeito ao meio ambiente e ajudar no trabalho pelo desenvolvimento humano.

Estas são também metas perseguidas permanentemente tanto pelo prefeito Raimundo Angelim, quanto pelo governador Tião Viana.

As ações contidas no projeto de Rio Branco e que foram os motivos da premiação concedida pela ONU são: Jardinagem Comunitária, iniciativa da Co-

ordenadoria Municipal da Mulher; Projeto Hortas comunitárias nos Vazios urbanos, iniciativa da Coordenadoria Municipal de Economia Solidária e Feiras de Agricultura familiar nos bairros, Coordenadas pela Secretaria Municipal de Agricultura. Os empreendimentos beneficiaram famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social e mulheres vítimas de violência, totalizando 4.600 pessoas,

O prêmio colhe os frutos de um trabalho bem feito, mas mostra também o quanto a força da mulher aparece nessas realizações. Sobre isso, a coordenadora municipal da mulher de Rio Branco, Rosali Scalabrin, que recebeu recentemente o prêmio Berta Lutz, juntamente com a presidenta Dilma Rousseff disse, durante a cerimônia de recebimento da honraria:

“As mulheres mostram sua força. Percebemos o quanto suas ações são positivas, e o quanto elas mostram seu potencial quando têm essa oportunidade. A maior parte desses trabalhos é realizada por elas, e devemos muito desse prêmio às mulheres. Roseli Scalabrin, uma guerreira, é uma grande mulher e, por isso, sabe o que diz.

Eu disse na ocasião e repito agora: esta é uma notícia que diz respeito à gestão pública e que, de certa forma, serve de inspiração para muitas administrações, tanto das prefeituras quanto dos estados da federação”.

Mas Sr. Presidente, como disse anteriormente, o prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, desde que assumiu o cargo, passou a acumular prêmios.

Algumas ações, no entanto, se não chegam a ser premiadas, nem por isso representam iniciativas de menor alcance econômico ou social, em benefício dos mais de 300 mil habitantes da capital acreana.

Neste sentido, Raimundo Angelim estabeleceu metas e estratégias de gestão pública que contemplam a organização social e igualmente estratégias de cooperação que possam gerar renda e assegurar a cidadania plena.

Com isso, busca garantir trabalho e autonomia econômica para homens e mulheres em situação de extrema pobreza.

Não por acaso, este é, por sinal, o lema da nossa presidenta Dilma Rousseff.

Ou seja, combater a fome, a pobreza e a violência doméstica.

Para isso, foi preciso estabelecer alternativas para a falta de espaços para comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e do programa economia solidária.

Foram promovidas ações que inibissem o êxodo rural e a fragilidade no processo de organização social

das famílias e de organização de grupos de empreendedores populares.

Além disso, também foi preciso ampliar as oportunidades para a produção e geração de renda, de forma a também aumentar a oferta de produtos de qualidade e preço acessível aos consumidores.

Todos estes problemas foram identificados através da aplicação de diagnósticos socioeconômico, da realização de encontros, conferências e reuniões com as comunidades rurais e urbanas em espaços colegiados de discussão da economia solidária.

Neste sentido, foi determinante a atuação do Conselho e do Fórum Municipal de Economia Solidária, dos centros de referência para mulheres em situação de violência e do processo de Gestão Participativa.

Mas Sr. Presidente, na área de Saúde, a prefeitura de Rio Branco tem tido também um desempenho bem acima do satisfatório. Não apenas na área urbana, mas também na área rural.

O Programa Saúde na Comunidade, que foi igualmente inscrito no prêmio ODM, tem como uma de suas principais metas garantir assistência às populações rural e ribeirinha, promovendo a proteção, a prevenção e recuperação da saúde.

Para tanto, foi preciso atacar de frente os principais problemas, que são o isolamento das comunidades e dificuldade de acesso às ações de saúde, principalmente para o combate às parasitoses, leishmaniose, a infecção respiratória aguda, a cefaleia, gastrite, anemia, infecções urinárias, a hipertensão arterial, a artrite, a malária, a dengue, as verminoses, a desnutrição, principalmente infantil, e a diarreia, além de outras doenças.

Os problemas foram identificados em reuniões com as comunidades, e por meio de diagnósticos médicos, odontológico e de enfermagem.

Por tudo isso, a população de Rio Branco dispõe de consultas médias em centros, postos de saúde e do programa Saúde na Família em que são assegurados atendimentos voltados à saúde da mulher, com prevenção ao câncer do colo do útero, planejamento familiar e pré-natal.

No campo odontológico, são oferecidos ainda serviços de exodontia, restauração, aplicação de flúor, escovação supervisionada, retirada de tártaro e dispensação de creme e escova dental.

A saúde da criança e do adolescente também não foram esquecidas e elas têm acompanhamento do crescimento e de desenvolvimento, enquanto às mães são incentivadas a oferecer aos filhos aleitamento materno e terapia de reidratação oral.

Quanto aos idosos, estes são avaliados e acompanhados rotineiramente.

Problemas como a hipertensão e diabetes, muito comuns a esta faixa etária, são permanentemente monitorados e tratados, assim a saúde mental recebe o tratamento adequado que a gravidade do problema exige. Em todas as faixas etárias e de acordo com as normas impostas pelo SUS – Sistema Único da Saúde, boa parte dos medicamentos necessários são distribuídos gratuitamente, assim como também são distribuídos gratuitamente preservativos masculinos e femininos, soro para reidratação.

São promovidos ainda ações na área de educação em saúde que levam em conta a prevenção à violência, a prevenção de doenças e seus agravos, tendo em mente uma agenda ambiental voltada para a proteção à saúde não apenas dos espaços físicos, mas fundamentalmente das pessoas.

Por esta estratégia e pela filosofia de gestão adotada pela prefeitura de Rio Branco, o programa Saúde na Escola atua como um coadjuvante que exerce papel fundamental neste processo.

É nas escolas que a prefeitura desenvolve programas de prevenção de doenças, notadamente aquelas sexualmente transmissíveis como a AIDS e quem conta ainda com o auxílio do PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas.

E bom não esquecer, senhor presidente, senhoras e senhores senadores,

Que as ações na área de saúde atendem as condicionantes do Programa Bolsa Família, que tem no acompanhamento da saúde das famílias cadastradas uma tarefa constante da prefeitura.

Por, fim, a prefeitura de Rio Branco incentiva a produção agrícola para ser vendida pelo programa Compra Direta, seguindo as diretrizes do programa de Segurança Alimentar com vistas a sustentabilidade e a adequada nutrição da família.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PRÊMIO ODM

Data: 30/5 – quarta-feira

Hora: 11h

Local: São Nobre do Palácio do Planalto

Práticas vencedoras da 4ª edição do Prêmio

ODM Brasil:

Prefeituras:

– Alfenas (MG)

Prática: Programa de Acompanhamento da Gestante (Page)

– Contagem (MG)

Prática: Entre Gêneros – Nova Educação para as Relações de Gênero

– Glaucilândia (MG)

Prática: Manejo de Sub-bacia Hidrográfica do Rio das Pedras

– Montes Claros (MG)

Prática: Iguais e Diferentes: Podemos Viver Juntos?

– Rio Branco (AC)

Prática: Organização Social: uma Estratégia de Cooperação, Renda e Cidadania

– Silva Jardim (RJ)

Prática: Banco Comunitário Capivari e Moeda Social Capivari

Organizações:

– Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente – Taquaruçu (Palmas – TO)

Prática: Projeto Canto das Artes – Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência (ACORDI) (Independência – CE)

Prática: Mulheres na Comunicação a Serviço da Vida

– Associação dos Apicultores da Região do Alto Turi (Turimel) (Santa Luzia do Paruá – MA)

Prática: Atividade Apícola Associativa do Alto Turi

– Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) (Carauari – AM)

Prática: Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário

– Associação MarBrasil (Pontal do Paraná – PR)

Prática: Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha (REBIMAR)

– Associação Redes de Desenvolvimento da Maré (Rio de Janeiro – RJ)

Prática: Maré de Sabores

– Casa de Apoio à Vida (Campinas – SP)

Prática: Gestação

– Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM) (Juruena – MT)

Prática: Amazônia Viva: Plantando e Colhendo Frutos para um Mundo Melhor

– Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda. (Santa Cruz do Sul – RS)

Prática: Sustentabilidade Camponesa – Diversificação Produtiva na Região Fumageira

– Cooperativa Regional Agropecuária Terra Livre (COOPERTEL) (Ponte Alta – SC)

Prática: Organizar a produção e agregar valor aos produtos da Agricultura Familiar para gerar trabalho e renda, reduzir o crescente êxodo rural e alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens

- Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescente (EDISCA) (Fortaleza – CE)
Prática: Projeto a Vida é Feminina
- Instituto Ciência Hoje (Rio de Janeiro – RJ)
Prática: Programa Ciência Hoje de Apoio à Educação (PCHAE)
- Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN) (Rio de Janeiro – RJ)
Prática: Carretinha da Saúde Morhan – Pangea
- Centro de Estudos Socioambientais (Salvador BA)
Prática: Rede de Catadores Cata Bahia

28.05.2012 – Prêmio ODM Objetivos de Demonstrativo do Milênio Brasil contempla nesta quarta-feira 20 projetos de organizações sociais e prefeituras

28/05/2012

Nesta quarta-feira (30/5) será realizada a cerimônia de entrega do Prêmio ODM Brasil – 4ª edição às 20 organizações sociais e prefeituras que apresentaram as melhores práticas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O evento acontece no Salão Nobre do Palácio do Planalto, às 11h, com a presença da Presidenta da República, Dilma Rousseff; do ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República); de Helen Clark, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e de Rodrigo Rocha Loures, do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

Nesta 4ª edição, o Prêmio ODM Brasil recebeu 1.638 práticas inscritas – sendo 918 de organizações e 720 de prefeituras. Do total das inscrições, 51 práticas foram pré-selecionadas e visitadas in loco por um Comitê Técnico integrado por representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A avaliação foi baseada nos seguintes critérios: contribuição para o alcance dos ODM; caráter inovador; possibilidade de tornar-se referência para outras ações similares; perspectiva de continuidade ou replicabilidade; integração com outras políticas; participação da comunidade; existência de parcerias; e manutenção da qualidade nos serviços prestados.

Destas 51 iniciativas, quatro são da região Centro-Oeste, 13 do Nordeste, seis do Norte, 20 do Sudeste e oito do Sul. Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio contemplados, as práticas dividem-se da seguinte forma: Objetivo 1 (10 iniciativas), Objetivo 2 (nove iniciativas), Objetivo 3 (oito iniciativas), Objetivo 4 (quatro iniciativas), Objetivo 5 (uma iniciativa), Objetivo 6 (três iniciativas), Objetivo 7 (oito iniciativas), Objetivo 8 (oito iniciativas).

A escolha dos premiados foi feita por um júri composto por 15 especialistas. São eles: Carmen Helena Ferreira Foro, Donizete Fernandes de Oliveira, Edna Maria Santos Roland, Lázaro Fernandes de Miranda, Leonor Maria Pacheco Santos, Maria da Penha Maia Fernandes, Maria José Vieira Féres, Maria Stela Santos Graciani, Mauri José Vieira Cruz, Milton Rondó Filho, Moema Maria Marques de Miranda, Paulo Augusto Oliveira Itacarambi, Renato Sérgio Jamil Maluf, Ricardo Voltolini e Toni Reis.

Prêmio – O Prêmio ODM Brasil é uma iniciativa pioneira no mundo e foi criado em 2004 com a finalidade de incentivar ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O Prêmio é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. A coordenação técnica do Prêmio é de responsabilidade do Ipea e da Enap.

Conheça as práticas vencedoras da 4ª edição do Prêmio ODM Brasil:

ORGANIZAÇÕES:

– Associação Amigos da Cultura e do Meio Ambiente – Taquaruçu (Palmas – TO)

Prática: Projeto Canto das Artes

– Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência (Acordi) (Independência – CE)

Prática: Mulheres na Comunicação a Serviço da Vida

– Associação dos Apicultores da Região do Alto Turi (Turimel) (Santa Luzia do Paruá – MA)

Prática: Atividade Apícola Associativa do Alto Turi

– Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc) (Carauari – AM)

Prática: Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário

– Associação MarBrasil (Pontal do Paraná – PR)

Prática: Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha (Rebimar)

– Associação Redes de Desenvolvimento da Maré (Rio de Janeiro – RJ)

Prática: Maré de Sabores

– Casa de Apoio à Vida (Campinas – SP)

Prática: GestAção

– Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam) (Juruena – MT)

Prática: Amazônia Viva: Plantando e Colhendo Frutos para um Mundo Melhor

– Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda. (Santa Cruz do Sul – RS)

Prática: Sustentabilidade Camponesa – Diversificação Produtiva na Região Fumageira

– Cooperativa Regional Agropecuária Terra Livre (Coopertel) (Ponte Alta – SC)

Prática: Organizar a Produção e Agregar Valor aos Produtos da Agricultura Familiar para Gerar Trabalho e Renda, Reduzir o Crescente êxodo Rural e Alcançar o Emprego Pleno e Produtivo e o Trabalho Decente para Todos, Incluindo Mulheres e Jovens

– Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescente (Edisca) (Fortaleza – CE)

Prática: Projeto a Vida é Feminina

– Instituto Ciência Hoje (Rio de Janeiro – RJ)

Prática: Programa Ciência Hoje de Apoio à Educação (PCHAE)

– Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) (Rio de Janeiro – RJ)

Prática: Carretinha da Saúde Morhan

– Pangea – Centro de Estudos Socioambientais (Salvador – BA)

Prática: Rede de Catadores Cata Bahia

PREFEITURAS:

– Alfenas (MG)

Prática: Programa de Acompanhamento da Gestante (Page)

– Contagem (MG)

Prática: Entre Gêneros – Nova Educação para as Relações de Gênero

– Glaucilândia (MG)

Prática: Manejo de Sub-bacia Hidrográfica do Rio das Pedras

– Montes Claros (MG)

Prática: Iguais e Diferentes: Podemos Viver Juntos?

– Rio Branco (AC)

Prática: Organização Social: uma Estratégia de Cooperação, Renda e Cidadania

– Silva Jardim (RJ)

Prática: Banco Comunitário Capivari e Moeda Social Capivari

ODM – Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram definidos pela comunidade internacional com base em compromissos assumidos em grandes conferências mundiais realizadas na década de 1990, que debateram temas como desenvolvimento social, meio ambiente, gênero, direitos humanos e população.

A partir desses debates, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou em Nova Iorque, no ano 2000, a Cúpula do Milênio, quando líderes de 191 países – entre eles o Brasil – definiram as metas para tornar o mundo melhor e mais justo até 2015. Elas fi-

caram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São eles:

1– Acabar com a fome e a miséria;

2– Educação básica de qualidade para todos;

3– Igualdade entre sexos e valorização da mulher;

4– Reduzir a mortalidade infantil;

5– Melhorar a saúde das gestantes;

6– Combater a Aids, a malária e outras doenças;

7– Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;

8– Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Anibal Diniz. V. Exª será atendido, de acordo com o Regimento.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Peço a palavra para uma comunicação inadiável, se possível for.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o primeiro inscrito.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Gostaria de me inscrever pela Liderança do PR, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Alfredo Nascimento, pela Liderança do PR.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer o registro da realização de dois eventos bastante significativos para o setor produtivo de Rondônia.

A economia estadual vive momento de grande efervescência graças a alguns eventos como a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

O primeiro evento foi a Semana Industrial, realizada entre os dias 21 e 25 de maio. Promovida pela Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero), contou com o patrocínio da CNI – Confederação Nacional da Indústria, Fiero/Procomp, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santo Antônio Energia, Energia Sustentável do Brasil e Camargo Corrêa.

Na sessão de abertura, estive presente e me pus à disposição da Federação das Indústrias e de Rondônia no que fosse preciso para dar continuidade ao ciclo de desenvolvimento que tem se dado no Estado. Acredito, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que é preciso aproveitar o momento para levar algumas novas indústrias para Rondônia. O Estado tem energia, logística de transporte e incentivos fiscais. É necessário

fazer uso dessa janela de oportunidades para que se siga em frente na trilha do desenvolvimento.

Fiquei também muito satisfeito em ouvir, na cerimônia de abertura, o Dr. Denis Baú, Presidente da Federação das Indústrias, ressaltar o fato de que o sistema Fiero trabalha por uma indústria sustentável não só na maneira de lidar com a natureza, mas também na busca de processos de produção mais ricos; ao investir na inovação e na tecnologia; sustentável ao reduzir consumo de energia e água e, ao mesmo tempo, investindo em escolas e professores qualificados; sustentável ao ser competitivo na produção e responsável no momento de consumir.

O Dr. Denis observou também que esse é o caminho para a indústria de Rondônia. Parabéns ao presidente da Fiero, a toda a sua equipe e à comunidade industrial do Estado, firmemente comprometida em aliar desenvolvimento com sustentabilidade.

O segundo evento merecedor de registro é a 1ª Rondônia Rural Show, feira de tecnologia e oportunidades de negócios agropecuários, aberta no dia 24 de maio, quinta-feira, na cidade de Ji-Paraná, no centro do Estado de Rondônia, e que se estendeu até o domingo, dia 27.

Promovida pelo Governo do Estado, por meio da Seagri – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Modernização Fundiária, é a primeira iniciativa do gênero em Rondônia, realizada pela iniciativa do Governador Confúcio Moura. A feira foi criada para criar oportunidades de negócios tanto para os grandes quanto para os pequenos produtores rurais. Calcula-se que R\$150 milhões foram investidos em razão do evento – financiamentos de máquinas a juros zero, principalmente para o pequeno produtor.

E Rondônia tem mais de 90 mil pequenos produtores rurais.

É claro que lá foi comercializado para o grande, para o médio, mas, sobretudo o pequeno produtor teve os seus equipamentos financiados a juro zero. É uma iniciativa do Governo do Estado, e, com certeza, esse modelo se seguirá nas feiras agropecuárias que começarão acontecer a partir do mês de junho em todo o Estado de Rondônia.

A Feira ocupa papel fundamental na modernização da agricultura do Estado porque, diferentemente de outras iniciativas, essa foi dedicada exclusivamente à difusão de novas tecnologias destinadas a aumentar a produtividade agrícola.

Seja no campo, seja na indústria, o governo e o setor produtivo de Rondônia têm trabalhado com afinco para aproveitar as oportunidades que têm surgido para o Estado. Há um ciclo de desenvolvimento em andamento e todos os esforços

têm sido feitos para que essa oportunidade única de desenvolvimento seja aproveitada.

Era o que tinha a dizer., Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito, tendo chamado Rollemberg, Cristovam Buarque, Aloysio Nunes, Cícero Lucena, Humberto Costa, Fernando Collor, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Pimentel, Pedro Taques, Valadares, Lídice, Ana Amélia, Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, eu ontem participei de duas palestras de grande relevância em São Paulo, no 5º Congresso Internacional das Comunicações do Fórum Nacional de Comunicações.

Tivemos ali a palestra formidável do Prêmio Nobel da Paz, Arcebispo Desmond Tutu que falou para mais de duas mil pessoas presentes àquele encontro, e de uma maneira tão bela. Tive a felicidade de encontrar-me – logo antes da palestra de Desmond Tutu – com ele, quando almoçava no restaurante do World Trade Center, ali do hotel e, então, eu pude transmitir a ele que eu estava muito contente porque, em 2006, na cidade do Cabo, Cape Town, na África do Sul, eu estava presente quando ele fez a mensagem para a abertura do 11º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica (BIEN) e, na ocasião, ele fez um pronunciamento conclamando a todos os presentes que, em cada um dos países do mundo, nós viéssemos a lutar para instituir uma renda básica incondicional.

Então, eu até disse a ele que, naquele dia, encontrei-me com o Bispo Zephaniah Kameeta, da Namíbia, presidente da Coalizão da Namíbia pela Renda Básica da Namíbia pela instituição de uma renda básica, que até me perguntou o que eu achava de, naquele país, iniciar-se a experiência de uma renda básica incondicional localmente. E eu transmiti a ele que, aqui no Brasil, as primeiras experiências de renda mínima associadas à educação, que hoje constitui o Bolsa Família, iniciaram-se em Municípios como o Distrito Federal, Campinas, Ribeirão Preto, Belém, Belo Horizonte, São Paulo, Mundo Novo e assim por diante, e hoje constitui uma realidade em todos os seis mil, seiscentos e quarenta e poucos Municípios brasileiros.

Eis que o Bispo Zephaniah Kameeta, desde então, empenhou-se para a realização de uma experiência pioneira ali na Vila de Otjivero, a 100 mil quilômetros da capital, Windhoek, que eu tive a felicidade de visitar no ano passado, em fevereiro, e ali interagir com o bispo, com a Cláudia e o Dirk Haarmann, e foi tão bonito quando o bispo explicou que a experiência da renda básica de cidadania em Otjivero tinha nos feito compreender melhor o milagre da multiplicação dos peixes e dos pães, porque, quando Jesus foi alertado

pelos seus discípulos que o povo na Galiléia, depois de horas e horas de pregação, estava cansado e esfomeado. Ele disse: Então, dai-lhes de comer.

Eis que os discípulos disseram: Mas nós aqui só temos dois peixes e cinco pães. Então, Jesus disse de forma a dar efetivamente a todos, não mencionou: você parece que merece muito; você, não; ou você fica nessa fila, você, não. Simplesmente, dar igual para todos.

Eis que houve como uma transformação no sentimento de solidariedade de cada um, e cada um passou a dar de si o que tinha. E, como houve ali uma modesta demanda por bens e serviços, naquela vila, equivalente a US\$100 dólares da Namíbia, R\$23 aproximadamente, para cada pessoa por mês, algumas pessoas passaram a produzir o pão; outras passaram a produzir frutas, verduras e legumes no seu pomar, em torno da casa; outros passaram a produzir tijolos e outras os tecidos e as roupas. E houve um aumento significativo da atividade econômica, do empreendedorismo, do emprego. A presença das crianças na escola aumentou significativamente. A taxa de criminalidade violenta baixou 40%. E assim por diante.

Então, aquelas pessoas ficaram muito contentes de saber que no Brasil uma lei foi aprovada para instituir a renda básica de cidadania, mesmo que instituída por etapas. O Bispo Desmond Tutu ficou muito contente, cumprimentou-me naquele jeito de se encostarem as palmas da mão um no outro. E, felizmente, quando fez, então, a sua palestra para o V Congresso da Comunicação, ele recordou a sua visita ao Brasil nos anos 70, quando aqui vivíamos sob o regime militar, a ditadura militar. Ele recordou a situação de tamanha pobreza que pôde presenciar, ao lado de Dom Helder Câmara e com os diálogos que com ele teve. Lembrou das frases de Dom Helder Câmara, que, certo dia, mencionou que, quando ele falava que era importante dar alimentos aos pobres, consideravam-no santo. Mas, quando ele falava que era importante resolver o problema da pobreza, então, chamavam-no de comunista. E ele disse que estava muito contente por ver hoje, no Brasil, o avanço da democracia, da liberdade de expressão.

Ele mencionou para o Congresso Nacional das Comunicações, perante os maiores publicitários e jornalistas do nosso País, o quão isso era importante, já que uma das grandes organizações, no Brasil, dizia que, de fato, havia liberdade de imprensa, enquanto outras ainda diziam que havia limitações. Que era importante avançar para a completa liberdade de imprensa em nosso País, liberdade de expressão, e que avançamos muito. Ele também mencionou o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, hoje muito melhor, que nos coloca na posição de alto índice de desenvolvimento, ainda que na 84ª colocação; que havíamos melhorado a expectativa de vida, a diminuição da mortalidade infantil, o aumento da alfabetização – passos muito importantes.

Quero aqui recordar as suas palavras por ocasião do 11º Congresso Internacional da BIEN-Basic Income Earth Network, em novembro de 2006, na cidade do Cabo, África do Sul, porque foi este pronunciamento que inspirou a mim e a tantos outros.

Ele aqui fala o seguinte:

Obrigado por me convidar para participar do 11º Congresso Internacional da BIEN – Basic Income Earth Network. Lamento não poder estar com vocês pessoalmente, uma vez que sei que vocês têm discutido um tópico que me emociona profundamente.

Como podem ver, vocês e eu estamos numa encruzilhada histórica. Uma estrada se dirige para cima, para um patamar mais alto de igualdade social e inclusão, dignidade humana, participação plena na economia, prosperidade e crescimento. A outra estrada conduz para baixo em direção à pobreza e à desigualdade econômica crescente, conflito social, aumento de desemprego e insegurança perversa. A estrada descendente é caracterizada pelo egoísmo e ganância. Ela ameaça a estabilidade de nossas famílias e até mesmo todo tecido social.

Temos a única oportunidade de erradicar a fome e a pobreza indesejáveis, para ter a certeza de que ninguém caia na miséria absoluta.

Talvez pela primeira vez na história, temos os recursos, o conhecimento e a tecnologia para tomar a fome e a dependência em relíquias do passado. Mas teríamos a vontade? Só poderemos atingir esse objetivo se aprendermos a utilizar as riquezas e os recursos confiados a nós para construir uma segurança humana real. A segurança humana não vem de bombas mais potentes, mísseis mais inteligentes, armas mais poderosas e técnicas de interrogação mais brutais – ela vem de pessoas saudáveis e educadas, habilitadas a cuidar delas mesmas e suas famílias com a convicção de que se caírem, haverá uma rede – uma sociedade com compaixão e cuidados – para apanhá-las, e um trampolim para erguê-las para vidas mais sustentáveis.

Ao redor do mundo, muitos governantes estão reconhecendo a importância dos programas de transferências de renda no combate à pobreza, promovendo o desenvolvimento, melhorando a produtividade e estimulando o crescimento econômico. Não é surpresa de que muitas economias emergentes – incluindo México, Brasil e o meu próprio país, África do Sul...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu vou pedir que seja transcrito na íntegra o pronunciamento dele e quero, apenas, ler o último parágrafo:

Meus amigos, não preciso lembrá-los da importância e dos benefícios das campanhas, tais como os movimentos da Renda Básica, que foram projetados para melhorar a dignidade, o bem estar e a inclusão de todas as pessoas e de aproximar-nos à nossa visão de igualdade social. Deixe-me agradecer-los pelo comprometimento compartilhado para esse nobre objetivo e encorajá-los a continuar batalhando pela boa causa. Vamos trabalhar juntos para redobrar os nossos esforços, para construir pontes entre governos, empresas, trabalho, comunidades religiosas e outras organizações da sociedade civil para apressar o dia em que todos se livram da fome, carência extrema e possam ter acesso a um salário social de – pelo menos – dois dólares por dia. Que Deus abençoe todos vocês nos seus trabalhos.

Sr^a Presidenta, quero aqui assinalar o convite feito pela Rede Mundial da Renda Básica para que a Ministra Tereza Campello possa comparecer e fazer a conferência de abertura da XIV Conferência Internacional da Basic International Income Earth Network, que será realizada de 14 a 16 de setembro de 2012.

Felizmente, será uma oportunidade para a Ministra Tereza Campello expor os avanços significativos do Brasil sem Miséria do Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º do Regimento interno.)

**Texto para o vídeo do Emérito Arcebispo
Desmond Tutu – XI Congresso da BIEN
2 a 4 de novembro de 2006 – Cidade do Cabo,
África do Sul**

Obrigado por me convidar para participar do 11º Congresso Internacional da BIEN – Basic Income Earth Network. Lamento não poder estar com vocês pessoalmente, uma vez que sei que vocês têm discutido um tópico que me emociona profundamente.

Como podem ver, vocês e eu estamos numa encruzilhada histórica. Uma estrada se dirige para cima, para um patamar mais alto de igualdade social e inclusão, dignidade humana, participação plena na economia, prosperidade e crescimento. A outra estrada conduz para baixo em direção à pobreza e desigualdade econômica crescente, conflito social, aumento de

desemprego e insegurança perversa. A estrada descendente é caracterizada pelo egoísmo e ganância. Ela ameaça a estabilidade de nossas famílias e até mesmo todo tecido social.

Temos a única oportunidade de erradicar a fome e a pobreza indesejáveis, para ter a certeza de que ninguém caia na miséria absoluta. Talvez pela primeira vez na história, temos os recursos, o conhecimento e a tecnologia para tornar a fome e a dependência em relíquias do passado. Mas teríamos a vontade? Só poderemos atingir esse objetivo se aprendermos a utilizar as riquezas e os recursos confiados a nós para construir uma segurança humana real. A Segurança Humana não vem de bombas mais potentes, mísseis mais inteligentes, armas mais poderosas e técnicas de interrogação mais brutais – ela vem de pessoas saudáveis e educadas, habilitadas a cuidar delas mesmas e suas famílias com a convicção de que se caírem, haverá uma rede – uma sociedade com compaixão e cuidados – para apanhá-las, e um trampolim para erguê-las para vidas mais sustentáveis.

Ao redor do mundo, muitos governantes estão reconhecendo a importância dos programas de transferências de renda no combate à pobreza, promovendo o desenvolvimento, melhorando a produtividade e estimulando o crescimento econômico. Não é surpresa de que muitas economias emergentes – incluindo México, Brasil e o meu próprio país, África do Sul – expandiram recentemente os seus programas de transferências de renda. Já existem sinais encorajadores mostrando que essas iniciativas estão resultando em melhorias sustentáveis nos padrões de vida das famílias pobres.

Porém muito ainda pode e deve ser feito. Em primeiro lugar, as exigibilidades muitas vezes requisitadas pelos programas de transferências de renda tendem a impedir as famílias mais pobres – as pessoas que mais desesperadamente necessitam de um complemento de renda – a obter os benefícios. Benefícios universais, que podem ser alcançados de outras formas, oferecem uma das mais simples e mais efetivas estratégias para superar esse problema. Se não conseguirmos estender e fortalecer as redes de proteção social, corremos o risco de condenar a próxima geração para um futuro onde o abismo entre ricos e pobres ficará cada vez mais profundo. Outro perigo dessa falha é que maior número de pessoas cairão cada vez mais fundo para a armadilha de pobreza de onde serão incapazes de escaparem sozinhos.

Um relatório recente do governo britânico alertou que as famílias mais pobres e mais marginalizadas do mundo conseguiram pouco ou nenhum benefício para atingir as Metas do Milênio das Nações Unidas relacionadas à saúde e educação. Os investimentos públicos sozinhos não foram suficientes para permitir a esses

setores alcancem os mais pobres dos pobres porque as famílias carentes enfrentaram obstáculos que as impediram de fazer uso desses serviços. Problemas de transporte, a necessidade de assegurar o pão diário, e a presença de outros fatores relacionados à pobreza inibiram o acesso a esses serviços. Nesse ambiente, os programas de transferências de renda oferecem benefícios múltiplos. Não apenas elas fornecem alívio direto à fome, permitindo às famílias adquirirem alimentos e outras necessidades básicas, mas também possibilitaram às famílias a terem investimentos a longo prazo na saúde e educação, aumentando portanto, o impacto do gasto público nessas áreas. Na África do Sudeste, onde o epidêmico HIV/AIDS tem causado enorme custo humano, as transferências de renda podem melhorar a nutrição das famílias, aumentar o acesso às medicações vitais, melhorar a eficácia dos programas de prevenção e de tratamento, permitindo às pessoas desfrutarem de uma vida mais longa e mais saudável.

Transferências de renda não são simplesmente uma matéria inerente às nações em desenvolvimento. Vivemos num mundo onde os avanços tecnológicos reduzem a necessidade da força de trabalho humano, particularmente da mão de obra não especializada. Mesmo nas nações industrializadas, mais e mais pessoas precisarão descobrir novos caminhos para conseguirem sustentos para si mesmas e para suas famílias. À medida que as economias mudam, as famílias enfrentam cada vez mais períodos de incerteza e de transição. Os programas de transferências de renda podem fornecer estabilização de renda vital durante esses períodos. Elas também podem ajudar a alcançar uma distribuição de renda mais equitativa, reduzindo com isso as desigualdades de renda que muitas vezes emergem nos períodos de crise econômica.

Meus amigos, não preciso lembrá-los da importância e dos benefícios das campanhas, tais como os movimentos da Renda Básica, que foram projetados para melhorar a dignidade, o bem estar e a inclusão de todas as pessoas e de aproximar-nos à nossa visão de igualdade social. Deixe-me agradecer-los pelo comprometimento compartilhado para esse nobre objetivo e encorajá-los a continuar batalhando pela boa causa. Vamos trabalhar juntos para dobrar os nossos esforços, para construir pontes entre governos, empresas, trabalho, comunidades religiosas e outras organizações da sociedade civil para apressar o dia em que todos se livram da fome, carência extrema e possam ter acesso a um salário social de – pelo menos – dois dólares por dia. Que Deus abençoe todos vocês nos seus trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Deputado Valtenir Pereira, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 568, de 2012, conforme o **Ofício nº 80, de 2012**, do Vice-Líder do PSB na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. B/nº 80/12

Brasília, 23 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Valtenir Pereira (PSB – MT), como suplente, da Medida Provisória nº 568, de 2012, que “Dispõe sobre servidores do Instituto Nacional de Meteorologia, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, da Agência Brasileira de Inteligência, da Comissão de Valores Mobiliários, do Instituto Evandro Chagas, do Centro Nacional de Primatas, da Fundação Oswaldo Cruz, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Instituto Nacional do Seguro Social, da Superintendência de Seguros Privados, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Serviço Exterior Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Turismo, da Superintendência da Zona Franca de Manaus, do ex-Território de Fernando de Noronha e do Ministério da Fazenda, sobre os ocupantes de cargos de Médico do Poder Executivo, de cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, de cargos de Agente de Combate às Endemias e de cargos das carreiras de Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de Analista de Infraestrutura, de Ciência e Tecnologia, de Tecnologia Militar, de Desenvolvimento de Políticas Sociais e de Finanças e Controle, sobre as gratificações que menciona, e dá outras providências”, em minha substituição. Respeitosamente, Deputado **Glauber Braga**, Vice-Líder do PSB.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Senador Anibal Diniz como membro titular, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e o Senador Walter Pinheiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Anibal Diniz, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 568, de 2012, conforme o **Ofício nº 76, de 2012**, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 76/2012 – GLDBAG

Brasília, 29 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Aníbal Diniz como membro titular na Comissão Temporária para análise da MP nº 568/2012, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa a compor a Comissão como membro suplente em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo, pela proporcionalidade partidária. – Senador **Walter Pinheiro**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Deputado Dr. Ubiali, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e o Deputado Luiz Noé, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 570, de 2012, conforme o **Ofício nº 79, de 2012**, do Vice-Líder do PSB, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of.B/79/12

Brasília, 23 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados DR. Ubiali (PSB-SP), como titular, e Luiz Noé (PSB-RS), como suplente, da Medida Provisória nº 570, de 2012, que “altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências, em substituição aos já indicados. Respeitosamente, – Deputado **Glauber Braga**, Vice-Líder do PSB.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está aberta a

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 558, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2012, que *dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.*

Transcorre hoje a terceira sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– foram apresentadas à medida provisória 52 emendas;

– a matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 15 de maio último, tendo como Relator o Deputado Zé Geraldo;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 14, de 2012, e se esgota agora no dia 31 de maio;

– o Projeto de Lei de Conversão nº 12 foi lido no Senado no dia 22 de maio último.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora revisora da matéria, para proferir parecer sobre ela.

PARECER Nº 620, DE 2012–PLEN

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy; Srs. Senadores, Srªs Senadoras, trata-se da Medida Provisória nº 558, Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2012, como V. Exª já registrou, aprovado pela Câmara dos Deputados recentemente, em data explicitada por V. Exª.

A medida provisória sob exame visa redefinir os limites dos Parques Nacionais (Parna) da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, ou seja, de três parques nacionais, das Florestas Nacionais (Flona) de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori, três florestas nacionais, assim como da Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós.

Os novos limites e as áreas excluídas dessas unidades de conservação – as três primeiras, ou seja, parques de proteção integral; e as demais, de uso sustentável – estão descritos, respectivamente, nos arts. 2º, 5º, 10, 12, 13, 14 e 15 do projeto de lei de conversão.

Em síntese, é o seguinte o conteúdo da medida provisória, tal como originalmente formulada pelo Poder Executivo, segundo cada uma das unidades de conservação alteradas:

– Parque Nacional da Amazônia.

De acordo com o art. 2º, *caput*, da medida provisória, o Parque Nacional da Amazônia – localizado nos Municípios de Itaituba e Aveiro, no Estado do Pará, e de Maués, no Estado do Amazonas, criado pelo Decreto nº 73.683, de fevereiro de 1974, e com limites estabelecidos pelo Decreto nº 90.823, de 1985, e Decreto de 13 de fevereiro de 2006 – passa a ter área total de aproximadamente de 1.070.000 hectares. Atualmente, sua área é de 1.112.000 hectares aproximadamente,

o que significa um acréscimo de 106.000 hectares, conforme dados do Instituto Chico Mendes.

O art. 3º estabelece que as áreas desafetadas do Parque Nacional da Amazônia, em seus limites leste, deverão ser destinadas para o estabelecimento de Projetos de Assentamento Sustentáveis, a serem criados pelo Incra, enquanto que a área excluída da parte sul da unidade sobrepõe-se à futura Usina Hidroelétrica (UH) de São Luiz do Tapajós.

O segundo: Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Pelo art. 5º da Medida Provisória, *caput*, o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, criado pelo Decreto de 21 de junho de 2006, passa a ter área aproximada de 961.320 hectares, abrangendo terras dos Estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

As áreas de alagamento do lago artificial a ser formado pela barragem da Usina Hidroelétrica de Tabajara em sua cota de 80 metros e seus remansos ficam excluídas dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, bem como as áreas que se destinam à regularização fundiária dos ocupantes da região do ramal do Pito Aceso.

Também ficam excluídos da área original do Parque Nacional o leito da Estrada do Estanho e o leito menor do rio Roosevelt, que passam a integrar a zona de amortecimento da unidade de conservação.

Ficam permitidas, dentro dos limites da zona de amortecimento do Parque Nacional, atividades minerárias autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e licenciadas pelo órgão ambiental competente, respeitadas as disposições do plano de manejo da unidade.

Fica permitida, ainda, dentro dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Tabajara – incluídos os estudos de impacto ambiental (EIA), com a devida autorização do órgão responsável pela unidade.

De acordo com o §1º do art. 8º, a União alienará diretamente, por meio de dispensa de licitação, as áreas públicas federais antropizadas, desafetadas e não ocupadas que não excedam a 1.500 hectares aos ocupantes de áreas abrangidas pelos novos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

O terceiro: Parque Nacional Mapinguari.

O art. 10 da Medida Provisória redefine os limites do Parque Nacional Mapinguari, que foi criado pelo Decreto de 5 de junho de 2008 e localiza-se no Estado do Amazonas, nos Municípios de Canutama e Lábrea, para excluir da unidade de conservação as áreas que serão inundadas pelos lagos das usinas hidroelétricas de Santo Antônio e de Jirau e ocupadas

pelo canteiro de obras dessa última usina. A subtração é de 8.470 hectares.

Ficam permitidas, dentro dos limites da zona de amortecimento do Parque Nacional Mapinguari, atividades minerárias autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e licenciadas pelo órgão ambiental.

Floresta Nacional de Itaituba I, de Itaituba II e do Crepori, e Área de Proteção Ambiental do Tapajós.

As Florestas Nacionais de Itaituba I e II localizam-se nos Municípios de Itaituba e Trairão; a do Crepori situa-se no Município de Jacareacanga; e a APA do Tapajós compreende os Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Trairão e Novo Progresso, todos eles no Estado do Pará.

A redefinição dos limites da Flona de Itaituba I exclui da unidade de conservação área de 7.705 hectares para viabilizar as usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós e de Jatobá, enquanto que, da Floresta Nacional de Itaituba II, são subtraídos em torno de 28,5 mil hectares para também eliminar a sobreposição com a usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

Por sua vez, a Floresta Nacional do Crepori perderá uma área de 856 hectares e a Área de Proteção Ambiental do Tapajós será reduzida em aproximadamente 19,9 mil hectares, de modo a possibilitar a usina hidrelétrica de Jatobá.

Consoante o art. 16 da medida provisória, as áreas excluídas da Floresta Nacional da Amazônia e dos Campos Amazônicos, das Florestas Nacionais de Itaituba I e II e do Crepori, assim como a Área de Proteção Ambiental do Tapajós que eventualmente não forem atingidas pelos aproveitamentos hidroelétricos de Tabajara, São Luiz do Tapajós e Jatobá serão reintegradas às respectivas unidades de conservação da qual foram subtraídas mediante ato do Poder Executivo Federal.

Por fim, o art. 17 determina que, nos momentos em que o nível dos lagos dos aproveitamentos hidroelétricos de Tabajara, São Luiz do Tapajós e Jatobá estiverem abaixo das cotas altimétricas mencionadas nos arts. 2º e 5º, ficarão proibidas atividades agropecuárias, de mineração, edificações permanentes e temporárias e quaisquer outros empreendimentos nas faixas das margens temporariamente emersas.

Foram apresentadas, Srª Presidenta, 52 emendas à medida provisória, todas elas descritas no referido relatório.

As emendas nºs 48, 49, 51 e 52 foram indeferidas, preliminarmente, pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei de Conversão, Srª Presidenta, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 15 do mês de maio, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 12, que comento de forma reduzida.

O Projeto de Lei de Conversão incorporou as emendas que suprimem os arts. 6º e 11 da medida provisória,

que conferem competência ao Departamento Nacional de Produção Mineral para autorizar atividades minerárias dentro dos limites da zona de amortecimento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos e do de Mapinguari, uma vez que essa disposição estaria em descompasso com a normas de proteção exigidas. Também foi suprimido o §2º do art. 5º do texto original da medida provisória, que determina ser o subsolo parte integrante dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Por sua vez, foram acrescidos à medida provisória, pelo Relator na Câmara dos Deputados, o Deputado Zé Geraldo, do Estado do Pará – e, portanto, incorporados a este projeto de lei de conversão –, os arts. 16 a 20, com a seguinte finalidade: excluir as áreas de Floresta Nacional do Tapajós, totalizando aproximadamente 17.851 hectares (arts. 16 a 19). Uma dessas áreas localiza-se no Município de Belterra, no Pará, onde estão situadas as comunidades de São Jorge, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré e Santa Clara; a outra, no Município de Aveiro, também no Estado do Pará.

Segundo o Relator, a exclusão dessas áreas foi negociada com o ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com o intuito de solucionar problemas agrários na região.

Também decidiu-se, e consta da matéria, suspender, até 30 de junho de 2013, a execução fiscal de dívidas de produtores rurais vinculados ao Projeto Agroindustrial Canavieiro Abraham Lincoln. E é bom dizer que todos os beneficiados são pequenos produtores.

As dívidas, que se referem ao período de 17 de maio de 1984 a 31 de maio de 2002, somam, segundo o Relator, cerca de R\$10 milhões, e a renegociação desses débitos teria recebido o aval do próprio Ministério da Fazenda.

Quanto à análise, Srª Presidenta, aqui eu faço questão não apenas de destacar verbalmente, mas fiz questão de que fosse contido no relatório uma análise preliminar que entendo seria importante seu registro, tendo em vista o fato da limitação do Senado Federal na análise das Medidas Provisórias, visto que o prazo de 120 dias para análise das mesmas é quase que exclusivamente esgotado pela Câmara dos Deputados, o que inviabiliza mudanças no texto recebido que muitas vezes seriam essenciais para o aprimoramento da matéria. Por essa razão, e somente por essa, para que a medida provisória, o projeto de lei de conversão ora em análise não perca seus efeitos, que esgotarão no próximo dia 31 de maio, é que me abstenho de sugerir modificações na referida medida provisória e no projeto de lei de conversão.

Quanto à análise da matéria, destaco que os Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Áreas de Proteção Ambiental são áreas especialmente protegidas e a criação, implantação e gestão dessas unidades encontram disciplina específica na Lei do Sistema

Nacional de Unidades de Conservação, que é a Lei nº 9.985, de 18 de julho do ano de 2000, Srª Presidente.

Em relação aos parques nacionais, enquanto esses são unidades de conservação de proteção integral cujo objetivo é proteger a natureza, as florestas nacionais e áreas de proteção ambiental integram o grupo de unidades de uso sustentável criados com a finalidade de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável da parcela de seus recursos naturais.

Embora a Carta Magna não exija, Srª Presidenta, uma lei específica para instituir unidades de conservação de natureza, por outro lado há uma exigência da Carta Magna de que qualquer modificação que implique supressão ou alteração de limites ou de *status* de proteção de qualquer unidade de conservação dependerá de lei no sentido estrito.

Nós sabemos que o Ministério Público Federal questiona a iniciativa para a mudança do limite dessas áreas de preservação ambiental. Ele questiona se seria a medida provisória o melhor caminho.

Ora, Srª Presidenta, é claro que caberá a decisão ao Supremo Tribunal Federal, entretanto analisou a Câmara dos Deputados, e penso que corretamente nós aqui do Senado também concluímos que não há qualquer inconstitucionalidade em relação à iniciativa, porque uma medida provisória é iniciativa do Poder Executivo com efeito imediato que só terá efeitos permanentes a partir da votação pelo Congresso Nacional, portanto, da sua transformação em lei. Então não vislumbramos qualquer vício de iniciativa ou de inconstitucionalidade.

Nesse aspecto, o §7º do art. 22 da Lei do sistema de conservação, no nosso entendimento, não é atingido, não está sendo desrespeitado, assim como não está sendo desrespeitada a própria Constituição Federal.

Observa-se, também, que a Constituição Federal, em seu art. 24, inciso VI, confere competência à União para legislar sobre “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.

Também o objeto desta medida provisória em especial não está incluído entre aqueles que não podem ser estipulados por medida provisória, conforme normais da própria Constituição Federal.

A análise, portanto, do projeto de lei de conversão dela derivado nos autoriza a concluir que a modificação dos limites das unidades de conservação mencionadas se justifica na medida em que foi proposta para solucionar duas importantes questões.

Uma delas diz respeito à insegurança jurídica na qual vivem diversas comunidades ribeirinhas, comunidades agrícolas tradicionalmente localizadas na área, e outra diz respeito à regularização de execução de obras ligadas à instalação de hidrelétricas, ou seja, de proje-

tos de geração de energia elétrica, que é um objetivo muito importante. Nesse caso, trata-se das hidrelétricas de São Luiz do Tapajós, do Tabajara, de Jirau e Santo Antônio, Tapajós e Jatobá, São Luiz do Tapajós, novamente Jatobá e novamente Jatobá, de acordo com as diferentes unidades de conservações, cujos limites estão sendo propostos por esse projeto de lei de conversão.

Quero destacar agora, Sr^a Presidente, e encaminhar à mesa, que, devido à mudança dos limites dos parques nacionais, florestas e áreas de proteção aqui descritas sofrerem um acréscimo nas áreas de preservação ambiental da ordem de 20.939 hectares, faço uma correção no segundo parágrafo da página 11.

No relatório que encaminhei semana passada, está escrito que o acréscimo das áreas de proteção ambiental seria, aproximadamente, da ordem de 126.500 hectares. Entretanto, esse número está errado. Houve um equívoco por parte do Instituto Chico Mendes. O número correto é aquele que, inclusive, consta no relatório da Câmara dos Deputados: 20.939 hectares.

Encaminho à mesa essa correção, visto que a medida provisória, ou seja, esse ato normativo está desafetando, diminuindo, subtraindo, das áreas de conservação ambiental, 164.480 hectares, enquanto amplia as mesmas unidades de conservação em 185.419 hectares.

Portanto, Senadora Marta, apesar de a medida provisória tratar de desafetação de área, se colocarmos os números do que foi desafetado e do que foi incluído, há um saldo positivo no aumento de área de preservação ambiental superior a 20 mil hectares, ou seja, a própria medida provisória se autocompensou.

Temos o entendimento de que a matéria obedece, ainda, os preceitos de constitucionalidade nos termos fixados pelos arts. 24 e 225 da Lei Maior e está vazada em boa técnica legislativa. Além disso, consideramos que a proposta não apresenta indícios de implicações orçamentárias e financeiras, nos termos da Resolução n° 1, de 2002-CN, conforme o exarado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

No entanto, no nosso parecer, como já abordado anteriormente, uma vez que o PLV n° 12, de 2012, proveniente da Medida Provisória n° 558, somente agora chega ao Senado Federal – às vésperas de perder sua eficácia, caso não seja imediatamente examinada por esta Casa –, não nos foi possível uma análise mais detalhada e aprofundada das emendas não adotadas pela Câmara dos Deputados.

Sendo assim, por concordar, no mérito, com a deliberação da Câmara dos Deputados, acatamos na íntegra o projeto de lei de conversão sob exame.

Ante o exposto, somos pela admissibilidade e constitucionalidade da Medida Provisória n° 558, de

2012, e, no mérito, pela aprovação da matéria nos termos do Projeto de Lei de Conversão n° 12, de 2012.

Apenas, Sr^a Presidente, para registrar que fizemos um acordo, um acerto com a direção do Instituto Chico Mendes de que voltaríamos a sentar para discutir algumas questões relativas a comunidades tradicionais, a comunidades que vivem nessa área e que sobrevivem plantando, sobrevivem desenvolvendo atividades econômicas ligadas ao setor primário.

Precisamos incluir algumas questões, o que deverá ser feito em outro projeto, ou em uma nova medida provisória, ou mesmo em um projeto de lei.

Era o parecer que eu tinha apresentado, Sr^a Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER N° , DE 2012

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão no 12, de 2012, relativo à Medida Provisória no 558, de 9 de janeiro de 2012, que dispõe sobre as alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; altera a Lei n° 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.

Relatora-Revisora: Senadora **Vanessa Grazziotin**

I – Relatório

Trata-se de deliberar, em caráter de revisão, sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) n° 12, de 2012, aprovado pela Câmara dos Deputados no processo de apreciação da Medida Provisória (MPV) n° 558, de 9 de janeiro de 2012.

I.1 Descrição da Medida Provisória n° 558, DE 2012

A medida provisória sob exame visa a redefinir os limites dos Parques Nacionais (PARNA) da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais (FLONA) de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori, e da Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós.

Os novos limites e as áreas excluídas dessas unidades de conservação – as três primeiras, de proteção integral; e as demais, de uso sustentável – estão descritos, respectivamente, nos arts. 2º, 5º, 10, 12, 13, 14 e 15 da MPV.

Em síntese, é o seguinte o conteúdo da MPV tal como originalmente formulada pelo Poder Executivo, segundo cada uma das unidades de conservação alteradas.

– Parque Nacional da Amazônia

De acordo com o art. 2º, **caput**, da MPV, o Parque Nacional da Amazônia – localizado nos Municípios de Itaituba e Aveiro, no Estado do Pará, e de Maués, no Estado do Amazonas, criado pelo Decreto n° 73.683,

de 19 de fevereiro de 1974, e com limites estabelecidos pelo Decreto nº 90.823, de 18 de janeiro de 1985, e Decreto de 13 de fevereiro de 2006 – passa a ter área total aproximada de 1.070.736 hectares, atualmente sua área é de 1.112.630ha o que significa um acréscimo de 106.418 hectares, conforme dados ICMbio.

O art. 3º estabelece que as áreas desafetadas do Parna da Amazônia, em seus limites leste, deverão ser destinadas para o estabelecimento de Projetos de Assentamento Sustentáveis, a serem criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, enquanto que a área excluída da parte sul da unidade sobrepõe-se à futura Usina Hidroelétrica (UH) de São Luiz do Tapajós (art. 2º, inciso II).

– Parque Nacional dos Campos Amazônicos

Pelo art. 5º da MPV, **caput**, o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, criado pelo Decreto de 21 de junho de 2006, passa a ter área aproximada de 961.320 hectares, abrangendo terras dos Estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

As áreas de alagamento do lago artificial a ser formado pela barragem da Usina Hidroelétrica de Tabajara em sua cota 80m e seus remansos ficam excluídas dos limites do Parna dos Campos Amazônicos, bem como as áreas que se destinam à regularização fundiária dos ocupantes da região do ramal do Pito Aceso (arts. 5º, § 4º, e 8º).

Também ficam excluídos da área original do Parna o leito da Estrada do Estanho e o leito menor do Rio Roosevelt, que passam a integrar a zona de amortecimento da unidade de conservação (art. 5º, § 3º)

Ficam permitidas, dentro dos limites da zona de amortecimento do Parna, atividades minerárias autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e licenciadas pelo órgão ambiental competente, respeitadas as disposições do plano de manejo da unidade (art. 6º).

Fica permitida, ainda, dentro dos limites do Parna dos Campos Amazônicos, a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Tabajara – incluídos os estudos de impacto ambiental (EIA), com a devida autorização do órgão responsável pela unidade (art. 7º).

De acordo com o § 1º do art. 8º, a União alienará diretamente, por meio de dispensa de licitação, as áreas públicas federais antropizadas, desafetadas e não ocupadas que não excedam a 1.500 hectares aos ocupantes de áreas abrangidas pelos novos limites do Parna dos Campos Amazônicos definidos na MPV.

– Parque Nacional Mapinguari

O art. 10 da MPV redefine os limites do Parna Mapinguari, que foi criado pelo Decreto de 5 de junho

de 2008 e localiza-se no Estado do Amazonas, nos Municípios de Canutama e Lábrea, para excluir da unidade de conservação as áreas que serão inundadas pelos lagos das Usinas Hidroelétricas de Santo Antônio e de Jirau e ocupadas pelo canteiro de obras dessa última usina. A subtração é de 8.470 hectares.

Ficam permitidas, dentro dos limites da zona de amortecimento do Parque Nacional Mapinguari, atividade; minerárias autorizadas pelo DNPM e licenciadas pelo órgão ambiental competente, respeitadas as disposições do plano de manejo da unidade de conservação (art. 11).

– Floresta Nacional de Itaituba I, de Itaituba II e do Crepori, e Área de Proteção Ambiental do Tapajós

As Florestas Nacionais de Itaituba I e II localizam-se nos Municípios de Itaituba e Trairão; a do Crepori situa-se no Município de Jacareacanga; e a APA do Tapajós compreende os Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Trairão e Novo Progresso, todos eles no Estado do Pará.

A redefinição dos limites da Flona de Itaituba I exclui da unidade de conservação área de 7.705 hectares para viabilizar as UH de São Luiz do Tapajós e de Jatobá, enquanto que, da Flona de Itaituba II, são subtraídos 28.453 hectares para também eliminar a sobreposição com a UH de São Luiz do Tapajós (arts. 12 e 13).

Por sua vez, a Flona do Crepori perderá área de 856 hectares e a APA do Tapajós será reduzida em 19.916 hectares, de modo a possibilitar a UH de Jatobá (arts. 14 e 15).

Consoante o art. 16 da MPV, as áreas excluídas dos Parna da Amazônia e dos Campos Amazônicos, das Florestas Nacionais de Itaituba I e II e do Crepori, e da APA do Tapajós que eventualmente não forem atingidas pelos Aproveitamentos Hidroelétricos de Tabajara, São Luiz do Tapajós e Jatobá serão reintegradas às respectivas unidades de conservação da qual foram subtraídas mediante ato do Poder Executivo Federal.

Por fim, o art. 17 determina que, nos momentos em que o nível dos lagos dos Aproveitamentos Hidroelétricos de Tabajara, São Luiz do Tapajós e Jatobá estiverem abaixo das cotas altimétricas mencionadas nos arts. 2º, inciso II, 5º, 12, 13, 14 e 15, ficam proibidas atividades agropecuárias, de mineração, edificações permanentes e temporárias e quaisquer outros empreendimentos nessas faixas das margens temporariamente emersas.

I.2 Emendas Apresentadas à MPV nº 558, DE 2012

Foram oferecidas 52 emendas à MPV nº 558, de 2012, assim resumidas no quadro a seguir.

Emenda nº 1	Suprime o inciso II do art. 2º
Emendas nºs 2 a 6	Suprime o § 3º do art. 5º
Emendas nºs 7 a 11	Acresce a expressão "e a sua zona de amortecimento" ao § 2º do art. 5º
Emendas nºs 12 a 17	Suprime o art. 6º
Emendas nºs 18 a 23	Suprime o art. 11
Emenda nº 24	Inclui dispositivo para permitir atividade de mineração nas zonas de amortecimento de todas as unidades de conservação da natureza
Emendas nºs 25 a 30	Suprime o art. 12
Emenda nº 31	Condiciona o disposto no art. 12 à obrigatoriedade de serem observados os estudos técnicos e a consulta pública previstos no art. 22 da Lei do SNUC.
Emendas nºs 32 a 37	Suprime o art. 13
Emenda nº 38	Condiciona o disposto no art. 13 à obrigatoriedade de serem observados os estudos técnicos e a consulta pública previstos no art. 22 da Lei do SNUC.
Emendas nºs 39 a 44	Suprime o art. 14
Emenda nº 45	Condiciona o disposto no art. 14 à obrigatoriedade de serem observados os estudos técnicos e a consulta pública previstos no art. 22 da Lei do SNUC
Emenda nº 46	Suprime o art. 15
Emenda nº 47	Condiciona o disposto no art. 15 à obrigatoriedade de serem observados os estudos técnicos e a consulta pública previstos no art. 22 da Lei do SNUC
Emenda nº 48	Altera o <i>status</i> da unidade de proteção integral denominada PARNA da Chapada das Mesas, localizada no Estado do Maranhão, que passa para a categoria de Reserva Extrativista (RESEX) da Chapada das Mesas
Emendas 49 e 51	Incluem dispositivos para renegociar dívidas agrícolas que especifica
Emenda nº 50	Acresce dispositivo para suprimir novas áreas do PARNA Mapinguari pra fins minerários.
Emenda nº 52	Cria o Programa de Convivência com a Seca na Região Sul

As Emendas de nºs 48, 49, 51 e 52 foram indeferidas liminarmente pelo Presidente da Câmara dos Deputados, com fundamento no art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, combinado com art. 125 do Regimento Interno daquela Casa, e em conformidade, ainda, com a decisão da Presidência proferida

na Questão de Ordem nº 478, de 2009, por versarem sobre matéria estranha.

1.3 Projeto de Lei de Conversão nº 12, DE 2012

A MPV nº 558, de 2012, foi aprovada na Câmara dos Deputados (CD), no último dia 15 do mês de maio, nos termos do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 12, de 2012, a seguir comentado.

O PLV nº 12, de 2012, incorporou as emendas que suprimem os arts. 6º e 11 da MPV, que conferem competência ao Departamento Nacional de Produção Mineral para autorizar atividades minerárias dentro dos limites da zona de amortecimento do PARNA dos Campos Amazônicos e do PARNA Mapinguari – uma vez que essa disposição estaria em descompasso com as normas de proteção exigidas. Também foi suprimido o § 2º do art. 5º do texto original da MPV, que determina ser o subsolo parte integrante dos limites do PARNA dos Campos Amazônicos.

Por sua vez, foram acrescentados à medida provisória, pelo relator na CD – e incorporados ao PLV – os arts 16 a 20, com a seguinte finalidade:

- Excluir duas áreas da Floresta Nacional do Tapajós, totalizando aproximadamente 17.851 hectares (arts. 16 a 19). Uma dessas áreas localiza-se no Município de Belterra, no Estado do Pará, onde estão situadas as comunidades de São Jorge, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré e Santa Clara; a outra, no Município de Aveiro, também no Estado do Pará.

Segundo o relator, a exclusão dessas áreas foi negociada com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o intuito de solucionar problemas agrários na região.

- Suspender, até 30 de junho de 2013, a execução fiscal de dívidas de produtores rurais vinculados ao “Projeto Agro-industrial Canavieiro Abraham Lincoln” (PACAL), situado no Estado do Pará (art. 20).

As dívidas, que se referem ao período de 17 de maio de 1984 a 31 de maio de 2002, somam, segundo o relator, cerca de dez milhões de reais, e a renegociação desses débitos teria recebido o aval do Ministério da Fazenda.

II – ANÁLISE

Preliminarmente entendo como é importante registrar o fato da limitação do Senado Federal na análise das MPs, visto que o prazo de 120 dias para análise das mesmas é quase que exclusivamente esgotado pela Câmara dos Deputados, o que inviabiliza mudanças no texto recebido, muitas vezes essenciais para o aprimoramento da matéria. Por essa razão, e somente por essa, para que a PLV ora em análise não perca seus efeitos, que esgotarão no próximo dia 31 de maio, em que me abstenho de sugerir modificações na mesma.

Quanto à análise da matéria destaco que os Parques Nacionais, as Florestas Nacionais e as Áreas de Proteção Ambiental são áreas especialmente protegidas e a criação, implantação e gestão dessas unidades encontram disciplina específica na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A Lei do SNUC define unidade de conservação (UC) como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído Pelo Poder Público, com objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplica garantias adequadas de proteção”.

Enquanto os Parques Nacionais são Unidades de Conservação de Proteção Integral – cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais –, as Florestas Nacionais e as Áreas de Proteção Ambiental integram o grupo de Unidades de Uso Sustentável, criadas com a finalidade de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

A criação de espaços territorialmente protegidos pelo Poder Público, nos três níveis da federação, constitui um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Por sua vez, a Constituição Federal, em seu art. 225, § 1º, inciso III, determina que, para assegurar às gerações presentes e futuras um meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao poder público “definir em todas as unidades da Federação espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer atividade que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”.

Como se vê, embora a Carta Magna não exija lei para instituir unidades de conservação da natureza, estabelece que qualquer modificação que implique supressão ou alteração de limites ou de *status* de proteção da UC depende de lei no sentido estrito. Nesse aspecto, o § 7º do art. 22 da Lei do SNUC é categórico – e não poderia ser diferente, diante da exigência constitucional – em determinar que “a desafetação ou a redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica”.

Uma vez que a lei é o instrumento correto para formalizar a modificação dos limites e do status de proteção de áreas especialmente protegidas, concluímos que a medida provisória em tela – cujo objetivo precípua é alterar os limites de um conjunto de unidades de conservação para os fins que mencionados no decorrer deste parecer – vai ao encontro da exigência constitucional prescrita no art. 225, § 1º, inciso III.

Observa-se, também, que a Constituição Federal, em seu art. 24, inciso VI, confere competência à União para legislar sobre “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos

recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.

Também o objeto deste MPV não está incluído entre aqueles que não podem ser estipulados por Medida Provisória, conforme normais da Constituição Federal.

A análise da MPV e do projeto de lei de conversão dela derivado nos autoriza a concluir que a modificação dos limites das unidades de conservação mencionadas se justifica, na medida em que foi proposta para solucionar duas importantes questões.

Uma delas diz respeito à insegurança jurídica na qual vivem diversas comunidades tradicionalmente localizadas em áreas que, posteriormente, foram decretadas como unidades de conservação. É imprescindível que se proceda à regularização fundiária dessas localidades, compatibilizando as demandas sociais e ambientais da região. É o caso das áreas que serão desafetadas dos PARNA dos Campos Amazônicos e da Amazônia, e da FLONA do Tapajós.

Outro objetivo da MPV, não menos importante, é viabilizar o aproveitamento hidroelétrico da região Amazônica, de modo a assegurar uma matriz energética nacional limpa e garantir o desenvolvimento sustentável do País e o bem-estar da população brasileira. Com essa finalidade, são excluídas áreas das seguintes unidades de conservação: PARNA da Amazônia (UH de São Luiz do Tapajós), PARNA dos Campos Amazônicos (UH de Tabajara), PARNA Mapinguari (UH de Jirau e de Santo Antônio), FLONA de Itaituba I (UH de São Luiz do Tapajós e de Jatobá), FLONA de Itaituba II (UH de São Luiz do Tapajós), FLONA do Crepori (UH de Jatobá) e APA do Tapajós (UH de Jatobá).

Destaque-se, também, o fato que a mudança dos limites dos Parques Nacionais, Florestas e Áreas de Proteção Ambiental aqui descrita leva a um acréscimo das áreas de Preservação Ambiental na ordem de 126.553 mil hectares em unidades de conservação de proteção integral.

Como se vê, a Medida Provisória nº 558, de 2012, quando editada, preencheu perfeitamente os pressupostos de relevância e urgência, determinados pelo art. 62 da Carta Magna, como condição necessária para a sua admissibilidade.

A matéria obedece, ainda, os preceitos de constitucionalidade nos termos fixados pelos arts. 24 e 225 da Lei Maior e está vazada em boa técnica legislativa. Além disso, consideramos que a proposta não apresenta indícios de implicações orçamentárias e financeiras, nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, conforme o exarado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

No entanto, nosso parecer, como já abordado anteriormente, uma vez que o PLV nº 12, de 2012,

proveniente da MPV nº 558, de 2012, somente agora chega ao Senado Federal – às vésperas de perder sua eficácia, caso não seja imediatamente examinada por esta Casa –, não nos foi possível uma análise mais detalhada e aprofundada das emendas não adotadas pela Câmara dos Deputados.

Sendo assim, por concordar, no mérito, com a deliberação da Câmara dos Deputados, acatamos na íntegra o PLV sob exame.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela admissibilidade e constitucionalidade da Medida Provisória nº 558, de 9 de janeiro de 2012, e, no mérito, pela aprovação da matéria nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Relatora.

CORREÇÃO DE VALOR NO PARECER

No parecer (pág. 11), foi informado que o acréscimo das Áreas de Preservação Ambiental foi na ordem de 126.553 ha, em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Porém, 106.418 ha se referem à ampliação realizada em 2006, por meio de Decreto, que materializou o acordo para criação do Mosaico de Unidades de Conservação da BR 163.

O presente normativo desafeta, no total, 164.480 ha e amplia 185.419 ha, o que resulta num ganho positivo de 20.939 ha em UCs de Proteção Integral. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero dar as boas-vindas aos cadetes da Academia Militar de West Point, Estados Unidos.

Senador Agripino Maia.

Um momento, primeiro farei uma leitura e já lhe concedo a palavra.

O parecer preliminar da Relatora revisora Vanessa Grazziotin é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

No mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 12.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, nessa medida provisória, não tenho grandes questio-

amentos com relação ao mérito, mas, com relação à constitucionalidade, rendo-me a uma iniciativa já tomada pelo Procurador-Geral da República, que ajuizou uma ADI, uma ação direta de inconstitucionalidade, tendo em vista que a matéria trata da redefinição de limites de Parques Nacionais da Amazônia, nos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I e Itaituba II, do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós e da Floresta Nacional do Tapajós.

A redefinição de limites de parques nacionais, que são reservas, é matéria da competência exclusiva de lei e nunca de medida provisória, razão pela qual o Procurador-Geral da República ajuizou, em janeiro de 2012, ação direta de inconstitucionalidade sobre esta medida provisória. Por essa razão e em respeito à opinião do Procurador-Geral da República e à lei brasileira é que eu estou manifestando, em nome do meu partido, uma posição claramente contrária aos princípios da constitucionalidade. Muito embora reconheça que, na sua essência, no seu âmago, no seu mérito, a matéria tenha procedência, o nosso voto é contra a constitucionalidade da matéria.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Agripino Maia.

Mais algum Senador para encaminhar? (*Pausa.*)
Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu encaminho no mesmo sentido, em nome do PSDB, do encaminhamento do Senador Agripino Maia, que, no fundamento do seu voto contrário a admissibilidade, louva-se na representação do Procurador-Geral da República, que propõe uma ação direta de inconstitucionalidade com pedido, inclusive, de cautelar, contra a medida provisória, que já havia sido proposta quase que nos mesmos termos pelo Poder Executivo, mediante uma outra medida provisória, que perdeu eficácia em razão do decurso do tempo. O argumento central utilizado pelo Procurador-Geral da República é o princípio da reserva legal para disposições sobre esse tipo de matéria. Segundo S. Exª, não é possível editar medida provisória para regulamentar a Constituição no seu art. 225 e parágrafos.

Da mesma forma, Srª Presidente, eu gostaria de acrescentar, no mesmo sentido do voto contrário, a falta dos requisitos de urgência dessa matéria, embora relevantes, porque basta que se constate e se consulte a própria exposição de motivos dessa MP, que a ação direta que referi ressalta. As construções de hidrelétricas são processos de longa maturação, processos que são precedidos de projetos, são precedidos de licenciamentos ambientais, e os licenciamentos ambientais

para construção das hidrelétricas, que são motivação do Governo para pretender alteração dessas áreas do bioma amazônico, não foram sequer iniciados ou, na melhor das hipóteses, não foram concluídos ainda. Dessa forma, falta também a esta MP, para que ela seja sufragada pelo Senado, o requisito da urgência.

São essas as razões pelas quais o PSDB votará contra a admissibilidade, com todo o respeito à opinião da ilustre relatora, que, aliás, fez a ressalva do atropelo do tempo, que vem se tornando cediço nas deliberações sobre MPs no Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Aloysio Nunes.

Quero dar as boas-vindas aos alunos do ensino médio da Escola Waldorf Steiner, de São Paulo.

Muito bem-vindos ao Senado!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidenta Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, durante a leitura do relatório, eu fiz questão de registrar o fato...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu já coloquei aqui, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Como Relatora revisora. Sem revisão da oradora.) – Não, não. De registrar o fato de que o próprio Ministério Público já ingressou com uma medida solicitando que seja decretada a inconstitucionalidade por conta da iniciativa. Entretanto, assim como a Câmara dos Deputados, eu tenho o entendimento, Srª Presidenta, de que legislação brasileira, a Constituição Federal determina que – olhem como é uma legislação benevolente para o meio ambiente – para criar áreas de conservação não carece de lei; basta um ato da Presidência da República. Para modificar áreas de proteção ambiental, sim, as modificações têm de ser feitas por lei, mas não diz qual é a iniciativa, se tem de ser projeto de lei urgente ou medida provisória que se transforma em lei. Então, nós temos o mesmo entendimento que teve a Câmara: o de que não há qualquer inconstitucionalidade, não há qualquer vício de iniciativa e que há, sim, urgência na matéria.

Respeitamos a opinião do Ministério Público Federal e dos nobres Parlamentares que se pronunciaram em relação à matéria, mas é algo sobre o que o Poder Judiciário se manifestará posteriormente. Cabe a nós votarmos de acordo com a consciência e, inclusive, com o nosso entendimento jurídico.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Relatora, Senadora Vanessa.

Com o esclarecimento de S. Ex^a e não havendo mais ninguém que queira encaminhar, as Senadoras e os Senadores que aprovam os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes.

Discussão do projeto de lei de conversão, da medida provisória e das emendas, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador inscrito Cristovam Buarque.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu li com atenção e escutei com atenção a defesa desse projeto por parte da Senadora Vanessa.

Quero lembrar que, há quase dois anos, na despedida da Senadora Marina Silva, eu disse que ela podia contar comigo como a sua voz quando ela quisesse mandar um recado para o Brasil e para os Senadores. E eu creio que este é o momento.

Eu vou ler aqui um pronunciamento que ela pediu que eu lesse. É claro que eu só o leio porque considero que é em meu nome também e que eu assino com a mesma veemência que ela assina.

O que ela diz, e ela o diz ao lado de diversas entidades, não apenas sozinha, é que:

Nós, os representantes da sociedade civil, comprometidos com a defesa dos direitos humanos, o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento com responsabilidade socioambiental, vimos aqui manifestar o repúdio à Medida Provisória 558, de 06 de janeiro de 2012, convertida pela Câmara dos Deputados em Projeto de Lei de Conversão 12/12, em discussão neste Senado.

Essa MP exclui ilegalmente, sem estudos técnicos e qualquer consulta às populações afetadas e à sociedade brasileira em geral, várias áreas de Unidades de Conservação na Amazônia, para abrigar os canteiros e reservatórios de grandes hidrelétricas que, planejadas de forma autoritária, ameaçam ecossistemas de biodiversidade única, as metas brasileiras de redução de emissões de gases de efeito estufa e, principalmente, os direitos humanos e a qualidade de vida de milhares de brasileiros que vivem nessa região.

As consequências nefastas da Medida Provisória são especialmente graves na bacia do rio Tapajós, onde foram desastados 75.630 hectares de cinco unidades federais

de conservação, inclusive 18.700 hectares do Parque Nacional da Amazônia, para abrir caminho aos reservatórios de duas mega-barragens: São Luiz do Tapajós e Jatobá. Trata-se de duas unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, com sistemas aquáticos e florestais únicos, classificados pelo Ministério do Meio Ambiente como áreas de prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade, ainda pouco conhecidos pela ciência.

Portanto, é um projeto temerário.

A proteção e uso sustentável dessas áreas são fundamentais para a economia regional, para a reprodução cultural, a sobrevivência e, portanto, o bem-estar das populações, que desenvolvem, entre outras, atividades produtivas como a pesca, a agricultura familiar, o extrativismo, o manejo florestal e o turismo ecológico, atividades essas que certamente ficarão prejudicadas quando essas duas barragens tiverem completado os lagos que delas decorrerão.

Até o momento, não foram concluídos estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) e de viabilidade econômica (EVTE) das hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Tampouco houve qualquer debate público sobre os empreendimentos e a proposta de redução das cinco unidades de conservação. Logo, sem saber se os empreendimentos possuem viabilidade ambiental e econômica, como pode o Poder Público desafetar antecipadamente unidades de conservação para abrigar os reservatórios das hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá? Em termos jurídicos e do senso comum, é colocar a carroça na frente dos bois!

As megalusinas de São Luiz e Jatobá integram um conjunto de sete grandes hidrelétricas previstas para a construção nos rios Tapajós e Jamanxim (afluente do Tapajós) no Estado do Pará, conforme estudo de inventário elaborado pela Eletronorte com a empreiteira Camargo Corrêa e a CNEC, aprovado de forma unilateral e sem discussão pública pela Aneel. Esse conjunto de barragens inclui a unidade hidrelétrica de Chacorão no rio Tapajós, que alagaria mais de 18.700 hectares do território indígena do povo Mundurucu, inclusive várias aldeias indígenas, além de mais de 1.000 hectares do Parque Nacional de Juruená. As outras quatro barragens previstas no rio Jamanxim (Cachoeira do Caí, Jamanxim, Cachoeira dos

Patos e Jardim de Ouro) inundariam um total de 103.701 hectares, dos quais 59.700 ha do Parque Nacional do Jamanxim e de quatro florestas nacionais.

Outro fato extremamente alarmante dessa Medida Provisória 558 é a exclusão de 2.188 hectares do Parque Nacional Campos Amazônicos, na fronteira entre os Estados de Rondônia e Amazonas, para abrir caminho ao reservatório da mega-barragem de Tabajara no Rio Machado, afluente do Rio Madeira. Trata-se de um empreendimento que sequer consta do Plano Decenal de Energia (PDE) 2020 e não possui estudos de viabilidade econômica nem de impacto ambiental. Os riscos socioambientais da usina de Tabajara incluem consequências desastrosas para grupos indígenas isolados em situação de alta vulnerabilidade, uma questão simplesmente ignorada nas discussões sobre o empreendimento e a Medida Provisória 558 até este momento.

Também chamamos a atenção para o fato de que não houve qualquer estudo técnico ou debate público sobre as consequências da desafetação de 77.818 hectares das seis Unidades de Conservação afetadas pelas usinas de São Luiz do Tapajós, Jatobá e Tabajara quanto aos atributos sociais, econômicos e ambientais que poderiam vir a justificar a criação delas. Isso contraria frontalmente o artigo 225 da Constituição Federal, que estabelece que 'a alteração e a supressão de áreas protegidas são permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção'.

Eu releio, Sr^a Presidente, entre aspas, o que está no art. 225 da Constituição: "A alteração e a supressão de áreas protegidas são permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção".

A construção da usina de São Luiz do Tapajós, por exemplo, eliminaria um dos principais atributos do Parque Nacional da Amazônia, de grande importância para o turismo, que são as cachoeiras de São Luiz no Rio Tapajós.

Todo esse quadro de ilegalidades, de inviabilidades, de risco levou a Procuradoria Geral da República a propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade com pedido de liminar contra a medida provisória ora em discussão nesta tarde, nesta Casa. A ação aguarda de-

cisão do Supremo Tribunal Federal, já com parecer da relatora, Ministra Cármen Lúcia, a favor de um julgamento em regime de urgência, tendo em vista os impactos nefastos que a Medida Provisória pode causar desde a sua edição.

Consequentemente, os Srs. Senadores não dispõem do tempo necessário para um debate efetivo, inclusive com a participação de representantes de populações ameaçadas e outros representantes da sociedade civil sobre as graves irregularidades da medida provisória e suas implicações para o patrimônio socioambiental brasileiro e a vida de gerações presentes e futuras.

Em suma, a exposição de motivos da Medida Provisória, assim

como os relatórios do Deputado José Geraldo e da Vanessa Grazziotin não abordam sérios equívocos da medida provisória apontados nesta carta e na Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador-Geral da República no STF. Em vez disso, enfocam questões menores, como a regularização de posseiros de longa data nos limites do Parna, da Amazônia, numa área reduzida nas proximidades da cidade de Itaituba.

Considerando as irregularidades de conteúdo e o processo de tramitação dessa medida provisória, incompatíveis desde a sua origem com as expectativas e propósitos de um Estado democrático de direito e de um país que leva a sério o desenvolvimento com responsabilidade socioambiental, conclamo os colegas Senadores a rejeitarmos o Projeto de Lei de Conversão nº 12, previsto para votação no plenário hoje, nesta tarde.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que todos esses argumentos já seriam suficientes para adiarmos a votação ou negarmos a aprovação, mas, além disso, lembro que estamos a poucas horas da reunião da Rio+20.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) –

Que recado estamos passando para o mundo? Que recado estamos passando para aqueles que vão estar no Rio de Janeiro em junho e que vêm aqui para defender o desenvolvimento sustentável, para trabalhar para um novo projeto de desenvolvimento? Que recado estamos dando a eles, nós, deste Senado, e a Presidenta Dilma, quando apresenta essa medida provisória? Que recado estamos dando para eles? Que

a Rio+20 é uma farsa, e que vamos em frente com o projeto depredador custe o que custar.

Este Senado pode ter um certo juízo, pensar bem e dizer não a essa medida provisória. Que a discutamos num outro momento, sob outra forma, como um projeto de lei que seja, para que não cometamos um erro pelo que, dentro de alguns anos, seremos os responsáveis.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para dizer.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero retomar do ponto concluso pelo Senador Cristovam Buarque.

Essa medida provisória vai na contramão do que o Brasil vai fazer neste semestre. O Brasil vai sediar, no mês que vem, daqui a pouco, uma conferência mundial do meio ambiente. Sediara uma conferência mundial do meio ambiente em um momento em que todo o Planeta volta os olhos para o nosso País; em um momento em que todo o Planeta faz uma reflexão profunda sobre a degradação ambiental acentuada nos últimos séculos.

E, veja, nós votaremos uma medida provisória que claramente exclui da conservação 86.288 hectares de sete unidades de conservação. São duas medidas, Sr. Presidente, que, no meu entender, são um contraponto desnecessário à conferência mundial sobre o meio ambiente.

O veto da Presidente Dilma ao Código Florestal deveria ter sido um veto amplo, total, porque o conjunto do texto do Código é atentatório ao meio ambiente brasileiro. Então, o veto parcial não resolveu os problemas existentes, apresentados na tramitação seja no Senado, seja na Câmara. E essa medida provisória que votamos agora claramente flexibiliza unidades de conservação; claramente abre mais de 80 mil hectares de unidades de conservação para serem ocupados, inundados pelas usinas hidrelétricas de São Luiz e Jatobá.

É uma medida, Sr. Presidente, quero reiterar, que vai no contrassenso da Conferência Rio+20 e que enfraquece o papel que o Brasil poderia cumprir nessa conferência internacional.

Qual será a nossa credencial, qual será o nosso *know-how*, qual será a autoridade que teremos na conferência mundial do meio ambiente, que se realizará no mês que vem, aqui, em nosso País, quando,

a menos de um mês, nós aprovamos uma legislação que claramente reduz a proteção florestal na Amazônia; quando sancionamos uma legislação que, na prática, também enfraquece a proteção ambiental no País?

É por essas razões, Sr. Presidente, que o Partido Socialismo e Liberdade votará contra essa medida provisória.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, somente para um esclarecimento, como Relatora da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Como Relatora revisora. Sem revisão da oradora.) – Até pelo respeito que tenho pelo Senador Randolfe. E suas palavras, Senador Randolfe, foram fortes.

Entendo que é necessário, neste momento, um esclarecimento, mesmo que seja uma repetição do que fiz da tribuna, quando li o relatório.

A Medida Provisória é de desafetação de área. Entretanto ela não apenas desafeta a área, Senador Randolfe Rodrigues; ela também cria novas áreas de proteção ambiental. São desafetados, Presidente Sarney, em torno de 160 mil hectares em sete unidades de conservação: parques nacionais, APAs, enfim, são sete unidades de conservação e florestas nacionais. Portanto, são desafetados 160 mil hectares. Entretanto, são criadas novas áreas, são ampliadas essas áreas de conservação em 180 mil hectares, o que significa dizer que há um saldo positivo, há um crescimento em mais de 20 mil hectares, quase 21 mil hectares em áreas de conservação, Senador Randolfe Rodrigues.

Algumas áreas estão tendo que ser desafetadas e outras estão sendo criadas. O saldo positivo, repito, é que estamos ampliando a área de conservação em mais de 20 mil hectares. E concordo com V. Exª, não poderíamos, nas vésperas da Rio+20, aprovar medidas diminuindo áreas de conservação na Amazônia.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – V. Exª me permite um aparte? Serei bem breve.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu já concluí, Sr. Presidente.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Serei bem breve. Só para destacar que é de conhecimento de todos que quando um ecossistema é desmatado ou é devastado em virtude da construção de uma hidrelétrica, o outro ecossistema que o repõe não consegue repor toda a diversidade que existia no ecossistema anterior. É por isso...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É dentro de um mesmo ecossistema, são as mesmas áreas que estão sendo diminuídas de um lado

e, de outro lado, estão sendo aumentadas. É dentro do mesmíssimo ecossistema.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para contribuir com o debate com relação à questão...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço a V. Ex^a um minuto para que a Mesa possa completar as informações.

Senadora Vanessa Grazziotin, a Mesa recebeu por escrito a retificação de V. Ex^a. Pergunto se a sua palavra é a ratificação do que mandou para a Mesa, que diz que, no parecer, na página 11, foi informado que o acréscimo das áreas de preservação foi da ordem de 126.553 hectares em unidades de conservação e proteção integral. Porém, 106.418 hectares se referem à ampliação realizada em 2006 por meio de decreto que materializou o acordo para a criação do mosaico de unidades de conservação da BR-163.

O presente normativo desafeta no total 164.480 hectares e amplia em 185.419 hectares, o que resulta em um ganho positivo de 20.939 hectares de proteção integral. Sendo assim, com a aquiescência de V. Ex^a, faço incorporar suas declarações ao parecer que trouxe à Casa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para contribuir com o debate. É importante destacar que, além das questões de áreas totais de preservação ambiental integral, como restou comprovado no aditamento feito no parecer da Senadora Vanessa Grazziotin, há que se destacar o ganho social que essa medida trouxe.

Por colocar na ilegalidade aquelas pessoas que se encontravam dentro de áreas de preservação integral, elas estavam completamente excluídas de todas as políticas de transferência de renda e de todas as políticas de inclusão social no campo do Governo Federal. Portanto, com a medida ora debatida e que acreditamos ser aprovada de acordo com parecer da Senadora Vanessa Grazziotin, não apenas estamos mantendo e ampliando a área total de preservação integral, mas estamos reinserindo no programa de desenvolvimento sustentável dezenas de milhares de amazônidas que estavam excluídos por se encontrarem na ilegalidade. Logo, essa Medida Provisória traz desenvolvimento sustentável com aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria de informar que se encontra à Mesa um requerimento encaminhado

pelas lideranças da base do Governo e da liderança do Governo, solicitando um pedido de urgência, a ser deliberado pelo Plenário oportunamente, a respeito de um projeto de lei que cria cargos para as universidades federais e para os institutos tecnológicos, com isso, resolvendo um grande gargalo das nossas universidades federais e de nossos institutos tecnológicos.

Portanto, quero apenas informar à Nação brasileira que, no entendimento dos líderes, há um requerimento para ser submetido ao Plenário, colocando o projeto em regime de urgência, o que fará com que esse projeto venha ao plenário tão logo o Regimento assim possibilite.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido e, logo em seguida, colocaremos em votação o requerimento de V. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas e tão somente para registrar que a Presidente Dilma pode ir – e irá – a Rio+20 de cabeça erguida. O nosso País, o Brasil, é um dos poucos, senão o único, que tem área de reserva legal em propriedade particular. Nós somos um dos poucos países que conserva 66% das suas florestas. Que país tem o que o Brasil tem?

Nós temos de ir para a Rio+20 e dizer: “Nós somos a vanguarda. Além de produzir grãos e carne, proteína portanto, nós ainda conseguiremos preservar 66% da nossa vegetação natural”. Eu pergunto: o que os outros países têm de diferente do nosso? Quem é que pode criticar a posição do Brasil? Nós somos a vanguarda desse processo, Sr. Presidente! Portanto, a Presidente Dilma poderá ir sim, de cabeça erguida, porque está à frente de um País no qual a preservação é o principal patrimônio de sua população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Encerrada a discussão, vou proceder à votação. Votação do projeto de lei de conversão que tem preferência regimental, com a retificação apresentada pela Senadora Vanessa Grazziotin.

As Senadoras e os Senadores que o aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Verificação!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – ...ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Infelizmente eu já tinha anunciado a votação de que tinha...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – É matéria vencida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, então solicito a V. Ex^a que registre o meu voto contrário à matéria e o faça constar em Ata.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O meu também.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a terá o seu voto registrado, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E eu peço duas coisas, Senador...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Aloysio Nunes e Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero que fique claro que eu tentei, talvez com um minuto ou trinta segundos de atraso, pedir verificação de quórum. Além disso, eu voto contra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – É matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Infelizmente, Senador Cristovam, eu já tinha anunciado que nós tínhamos aprovado o projeto e, em seguida, que estava prejudicada a medida provisória.

Peço desculpas a V. Ex^a, mas acho que a Mesa agiu dentro do Regimento e apenas lamenta que nós não tenhamos oportunidade de atender o pedido de V. Ex^a.

A matéria vai à sanção presidencial.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 558, de 2012)

Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Matinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os limites do Parque Nacional da Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional Matinguari, da Floresta Nacional de Itaituba I, da Floresta Nacional de Itaituba II, da Floresta Nacional do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e faz alterações complementares na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para ajustar normas relativas às operações de crédito rural que especifica.

Art. 2º O Parque Nacional da Amazônia, localizado nos Municípios de Itaituba e Aveiro, no Estado do Pará, e de Maués, no Estado do Amazonas, criado pelo Decreto nº 73.683, de 19 de fevereiro de 1974, com limites estabelecidos pelo Decreto nº 90.823, de 18 de janeiro de 1985, e pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, passa a ter área total aproximada de 1.070.736 ha, com a seguinte redefinição:

I – os limites da porção leste passam a ser descritos a partir das Cartas Topográficas em escala 1:100.000, MI 649, 650 e 716, editadas pelo Departamento de Engenharia e Comunicações do Comando do Exército, de acordo com o seguinte memorial descritivo: inicia no Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas – c.g.a. 4°28'33"S e 56°16'15"Wgr., localizado na desembocadura do igarapé Tracoá no rio Tapajós, como descrito no Decreto nº 90.823, de 18 de janeiro de 1985; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido igarapé até o Ponto 2, de c.g.a. 4°23,10"s e 56°22'10"Wgr., localizado na desembocadura do igarapé Arixí, na margem esquerda do igarapé Tracoá; deste ponto, segue a montante pela margem direita do igarapé Arixí até o Ponto 3, de c.g.a. 4°21'12"S e 56°23'17"Wgr., localizado na margem direita do igarapé Arixí; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 4, de c.g.a. 4°21'55"S e 56°26'25"Wgr., localizado na confluência de igarapé sem denominação, tributário da margem esquerda do igarapé Tracoá, com um pequeno afluente de sua margem direita; deste ponto, segue a montante pela margem direita do igarapé sem denominação até o Ponto 5, de c.g.a. 4°19'8"S e 56°26'36"Wgr., localizado na confluência do tributário sem denominação do igarapé Tracoá com um pequeno afluente de sua margem esquerda; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 6, de c.g.a. 4°18'19"S e 56°24'5"Wgr., localizado na margem direita do igarapé Arixí; deste ponto, segue a montante pela margem direita do igarapé Arixí até o Ponto 7, de c.g.a. 4°14'50"S e 56°24'47"Wgr., localizado na confluência de um tributário sem denominação da margem esquerda do igarapé Arixí; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido tributário até o Ponto 8, de c.g.a. 4°8'18"S e 56°22'9"Wgr., localizado em uma de suas nascentes; deste ponto, segue em

linha reta até o Ponto 9, de c.g.a. 4°7'45"S e 56°22'29"Wgr., localizado na margem esquerda de igarapé sem denominação, tributário da margem esquerda do rio Mamuru; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do referido igarapé até o Ponto 10, de c.g.a. 4°0'33"S e 56°17'15"Wgr., localizado em sua desembocadura no rio Mamuru; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do rio Mamuru até o Ponto 11, de c.g.a. 3°58'57"S e 56°16'32"Wgr., localizado na desembocadura de igarapé sem denominação da margem direita do rio Mamuru; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido igarapé sem denominação até o Ponto 12, de c.g.a. 3°59'21"S e 56°13'44"Wgr., localizado na desembocadura de um afluente sem denominação da margem direita do referido igarapé; deste ponto, segue a montante pela margem direita deste afluente até o Ponto 13, de c.g.a. 3°57'53"S e 56°10'33"Wgr., localizado em sua nascente; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 14, de c.g.a. 3°57'23"S e 56°11'27"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 15, de c.g.a. 3°56'8"S e 56°11'30"Wgr., localizado em uma das nascentes de um tributário sem denominação da margem direita do rio Mamuru; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do referido tributário até o Ponto 16, de c.g.a. 3°53'50"S e 56°10'45"Wgr., localizado na sua desembocadura em igarapé sem denominação, afluente da margem direita do rio Mamuru; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido igarapé sem denominação até o Ponto 17, de c.g.a. 3°55'5"S e 56°4'45"Wgr., localizado em uma de suas nascentes; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 18, de c.g.a. 3°54'48"S e 56°4'33"Wgr., localizado em nascente de tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do referido tributário até o Ponto 19, de c.g.a. 3°54'7"S e 56°4'23"Wgr., localizado na margem esquerda do mencionado tributário; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 20, de c.g.a. 3°54'6"S e 56°4'13"Wgr., localizado na margem direita de outro tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a montante pela margem direita deste último tributário até o Ponto 21, de c.g.a. 3°54'32"S e 56°3'30"Wgr., localizado na margem direita do referido tributário; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 22, de c.g.a. 3°54'4"S e 56°2'59"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 23, de c.g.a. 3°53'34"S e 56°2'43"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 24, de c.g.a. 3°53'15"S e 56°2'43"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 25, de c.g.a. 3°53'12"S e 56°2'52"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 26, de c.g.a. 3°53'3"S e 56°3'1"Wgr.;

deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 27, de c.g.a. 3°52'53"S e 56°3'1"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o ponto 28, de c.g.a. 3°52'45"S e 56°3'4"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 29, de c.g.a. 3°52'36"S e 56°3'6"Wgr., localizado na margem direita de tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a jusante pela margem direita do referido tributário até o Ponto 30, de c.g.a. 3°52'31"S e 56°3'16"Wgr., localizado na desembocadura de afluente sem denominação da margem direita do referido tributário; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido afluente até o Ponto 31, de c.g.a. 3°52'53"S e 56°1'38"Wgr., localizado em sua nascente; deste ponto, segue em linha reta até o ponto 32, de c.g.a. 3°53'53"S e 56°1'37"Wgr., localizado na margem esquerda de tributário sem denominação da margem esquerda do igarapé Piracanã; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do referido tributário até o Ponto 33, de c.g.a. 3°53'58"S e 55°59'58"Wgr., localizado na desembocadura de um afluente sem denominação na margem esquerda do referido tributário; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido afluente até o Ponto 34, de c.g.a. 3°53'24"S e 56°0'1"Wgr., localizado em sua margem direita; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 35, de c.g.a. 3°53'24"S e 56°0'0"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 36, de c.g.a. 3°51'26"S e 56°0'0"Wgr.; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 37, de c.g.a. 3°51'26"S e 55°59'52"Wgr., localizado na margem esquerda de tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do referido tributário até o Ponto 38, de c.g.a. 3°44'30"S e 56°0'9"Wgr., localizado na sua desembocadura em outro tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda deste último tributário até o Ponto 39, de c.g.a. 3°44'25"S e 56°0'0"Wgr., localizado em sua margem esquerda; deste ponto, segue em linha reta até o Ponto 40, de c.g.a. 3°42'17"S e 56°0'0"Wgr., localizado na margem direita de tributário sem denominação da margem esquerda do rio Inambu; deste ponto, segue a montante pela margem direita do referido tributário até o Ponto 41, de c.g.a. 3°42'35"S e 56°1'9"Wgr., referente ao Ponto 16B do Decreto de 13 de fevereiro de 2006, que ampliou o Parque Nacional da Amazônia; e II – fica excluída da porção sul a área compreendida pelo polígono discriminado pelo seguinte memorial descritivo: inicia-se no ponto denominado AM001, localizado na margem esquerda do rio Tapajós, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas,

Sistema UTM: E=578004.69 m e N=9499257.73 m; daí, segue com azimute de 268°24'08" e a distância de 3.046 m até o Ponto AM002 (E=574960.35 m e N=9499172.11 m); daí, segue com azimute de 223°01'02" e a distância de 1.034 m até o Ponto AM003 (E=574256.24 m e N=9498418.20 m); daí, continua pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o Ponto AM004 (E=510791.27 m e N=9455031.22 m), localizado na margem esquerda do igarapé Montanha; daí, continua a jusante pela margem esquerda do igarapé da Montanha até o Ponto AM005 (E=525695.85 m e N=9453664.10 m), localizado na margem esquerda do rio Tapajós; daí, segue pela margem esquerda do rio Tapajós, na direção de jusante, até o Ponto AM001, início desta descrição, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área aproximada de 18.699,77 ha.

Art. 3º As áreas desafetadas do Parque Nacional da Amazônia em seus limites leste deverão ser destinadas para o estabelecimento de Projetos de Assentamento Sustentáveis, a serem criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Art. 4º O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e o Incra procederão à demarcação dos limites leste do Parque Nacional da Amazônia.

Art. 5º Ficam redefinidos os limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, localizado nos Municípios de Manicoré e Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas, Coloniza, no Estado de Mato Grosso, e Machadinho d'Oeste, no Estado de Rondônia, criado pelo Decreto de 21 de junho de 2006, que passa a ter uma área aproximada de 961.320 ha, com os limites a seguir descritos, referenciados pelo DATUM Sirgas 2000: inicia no Ponto P-001, de coordenadas geográficas aproximadas – c.g.a. 60°53'37.77"W e 7°41'55.47"S, localizado na foz de um igarapé sem denominação, na margem direita do rio Roosevelt; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-002, de c.g.a. 60°53'30.63"W e 7°44'35.05"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-003, de c.g.a. 60°52'48.83"W e 7°44'44.02"S, localizado na cabeceira de um tributário do igarapé Bela Vista; segue a jusante pela margem direita desse curso d'água até o Ponto P-004, de c.g.a. 60°50'19.28"W e 7°42'0.92"S, localizado em sua confluência com o igarapé Bela Vista; segue a montante pela margem esquerda desse igarapé até o Ponto P-005, de c.g.a. 60°49'11.62"W e 7°44'59.34"S, localizado na confluência com um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-006, de c.g.a. 60°48'55.15"W e 7°45'54.05"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até

o Ponto P-007, de c.g.a. 60°46'46.02"W e 7°45'57.13"S, localizado na foz de um tributário do igarapé da Sereia; segue em linha reta até o Ponto P-008, de c.g.a. 60°45'25.04"W e 7°46'21.91"S, localizado na cabeceira de um tributário do igarapé Repartimento do Aruanã; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-009, de c.g.a. 60°44'13.67"W e 7°46'47.98"S, localizado em sua confluência com o igarapé Repartimento do Aruanã; segue a jusante pela margem direita do igarapé Repartimento do Aruanã até o Ponto P-010, de c.g.a. 60°41'25.44"W e 7°45'51.11"S, localizado na confluência desse igarapé com um tributário sem denominação; segue em linha reta até o Ponto P-011, de c.g.a. 60°40'10.33"W e 7°47'8.94"S, localizado na foz de um pequeno tributário do igarapé Aruanã; segue a montante pela margem esquerda do igarapé Aruanã até o Ponto P-012, de c.g.a. 60°40'1.29"W e 7°49'4.18"S, localizado na foz de um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-013, de c.g.a. 60°38'35.95"W e 7°53'43.81"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-014, de c.g.a. 60°38'20.92"W e 7°53'45.95"S, localizado na cabeceira de um pequeno tributário do igarapé Taboca; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-015, de c.g.a. 60°37'26.87"W e 7°54'1.39"S, localizado em sua confluência com o igarapé Taboca; segue a montante pela margem esquerda do igarapé Taboca até o Ponto P-016, de c.g.a. 60°41'32.44"W e 7°58'1.64"S, localizado em sua cabeceira mais ao sul; segue em linha reta até o Ponto P-017, de c.g.a. 60°41'56.93"W e 7°58'12.12"S, localizado na cabeceira de um tributário do igarapé Trombada; segue a jusante pela margem direita do tributário e do igarapé Trombada até o Ponto P-018, de c.g.a. 60°37'18.55"W e 8°0'11.80"S, localizado na confluência do igarapé Trombada com o igarapé Monte Cristo; segue a montante pela margem esquerda do igarapé Monte Cristo até o Ponto P-019, de c.g.a. 60°37'40.48"W e 8°1'18.91"S, localizado na foz de um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-020, de c.g.a. 60°36'50.12"W e 8°3'36.72"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-021, de c.g.a. 60°36'0.12"W e 8°4'5.15"S; segue em linha reta até o Ponto P-022, de c.g.a. 60°35'16.55"W e 8°4'18.92"S; segue em linha reta até o Ponto P-023, de c.g.a. 60°35'18.54"W e 8°4'35.07"S; segue em linha reta até o Ponto P-024, de c.g.a. 60°35'4.80"W e 8°4'43.86"S; segue em linha reta até o Ponto P-025, de c.g.a. 60°35'12.52"W e 8°4'56.46"S, localizado na cabeceira de um tributário do igarapé da Anta; segue a jusante pela margem direita desse tributário e do

igarapé da Anta até o Ponto P-026, de c.g.a. 60°31'50.01"W e 8°7'11.87"S, localizado na confluência do igarapé da Anta com o igarapé da Taboca; segue a jusante pela margem direita do igarapé da Taboca até o Ponto P-027, de c.g.a. 60°27'49.85"W e 8°3'2.84"S, localizado na sua foz, na margem esquerda do rio Guariba; segue a montante pela margem esquerda desse rio até o Ponto P-028, de c.g.a. 60°29'14.50"W e 8°26'2.20"S, coincidente com o limite da Reserva Extrativista do Guariba; segue em linha reta, acompanhando o limite dessa reserva, até o Ponto P-029, de c.g.a. 60°36'44.15"W e 8°29'22.39"S, coincidente com o Ponto 1 da Reserva Extrativista do Guariba; segue em linha reta até o Ponto P-030, de c.g.a. 60°36'44.58"W e 8°29'21.65"S, coincidente com o Ponto 1 da Floresta Estadual de Manicoré; segue em linha reta, acompanhando o limite da Floresta Estadual, até o Ponto P-031, de c.g.a. 60°58'22.98"W e 8°38'55.80"S, localizado na confluência do limite dessa Floresta Estadual com um tributário de um igarapé sem denominação; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-032, de c.g.a. 60°58'28.42"W e 8°38'14.81"S, localizado na confluência com o curso principal do igarapé; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-033, de c.g.a. 60°58'50.61"W e 8°38'6.82"S, localizado na confluência com outro tributário; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-034, de c.g.a. 60°58'20.51"W e 8°37'3.29"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-036, de c.g.a. 60°57'37.99"W e 8°36'21.53"S, localizado na cabeceira de um tributário de um igarapé sem denominação; segue a jusante por sua margem direita até o Ponto P-035, de c.g.a. 60°57'50.83"W e 8°36'42.45"S, localizado em sua confluência com o curso principal do igarapé; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-037, de c.g.a. 60°56'45.29"W e 8°36'10.18"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-038, de c.g.a. 60°56'29.62"W e 8°35'41.62"S; segue em linha reta até o Ponto P-039, de c.g.a. 60°56'13.94"W e 8°35'13.07"S; segue em linha reta até o Ponto P-040, de c.g.a. 60°55'58.27"W e 8°34'44.51"S; segue em linha reta até o Ponto P-041, de c.g.a. 60°56'18.24"W e 8°34'18.74"S; segue em linha reta até o Ponto P-042, de c.g.a. 60°56'38.10"W e 8°33'52.89"S; segue em linha reta até o Ponto P-043, de c.g.a. 60°56'37.06"W e 8°33'20.36"S; segue em linha reta até o Ponto P-044, de c.g.a. 60°56'37.35"W e 8°32'51.76"S, localizado na cabeceira de um tributário de um igarapé sem denominação; segue a jusante pela margem direita do tributário e do igarapé até o Ponto P-045, de c.g.a. 60°56'9.13"W e 8°31'52.02"S, localizado em sua foz, na margem esquerda do rio

Roosevelt; segue em linha reta, atravessando esse rio, até o Ponto P-046, de c.g.a. 60°56'1.43"W e 8°31'44.57"S, localizado na margem direita do rio Roosevelt; segue a jusante pela margem direita desse rio até o Ponto P-047, de c.g.a. 60°56'27.56"W e 8°31'18.18"S, localizado na foz de um igarapé sem denominação; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-048, de c.g.a. 60°55'7.98"W e 8°29'32.42"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-049, de c.g.a. 60°55'43.88"W e 8°28'13.35"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; segue a jusante por sua margem direita até o Ponto P-050, de c.g.a. 60°56'16.83"W e 8°27'18.80"S, localizado em sua foz, na margem direita do rio Roosevelt; segue em linha reta, atravessando esse rio, até o Ponto P-051, de c.g.a. 60°56'25.97"W e 8°27'7.07"S, localizado na margem esquerda do rio Roosevelt; segue a montante pela margem esquerda desse rio até o Ponto P-052, de c.g.a. 60°58'45.27"W e 8°28'54.60"S, localizado na foz de um igarapé sem denominação; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-053, de c.g.a. 60°59'55.24"W e 8°28'13.77"S, localizado na confluência com um igarapé tributário; segue a montante, em sentido sul, pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-054, de c.g.a. 61°0'27.63"W e 8°29'5.48"S, localizado na confluência com um tributário de sua margem direita; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-055, de c.g.a. 60°59'46.68"W e 8°30'56.97"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-056, de c.g.a. 60°59'8.64"W e 8°31'27.78"S; segue em linha reta até o Ponto P-057, de c.g.a. 60°59'4.30"W e 8°32'0.03"S; segue em linha reta até o Ponto P-058, de c.g.a. 60°58'59.95"W e 8°32'32.29"S; segue em linha reta até o Ponto P-059, de c.g.a. 60°58'55.61"W e 8°33'4.54"S; segue em linha reta até o Ponto P-060, de c.g.a. 60°59'18.89"W e 8°33'27.38"S; segue em linha reta até o Ponto P-061, de c.g.a. 60°59'42.18"W e 8°33'50.23"S; segue em linha reta até o Ponto P-062, de c.g.a. 61°0'5.47"W e 8°34'13.07"S; segue em linha reta até o Ponto P-063, de c.g.a. 61°0'28.76"W e 8°34'35.91"S; segue em linha reta até o Ponto P-064, de c.g.a. 61°0'56.30"W e 8°35'2.89"S, localizado na foz de um igarapé sem denominação, na margem esquerda do rio Madeirinha, próximo à curva da Volta Grande; segue a montante pela margem esquerda desse rio até o Ponto P-065, de c.g.a. 61°1'31.07"W e 8°36'36.34"S, localizado na foz do igarapé Preto, margem esquerda do rio Madeirinha, próximo ao limite da Terra Indígena Tenharim do igarapé Preto; segue a montante pela margem esquerda do igarapé, acompanhando o limite da Terra Indígena – TI, até o Ponto P-066, de c.g.a. 61°2'58.93"W

e 8°36'18.79"S, localizado na foz de um tributário desse igarapé; segue a montante pela margem esquerda do tributário até o Ponto P-067, de c.g.a. 61°3'15.72"W e 8°32'52.10"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-068, de c.g.a. 61°3'29.86"W e 8°32'45.94"S, coincidente com o Marco M-13 da TI Tenharim do igarapé Preto; segue em linha reta até o Ponto P-069, de c.g.a. 61°3'58.33"W e 8°32'34.43"S, localizado na cabeceira de um tributário de um igarapé sem denominação e coincidente com o Marco SAT-34 da TI; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-070, de c.g.a. 61°3'58.33"W e 8°31'0.20"S, localizado na sua confluência com o curso principal do igarapé; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-071, de c.g.a. 61°1'55.21"W e 8°29'54.60"S, localizado na confluência com um tributário sem denominação e coincidente com o Marco SAT-33 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-072, de c.g.a. 61°2'9.96"W e 8°29'21.12"S, coincidente com o Marco M-12 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-073, de c.g.a. 61°2'23.28"W e 8°28'51.25"S, coincidente com o Marco M-11 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-074, de c.g.a. 61°2'35.52"W e 8°28'23.88"S, coincidente com o Marco M-10 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-075, de c.g.a. 61°2'53.53"W e 8°27'43.55"S, coincidente com o Marco M-09 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-076, de c.g.a. 61°3'7.19"W e 8°27'12.96"S, coincidente com o Marco M-08 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-077, de c.g.a. 61°3'16.55"W e 8°26'51.36"S, coincidente com o Marco SAT-32 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-078, de c.g.a. 61°3'24.17"W e 8°26'42.98"S, localizado na cabeceira de um tributário de igarapé sem denominação; segue a jusante pela margem direita desse tributário, acompanhando o limite da Terra Indígena Tenharim do igarapé Preto, até o Ponto P-079, de c.g.a. 61°2'37.69"W e 8°24'25.04"S, localizado no curso principal do igarapé; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-080, de c.g.a. 61°3'50.36"W e 8°23'51.47"S, localizado na cabeceira de um tributário e coincidente com o Marco SAT-31 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-081, de c.g.a. 61°3'56.55"W e 8°23'13.54"S, coincidente com o Marco M-06 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-082, de c.g.a. 61°4'1.80"W e 8°22'41.38"S, coincidente com o Marco M-05 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-083, de c.g.a. 61°4'7.31"W e 8°22'7.67"S, coincidente com o Marco M-04 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-084, de c.g.a. 61°4'14.15"W e 8°21'25.73"S, coincidente com o Marco M-03 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-085, de c.g.a. 61°4'35.10"W e 8°20'55.77"S, localizado na cabeceira de um igarapé

sem denominação e coincidente com o Marco SAT-30 da TI; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-086, de c.g.a. 61°5'36.22"W e 8°18'22.48"S, localizado em sua foz, na margem direita do rio Machadinho; segue a montante pela margem direita desse rio até o Ponto P-087, de c.g.a. 61°11'40.98"W e 8°18'21.59"S, localizado na foz do igarapé da Minhoca; segue a montante pela margem esquerda desse igarapé, acompanhando o limite da Terra Indígena Tenharim do igarapé Preto, até o Ponto P-088, de c.g.a. 61°19'30.61"W e 8°30'41.52"S, localizado em sua cabeceira e coincidente com o Marco SAT-41 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-089, de c.g.a. 61°19'47.87"W e 8°30'58.48"S, coincidente com o Marco M-62 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-090, de c.g.a. 61°20'10.44"W e 8°31'20.67"S, coincidente com o Marco M-61 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-091, de c.g.a. 61°20'33.74"W e 8°31'43.57"S, coincidente com o Marco M-60 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-092, de c.g.a. 61°20'55.75"W e 8°32'5.20"S, coincidente com o Marco M-59 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-093, de c.g.a. 61°21'17.52"W e 8°32'26.58"S, coincidente com o Marco M-58 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-094, de c.g.a. 61°21'43.82"W e 8°32'52.85"S, localizado na foz de um tributário da margem esquerda do igarapé Preto e coincidente com o Marco SAT-40 da TI; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-095, de c.g.a. 61°24'9.30"W e 8°34'31.21"S, localizado em sua cabeceira e coincidente com o Marco M-57 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-096, de c.g.a. 61°24'15.50"W e 8°34'35.72"S, próximo a localidade de Bodocó e coincidente com o Marco SAT-39 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-097, de c.g.a. 61°24'13.58"W e 8°34'35.73"S, localizado no limite da faixa de domínio da margem sul da estrada do igarapé Preto; segue em sentido leste, acompanhando o limite dessa faixa de domínio, até o Ponto P-098, de c.g.a. 61°13'20.77"W e 8°36'28.22"S; segue em linha reta até o Ponto P-099, de c.g.a. 61°13'15.57"W e 8°36'36.42"S, localizado na cabeceira do igarapé Água Limpa e coincidente com o Marco M-32 da TI; segue a jusante por sua margem direita até o Ponto P-100, de c.g.a. 61°9'21.90"W e 8°38'59.18"S, localizado em sua confluência com o igarapé Taboca; segue a jusante pela margem direita do igarapé Taboca até o Ponto P-101, de c.g.a. 61°7'9.76"W e 8°38'15.07"S, localizado próximo à antiga estrada vicinal Mineração Taboca e coincidente com o Marco SAT-37 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-102, de c.g.a. 61°7'5.49"W e 8°38'17.45"S, coincidente com o Ponto A-108 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-103, de c.g.a. 61°6'59.23"W e

8°38'25.13"S, coincidente com o Ponto A-110 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-104, de c.g.a. 61°6'59.45"W e 8°38'31.76"S, coincidente com o Ponto A-112 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-105, de c.g.a. 61°6'58.08"W e 8°38'44.28"S, coincidente com o Marco M-27 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-106, de c.g.a. 61°6'56.21"W e 8°38'55.23"S, coincidente com o Ponto A-117 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-107, de c.g.a. 61°6'57.96"W e 8°39'15.64"S, coincidente com o Marco M-26 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-108, de c.g.a. 61°6'56.60"W e 8°39'29.88"S, coincidente com o Ponto A-122 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-109, de c.g.a. 61°6'58.83"W e 8°39'35.73"S, coincidente com o Ponto A-123 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-110, de c.g.a. 61°6'57.98"W e 8°39'49.52"S, coincidente com o Marco M-25 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-111, de c.g.a. 61°6'56.32"W e 8°39'52.94"S, coincidente com o Ponto A-126 da TI; segue em linha reta até o Ponto P-112, de c.g.a. 61°7'23.40"W e 8°40'24.98"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; segue a montante por sua margem direita até o Ponto P-113, de c.g.a. 61°6'9.76"W e 8°42'21.85"S, localizado na confluência do igarapé com o limite da Floresta Estadual de Manicoré; segue em linha reta, acompanhando o limite dessa Floresta Estadual, até o Ponto P-114, de c.g.a. 61°18'45.44"W e 8°47'54.95"S, coincidente com o Ponto P-06 da Floresta Estadual de Manicoré; segue em linha reta, em sentido leste, acompanhando trecho do limite norte do Parque Estadual do Tucumã, até o Ponto P-115, de c.g.a. 61°21'22.23"W e 8°47'56.80"S, localizado na confluência do limite desse Parque Estadual com o igarapé Água Azul; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-116, de c.g.a. 61°21'47.46"W e 8°43'10.16"S, localizado na foz de um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-117, de c.g.a. 61°23'34.78"W e 8°40'47.92"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-118, de c.g.a. 61°25'21.74"W e 8°40'21.37"S, localizado na margem direita de um tributário do igarapé Taboca; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-119, de c.g.a. 61°26'43.11"W e 8°41'53.33"S, até a sua foz, localizado na margem esquerda do igarapé Taboca; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-120, de c.g.a. 61°27'37.10"W e 8°41'23.95"S, localizado em frente à foz de um pequeno tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-121, de c.g.a. 61°28'0.35"W e 8°42'16.86"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-122, de

c.g.a. 61°28'0.25"W e 8°43'5.69"S; segue em linha reta até o Ponto P-123, de c.g.a. 61°27'37.04"W e 8°43'28.63"S; segue em linha reta até o Ponto P-124, de c.g.a. 61°28'8.58"W e 8°44'10.81"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; segue em linha reta até o Ponto P-125, de c.g.a. 61°28'14.27"W e 8°46'37.56"S, localizado na confluência do igarapé Jatuarana com um tributário sem denominação; segue a jusante pela margem direita do igarapé Jatuarana até o Ponto P-126, de c.g.a. 61°27'39.67"W e 8°47'19.98"S, localizado na confluência desse igarapé com um pequeno tributário de sua margem direita; segue em linha reta, atravessando a divisa estadual entre os Estados de Mato Grosso e Rondônia, até o Ponto P-127, de c.g.a. 61°30'28.14"W e 8°52'33.86"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-128, de c.g.a. 61°31'41.50"W e 8°56'43.56"S, localizado em sua foz, no rio Ji-Paraná; segue a jusante pela margem direita desse rio até o Ponto P-129, de c.g.a. 61°56'18.46"W e 8°57'55.17"S, localizado na foz do igarapé dos Marmelos; segue a montante pela margem esquerda desse igarapé até o Ponto P-130, de c.g.a. 61°55'11.74"W e 8°56'30.88"S, localizado na foz de um igarapé sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse igarapé até o Ponto P-131, de c.g.a. 61°57'10.93"W e 8°54'58.99"S, localizado na foz de um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-132, de c.g.a. 61°58'24.42"W e 8°55'13.72"S, localizado na confluência de dois cursos d'água formadores desse tributário; segue a montante pela margem esquerda do curso d'água mais ao norte até o Ponto P-133, de c.g.a. 61°58'48.78"W e 8°54'45.87"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-134, de c.g.a. 61°59'8.78"W e 8°54'20.09"S; segue em linha reta até o Ponto P-135, de c.g.a. 61°59'10.72"W e 8°53'29.64"S, localizado na cabeceira do igarapé Preto; segue a jusante pela margem direita do igarapé até o Ponto P-136, de c.g.a. 62°4'55.47"W e 8°52'27.56"S, localizado na foz de um igarapé tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-137, de c.g.a. 62°5'57.20"W e 8°49'15.86"S, localizado na confluência com um curso d'água sem denominação; segue em linha reta até o Ponto P-138, de c.g.a. 62°5'53.09"W e 8°48'30.95"S, coincidente com o Marco M30S da Terra Indígena Tenharim Marmelos; segue em linha reta até o Ponto P-139, de c.g.a. 62°5'8.51"W e 8°48'7.46"S, coincidente com o Marco M29S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-140, de c.g.a. 62°4'5.59"W e 8°47'49.31"S, coincidente com o

Marco M28S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-141, de c.g.a. 62°3'0.09"W e 8°47'39.60"S, coincidente com o Marco M27S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-142, de c.g.a. 62°1'51.21"W e 8°47'52.51"S, coincidente com o Marco M26S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-143, de c.g.a. 62°1'31.20"W e 8°48'33.33"S, coincidente com o Marco M25S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-144, de c.g.a. 62°1'1.84"W e 8°49'33.24"S, coincidente com o Marco M24S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-145, de c.g.a. 62°0'9.43"W e 8°49'39.61"S, coincidente com o Marco M23S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-146, de c.g.a. 61°59'44.86"W e 8°50'42.17"S, coincidente com o Marco M22S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-147, de c.g.a. 61°59'18.44"W e 8°51'49.45"S, coincidente com o Marco M21S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-148, de c.g.a. 61°59'28.76"W e 8°52'31.01"S, coincidente com o Marco M20S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-149, de c.g.a. 61°58'48.51"W e 8°52'37.57"S, coincidente com o Marco M19S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-150, de c.g.a. 61°58'9.98"W e 8°52'43.85"S, coincidente com o Marco M18S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-151, de c.g.a. 61°57'30.21"W e 8°52'27.25"S, coincidente com o Marco M17S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-152, de c.g.a. 61°56'56.14"W e 8°52'41.33"S, coincidente com o Marco M16S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-153, de c.g.a. 61°56'11.56"W e 8°52'56.35"S, coincidente com o Marco M15S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-154, de c.g.a. 61°55'22.48"W e 8°52'49.83"S, coincidente com o Marco M14S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-155, de c.g.a. 61°54'20.53"W e 8°52'24.05"S, coincidente com o Marco M13S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-156, de c.g.a. 61°53'20.61"W e 8°51'59.11"S, coincidente com o Marco M12S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-157, de c.g.a. 61°52'22.40"W e 8°51'34.88"S, coincidente com o Marco M11S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-158, de c.g.a. 61°51'20.21"W e 8°51'15.33"S, coincidente com o Marco M10S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-159, de c.g.a. 61°51'45.81"W e 8°50'18.10"S, coincidente com o Marco M09S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-160, de c.g.a. 61°51'39.28"W e 8°49'45.58"S, coincidente com o Marco M08S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-161, de c.g.a. 61°51'32.74"W e 8°48'37.17"S, coincidente com o Marco M07S da Ter-

ra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-162, de c.g.a. 61°51'36.02"W e 8°47'32.02"S, coincidente com o Marco M06S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-163, de c.g.a. 61°51'3.02"W e 8°46'52.35"S, coincidente com o Marco M05S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-164, de c.g.a. 61°50'33.74"W e 8°46'16.99"S, coincidente com o Marco M04S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-165, de c.g.a. 61°50'43.56"W e 8°45'18.40"S, coincidente com o Marco M03S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-166, de c.g.a. 61°50'17.37"W e 8°44'18.17"S, coincidente com o Marco M02S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-167, de c.g.a. 61°49'6.40"W e 8°44'24.79"S, coincidente com o Marco M01S da Terra Indígena; segue em linha reta até o Ponto P-168, de c.g.a. 61°48'18.07"W e 8°44'129.30"S, coincidente com o Marco SAT-P13 da Terra Indígena Tenharim Marmelos; segue em linha reta até o Ponto P-169, de c.g.a. 61°48'3.33"W e 8°44'45.64"S, localizado na cabeceira do rio Branco; segue a jusante pela margem direita desse rio até o Ponto P-170, de c.g.a. 61°35'25.93"W e 8°7'23.13"S, localizado na foz do rio dos Macacos, na margem direita do rio Branco; segue a montante pela margem esquerda do rio dos Macacos até o Ponto P-171, de c.g.a. 61°32'9.96"W e 8°13'26.10"S, localizado em frente à foz de um igarapé sem denominação; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-172, de c.g.a. 61°28'30.34"W e 8°15'54.26"S, localizado na confluência com um curso d'água tributário de sua margem direita; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-173, de c.g.a. 61°27'15.83"W e 8°15'48.26"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-174, de c.g.a. 61°26'58.65"W e 8°16'31.97"S, localizado na cabeceira de um curso d'água sem denominação, tributário do igarapé Boré; segue em linha reta até o Ponto P-175, de c.g.a. 61°26'44.50"W e 8°16'39.94"S, localizado na cabeceira de outro curso d'água sem denominação, tributário do igarapé Boré; segue a jusante pela margem direita desse curso d'água até o Ponto P-176, de c.g.a. 61°23'37.04"W e 8°18'2.90"S, localizado na confluência com outro tributário do igarapé Boré; segue a montante pela margem esquerda desse curso d'água até o Ponto P-177, de c.g.a. 61°23'20.38"W e 8°16'12.63"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-178, de c.g.a. 61°22'50.68"W e 8°16'25.31"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, formador do rio Machadinho; segue a jusante pela margem direita desse igarapé até o Ponto P-179, de c.g.a. 61°19'31.81"W e 8°14'54.91"S, localizado na confluência com o rio Machadinho; segue a montante

pela margem esquerda do rio Machadinho até o Ponto P-180, de c.g.a. 61°25'14.44"W e 8°0'22.40"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-181, de c.g.a. 61°24'44.91"W e 8°0'19.76"S, localizado na cabeceira de um tributário de um igarapé sem denominação; segue a jusante pela margem direita do tributário até o Ponto P-182, de c.g.a. 61°24'7.82"W e 8°0'28.38"S, localizado em sua confluência com o curso principal do igarapé; segue em linha reta até o Ponto P-183, de c.g.a. 61°23'30.28"W e 8°0'24.34"S; segue em linha reta até o Ponto P-184, de c.g.a. 61°22'33.90"W e 8°0'57.20"S; segue em linha reta até o Ponto P-185, de c.g.a. 61°22'38.39"W e 8°1'29.44"S; segue em linha reta até o Ponto P-186, de c.g.a. 61°21'22.84"W e 8°2'31.48"S; segue em linha reta até o Ponto P-187, de c.g.a. 61°20'51.91"W e 8°2'41.93"S; segue em linha reta até o Ponto P-188, de c.g.a. 61°20'19.25"W e 8°2'42.47"S; segue em linha reta até o Ponto P-189, de c.g.a. 61°19'46.99"W e 8°2'37.40"S; segue em linha reta até o Ponto P-190, de c.g.a. 61°19'17.41"W e 8°2'23.62"S; segue em linha reta até o Ponto P-191, de c.g.a. 61°18'58.71"W e 8°2'39.14"S, localizado na foz de um tributário do igarapé do Borrachudo; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-192, de c.g.a. 61°18'19.17"W e 8°3'9.28"S, localizado na confluência com um pequeno tributário do igarapé Borrachudo; segue a montante pela margem esquerda desse tributário até o Ponto P-193, de c.g.a. 61°17'23.21"W e 8°4'1.18"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-194, de c.g.a. 61°17'10.28"W e 8°4'31.07"S; segue em linha reta até o Ponto P-195, de c.g.a. 61°16'57.15"W e 8°5'0.87"S; segue em linha reta até o Ponto P-196, de c.g.a. 61°16'44.02"W e 8°5'30.68"S; segue em linha reta até o Ponto P-197, de c.g.a. 61°16'13.44"W e 8°5'42.10"S; segue em linha reta até o Ponto P-198, de c.g.a. 61°15'52.16"W e 8°5'49.36"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, tributário do igarapé Jará; segue a jusante pela margem direita desse tributário até o Ponto P-199, de c.g.a. 61°14'40.14"W e 8°6'48.91"S, localizado na confluência com outro tributário sem denominação; segue em linha reta até o Ponto P-200, de c.g.a. 61°13'39.07"W e 8°9'36.74"S, localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; segue em linha reta até o Ponto P-201, de c.g.a. 61°12'37.63"W e 8°10'46.06"S, localizado na foz de um pequeno tributário de um igarapé sem denominação; segue a montante pela margem esquerda do igarapé até o Ponto P-202, de c.g.a. 61°13'53.94"W e 8°13'33.28"S, localizado na foz de um tributário sem denominação; segue a montante pela margem esquerda desse tributário, em direção sul, até o Ponto P-203, de c.g.a.

61°15'2.31"W e 8°16'6.55"S, localizado em sua cabeceira; segue em linha reta até o Ponto P-204, de c.g.a. 61°14'32.80"W e 8°15'52.56"S; segue em linha reta até o Ponto P-205, de c.g.a. 61°14'3.30"W e 8°15'38.57"S; segue em linha reta até o Ponto P-206, de c.g.a. 61°13'133.80"W e 8°15'24.58"S; segue em linha reta até o Ponto P-207, de c.g.a. 61°13'4.30"W e 8°15'10.59"S; segue em linha reta até o Ponto P-208, de c.g.a. 61°12'34.42"W e 8°15'23.77"S; segue em linha reta até o Ponto P-209, de c.g.a. 61°12'7.21"W e 8°15'5.75"S; segue em linha reta até o Ponto P-210, de c.g.a. 61°11'38.73"W e 8°14'49.81"S; segue em linha reta até o Ponto P-211, de c.g.a. 61°11'7.14"W e 8°14'41.50"S; segue em linha reta até o Ponto P-212, de c.g.a. 61°10'34.61"W e 8°14'44.59"S; segue em linha reta até o Ponto P-213, de c.g.a. 61°10'16.03"W e 8°15'11.36"S; segue em linha reta até o Ponto P-214, de c.g.a. 61°10'13.44"W e 8°15'43.80"S; segue em linha reta até o Ponto P-215, de c.g.a. 61°9'54.48"W e 8°16'10.31"S; segue em linha reta até o Ponto P-216, de c.g.a. 61°9'22.08"W e 8°16'14.46"S; segue em linha reta até o Ponto P-217, de c.g.a. 61°9'11.28"W e 8°16'2.25"S; segue em linha reta até o Ponto P-218, de c.g.a. 61°8'39.34"W e 8°15'55.38"S; segue em linha reta até o Ponto P-219, de c.g.a. 61°8'7.91"W e 8°15'132.04"S; segue em linha reta até o Ponto P-220, de c.g.a. 61°7'54.28"W e 8°15'41.02"S; segue em linha reta até o Ponto P-221, de c.g.a. 61°7'23.04"W e 8°15'131.49"S; segue em linha reta até o Ponto P-222, de c.g.a. 61°6'52.17"W e 8°15'20.84"S; segue em linha reta até o Ponto P-223, de c.g.a. 61°6'20.36"W e 8°15'13.38"S; segue em linha reta até o Ponto P-224, de c.g.a. 61°6'14.01"W e 8°14'41.46"S; segue em linha reta até o Ponto P-225, de c.g.a. 61°6'8.13"W e 8°14'9.44"S; segue em linha reta até o Ponto P-226, de c.g.a. 61°5'38.44"W e 8°14'23.02"S; segue em linha reta até o Ponto P-227, de c.g.a. 61°5'7.24"W e 8°14'46.66"S; segue em linha reta até o Ponto P-228, de c.g.a. 61°4'47.85"W e 8°14'34.57"S; segue em linha reta até o Ponto P-229, de c.g.a. 61°4'59.75"W e 8°14'4.26"S; segue em linha reta até o Ponto P-230, de c.g.a. 61°4'42.01"W e 8°13'36.94"S; segue em linha reta até o Ponto P-231, de c.g.a. 61°4'15.91"W e 8°13'17.37"S; segue em linha reta até o Ponto P-232, de c.g.a. 61°3'57.31"W e 8°12'50.61"S; segue em linha reta até o Ponto P-233, de c.g.a. 61°3'58.31"W e 8°12'18.08"S; segue em linha reta até o Ponto P-234, de c.g.a. 61°4'13.16"W e 8°11'49.09"S; segue em linha reta até o Ponto P-235, de c.g.a. 61°4'40.64"W e 8°11'31.50"S; segue em linha reta até o Ponto P-236, de c.g.a. 61°4'36.19"W e 8°11'15.14"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, tributário da margem esquerda do rio Roosevelt; segue a jusan-

te pela margem direita do igarapé até o Ponto P-237, de c.g.a. 61°3'50.00"W e 8°7'8.21"S, localizado em sua foz, no rio Roosevelt; segue em linha reta, atravessando esse rio, até o Ponto P-238, de c.g.a. 61°3'34.33"W e 8°7'7.29"S, localizado na margem direita do rio Roosevelt; segue a jusante pela margem direita do rio até o Ponto-001, marco inicial deste memorial descritivo.

§ 1º Os limites descritos no caput são referenciados nas cartas topográficas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em escala 1:100.000: SB.20-Z-D

V (Vila do Carmo); SC.20-X-B-II (igarapé Tabo-ca); SC.20-X-B

III (rio Paxiúba); SC.20-X-B-V (igarapé São Liberato); SC.20-X-B-IV (igarapé Preto); SC.20-X-B-I (rio Machadinho); SC.20-X-A-VI (rio dos Marmelos); SC.20-X-C-III (rio Ji-Paraná); SC.20-X-A-V (Tabajara); SC.20-X-A-III (rio dos Macacos) e SB.20-Z-D IV (igarapé Jatuarana).

§ 2º O leito da Estrada do Estanho e o leito menor do rio Roosevelt no trecho compreendido entre os pontos do memorial descritivo P-050 e P-238 ficam excluídos dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, passando a integrar sua zona de amortecimento, cujos limites e normas de utilização serão estabelecidos no plano de manejo da unidade de conservação.

§ 3º Ficam excluídas dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos as áreas de alagamento do lago artificial a ser formado pela barragem da Usina Hidroelétrica de Ta-bajara em sua cota oitenta metros e seus remansos.

§ 4º As demais áreas a comporem a zona de amortecimento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos serão definidas no plano de manejo da unidade.

Art. 6º Fica permitida, dentro dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, com a devida autorização do órgão responsável pela unidade, a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Tabajara, incluídos os Estudos de Impacto Ambiental – EIA.

Art. 7º As áreas excluídas na região norte do Parque Nacional dos Campos Amazônicos se destinam à regularização fundiária dos ocupantes de áreas públicas da região do ramal do Pito Aceso e poderão ser utilizadas para sanar necessidades de realocação de ocupantes de áreas públicas abrangidas pelos novos limites da unidade de conservação.

§ 1º Fica a União autorizada a alienar diretamente, por meio de dispensa de licitação, as áreas públicas federais antropizadas, desafetadas e não ocupadas, que não excedam a 1.500 ha, aos ocupantes de áreas

abrangidas pelos novos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos definidos no art. 5º.

§ 2º Só terão direito à realocação de que trata o caput os ocupantes que atendam, na área a ser desocupada, aos requisitos previstos no art. 5º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.

§ 3º Na hipótese de não haver área suficiente no ramal do Pito Aceso para a realocação de que trata o caput, a União poderá identificar outras áreas para essa finalidade.

§ 4º A realocação de que trata o caput deverá ser realizada pela União.

§ 5º O valor a ser pago pelos ocupantes do Parque Nacional dos Campos Amazônicos para a aquisição das áreas de que trata este artigo será compensado com o valor da indenização a que fariam jus em decorrência da desocupação da área situada na unidade de conservação nas hipóteses legalmente admitidas.

§ 6º As áreas de reserva legal das propriedades rurais deverão estar alocadas em bloco e contíguas aos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, salvo impossibilidade devidamente justificada pelo órgão ambiental competente.

§ 7º As áreas públicas federais desafetadas em decorrência do disposto no art. 5º e que ainda forem dotadas de cobertura florestal somente poderão ser destinadas para Projetos de Manejo Florestal Sustentável.

Art. 8º O art. 115 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 115. Ficam redefinidos os limites do Parque Nacional Matinguari, criado pelo Decreto de 5 de junho de 2008, atualmente localizado no Estado do Amazonas, nos Municípios de Canutama e Lábrea, que passa a incluir em seus limites a área de cerca de 172.430 ha descrita em conformidade com os arts. 116 e 117, localizada no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.”(NR)

Art. 9º O art. 117 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, vigorar com a seguinte redação:

“Art. 117. Ficam excluídos da área de ampliação do Parque Nacional Matinguari, descrita no art. 116:

I – o polígono com a seguinte descrição: inicia-se no Ponto 18, de c.p.a. 259763 E e 8958250 N, localizado sobre a divisa entre os Estados do Amazonas e de Rondônia; deste, segue para o Ponto 19, de c.p.a. 264103 E e 8955061 N, que coincide com o Ponto 91 do memorial descritivo constante do Decreto de 5 de junho de 2008, que criou o Parque Nacional Matinguari; deste, segue para o Ponto 20, que

coincide com o Ponto 90 do memorial descritivo do Parque Nacional Mapinguari (Decreto de 5 de junho de 2008), localizado na nascente do rio Coti, com c.p.a. 266000 E e 8956158 N; deste, segue a montante pela margem esquerda do rio Coti para o Ponto 21, que coincide com o Ponto 89 do memorial descritivo do Parque Nacional Mapinguari, localizado na confluência do rio Coti com o igarapé Branco, com c.p.a. 268336 E e 8973087 N; deste, segue a montante pela margem direita do igarapé Branco até o Ponto 22, que coincide com o Ponto 88 do memorial descritivo do Parque Nacional Mapinguari, de c.p.a. 273632 E e 8963034 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 23, de c.p.a. 278170 E e 8958856 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 24, de c.p.a. 279192 E e 8955010 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 25, de c.p.a. 277575 E e 8950507 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 26, de c.p.a. 277559 E e 8947119 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 27, de c.p.a. 274278 E e 8947516 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 28, de c.p.a. 271378 E e 8948477 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 29, de c.p.a. 266234 E e 8947989 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 30, de c.p.a. 262693 E e 8950980 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 31, de c.p.a. 256665 E e 8951499 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 32, de c.p.a. 256985 E e 8953483 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 33, de c.p.a. 259510 E e 8956411 N; deste, segue em linha reta para o Ponto 18, ponto inicial desta descrição;

II – a área que será inundada pelo lago artificial a ser formado pela barragem da Usina Hidroelétrica – UHE de Jirau, até a cota noventa metros, nível do barramento, e também a área acima desta cota a ser inundada em função do efeito remanso, cuja cota altimétrica limite aumenta gradativamente em direção a montante até a cota altimétrica aproximada noventa e três metros e trinta e dois centímetros, atingida no ponto de coordenadas planas aproximadas – c.p.a. 234.115 E e 8.938.992 N;

III – a área que será inundada pelo lago artificial a ser formado pela barragem da UHE de Santo Antônio, que se inicia no ponto de c.p.a. 332.474 E e 8.992.048 N, de cota altimétrica aproximada setenta e três metros e cinquenta centímetros até o limite da área destinada ao canteiro de obras da UHE de Ji-

rau, na cota altimétrica aproximada setenta e quatro metros;

IV – o polígono de aproximadamente 163 ha com a seguinte descrição: inicia-se no Ponto 1, localizado sobre o limite da Estação Ecológica Estadual da Serra dos Três Irmãos – EEESTI, de c.p.a. 330.556 E e 8.991.532 N; deste, segue em linha reta, ainda confrontando com a EEESTI até o Ponto 2, de c.p.a. 332.658 E e 8.992.629 N; deste, segue em linha reta, com azimute 133°47'9" por uma distância aproximada de 396,2 m até o Ponto 3, de c.p.a. 332.944 E e 8.992.355 N; deste, segue pela margem direita do igarapé sem denominação, afluente pela margem esquerda do igarapé Maparaná, até o Ponto 4, de c.p.a. 332.474 E e 8.992.048 N; deste, segue pela margem esquerda do futuro lago artificial da UHE Santo Antônio, que inundará neste trecho, em função do efeito remanso, as terras localizadas até a cota altimétrica aproximada setenta e três metros e cinquenta centímetros, até o Ponto 1, início da descrição deste polígono; e

V – o polígono de aproximadamente 1.055 ha sobreposto à área declarada de utilidade pública destinada ao canteiro de obras da UHE de Jirau, com a seguinte descrição: inicia-se no Ponto 1, localizado sobre o atual limite do Parque Nacional Mapinguari, na cota altimétrica aproximada noventa metros, de c.p.a. 320.771 E e 8.979.846 N; daí segue confrontando com a área destinada ao canteiro de obras da UHE Jirau, com o azimute de 284°47'20" e distância de 44,07 m até o Ponto 2, de c.p.a. 320.728 E e 8.979.858 N; daí, segue com a mesma confrontação, com o azimute de 270°53'5" e distância de 3.003,10 m até o Ponto 3, de c.p.a. 317.725 E e 8.979.902 N; deste, segue em linha reta, ainda com a mesma confrontação, com o azimute de 204°55'35" e distância de 5.150,73 m, até o Ponto 4, de c.p.a. 315.550 E e 8.975.223 N; deste, segue em direção a jusante, pela margem esquerda do futuro lago artificial da UHE Jirau, pela cota altimétrica aproximada noventa metros até o Ponto 1, início desta descrição.

Parágrafo único. Nos momentos em que os níveis dos lagos das UHE Jirau e Santo Antônio estiverem abaixo das cotas altimétricas mencionadas nos incisos II e III do **caput**, ficam proibidas atividades agropecuárias, de mineração, edificações permanentes ou temporárias e quaisquer outros empreendimentos

nestas faixas das margens esquerdas temporariamente emersas dos referidos lagos.”(NR)

Art. 10. Ficam excluídas dos limites da Floresta Nacional de Itaituba I, localizada nos Municípios de Itaituba e Trairão, no Estado do Pará, criada pelo Decreto nº 2.481, de 2 de fevereiro de 1998, as áreas compreendidas pelos polígonos discriminados pelos seguintes memoriais descritivos, totalizando uma área aproximada de 7.705,34 ha:

I – A-001: inicia-se no ponto IT113, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=517036.57 m e N=9427818.68 m; daí, segue a jusante pela margem direita do rio Tapajós até o ponto P-1 (E=517800 m e N=9428500 m), constante do Decreto nº 2.481, de 2 de fevereiro de 1998, situado na confluência com o igarapé Putica; daí, segue a montante pelo igarapé Putica até o Ponto TPJ-325-1 (E=526266.43 m

e N=9417764.64 m); daí, segue a jusante pelo igarapé Putica, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, até o Ponto IT114 (E=517338.33 m e N=9427661.65 m); daí, segue com o azimute 297°29'31" e a distância de 340,17 m até o Ponto IT113 (E=517036.57 m e N=9427818.68 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito; e

II – A-002: inicia-se no ponto IT120, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=516259.61 m e N=9421282.62 m; daí, segue com o azimute de 195°57'30" e a distância de 5.181,59 m até o ponto IT121 (E=514834.99 m e N=9416300.72 m); daí, segue com o azimute de 272°12'03" e a distância de 1.158,36 m até o ponto IT122 (E=513677.48 m e N=9416345.20 m); daí, segue com o azimute de 349°44'26" e a distância de 2.687,41 m até o ponto IT123 (E=513198.84 m e N=9418989.64 m); daí, segue com o azimute de 8°26'03" e a distância de 966,13 m até o ponto IT124 (E=513340.54 m e N=9419945.33 m); daí, segue com o azimute de 324°36'16" e a distância de 1.359,31 m até o ponto IT125 (E=512553.20 m e N=9421053.40 m); daí, segue com o azimute de 325°43'32" e a distância de 1.459,55 m até o ponto IT126 (E=511731.24 m e N=9422259.50 m); daí, segue com o azimute de 291°01'16" e a distância de 1.663,21 m até o ponto IT127 (E=510178.72 m e N=9422856.11 m); daí, segue com o azimute de 276°07'55" e a distância de 930,87 m até o ponto IT128 (E=509253.18 m e N=9422955.54 m); daí, segue com o azimute de 320°47'47" e a distância de 704,45 m até o ponto IT129 (E=508807.91 m e N=9423501.43 m); daí, segue a montante do rio Tapajós e a montante do rio Ratão, pela curva de nível

de elevação setenta metros, até o ponto JTB-1 (E=526113.48 m e N=9385151.56 m); daí, segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 738,48 m até o ponto P-7 (E=525375.00 m e N=9385150.00 m) constante do Decreto 2.481, de 2 de fevereiro de 1998; daí, segue a jusante pela margem direita do rio Ratão até o ponto PO (E=502950.00 m e N=9412625.00 m) constante do Decreto 2.481, 2 de fevereiro de 1998; daí, segue a jusante pela margem direita do rio Tapajós até o ponto IT113 (E=517036.57 m e N=9427818.68 m); daí, segue com o azimute de 117°29'31" e a distância de 340,17 m até o ponto IT114 (E=517338.33 m e N=9427661.65 m); daí, segue com o azimute de 193°58'04" e a distância de 582,33 m até o ponto IT115 (E=516896.01 m e N=9427253.57 m); daí, segue com o azimute de 195°35'17" e a distância de 1.441,68 m até o ponto IT116 (E=516508.61 m e N=9425864.92 m); daí, segue com o azimute de 235°22'18" e a distância de 886,56 m até o ponto IT117 (E=515779.10 m e N=9425361.14 m); daí, segue com o azimute de 173°04'58" e a distância de 1.068,95 m até o ponto IT118 (E=515907.83 m e N=9424299.97 m); daí, segue com o azimute de 176°01'44" e a distância de 1.865,32 m até o ponto IT119 (E=516037.01 m e N=9422439.13 m); daí, segue com o azimute de 169°06'19" e a distância de 1.177,74 m até o ponto IT120 (E=516259.61 m e N=9421282.62 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito.

Art. 11. Ficam excluídas dos limites da Floresta Nacional de Itaituba II, localizada nos Municípios de Itaituba e Trairão, no Estado do Pará, criada pelo Decreto 2.482, de 2 de fevereiro de 1998, as áreas compreendidas pelos polígonos discriminados pelos seguintes memoriais descritivos, totalizando uma área aproximada de 28.453,35 ha:

I – A-001: inicia-se no ponto TPJ325-1 localizado no igarapé Putica, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=526266.43 m e N=9417764.64 m; daí, segue a jusante pela margem direita do referido igarapé até a sua foz com o rio Tapajós; daí, segue pela margem direita do rio Tapajós até o ponto IT001 (E=537669.19 m e N=9474168.54 m); daí, segue com o azimute de 82°45'34" e a distância de 353,63 m até o ponto IT002 (E=538019.99 m e N=9474213.11 m); daí, segue a montante do rio Tapajós, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, até o ponto TPJ325-1 (E=526266.43 m e N=9417764.64 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

II – A-002: inicia-se no ponto IT003, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas,

Sistema UTM: E=540571.45 m e N=9474541.42 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 650,01 m até o ponto IT004 (E=541216.16 m e N=9474624.26 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT003 (E=540571.45 m e N=9474541.42 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

III – A-003: inicia-se no ponto IT005, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=542166.44 m e N=9474746.35 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 597,49 m até o ponto IT006 (E=542759.06 m e N=9474822.49 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT005 (E=542166.44 m e N=9474746.35 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

IV – A-004: inicia-se no ponto IT007, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=545556.02 m e N=9475181.84 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 174,30 m até o ponto IT008 (E=545728.89 m e N=9475204.05 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT007 (E=545556.02 m e N=9475181.84 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

V – A-005: inicia-se no ponto IT009, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=546466.56 m e N=9475298.83 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 148,99 m até o ponto IT010 (E=546621.57 m e N=9475302.90 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT009 (E=546466.56 m e N=9475298.83 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

VI – A-006: inicia-se no ponto IT011, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=548283.00 m e N=9475532.20 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 90,74 m até o ponto IT012 (E=548373.01 m e N=9475543.77 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT011 (E=548283.00 m e N=9475532.20 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

VII – A-007: inicia-se no ponto IT013, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DA-

TUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=548981.79 m e N=9475621.98 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 120,31 m até o ponto IT014 (E=549101.12 m e N=9475637.32 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT013 (E=542981.79 m e N=9475621.98 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

VIII – A-008: inicia-se no ponto IT015, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=549248.68 m e N=9475656.27 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 418,80 m até o ponto IT016 (E=549664.07 m e N=9475709.64 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT015 (E=549248.68 m e N=9475656.27 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área superficial de 7,32 ha;

IX – A-009: inicia-se no ponto IT017, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=549795.05 m e N=9475726.47 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 84,69 m até o ponto IT018 (E=549879.05 m e N=9475737.26 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT017 (E=549795.05 m e N=9475726.47 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

X – A-010: inicia-se no ponto IT019, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=551693.91 m e N=9475970.44 m; daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 129,19 m até o ponto IT020 (E=551822.04 m e N=9475986.90 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT019 (E=551693.91 m e N=9475970.44 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área superficial de 1,65 ha;

XI – A-011: inicia-se no ponto IT021, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=553468.81 m e N=9476198.48 m; daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, margeando um afluente sem denominação da margem direita do rio Tapajós, até o ponto IT022 (E=551110.33 m e N=9453754.00 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, margeando o afluente a jusante, até o ponto TPJ325-2 (E=559221.22

m e N=9473202.60 m); daí, segue a montante pela margem esquerda do rio Jamanxim, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT023 (E=557502.69 m e N=9436411.50 m), localizado na margem esquerda do rio Jamanxim; daí, segue com o azimute de $86^{\circ} 34' 34''$ e uma distância de 962,80 m até o ponto IT023-A (E=558463.77 m e N=9436469.00 m), localizado na margem direita do referido rio; daí, segue a jusante pela margem direita do rio Jamanxim, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto TPJ325-3 (E=561091.28 m e N=9457753.62 m); daí, segue a montante pela margem esquerda do igarapé Jamanxinzinho, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, até o ponto TPJ325-4 (E=571817.95 m e N=9448224.29 m); daí, segue com o azimute de $13^{\circ} 30' 35''$ e a distância de 31,12 m até o ponto TPJ325-5 (E=571825.22 m e N=9448254.55 m); daí, segue a jusante pela margem direita do igarapé Jamanxinzinho, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, até o ponto TPJ325-6 (E=561169.23 m e N=9458144.19 m); daí, segue a jusante pela margem direita do rio Jamanxinzinho, margeando o igarapé São Raimundo, pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, até o ponto TPJ325-7 (E=567599.32 m e N=9476602.50 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros, margeando afluentes sem denominação da margem direita do rio Tapajós, até o ponto IT024 (E=568004.82 m e N=9478066.06 m); daí, segue com o azimute de $262^{\circ} 40' 44''$ e a distância de 14.654,40 m até o ponto IT021 (E=553468.81 m e N=9476198.48 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XII – A-012: inicia-se no ponto IT025, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=568900.67 m e N=9478181.16 m; daí, segue com o azimute de $82^{\circ} 40' 44''$ e a distância de 157,30 m até o ponto IT026 (E=569056.69 m e N=9478201.20 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT025 (E=568900.67 m e N=9478181.16 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XIII – A-013: inicia-se no ponto IT027, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=569183.50 m e N=9478217.49 m; daí, segue com o azimute de $82^{\circ} 40' 44''$ e a distância de 81,47 m até o ponto IT028 (E=569264.31 m e N=9478227.88 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT027 (E=569183.50 m e N=9478217.49

m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XIV – A-014: inicia-se no ponto IT029, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=572877.31 m e N=9478692.08 m; daí, segue com o azimute de $82^{\circ} 40' 44''$ e a distância de 45,15 m até o ponto IT030 (E=572925.39 m e N=9478698.26 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT029 (E=572877.31 m e N=9478692.08 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XV – A-015: inicia-se no ponto IT031, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=574551.12 m e N=9478907.13 m; daí, segue com o azimute de $82^{\circ} 40' 44''$ e a distância de 269,36 m até o ponto IT032 (E=574818.28 m e N=9478941.45 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT031 (E=574551.12 m e N=9478907.13 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XVI – A-016: inicia-se no ponto IT033, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=575203.85 m e N=9478990.99 m; daí, segue com o azimute de $82^{\circ} 40' 44''$ e a distância de 137,41 m até o ponto IT034 (E=575340.14 m e N=9479008.50 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT035 (E=575921.73 m e N=9479082.91 m); daí, segue com o azimute de $82^{\circ} 26' 41''$ e a distância de 76,54 m até o ponto IT036 (E=575997.61 m e N=9479092.97 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT033 (E=575203.85 m e N=9478990.99 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XVII – A-017: inicia-se no ponto IT037, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=577687.19 m e N=9479310.05 m; daí, segue com o azimute de $82^{\circ} 40' 44''$ e a distância de 12,39 m até o ponto IT038 (E=577699.48 m e N=9479311.63 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT039 (E=578161.91 m e N=9479371.04 m); daí, segue com o azimute de $82^{\circ} 40' 44''$ e a distância de 56,25 m até o ponto IT040 (E=578217.70 m e N=9479378.21 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT041 (E=579909.13 m e N=9479595.53 m); daí, segue com

o azimute de 82°40'44" e a distância de 205,20 m até o ponto IT042 (B=580112.66 m e N=9479621.68 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT043 (E=580406.21 m e N=9479659.39 m); daí, segue com o azimute de 82°40'44" e a distância de 215,68 m até o ponto IT044 (B=580620.13 m e N=9479686.88 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT037 (E=577687.19 m e N=9479310.05 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito;

XVIII – A-018: inicia-se no ponto IT045, georeferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=581056.12 m e N=9479742.89 m; daí, segue a montante pela margem esquerda do rio Tucunará pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT050 (E=585686.68 m e N=9467092.17 m); daí, segue com o azimute de 29°40'21" e a distância de 267,04 m até o ponto IT049 (E=585818.88 m e N=9467324.19 m); daí, segue pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT048 (E=586909.73 m e N=9468536.50 m); daí, segue com um azimute de 45°34'26" e a distância de 619,35 m até o ponto IT047 (E=587352.69 m e N=9468967.63 m); daí, segue a jusante pela margem direita do rio Tucunará pela curva de nível de elevação cinquenta e cinco metros até o ponto IT046 (E=581943.22 m e N=9479856.87 m); daí, segue com o azimute de 262°40'44" e a distância de 894,39 m até o ponto IT045 (E=581056.12 m e N=9479742.99 m), início de descrição, fechando assim o perímetro acima descrito.

Art. 12. Fica excluída dos limites da Floresta Nacional do Crepori, localizada no Município de Jacareacanga, no Estado do Pará, criada pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, a área compreendida pelo polígono discriminado pelo seguinte memorial descritivo: inicia-se no ponto 2B georeferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: (E=486962.77 m e N=9349841.91 m) localizado na foz de um afluente sem denominação da margem esquerda do rio Crepori; daí, segue a montante do referido afluente pela sua margem esquerda até o ponto TPJ445-11B (E=480670.13 m e W=9344343.73 m); daí, segue a jusante do referido igarapé, acompanhando a curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-11C (E=487065.54 m e N=9349763.57 m), localizado na margem esquerda do rio Crepori; daí, segue a montante pelo rio Crepori, acompanhando a curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-12 (E=503899.97 m e N=9339149.98 m); daí,

segue a jusante pela margem esquerda do rio Crepori, até o ponto 2B, início da descrição, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área aproximada de 856,12 ha. Art. 13. Fica excluída da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, localizada nos Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Trairão e Novo Progresso, no Estado do Pará, criada pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, a área compreendida pelo polígono discriminado pelo seguinte Memorial Descritivo: inicia-se no ponto P-0 (E=502950.00 m e N=9412625.00 m), georeferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SAD69, MC-57°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM; daí, segue a montante pela margem direita do rio Tapajós até o ponto TPJ445-2 (E=429963.13 m e N=9322574.00 m); daí, segue com azimute de 81°40'46" com distância de 1.365 m até o ponto TPJ445-4 (E=431057.97 m e N=9321758.55 m); daí, segue a jusante do rio Tapajós, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-7 (E=432467.18 m e W=9325061.30) daí, segue a montante pela margem esquerda do rio Pacu, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-8 (E=447037.23 m e N=9319536.60 m); daí, segue a jusante pela margem direita do rio Pacu, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-9 (E=432838.79 m e N=9326224.10 m); daí, segue a jusante pelo rio Tapajós, pela curva de nível de elevação setenta metros, margeando o igarapé Cantagalo, até o ponto TPJ445-10 (E=465721.50 m e N=9364483.70 m); daí, segue a montante pelo rio Crepori, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-11 (E=486957.02 m e N=9349852.00 m), localizado na foz de um afluente sem denominação da margem esquerda do rio Crepori; daí, segue a montante do referido afluente, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-11B (E=480670.13 m e N=9344343.73 m); daí, segue a jusante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto 2B (E=486962.77 m e N=9349841.91 m), localizado na margem esquerda do rio Crepori; daí, segue a montante pela margem esquerda do rio Crepori até o ponto TPJ445-12 (E=503899.97 m e N=9339149.98 m); daí, segue a jusante pelo rio Crepori, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-13 (E=465886.97 m e N=9365787.70 m); daí, segue a jusante pelo rio Tapajós, pela curva de nível de elevação setenta metros, margeando o igarapé Bacabal, até o ponto TPJ445-14 (E=503396.69 m e N=9412418.00 m); daí, segue a montante pelo rio Ratão, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto TPJ445-15 (E=545788.59 m e N=9371935.67 m); daí, segue a jusante pelo rio Ratão, pela curva de nível de elevação setenta metros, até o ponto JTB-1 (E=526113.48

m e N=9385151.56 m); daí, segue com o azimute de 270°00'00" e a distância de 738,48 m até o ponto P-7 (E=525375.00 m e N=9385150.00 m); daí, segue a jusante pela margem direita do rio Ratão até a sua foz, no ponto P-0 (E=502950.00 m e N=9412625.00 m), início da descrição, fechando assim o perímetro acima descrito com uma área aproximada de 19.915,88 ha.

Art. 14. As frações das áreas discriminadas no inciso II do art. 2º e nos arts. 5º, 10, 11, 12 e 13 que, eventualmente, não forem atingidas pela cota de inundação efetiva dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Tabajara, São Luiz do Tapajós e Jatobá serão reintegradas às unidades de conservação da qual foram destacadas por efeito desta Lei, mediante ato próprio do Poder Executivo Federal, dispensado o disposto no § 2º do art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 15. Nos momentos em que o nível dos lagos dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Tabajara, São Luiz do Tapajós e Jatobá estiverem abaixo das cotas altimétricas mencionadas no inciso II do art. 2º e nos arts. 5º, 10, 11, 12 e 13, ficam proibidas atividades agropecuárias, de mineração, edificações permanentes ou temporárias e quaisquer outros empreendimentos nestas faixas das margens temporariamente emersas.

Art. 16. Ficam excluídas da Floresta Nacional do Tapajós, criada pelo Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974, duas áreas totalizando aproximadamente 17.851 ha, sendo a primeira dessas áreas no Município de Belterra, Estado do Pará, onde estão situadas as comunidades de São Jorge, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré e Santa Clara, na margem da rodovia BR-163, totalizando 11.990 ha; e a segunda, no Município de Aveiro, Estado do Pará, onde se localiza a sede do Município e seu aglomerado urbano da margem direita do rio Tapajós, bem como parte da área rural do seu entorno, totalizando 5.861 ha.

Art. 17. A área a ser excluída da Floresta Nacional do Tapajós, no Município de Belterra, Estado do Pará, tem seus limites descritos a partir de base cartográfica elaborada pela Diretoria de Serviço Geográfico do Exército, carta São Jorge (SA-21-Z-D-II), na escala 1:100.000, publicada em Projeção Universal Transversa de Mercator, DATUM-SAD69, Fuso 21\$, reprojetada digitalmente para o DATUM SIRGAS 2000; e também com auxílio de informações constantes na imagem de satélite LANDSAT 5 TM, órbita ponto 227/62, com data de passagem em 29/06/2010; e, principalmente, a partir de levantamento planimétrico cadastral do perímetro do imóvel denominado Comunidade São Jorge, realizado no ano de 2007, com o seguinte memorial descritivo: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas planas aproximadas – c.p.a. 9.659.392 N e 730.730 E, situado no limite com faixa de domínio da

rodovia BR – 163; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da rodovia BR-163, até o vértice 02, de c.p.a. 9.659.106 N e 730.733 E; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da rodovia BR-163, até o vértice 03, de c.p.a. 9.653.186 N e 728.981 E; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da rodovia BR-163, até o vértice 04 de c.p.a. 9.646.926 N e 726.971 E; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da rodovia BR-163, até o vértice 05, de c.p.a. 9.644.589 N e 727.568 E; situado no limite com a área de domínio da FLONA do Tapajós; deste, segue confrontando com a área de domínio da FLONA do Tapajós até o vértice 06, de c.p.a. 9.644.224 N e 726.665 E; deste, segue confrontando com a área de domínio da FLONA do Tapajós até o vértice 07, de c.p.a. 9.643.889 N e 725.693 E; deste, segue confrontando com a área de domínio da FLONA do Tapajós até o vértice 08, de c.p.a. 9.643.638 N e 724.794 E; deste, segue confrontando com a área de domínio da FLONA do Tapajós até o vértice 09, de c.p.a. 9.643.345 N e 723.746 E; deste, segue confrontando com a área de domínio da FLONA do Tapajós até o vértice 10, de c.p.a. 9.643.093 N e 722.769 E; do vértice 10, segue em linha reta no sentido Norte até o vértice 11, de c.p.a. 9.645.275 N e 722.137 E, do vértice 11, segue em linha reta, no sentido Oeste até o vértice 12 de c.p.a. 9.645.558 N e 721.297 E, do vértice 12, segue em linha reta, no sentido Norte até o vértice 13, de c.p.a. 9.648.115 N e 721.295 E, do vértice 13, segue em linha reta, no sentido Oeste até o vértice 14, de c.p.a. 9.648.509 N e 718.741 E; do vértice 14, segue em linha reta até o vértice 15, de c.p.a. 9.649.524 N e 718.862 E; deste, segue em linha reta até o vértice 16, de c.p.a. 9.650.521 N e 718.999 E; deste, segue em linha reta até o vértice 17, de c.p.a. 9.651.520 N e 719.121 E; deste, segue em linha reta até o vértice 18, de c.p.a. 9.652.486 N e 719.226 E; deste, segue em linha reta até o vértice 19, de c.p.a. 9.653.026 N e 719.284 E; deste, segue em linha reta até o vértice 20, de c.p.a. 9.653.484 N e 719.332 E; deste, segue em linha reta até o vértice 21, de c.p.a. 9.654.483 N e 719.429 E, do vértice 21, segue em linha reta no sentido Nordeste até o vértice 22, de c.p.a. 9.655.604 N e 720.995 E, do vértice 22 segue em linha reta, no sentido Norte até o vértice 23 de c.p.a. 9.657.061 N e 720.974 E; do vértice 23, segue em linha reta, no sentido Leste, até o vértice 24, de c.p.a. 9.658.663 N e 724.656 E; do vértice 24, segue em linha reta, até o vértice 25, de c.p.a. 9.658.669 N e 725.687 E; deste, segue em linha reta até o vértice 26, de c.p.a. 9.658.706 N e 726.700 E; deste, segue em linha reta até o vértice 27, de c.p.a. 9.658.745 N e 727.752 E; deste, segue em linha reta até o vértice 28, de c.p.a. 9.658.956 N e 728.763 E; deste, segue

em linha reta até o vértice 29, de c.p.a. 9.659.195 N e 729.750 E; deste, segue em linha reta até o vértice 30, de c.p.a. 9.659.339 N e 730.404 E; deste, segue em linha reta até o vértice 01, ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área aproximada de 11.990 ha.

Art. 18. A área a ser excluída da Floresta Nacional do Tapajós no Município de Aveiro, Estado do Pará, tem seus limites descritos a partir de base cartográfica elaborada pela Diretoria de Serviço Geográfico do Exército, carta Aveiro (SA21-Z-D-IV), na escala 1:100.000, publicada originalmente em Projeção Universal Transversa de Mercator, DATUM SAD 69, Fuso 21S, reprojetada digitalmente para SIRGAS 2000; e também com apoio visual de imagem de satélite com dados topográficos do programa Shuttle Radar Topography Mission – SRTM/NASA, imagem SA-21-Z-D, com o seguinte memorial descritivo: inicia-se a descrição do perímetro a partir do ponto 1, localizado na margem direita de um igarapé sem denominação, no ponto de sua foz no rio Tapajós, na Enseada do Pau, de coordenadas planas aproximadas – c.p.a. 9.605.246 N e 689.633 E, seguindo no sentido Sudeste pela margem direita do referido igarapé sem denominação a montante até o ponto 2; do ponto 2, de c.p.a. 9.604.714 N e 690.122 E, segue a montante pela margem direita da linha de drenagem, passando pelo ponto 3, de c.p.a. 9.604.304 N e 690.198 E; pelo ponto 4, de c.p.a. 9.603.821 N e 690.161 E, até o ponto 5, de c.p.a. 9.603.482 N e 690.110 E; do ponto 5 segue em linha reta até o ponto 6, localizado na margem direita do igarapé Açu; do ponto 6, de c.p.a. 9.601.250 N e 693.271 E segue em linha reta no sentido Sul até o ponto 7, localizado na margem direita de um igarapé sem denominação; do ponto 7, de c.p.a. 9.598.485 N e 693.311 E atravessa o referido igarapé até o ponto 8, localizado na margem direita da confluência com outro igarapé sem denominação; do ponto 8, de c.p.a. 9.598.464 N e 693.323 E, segue a montante pela margem direita do referido igarapé até o ponto 9, localizado na margem direita da confluência com outro igarapé sem denominação; do ponto 9, de c.p.a. 9.598.013 N e 693.444 E, atravessa o referido igarapé até o ponto 10, localizado na margem interna da confluência dos dois igarapés sem denominação; do ponto 10, de c.p.a. 9.597.972 N e 693.442 E, segue pela linha de cumeeada, passando pelo ponto 11, de c.p.a. 9.597.614 N e 693.506 E; pelo ponto 12, de c.p.a. 9.597.075 N e 693.418 E; pelo ponto 13, de c.p.a. 9.596.696 N e 693.394 E; até o ponto 14, de c.p.a. 9.596.264 N e 693.267 E; do ponto 14, segue em linha reta até o ponto 15, localizado na margem direita de um igarapé sem denominação; do ponto 15, de c.p.a. 9.596.654 N e 691.036 E, segue em linha reta

até o 16; do ponto 16, de c.p.a. 9.596.825 N e 690.059 E, segue em linha reta até o ponto 17, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; do ponto 17, de c.p.a. 9.596.228 N e 688.618 E, segue a jusante pela margem esquerda do referido igarapé até o ponto 18; do ponto 18, de c.p.a. 9.596.150 N e 688.320 E, segue em linha reta até o ponto 19, localizado na margem esquerda de um igarapé sem denominação; do ponto 19, de c.p.a. 9.595.841 N e 686.936 E, segue a jusante pela margem esquerda do referido igarapé até o ponto 20, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; do ponto 20, de c.p.a. 9.595.968 N e 685.582 E, segue em sentido Oeste, em linha reta até o ponto 21, localizado na margem direita do rio Tapajós; do ponto 21, de c.p.a. 9.595.954 N e 684.730 E, segue em sentido Norte, a jusante, pela margem direita do rio Tapajós até o ponto 1, início da descrição deste memorial descritivo, perfazendo uma área aproximada de 5.861 ha.

Art. 19. Os limites descritos nos arts. 17 e 18 desta Lei passam a compor a zona de amortecimento da Floresta Nacional do Tapajós, exceto a área urbana do município de Aveiro.

Art. 20. A Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 69-A:

“Art. 69-A. Ficam suspensos, até 30 de junho de 2013, as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais, cujo objeto seja a cobrança de débitos inscritos em Dívida Ativa da União ou que venham a ser incluídos até 31 de dezembro de 2012, oriundos de operações de crédito rural contratados entre 17 de maio de 1984 e 31 de maio de 2002, de responsabilidade de produtores rurais vinculados ao Projeto Agro-Industrial do Canavieiro Abraham Lincoln – PACAL, situado no Estado do Pará (Em 92 da Rodovia Transamazônica, trecho Altamira-Itaituba), desapropriado pela União Federal na forma do Decreto nº 89.677, de 17 de maio de 1984.

Parágrafo único. O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data da publicação desta Lei até 30 de junho de 2013.”

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Fica revogado o art. 118 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Desobstruída a Ordem do Dia com a votação da matéria, nós podemos continuar com a nossa pauta.

Pergunto ao Plenário se está de acordo com nós não submetermos imediatamente as matérias que são sujeitas a quórum especial, como as emendas constitucionais, e passarmos, então, à votação dos outros projetos constantes da nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2012)

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 404, de 2012 – RISF 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011 (nº 547/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.*

Parecer sob nº 24, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Acir Gurgacz, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do projeto e da emenda, em turno único.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Acir, com a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – É um pedido dos nossos produtores de leite do Brasil no sentido de que haja um tempo para fixar o preço do litro de leite para que eles possam vender sabendo quanto é que vão receber no futuro.

Então, é um projeto que entendo que é da maior importância para o produtor rural e peço aos nossos Pares que nos acompanhem votando favorável a este projeto que vai ajudar os nossos produtores do Brasil inteiro, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Em nome da liderança do Governo, vou encaminhar favoravelmente à matéria, reconhecendo a importância dos produtores de leite neste País. Nossa pecuária leiteira é extremamente importante. E este projeto, Sr. Presidente, obriga que a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios informe ao produtor de leite o preço a ser pago pelo produto até 25 dias do mês anterior à entrega. Isso permite que o produtor saiba com antecedência o quanto ele poderá produzir e ter de receita. Portanto, é de justiça social, é de importância para o País. A liderança do Governo apoia o Projeto de Lei de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, com o apoio do Senador Acir Gurgacz, que tem sido um grande defensor pela Comissão de Agricultura nesta Casa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a exemplo do Senador Eduardo Braga e em nome do PMDB, externo a satisfação de apoiar este projeto, que é fundamental para os produtores de leite do Brasil. No momento em que cumprimento V. Exª pela homenagem que se fez hoje com o Prêmio José Ermírio de Moraes, com o qual V. Exª distinguiu vários industriais, empresários, inclusive o pai desse querido amigo Senador Acir Gurgacz, o industrial Assis Gurgacz, que foi justamente homenageado pelo Senado Federal.

Duas coisas, o apoio do PMDB à aprovação desse projeto, o segundo item da pauta. A segunda, cumprimentos a V. Exª e ao Senador Acir.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM. Sem revisão do orador.) – O PR encaminha favoravelmente ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – PT?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores e o Governo também encaminha favoravelmente a esse Projeto de Lei que faz justiça ao determinar que o pagamento do produto vendido seja feito até o 15º dia do mês, como forma de assegurar ao pequeno produtor, ao produtor da produção familiar mais recursos para que ele possa investir no pagamento da ração dos seus animais, que ele possa melhorar a sua produção.

Por isso encaminhamos favoravelmente a esse a PL, parabenizando o nosso Deputado Reginaldo Lopes, na Câmara Federal, que foi o autor, aos nossos Pares desta Casa que acompanham a redação aqui apresentada para que possa ir à sanção presidencial.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O PT recomenda aos seus liderados votar “sim”. Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que esta matéria tem muito a ver com V. Ex^a, que, na Presidência da República, instituiu o programa do leite pelo Brasil inteiro. É um legado do seu governo às categorias menos favorecidas.

De que estamos tratando? De garantia de preço. Não de garantia de definição de preço. O produtor de leite, a partir do programa do leite criado e instituído quando V. Ex^a era Presidente da República e que hoje se espalhou pelo Brasil inteiro, estruturando a bacia leiteira e levando a obrigação da melhoria do padrão genético como forma de se produzir mais leite por rês, por unidade, com vantagens para a pecuária do Brasil, o produtor produz e não sabe, ao certo, quanto vai receber.

Esse Projeto de Lei cria uma obrigação: que o laticínio fixe ou tome o compromisso de definir o preço do leite ou o valor a ser pago pelo leite 45 dias antes. De modo que isso é uma garantia ao produtor, que é o grande sacrificado, que é o grande herói nessa história e que, por esse Projeto de Lei, vê na sua atividade uma garantia a mais.

O nosso voto é favorável. O Democratas vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sem mais oradores, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Senadores e Senadoras que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Foi aprovado.

Votação da Emenda nº 1, de redação.

Os que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não havendo contestação, declaro aprovada.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 621, DE 2012

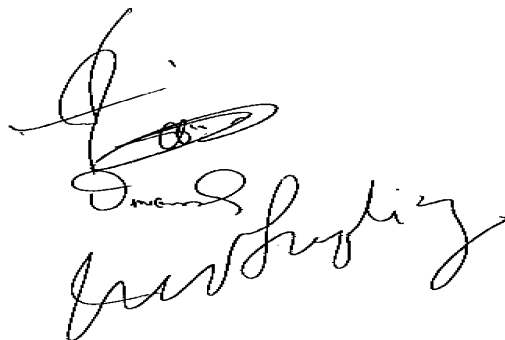
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011 (nº 547, de 2003, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2011 (nº 547, de 2003, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre

os períodos das águas, consolidando a Emenda nº 1–CRA, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 29 de maio de 2012.



ANEXO AO PARECER Nº 621, DE 2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica obrigada a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a informar ao produtor de leite o preço pago pelo litro do produto até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior à entrega.

Parágrafo único. A não informação penalizará a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a pagar o maior preço praticado no mercado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Redação final.

O Plenário aprovando a redação final, eu remeto o projeto à sanção.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente Sarney, Presidente Sarney, aqui, Senador Sérgio Petecão, Presidente.

Eu queria só justificar meu voto. Na votação anterior, na votação nominal eu votei conforme a orientação do meu partido.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 4:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro

signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

Como eu disse anteriormente, eu acho que essas matérias...

Em discussão a proposta.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão, já que não tivemos oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 5:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2011 (nº 5.396/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes.*

Os Pareceres são favoráveis, tanto da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional como de Assuntos Sociais.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do projeto. (Pausa.)

Sem oradores, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Sem nenhuma manifestação contrária, declaro aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2011

(Nº 5.396/2009 na Casa de origem)
(De iniciativa da Presidência da República)

Altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 108.
.....

V – tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, pênfigo, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave e outras moléstias que a lei indicar com base nas conclusões da medicina especializada; e
.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 6:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012 (nº 5.312/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que *dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar.*

Foi Relator na Comissão de Constituição e Justiça o Senador Pedro Taques, com a Emenda nº 1, de redação, que apresentou;

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do projeto e da emenda. (Pausa.)

Sem oradores, encerrada a discussão.

Vamos votar o projeto. (Pausa.)

Sem contestação do Plenário, declaro aprovado, sem prejuízo da emenda.

Votação da Emenda nº 1, da CCJ, de redação.

As Srs Senadoras e Senadores que aprovarem permaneçam com se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 622, DE 2012 (Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012 (nº 5.312, de 2009, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação foral do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2012 (nº 5.312, de 2009, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 29 de maio de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Casildo Maldaner**, Relator – Senadora **Vanessa Grazziotin** – Senador **Waldemir Moka**.

ANEXO AO PARECER Nº 622, DE 2012.

Dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados no quadro do Ministério Público Militar os cargos efetivos constantes do Anexo I desta lei.

Parágrafo único. A criação e o provimento dos cargos a que se refere este artigo ficam condicionados à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2012.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público da União.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

CARGO	QUANTIDADE
Procurador de Justiça Militar	1
Promotor da Justiça Militar	2
TOTAL	3

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não havendo objeção do Plenário à apreciação da redação final, aprovamos a redação final.

Encerrada, a matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 8:**

REQUERIMENTO Nº 291, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 291, de 2012, do Senador Eduardo Braga, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (seguro-desemprego para o catador de caranguejo).

Há, sobre a mesa, requerimento do Senador Eduardo Braga, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento 291, de 2012, de sua autoria.

REQUERIMENTO Nº 490, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento 291, de 2012, de minha autoria.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 490, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 291, de 2012, de minha autoria.

Brasília, de maio de 2012. – Senador **Eduardo Braga**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O Requerimento 291 vai ao Arquivo.

E o Projeto de Lei da Câmara 53, uma vez que já se encontra instruído pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, retorna à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2011...

Ficou sem votação a Emenda nº 1 da CCJ, que era emenda de redação.

Assim sendo, a Presidência, não havendo objeção do Plenário, submeterá a referida emenda à votação nesta oportunidade.

Em votação a Emenda nº1, da CCJ, de redação, ao Projeto de Lei da Câmara 137, de 2011.

Aprovada, a matéria vai à sanção, nos termos do Parecer 483, da Comissão Diretora, consolidando a emenda de redação aprovada neste instante pelo Plenário.

É o seguinte o Parecer nº 483, de 2012

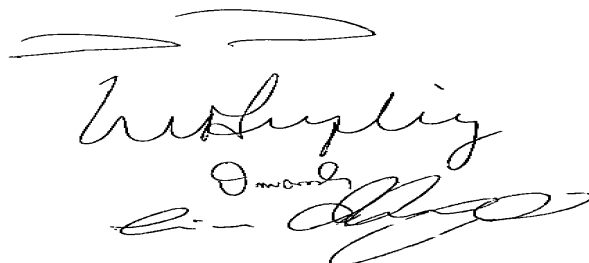
PARECER Nº 483, DE 2012

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2011 (nº 7.580, de 2010, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2011 (nº 7.580, de 2010, na Casa de origem), que cria cargos de Advogado da União, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio 2012.



ANEXO AO PARECER N° 483, DE 2012

Cria cargos de Advogado da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° São criados, no quadro da Advocacia-Geral da União, 560 (quinhentos e sessenta) cargos de Advogado da União, de que trata o inciso I do art. 20 da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 2° A criação dos cargos prevista nesta Lei é condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1° do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Requerimento n° 491, de 2012**, do Projeto de Lei da Câmara 36, de 2012, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino.

Consulta ao Plenário...

O Senador Eduardo Braga apresentou um requerimento de urgência para esta matéria.

O requerimento é nos seguintes termos:

Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara n° 36, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos de direção e funções gratificadas, no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino. E altera as Leis n° 8.168 e 11.526 e dá outras providências.

Assinado pelo Senador Eduardo Braga e os demais líderes da Casa.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO N° 491, DE 2012

Nos termos regimentais requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara n° 36, de 2012, que “Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis n°s 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis n°s 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de

1971, e os Decretos-Leis n°s 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências.”.

Sala das Sessões, maio de 2012.

Senador Eduardo Braga
Walter Pinheiro
Gilio Orzelle
Alfredo Nascimento
Eduardo Amorim
Líder Bloco PMDB/PP/AV

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós concordamos com a urgência e esperamos a votação de mérito, regimentalmente, atendendo ao Regimento Interno do Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Dentro de 48 horas, a Mesa submeterá na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 9:**

REQUERIMENTO N° 388, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento n° 388, de 2012, do Senador Alvaro Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado n° 39, de 2007, de sua autoria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Há um pedido de urgência e um requerimento de urgência, também, do PLC n° 44, do Poder Executivo.

Eu gostaria de pedir a votação da urgência e, no prazo regimental, depois de dois dias, nós votaríamos a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a formalize o requerimento de urgência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Já está na mesa.

A urgência foi aprovada pela CCJ, Sr. Presidente. É urgência de comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento de urgência do Senador Eduardo Braga foi aprovado.

E agora estou submetendo o requerimento de urgência a que V. Ex^a se refere, para o PLC nº 44, de

2011, da Comissão de Constituição e Justiça, que ela própria pediu urgência do Plenário.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 492, DE 2012

(Requerimento Nº 39, de 2012-CCJ)

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno, do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2011.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012. – Senador **Luiz Henrique**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 44 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/05/2012, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Sen. Eunício Oliveira</i>	
RELATOR: <i>Sen. Luiz Henrique</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ <i>Anibal Diniz</i>
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG <i>Rodrigo Rollemberg</i>
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA <i>Humberto Costa</i>
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA <i>Benedito de Lira</i>
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DÉM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC)	
ARMANDO MONTEIRO	1. MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2. CIRO NOGUEIRA
MAGNO MALTA	3. JOÃO RIBEIRO
	4. EDUARDO AMORIM
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	
PSD	
SÉRGIO PETECÃO	1. KÁTIA ABREU

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria entrará em regime de urgência no prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 10:**

REQUERIMENTO Nº 420, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 420, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2012, a fim de que se oficie à Senhora Presidente da República sobre a necessidade de adequar o referido acordo à Lei nº 12.527, de 2011.*

Votação do requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

A Presidência encaminhará cópia do referido requerimento à Senhora Presidente da República, e a matéria ficará na Secretaria-Geral da Mesa, com tramitação sobrestada, aguardando o resultado da diligência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Requerimento 424, **Item 11** da Ordem do Dia.

REQUERIMENTO Nº 424, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 424, de 2012, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 522, de 2007 e 620, de 2011, por regularem matéria correlata (ausência ao trabalho para assistência de dependente).*

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 12:**

REQUERIMENTO Nº 438, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 438, de 2012, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (obriga o contratado por licitação a fornecer os cronogramas físico e financeiro).*

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

A matéria retorna ao exame da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle seguindo, posteriormente, à Comissão de Serviços de Infraestrutura e, nos termos do art. 49, I, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 13:**

REQUERIMENTO Nº 439, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 439, de 2012, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2012, com o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, que já se encontrava apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701 de 2007; 90, de 2010; 105 e 344, de 2011, todos Complementares, por regularem matérias correlatas (atividades passíveis de opção pelo Simples Nacional).*

Votação do requerimento. *(Pausa.)*

Sem contestação do Plenário, aprovado.

As matérias passam a tramitar em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – As duas outras matérias são de proposta à Constituição, sem acordo do Plenário. Sendo assim, evidentemente, não havendo número presente no plenário para votação do quórum qualificado, vou suspender a votação e elas continuam na Ordem do Dia.
Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 63, DE 2011

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 198, DE 2007-COMPLEMENTAR**

*(Adiada a discussão, nos termos do
Requerimento nº 225, de 2012)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar, do Senador Renato Casagrande, que *acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social.*

Parecer sob nº 2.016, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 493, DE 2012 – PLEN

Requeiro, nos termos regimentais, o desamparamento do PLS nº 169, de 2008 (“Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem”), dos Projetos de Lei do Senado nºs 148, de 2011; 718, de 2007 e 494, de 2009.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2012. – Senador **Eduardo Lopes**.

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, o desamparamento do PLS nº 494, de 2009 (“Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes”), dos Projetos de Lei do Senado nºs 148, de 2011; 718, de 2007 e 169, de 2008.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2012. – Senador **Eduardo Lopes**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ou-

vintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, há pouco mais de uma semana, os principais veículos de comunicação do mundo publicaram um relatório divulgando os investimentos em educação realizados por 24 países.

Os dados foram levantados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Apesar de a pesquisa ser de 2004, é a mais atual com essa abrangência. O triste é que o Brasil aparece como a nação que menos investe em educação: apenas 3,9% do seu Produto Interno Bruto – PIB –, bem distante da média mundial, que é de 6%. E tem mais: os investimentos do nosso País em educação fundamental caem para 2,9% do PIB.

O quadro é triste e é mais crítico no Norte e Nordeste brasileiros, onde, em grande parte das escolas públicas, falta tudo: material, professores, merenda escolar. E o resultado não poderia ser outro senão a evasão escolar. E, se considerarmos as escolas nas áreas rurais do Nordeste e de outros lugares do País, a situação é ainda pior.

Tudo isso sem falarmos na situação dos professores. O magistério é a carreira de nível superior mais mal remunerada. Segundo dados do IBGE, os professores recebem, em média, 60% menos que os outros profissionais com o mesmo patamar de formação.

A propósito, estamos em um ótimo momento para reavaliarmos nosso sistema educacional e buscarmos saídas para revertermos esse quadro, porque boa parte dos alunos das escolas públicas brasileiras não suporta mais o sacrifício a que estão submetidos para estudar, nem tampouco os professores suportam a falta de condições de trabalho e de um plano de carreira digno. Não é por acaso que os professores de 43 universidades federais brasileiras estão em greve. Além do que, neste ano, professores de vários Estados e do Distrito Federal também entraram em greve, basicamente pelo mesmo motivo que gerou a paralisação dos professores universitários das instituições públicas de ensino.

Em discurso no Plenário desta Casa, semana passada, a Senadora amiga Lídice da Mata, propôs que o Brasil invista 10% do Produto Interno Bruto em educação, com o que concordo plenamente, sobretudo se quisermos evitar um verdadeiro “apagão” de mão de obra e alcançar os países desenvolvidos no que se refere à educação pública. Precisamos, portanto, de ações efetivas para reverter esse quadro, Sr. Presidente, que nos envergonha e que envergonha a Nação brasileira.

Mas não é apenas no que se refere a investimentos que estamos tão mal colocados no *ranking*

mundial. O reflexo dessa falta de investimentos recai diretamente no desempenho dos nossos alunos. Em outro relatório, apresentado também pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, revela-se um dado pouco animador para o Brasil: o País continua abaixo da média mundial nos pilares educacionais da leitura, matemática e ciências.

Esse relatório é produzido a cada três anos e faz um raio-x da situação da educação no mundo, além de organizar um *ranking* com os países membros e parceiros da organização.

Dentre os 65 países analisados, o Brasil ocupa apenas a quinquagésima terceira posição, Sr. Presidente, a posição de nº 53, atrás de nações como Chile, Colômbia, México e Uruguai, nações irmãs, nações americanas.

As desigualdades sociais, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, são evidenciadas também nos diferentes níveis de acesso ao conhecimento e aproveitamento escolar entre as regiões brasileiras. Enquanto, por exemplo, a média brasileira de estudantes que alcançam o nível de conhecimento esperado para a escrita é de 53%, no Nordeste, o índice é de apenas 33%, e no meu Estado, Sr. Presidente, pior ainda, é de pouco mais de 25%.

É por isso que defendemos uma política educacional onde sejam possíveis investimentos diferenciados para cada Região. Dessa maneira, as políticas públicas voltadas para educação serão mais eficientes e atingirão as necessidades de cada Região, reduzindo as desigualdades e dando a todos os brasileiros as mesmas possibilidades de acesso ao conhecimento, à educação.

Quando o assunto é nível superior, a nossa situação também não é nada boa. Ainda de acordo com dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, na Coreia, a população com nível superior, na faixa etária entre 25 e 34 anos, é de 58%; aqui, no Brasil, nessa mesma faixa etária, o percentual é de apenas 11%.

Mas aqui temos exemplos bem sucedidos, Sr. Presidente, e que precisamos observar e seguir. É o exemplo da cidade de São José dos Campos, São Paulo; esse é um bom exemplo. Lá foi criada uma indústria aeronáutica de ponta. Somos o terceiro maior fabricante de jatos do mundo, porque se colocou, lado a lado, de maneira integrada com a produção, um instituto de ensino para formar engenheiros e um centro de tecnologia. A prova inequívoca de que educação e desenvolvimento caminham juntos e de mãos dadas.

Não podemos, Sr. Presidente, almejar o desenvolvimento sem antes construirmos um alicerce sólido para esse desenvolvimento, que é a educação equâni-

me, de qualidade, com condições dignas para os estudantes e professores. E hoje, apelo para que olhemos com mais atenção para a educação no nosso País em todos os seus níveis.

É verdade que já avançamos, mas os dados escondem a realidade do nosso sistema educacional, e é necessária e urgente a destinação de mais verbas para a educação e um olhar de reconhecimento e justiça para com uma categoria profissional que forma todas as demais, que são os professores.

Sr. Presidente, os professores do meu Estado, o Estado de Sergipe, estão em greve há vários e vários dias, alguns até em greve de fome.

Para finalizar, cito o filósofo grego Sêneca, quando diz: “A educação exige maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)* Não está presente.

Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Fernando Collor. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Ana Amélia. *(Pausa.)*

Casildo Maldaner. *(Pausa.)*

Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Jayme Campos; Srs. Senadores; Sr^{as} Senadoras, antes de iniciar pronunciamento que farei na tarde-noite de hoje, quero aqui parabenizar os amigos e as amigas do Município de Aveiro.

Há pouco acabamos de aprovar a Medida Provisória 558, de 2012, pela qual a área do Município de Aveiro foi retirada da Flona e, com isso, resolvido o problema que impedia o crescimento e o desenvolvimento daquele querido Município do oeste do meu Estado.

Lembro aqui que em 2008 cheguei a fazer um pronunciamento exatamente a respeito daquela situ-

ação em que se encontrava o Município. Fiz, naquela ocasião, um apelo ao Ministro do Meio Ambiente à época, o Ministro Carlos Minc, e ao IBAMA; apelo que recebi dos moradores de Aveiro, como eu disse um pequeno Município a oeste do Estado. E, àquela altura, a Prefeita na ocasião, Maria Gorete, passou às minhas mãos uma documentação que basicamente apresentava pedido de melhores condições de infraestrutura e denunciava o impedimento da prefeitura para realizar obras e firmar convênios com os Governos estadual e federal a fim de beneficiar a população.

Eu lembrava, naquela ocasião, que o Município de Aveiro surgiu de uma antiga aldeia indígena, Munduruku, e que recebeu esse nome de Aveiro em homenagem a uma cidade portuguesa de mesmo nome, o que era uma prática comum no nosso Estado do Pará.

O Município de Aveiro foi criado oficialmente pelo Decreto Lei nº 1.152, de 4 de abril de 1883, e, em 19 de fevereiro de 1974, foi criada, pelo Decreto Presidencial nº 73.684, a Floresta Nacional do Tapajós. Aí começaram as dificuldades do Município. A Flona, a Floresta Nacional, acabou por incluir, dentro da sua reserva, a própria sede do Município. A população já não conseguia mais ter direito a desenvolvimento, Senador Edinho, porque o Governo Federal, praticamente cem anos de criado o Município, por meio de decreto presidencial, criou uma reserva indígena, com a sede do Município passando a integrar essa reserva indígena.

O que aconteceu? Como consequência desse decreto, 80% da área do Município foram transformados em reserva ambiental e a área urbana ficou sob jurisdição do Ibama. Prefeitura e moradores ficaram impossibilitados de regularizar seus terrenos e dependiam da aprovação do Ibama para realizar qualquer obra. E a Prefeitura, então, não tinha direito a assinar convênios nem com a União, nem com o Estado e, aí, não podia desenvolver nenhum tipo de assistência e de ação para os munícipes.

Hoje, com a aprovação da MP nº 558, de 2012, que acabamos de aprovar aqui no Senado e que vai à sanção presidencial, acabou a agonia dos habitantes do Município de Aveiro, que teve a sua área territorial retirada da Flona, ou seja, da Floresta Nacional do Tapajós.

Quero deixar, aqui, o registro de parabéns à população de Aveiro, por meio de todos os amigos e amigas daquele Município da nossa região oeste do Estado do Pará.

No meu pronunciamento de hoje, quero fazer referência, Senador Jayme Campos, a uma matéria que o jornal *O Liberal*, do meu Estado, da última quarta-feira, na semana passada, dia 23, trouxe como manchete de primeira página, que dizia o seguinte: “União sus-

pende repasse de verbas a 127 Municípios paraenses por estarem em situação de inadimplência”.

Ora, aqueles que conhecem o Estado do Pará e os telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado do meu Estado sabem que o Pará tem 143 Municípios. Cento e vinte e sete, ou seja, quase 90%, mais de 80% dos Municípios estão impossibilitados de usufruir de repasses da União, e, por consequência, do próprio Estado, por estarem inadimplentes.

Isso, lamentavelmente, não é um caso que diz respeito somente ao Estado do Pará. Isso, lamentavelmente, como eu disse, é em nível nacional. Os Municípios brasileiros, todos eles, estão em estado de insolvência. Estão todos reduzidos a uma situação de não poder atender seus munícipes nas questões mais importantes, que dizem respeito à saúde, à educação, à segurança, porque estão com suas finanças em estado de insolvência.

Como vemos isso? O Governo Federal parece que fica alheio a essa situação em que os Municípios brasileiros se encontram.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, nesta tribuna, todos os dias, Senadores e Senadoras da base aliada ou da oposição alertam para o perigo iminente da quebra do chamado pacto federativo.

E, entre os inúmeros aspectos que apontam para essa direção, está o posicionamento prepotente da União em relação aos Estados e Municípios. Municípios, aliás, onde moram os brasileiros que pagam impostos e mantêm esta mesma União.

Para o Governo Federal é tudo muito simples: cortam-se repasses para os Municípios que não estão mais com as contas em dia. Olha-se o efeito simplesmente, não a causa. Essa prática é simplesmente deplorável. Ora, se os Municípios estão endividados, existe uma causa. E, muitas vezes, esta causa é a própria União, que simplesmente não aceita sentar-se à mesa para que possamos rever o famigerado pacto federativo.

E, ao falar do pacto federativo, abordamos diversos aspectos, não apenas a arrecadação, onde cerca de 60% são destinados para a União, 24% aos Estados e apenas 16% aos Municípios. Tratamos de questões mais pontuais.

Um caso é o próprio endividamento dos Municípios e dos Estados. Não estamos falando de gestores. Não estamos falando de prefeitos do partido A, B ou C. Quando o Governo Federal prejudica os Municípios e Estados, ele é bastante democrático. Prejudica a todos, sem distinção de coloração partidária.

Em relação ao endividamento dos Municípios, especificamente, bom, o próprio Governo admite que não vai repassar recursos, pois os Municípios estão endividados. Agora, por que eles estão endividados?

Esta deveria ser a pergunta. E, se este fosse um Governo sério, ele estenderia a mão e não apontaria o dedo, como está fazendo.

O Governo Federal, ano após ano, tem-se esquivado de suas responsabilidades. Apenas para citar um caso específico: a saúde. Em 2000, o Governo Federal arcava com 59,8% das despesas com ações e serviços públicos em saúde. Os Municípios, com 21,7%. Em 2008, a participação da União caiu para 45,5% e a participação dos Municípios, com receitas cada vez mais apertadas, subiu para 29,2%. No mesmo período, a participação dos Estados nas despesas com saúde subiu de 18,5% para 25,3%.

Esses números mostram, com clareza, o que acontecia até 2008. Se verificássemos os números de 2012, veríamos que a situação atual é muito mais cruel com Estados e com Municípios não só na área da saúde, como estamos vendo aqui, mas em qualquer outra área. Estamos notando que, cada vez mais, a União se retira da sua obrigação de atender os brasileiros, repassando esses custos para os Estados e para os Municípios, cada vez com menor capacidade de atendimento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na última semana, na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, recebemos o Ministro Guido Mantega. Entre outros assuntos, não só eu como vários outros Senadores, inclusive os da base aliada e os do mesmo Partido da Presidenta Dilma, questionamos esse endividamento dos Municípios e dos Estados e possíveis soluções.

Cheguei a perguntar diretamente ao Ministro Mantega: por que o Governo Federal, para resolver esse problema, não ataca imediatamente a mudança do indexador das dívidas dos Estados e dos Municípios? Argumentei que não se trata de deixar que esses valores a serem pagos a menos sejam utilizados em custeios. Não! A determinação, se houvesse vontade política do Governo Federal, seria no sentido de que a dívida poderia ser paga por meio de investimentos. Assim, forçaríamos o aumento dos investimentos de Estados e de Municípios em diversas áreas em que a população precisa, inclusive na infraestrutura. Essa é uma reivindicação feita permanentemente por governadores e prefeitos, sejam eles de que partido forem.

Há um fato que o Governo evita comentar: Estados e Municípios já pagaram muito além daquilo que tomaram no passado, inclusive quando fizeram a renegociação da dívida. Dou um exemplo: o meu Estado, o Pará, devia, quando renegociou a sua dívida com a União, em 1998, R\$388 milhões à União. Pagou, até dezembro de 2011, R\$864 milhões. E devia, em dezembro de 2011, R\$886 milhões. Eu vou repetir: repactuou, em 1998, R\$388 milhões, pagou R\$864

milhões – duas vezes e meia a mais – e devia, em dezembro de 2011, R\$886 milhões. É uma conta que não fecha! Quando essa bola de neve, alimentada por juros e correção, vai parar de crescer? Tudo por conta das taxas de juros de IGPD entre 6% e 9%, que são extremamente abusivas! Temos de rever o indexador, temos de rever a dívida, mas podemos ir além, tratando passo a passo essa questão.

Ao concluir, Presidente Jayme Campos, quero fazer referência ao editorial da *Folha de S. Paulo* sobre a ação do Governo Federal na conjuntura econômica atual, que todos sabemos que tende a se agravar em face da crise internacional.

O Governo Federal insiste em manter as mesmas ações que vem repetindo: ações de isenções, que são necessárias, de incentivos ao consumo, de redução de IPI, que agrava a crise de Estados e de Municípios. Eu próprio fiz emenda para que as reduções de IPI fossem feitas somente na parte que cabe à União, não na parte que cabe a Estados e a Municípios. Eu já tinha feito um projeto que tramita há vários anos nesta Casa, em que a redução do IPI, como incentivo, fosse feita toda na parte que cabe à União, na partilha do IPI entre Estados, Municípios e União.

O projeto está tramitando no Congresso, mas fiz uma emenda à Medida Provisória nº 563, cujo texto entreguei em mão ao Ministro Mantega. No caso dessa emenda, o texto estabelece que o valor equivalente à parte da arrecadação do IPI, em razão dos benefícios da medida provisória, integrará o cálculo da parcela de IPI destinada ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou seja, a emenda determina que a perda decorrente da redução de IPI sairá exclusivamente dos recursos da União. Afinal, sabemos que o Governo vem sistematicamente estabelecendo reduções de IPI, que importam em perdas diretas ao FPM e ao FPE. A União estende benesses com uma mão e, com a outra, tira recursos dos Estados e dos Municípios.

Portanto, peço encarecidamente o apoio dos meus Pares e nosso esforço conjunto pela aprovação dessa emenda e de outras que possam revigorar nosso pacto federativo. Em especial, eu me dirijo ao Senador Romero Jucá, que é o Relator da Medida Provisória nº 563.

Que, ao definir o voto e a posição de cada um, adaptando as palavras aqui proferidas pelo Senador Aécio Neves, fiquemos ao lado dos Estados e dos Municípios que aqui representamos, não do partido que integramos!

Nesta semana mesmo, verificamos toda a pirotecnia do Governo Federal, ao anunciar uma nova redução do IPI. Porém, o cidadão brasileiro não tem acesso a todas as informações. Fica apenas a boa imagem da

propaganda do Governo Dilma, enquanto prefeitos e governadores arcam com as perdas dessa redução, sem que a União tenha qualquer prejuízo.

Mais do que isso, o pacote anunciado pelo Ministro Mantega é tímido. É dose homeopática para combater um perigo que é maior do que o diagnóstico feito pelo Governo. A questão não é pontual, é estrutural.

Refiro-me agora, como eu disse, Senador Jayme Campos, para concluir, ao editorial da *Folha de S.Paulo* do último dia 23.

Na última semana, o jornal *Folha de S.Paulo* abordou a política econômica do Governo Federal no editorial do dia 23 de maio, com o título “Déficit de ousadia”. Entre outros pontos, o texto afirma que a situação da economia brasileira é diversa da de quatro anos atrás. O limite de endividamento das famílias brasileiras já parece próximo de ser alcançado, o que restringe a margem para estímulos pela via do crédito e do consumo. A alternativa, aponta a *Folha de S.Paulo*, seria aumentar a taxa de investimento público e privado, hoje em redor de 19% do PIB. Mas isso não será alcançado, sem enfrentar barreiras estruturais, em que o pacote oferecido pelo Governo Federal nem chega a tocar: gastos estatais e carga tributária.

O texto ainda mostra que o Governo Federal gastou, no ano passado, 5,7% do PIB com juros, a maior rubrica depois do INSS, que consumiu 6,8% do PIB.

Por fim, reproduzo as palavras do editorial, ao afirmar que “está na hora de conceber uma estratégia de maior fôlego e austeridade, por impopular que seja ou possa parecer. Um primeiro passo é a contenção de gastos correntes, permitindo ao Governo a fixação de uma trajetória de desoneração tributária mais abrangente e de longo prazo”.

Acredito que outros pontos devem ser tocados. E, se falamos em aumento do investimento público, o mesmo pode ser feito por Estados e Municípios, transformando as dívidas impagáveis pelos altos juros e indexador questionável em obras e investimento em diversas áreas.

Por fim, a tecla a ser batida é uma só: o Governo Federal tem de rever o pacto federativo, tem de rever a forma como trata os demais entes desta Federação, tem de, antes de cortar repasses por inadimplência, fazer *mea-culpa* e reconhecer que esse endividamento é causado pela própria União. Por fim, tem de estender a mão e não apontar o dedo. E, se com a outra mão quer oferecer benefícios para a população, que seja com seu próprio chapéu!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo-lhe mais dois minutos, para que V. Ex^a possa concluir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, já concluí.

Eu só pediria a V. Ex^a que fizesse constar na íntegra, nos Anais do Senado Federal, o editorial do jornal *Folha de S.Paulo* do dia 23 de maio de 2012, quarta-feira passada, que faço encaminhar à Mesa.

Com isso, concluo meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Deficit de ousadia

Folha de S.Paulo – 23/05/2012.

Ministro Mantega só repete fórmula gasta do estímulo ao consumo; cabe à presidente projetar modelo calçado em investimento e produtividade

O governo Dilma Rousseff, alarmado com as projeções desanimadoras para o crescimento do PIB neste ano e a deterioração célere da economia internacional com a crise europeia, baixou um novo -e decepcionante- pacote de estímulo ao consumo.

O repertório do ministro da Fazenda, Guido Mantega, parece esgotar-se na receita já aplicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008: corte de imposto para a indústria automobilística, na esperança de ver os preços baixarem, e medidas para baratear o crédito, sobretudo para compra de automóveis, mas também de máquinas e equipamentos.

A ênfase na cadeia automotiva é correta, numa emergência. Nenhuma outra, pelo porte da rede de fornecedores, poderia obter impacto comparável. Mas seu efeito previsível se resumirá à desova de estoques -cerca de 360 mil unidades- e a evitar demissões.

A situação da economia brasileira é diversa da de quatro anos atrás. O limite de endividamento das famílias já parece próximo de ser alcançado, o que restringe a margem para estímulos pela via do crédito e do consumo.

A alternativa seria aumentar a taxa de investimento público e privado, hoje em redor de 19% do PIB. Mas isso não será alcançado sem enfrentar barreiras estruturais que o pacote nem chega a roçar: gastos estatais e carga tributária.

A expectativa de passos mais decididos do governo havia sido avivada por iniciativas recentes de Dilma Rousseff. Por exemplo, o desarme da bomba das aposentadorias dos funcionários públicos, com a

aprovação pelo Congresso do teto de benefícios vigente no setor privado para os novos servidores.

A política monetária do Banco Central, afinado com o Planalto, também sinaliza maior iniciativa. A queda dos juros básicos proporciona um alívio importante para as contas do governo federal. Permite redução contínua das despesas com a dívida pública e abre oportunidade única para reduzir a carga tributária, em geral, e não só de uns poucos setores.

A exorbitante taxa de juros que remunera a dívida pública brasileira ficou próxima de 16% no ano passado (ou 9,5% em termos reais, descontada a inflação anual de 6,5%). É uma excentricidade diante dos padrões internacionais.

Países muito mais endividados pagam juros reais perto de zero (como EUA e Reino Unido). Na América Latina, a proporção média desses gastos anuais é de 2,6% do PIB.

O governo federal gastou 5,7% do PIB com juros em 2011, a maior rubrica depois do INSS (6,8% do PIB). Haveria condições no Brasil, assim, para economizar até 3% do PIB ao ano. Essa diferença entre o que gastamos e a média latino-americana equivale a quase três vezes o investimento federal em 2011.

A questão central está em usar a reserva obtida com a queda dos juros básicos para cortar os impostos que sobrecarregam a economia e realimentam a espiral de custos inibidora do investimento.

Não é a primeira vez que o governo desperdiça uma oportunidade de melhorar a política de gastos e tributos. O grande aumento de arrecadação proporcionado pela formalização do emprego e pela aceleração do crescimento terminou convertido em novas despesas.

Está na hora de conceber uma estratégia de maior fôlego e austeridade, por impopular que seja ou venha a parecer. A inédita aprovação da presidente, ora reforçada pela investida contra os extorsivos juros ao consumidor, deve ser capitalizada para tal esforço.

Um primeiro passo é a contenção efetiva de gastos correntes, para evitar que a economia obtida com os juros seja vaporizada. Isso dará segurança ao governo para fixar uma trajetória de desoneração tributária mais abrangente e de longo prazo.

O objetivo poderia ser diminuir a carga tributária de cerca de 35% para 30% do PIB em dez anos, por exemplo. A melhor forma de chegar a isso é impor um limite legal para o crescimento das despesas.

Cabe ainda retomar a proposta ventilada no governo Lula de limitar o aumento da folha de salários em 1,5% ao ano acima da inflação. E, também, rever a regra atual de aumento do salário mínimo.

No geral, trata-se de fazer os gastos crescerem menos que o PIB. É imperioso inverter o padrão perdulário dos últimos 20 anos, que drenava todos os ganhos para o poço sem fundo da máquina estatal.

Com o alinhamento correto das contas públicas, restaria enfrentar o que mais importa: aumentar a taxa de investimento, reformar a infraestrutura (estradas, portos, aeroportos e energia) e abrir espaço no Orçamento para um choque de qualidade em educação e saúde.

Seriam essas as bases para lançar um novo ciclo de crescimento, movido por ganhos de produtividade, mais sólido que o modelo lastreado só em consumo interno e preços elevados das commodities, cujos limites estão à vista.

Falta ousadia ao governo Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, pelo belo pronunciamento, sobretudo porque faz uma observação sobre a inadimplência dos Municípios. Não só o seu Estado, o Pará, mas todos os Estados da Federação estão vivendo esse problema da inadimplência dos Municípios. É de se lamentar! Isso nos força a discutir naturalmente o novo pacto federativo, a fim de haver uma melhor distribuição do bolo tributário nacional para os Municípios brasileiros. V. Ex^a está de parabéns!

Concedo a palavra ao ilustre Senador Romero Jucá, pela Liderança do PMDB.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos, que lhe estão assegurados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer três registros rápidos.

O primeiro deles é sobre a importância da decisão tomada pelo Governo de ampliar a meta, ou seja, de reduzir os prazos para a implantação da banda larga em nosso País.

A Presidenta Dilma decidiu antecipar a meta para ampliar o acesso à Internet de banda larga no País. A determinação é que, até o fim de seu mandato, 70% dos domicílios brasileiros estejam conectados, objetivo inicialmente previsto somente para um ano depois. Portanto, o Governo brasileiro antecipa a meta e toma uma série de providências.

Eu mesmo sou Relator da Medida Provisória nº 563, que trata de diversos incentivos para a economia, e um deles é exatamente o regime especial para o Programa Nacional de Banda Larga. Nós queremos ampliar as redes. Estamos fazendo emendas no sentido de dar mais condições para que os investimentos em banda larga possam ser feitos em todo o País, inclusive prioritariamente nas regiões do interior, nas

regiões da Amazônia, do Centro-Oeste, enfim, das regiões menos assistidas, onde a população carece de um serviço de qualidade.

Então, gostaria de registrar a importância dessa decisão e dizer que estamos atentos à criação desses mecanismos para que a banda larga possa ser universalizada em nosso País. Sem dúvida alguma, é de fundamental importância a decisão da Presidenta. O Ministro Paulo Bernardo está tomando providências. Os investimentos serão ampliados durante esse período. Pretende-se também criar novos empregos, passando de 19.500 para 46 mil novas vagas, por conta desses incentivos fiscais.

É o primeiro registro que gostaria de fazer, dizendo que temos cobrado efetivamente uma melhor qualidade da banda larga em nosso País, em especial, Senadora Vanessa, na região amazônica. Temos problemas de atendimento. O Estado de Roraima tem dificuldades; a capital, Boa Vista, tem dificuldades. De vez em quando, sofremos apagões na Internet exatamente por conta da falta de investimentos e da ampliação da oferta de serviços. Queremos fazer isso e vamos fazer, trazendo vantagens comparativas, trazendo incentivo fiscal para os investimentos no Programa Nacional de Banda Larga.

O segundo registro que gostaria de fazer divide-se em duas partes.

O Governo agiu corretamente, definindo que, com a diminuição do IPI, em relação àqueles veículos que tinham sido vendidos, mas que ainda não tinham sido entregues, mas que já tinham sido faturados, as empresas poderiam refazer a nota fiscal e dar o incentivo para o cidadão, para a cidadã, enfim, para o consumidor que comprou um carro antes de ter o desconto do IPI.

Então, é importante a reativação da economia, é importante essa questão do fortalecimento do mercado consumidor do nosso País, mas fica aqui também a preocupação de que as reduções de IPI vão impactar principalmente Estados e Municípios mais pobres, porque o IPI é uma das fontes que definem a arrecadação do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Então, nós queremos fazer um apelo ao Governo Federal para que acompanhe esse processo de arrecadação, principalmente em relação aos Municípios, e, se necessário, que faça novamente uma equalização no sentido de fortalecer a transferência de recursos para os Municípios. A maioria dos pequenos Municípios brasileiros depende do Fundo de Participação dos Municípios. Se houver uma queda grande no Fundo de Participação dos Municípios, esses Municípios vão passar necessidade, e será necessário que o Governo Federal possa, quem sabe, complementar, possa aju-

dar, possa transferir recursos para equalizar a perda desses Municípios.

Portanto, é importante nós ficarmos atentos. Nós vamos acompanhar essa questão, porque a situação dos Municípios brasileiros já é de extrema dificuldade. Se for somada a essa situação a queda de arrecadação, sem dúvida nenhuma esses Municípios vão deixar de cumprir a sua finalidade de prestar atendimento à educação e à saúde para a população, criando dificuldades para a sociedade.

Portanto, ao mesmo tempo em que nós aplaudimos a retomada dos incentivos para fortalecer a economia, nós chamamos a atenção para a necessidade de que esse processo seja acompanhado de perto e, se necessário for, que haja uma complementação, uma equalização de recursos para os Municípios brasileiros.

O terceiro registro que gostaria de fazer é rápido. É para parabenizar o líder indígena macuxi Rivelino Pereira de Souza, que assumiu a Coordenação-Geral de Assuntos Indígenas do Ministério dos Esportes.

Professor de Roraima, esse índio macuxi, o Rivelino, assume um cargo relevante na estrutura do Ministério dos Esportes, exatamente para ajudar o Ministro Aldo Rebelo a tocar os programas ligados às comunidades indígenas. Então, ficam aqui os nossos parabéns ao Rivelino, pela nomeação, e ao Ministro Aldo Rebelo por escolher um índio, e por escolher um índio macuxi, para ocupar a Coordenação-Geral de Assuntos Indígenas do Ministério dos Esportes.

Eram esses os registros que gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento o Senador Romero Jucá.

Na ordem de inscrição, convido o Senador Ivo Cassol a ocupar a tribuna. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, em permuta com a Senadora Marta Suplicy. Aguarda também o Senador João Capiberibe, que falará daqui a pouco, segundo a ordem de inscrição.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Jayme Campos, Senadores, Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, visitantes que nos honram com a presença no plenário do Senado Federal, hoje foi um dia muito importante na Comissão presidida pelo Senador Jayme Campos, a Comissão de Assuntos Sociais, embora hoje S. Ex^a não tenha podido estar presente, diante da prioridade em atender o Conselho de Ética do Senado, que tratava de assunto relevante, urgente. Portanto, tive a honra de presidir a Comissão de Assuntos Sociais durante audiência pública requerida por mim, com a adesão da Senadora Vanessa Grazziotin e do Sena-

dor Paulo Davim, para tratar de uma tragédia urbana sem precedentes na história recente do País, que é a verdadeira carnificina provocada pelos acidentes envolvendo motocicletas.

Na semana que passou, Presidente, o Governo anunciou medidas de incentivo ao consumo, com a redução de impostos sobre os automóveis e a redução de juros para financiamentos, medidas que podem, de forma imediata, aquecer o mercado e garantir empregos no setor automotivo, que impulsiona outros setores de uma cadeia produtiva importante e da própria economia brasileira. Meu Estado, por exemplo, produz automóveis e autopeças. Então essas medidas têm sempre um efeito benéfico para a dinâmica da economia do nosso Estado também.

Mas outra consequência também será sentida no caso dos incentivos dados ao consumo. A colocação de mais automóveis e novos motoristas nas ruas vai certamente aumentar os problemas de mobilidade urbana, já engessada nas principais cidades brasileiras, por falta de transporte coletivo de qualidade e por falta até de condições de logística, porque pouco se investiu na melhoria do traçado das ruas das nossas cidades.

Nas nossas cidades, a passagem hoje é muito cara e a qualidade do serviço é muito baixo. Os centros urbanos estão com trânsito cada dia pior. Se o cidadão não tem transporte coletivo eficiente, procura uma solução mais fácil e mais barata: a motocicleta.

Para se ter uma ideia desse comparativo, Sr. Presidente, basta dizer que uma motocicleta faz 30 quilômetros com um litro de gasolina. E o litro de gasolina está, hoje, custando apenas R\$2,85. Qual é a passagem de ônibus, aqui em Brasília, de uma cidade satélite para o centro do Plano Piloto que custa esse valor? Todas custam muito mais, e o cidadão precisa fazer mais de uma vez o uso desse transporte caro e de péssima qualidade. Também não há condição de garantir o horário de chegada e de saída nas paradas de ônibus, o que agrava mais ainda os problemas de quem especialmente depende do transporte coletivo.

Assim, não só o trabalhador, a diarista, como o jovem que vai para a universidade ou para a escola, bem como um profissional, um servidor desta Casa que precisa vir rapidamente, vão dispensar esse transporte de baixa qualidade para optar por um serviço mais barato, que é a motocicleta. Aí agravam-se os problemas: a questão da habilitação do motorista e do acúmulo desses veículos de duas rodas no nosso trânsito já caótico.

Nesse cenário, sem planejamento, quero ressaltar aqui a situação dos motociclistas, motofrentistas, chamados popularmente de motoboys e até dos mototaxistas – eu imagino que, em sua capital, Cuiabá,

também lá existam os motofrentistas, os motoboys e os mototaxistas. Nos últimos anos, Presidente Jayme Campos, o crescimento do número de acidentes envolvendo a motocicleta é assustador. Esses acidentes têm gerado um número de mortes e pessoas inválidas que pode ser comparado a uma epidemia.

Hoje pela manhã, como disse, a Comissão de Assuntos Sociais debateu esse gravíssimo problema em uma audiência pública, que foi requerida por mim, com a presença de dez palestrantes que representaram os diferentes setores envolvidos com a motocicleta como meio de transporte, de lazer ou de trabalho, como falamos antes. Estiveram presentes os sindicatos dos motofrentistas e mototaxistas ou os Sindimotos dos Estados do Rio Grande do Sul – meu Estado –, do Amazonas, de São Paulo, do Acre, de Alagoas, de Paraíba, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais e do Amapá e representantes de entidades ligadas a saúde, indústrias de motocicletas e do Denatran.

Vejam os dados da Associação de Medicina do Tráfego, que foram apresentados na audiência de hoje.

Em 2010, morreram, Presidente Jayme Campos, vítimas da dengue no Brasil, 592 pessoas, 592 brasileiros. No mesmo ano, o trânsito matou 40 mil pessoas, sendo um terço dessas mortes provocadas por motociclistas ou mortes de motociclistas; um terço de 40 mil mortos foram motociclistas. O mais importante de tudo isso é que é a camada jovem da população que está morrendo ou ficando inválida. A idade média do motorista varia de 18 a 40 anos.

De cada seis internações na UTI dos hospitais públicos – vou repetir –, de cada seis internações nos hospitais públicos, quatro são de vítimas de acidentes com moto; quatro são vítimas de acidentes com moto de cada seis internamentos em UTIs, que é um tratamento de emergência e de urgência. E aí, como disseram os especialistas, tem que se retirar alguém que ali está sendo submetido a um tratamento sério para dar socorro a quem chega, vítima de um acidente, no caso, de moto.

E mais, o trânsito deixa, todo ano, quase 40 mil motociclistas com sequelas, pessoas que não podem trabalhar devido às lesões causadas pelo acidente sofrido no trânsito e que precisam da assistência do Estado para o seu sustento. E a maioria das vítimas, como seu disse, tem de 18 a 40 anos.

Quando se fala em acidentes, lembramos logo do seguro. No Brasil, o preço do seguro obrigatório precisa ser corrigido todo ano, para que o serviço possa cobrir o aumento do número de acidente e possa garantir o atendimento do acidentado. Nos últimos anos, a quantidade de indenizações por acidentes no trânsito cresceu 37%, uma prova do aumento da vio-

lência entre os motoristas. Oitenta por cento dessas indenizações são pagas para motociclistas; 80% dos 37% são motociclistas.

Parte do dinheiro do seguro obrigatório, Presidente João Capiberibe, pago pelos motoristas todos os anos vai para indenizações por morte ou invalidez, e outra parte, cerca de R\$350 milhões, deveria ser utilizada para campanhas de conscientização, de educação e de prevenção dos acidentes de trânsito; deveria, porque, de fato, esse dinheiro não está sendo usado para esse necessário trabalho. A coordenadora do Denatran, Maria Cristina Hoffmann, presente na audiência, disse que a verba está contingenciada e que o Denatran recebeu este ano, dos R\$350 milhões, apenas R\$15 milhões para aplicar em campanhas de educação no trânsito.

Vejam, senhoras e senhores, neste momento, já não há mais nenhum tostão para continuar o trabalho, porque esse foi o limite definido pela área financeira, econômica e de planejamento do Governo, o contingenciamento da maior parte do dinheiro arrecadado com uma finalidade específica e que não está sendo cumprida tal finalidade, que é aplicar R\$350 milhões para a prevenção em acidentes de trânsito.

Aliás, sobre isso vale lembrar que, no caso da dengue, temos um investimento que o Governo faz para um número relativamente pequeno, comparado aos acidentes de motos – 592 pessoas morreram vítimas de dengue. E o Governo faz, como necessariamente precisa fazer, para evitar epidemias, campanhas periódicas, insistindo na educação, para as pessoas matarem o mosquito transmissor da doença e assim por diante. E tem que fazer e insistir. Mas, em relação à questão dos acidentes de motos, que é uma epidemia já, nenhum dinheiro é aplicado com a mesma finalidade. A legislação assim obriga e determina em relação ao seguro obrigatório, mas isso não está sendo cumprido, o que agrava, seriamente, os problemas decorrentes dessa situação, dessa verdadeira carnificina.

Além disso, vale lembrar que o fundo que arrecada uma parcela das multas aplicadas nas infrações de trânsito também não está sendo aplicado como deveria. E nesse fundo, pasmem, existe à disposição R\$1 bilhão para a verdadeira finalidade, que seria a prevenção, a educação, a formação, a habilitação.

Entre todos os dez expositores e convidados naquela Comissão, um ponto foi unânime em todos eles: o Brasil precisa investir muito na educação do trânsito para que possamos ter motoristas mais conscientes, mais responsáveis e um trânsito mais civilizado.

Os sindicatos de motociclistas do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Amazonas, que participaram dos debates, pedem a revisão da Resolução 350, que

regulamenta o curso de formação obrigatório para motofrentistas e mototaxistas. Por essa Resolução, Sr. Presidente, o curso obrigatório deve ser de 30 horas. Os sindicatos pedem que essas 30 horas sejam divididas em 25 horas de aulas práticas e 5 horas de aulas teóricas.

Hoje, como informaram os sindicalistas, os cursos não estão dando ênfase à realidade que o motociclista vai enfrentar nas ruas das grandes cidades brasileiras, porque, na verdade, eles dão 25 horas de teoria e apenas 5 horas de prática. É uma inversão, Senador Jayme Campos, total.

Quando o motociclista faz essa habilitação, ele não faz dentro do campo real, que são as avenidas congestionadas, como em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Belo Horizonte ou na minha Porto Alegre. Ele faz num ambiente de um circuito fechado, em que só está a moto ali, fazendo balizamento, entrando, estacionando... Então essa não é a forma real de preparar o motociclista, com habilitação própria e adequada para enfrentar um trânsito cada vez mais violento e sem haver também faixas expressas para o trânsito.

Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Quero apenas cumprimentar pela audiência pública realizada hoje na Comissão de Assuntos Sociais, presidida por V. Ex^a, que foi uma das audiências públicas mais importantes que nós realizamos este ano, pelo fato de que, a senhora disse aqui, é uma verdadeira epidemia, uma tragédia o que está acontecendo em relação aos índices de acidentes que têm ocorrido no trânsito brasileiro, sobretudo a questão das motos. Entretanto, a senhora tocou num ponto muito importante. Nós precisamos investir em campanhas educativas. Pouco se investe no Brasil, em todas as áreas, por incrível que pareça; não é apenas uma questão do trânsito, mas em todas as demais. Todavia o Governo tem que priorizar. Hoje os pronto-socorros, os hospitais do Brasil, em sua maioria absoluta, estão abarrotados, isto é, o grande contingente de pessoas internadas vem de acidentes de trânsito, principalmente envolvendo motos. Isso nos causa estranheza e, acima de tudo, preocupação, pelo fato de o Governo não ter realmente tornado aquilo prioridade. O Brasil aumentou, milhões de motos estão nas ruas, milhares de carros, ou milhões de automóveis, entretanto, não melhoraram as vias públicas. Estamos carentes de ciclovias, carentes de sinalização nas ruas e nas estradas brasileiras e isso tem causado realmente esse índice alarmante, como V. Ex^a bem disse aqui, em relação a esses aci-

dentes que têm acontecido. De maneira que eu acho que, com essa audiência pública proposta por V. Ex^a, nós poderemos de fato buscar indicativos e, acima de tudo, ajudar o Governo Federal a construir uma política pública em relação a essa questão do transporte de motos em nosso Brasil. Portanto quero cumprimentar e dizer a V. Ex^a que é meritória a sua iniciativa e que V. Ex^a pode contar conosco. Eu acho que, a partir dessa audiência pública, nós teremos subsídios suficientes para oferecer, naturalmente, aos órgãos competentes, seja Denatran, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, seja quem for. O que nós queremos dar é a nossa contribuição no sentido de reduzirmos esse índice alarmante, preocupante que ocorre nas nossas vias urbanas e nas nossas rodovias federais envolvendo geralmente os motociclistas do nosso País. Está de parabéns V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Jayme Campos. Tenho a convicção de que vou contar com o seu apoio sempre e pronto e atento a esse trabalho.

V. Ex^a, nesse aparte, começou enfatizando a questão da educação. E era exatamente o ponto que eu ia destacar agora no meu pronunciamento tomando por base os depoimentos dos entendidos nisso, que são os líderes dos sindicatos dos mototaxistas ou motofrentistas. Além da educação, Senador Jayme Campos, a prevenção. Precisamos melhorar a fiscalização não apenas das regras de trânsito, mas também dos equipamentos com vistorias periódicas. Grande parte dos acidentes é ocasionada pela deficiência do sistema de freios das motos que estão rodando pelas ruas.

Precisamos tirar das ruas essas motos que não têm condição de uso, como o automóvel velho também. Um trabalho de inspeção feito em São Paulo retirou de circulação, no ano passado, 34 mil motos sem condições ou em condições irregulares. Um aumento de 400% sobre o ano anterior em relação à retirada dessas motos de circulação, o que significou efetivamente uma prevenção para que essas motos não provocassem mais acidentes.

O trânsito é o primeiro sinal da civilidade, Presidente Jayme Campos. O que estamos vivendo hoje no Brasil é uma total falta de respeito pelas normas de convívio entre as pessoas. As mortes no trânsito mostram que nós estamos vivendo uma verdadeira guerra civil. Nosso trânsito diário, o que vivenciamos, é uma verdadeira guerra entre o motorista do veículo e o motociclista. Os dois parecem ser dois inimigos se digladiando numa guerra sem fim.

Mesmo depois da modernização das leis do trânsito, os Detrans parece que fazem de conta que ensinam e os futuros motoristas ou motociclistas também

fazem de conta que aprendem, porque, imagine, de 30 horas para a habilitação, 25 horas são de teoria e só 5 horas, de prática?! Convenhamos, por mais experiente que seja, a prática é aquele condicionamento físico e mental da pessoa ao comando de um veículo, seja ele de quatro ou de apenas duas rodas.

A consequência é muito séria: temos motoristas e motociclistas colocando a vida de famílias e a própria vida em risco em cada esquina. Nesse caso, não se trata de um faz de conta; estamos vivendo uma indústria de mortes que precisa ser freada, “uma carnificina”, na real definição do Presidente do Sindimotos, do meu Estado, Rio Grande do Sul, Valter Ferreira da Silva.

Esse problema precisa ser visto como um problema de saúde, um problema social, por causa do emprego, e um problema econômico, também ligado ao emprego. São famílias que dependem de chefes de família com esse serviço de motofrentista ou de motoboys ou todo serviço realizado por eles por intermédio da moto.

Se o Governo investe tanto em campanhas contra a dengue, como falei antes, contra a gripe, deve dar a mesma importância para uma campanha maciça de conscientização no trânsito, particularmente no que se refere aos acidentes com motos.

As mudanças nas leis precisam ter a participação de quem usa e enfrenta a reação...

(Interrupção de som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu pediria ao Presidente pelo menos um minuto a mais para concluir o pensamento, porque este tema é extremamente relevante.

O Denatran precisa ouvir, quando define as políticas públicas, os representantes do Sindicato dos Motociclistas, das autoescolas, das entidades ligadas à saúde, no caso, medicina, internamento em UTIs, para só então definir as regras da mobilidade urbana e até rural sobre duas rodas. Hoje, no Nordeste, a moto substituiu o jegue, Senador Jayme Campos. E, claro, nas cidades, nem se fala o que está acontecendo.

Uma prova de que a sociedade está interessada nas mudanças é que a Comissão de Assuntos Sociais recebeu, antes da audiência pública – e aí cumprimentos à Dulcília, nossa eficiente e muito atenta assessora que nos dá apoio –, receberam mais de quinhentas ligações telefônicas de interessados no debate sobre a violência no trânsito envolvendo as motocicletas.

Deputados e Senadores presentes à Comissão de Assuntos Sociais, hoje pela manhã, concordaram em formar uma Comissão Especial para analisar o problema que já se transformou em uma epidemia em todo o País. Vamos reunir todos os projetos de

lei, da Câmara e do Senado, que tratam da questão de segurança para o motociclista, e transformar em proposições para que possamos tramitar com maior rapidez para que tenhamos uma legislação eficiente, mas que, sobretudo, reduza o número de vítimas no trânsito, reduza o número de famílias sem pais, reduza o sofrimento diário testemunhado por trabalhadores no trânsito brasileiro.

Uma das sugestões é que as cidades, a exemplo de São Paulo, criem faixas exclusivas para os motociclistas com a identificação. Motos que trabalham nesse serviço têm de ter a mesma cor, como os táxis em Nova Iorque ou os táxis em São Paulo ou os táxis em Brasília, para facilitar a identificação do usuário, e também a própria roupa. Agora, é preciso ter um cuidado amplo, porque isso não depende apenas da formação, mas, sobretudo, do comportamento do condutor de um veículo sobre duas rodas.

Nós todos estamos dispostos a mudar esse quadro e só teremos resultado, Presidente, Senador Jayme Campos, se todos estiverem dando as mãos para resolver essa chaga ou para parar um pouco com essa carnificina diária nas cidades brasileiras, com a mortandade provocada pelos acidentes de motos, que fazem mortos e deixam milhares de feridos, alguns com sequelas tão graves que deixam a pessoa absolutamente inválida para o resto da vida, sobretudo os jovens.

Vamos promover – para encerrar –, no início de setembro, um seminário, Presidente Jayme Campos, sob a liderança da Comissão de Assuntos Sociais, para continuar debatendo nacionalmente esse gravíssimo problema.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Concedo a palavra, como líder, ao Senador Alfredo Nascimento, do PR.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu também estou inscrito, acho que antes do Senador Alfredo, mas, de qualquer forma, acho que ele tem preferência, até porque ele é mais velho do que eu. Estou inscrito pela liderança da minoria.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Eu estava inscrito pela liderança do PR um pouquinho antes. Mas se V. Ex^a quiser...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a, com certeza, com a sua trajetória, com a sua história, tem prioridade nesta Casa. Mas gostaria de me inscrever para fazer uso da palavra.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Está inscrito, falará a seguir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a pode fazer uso da palavra.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado por ser bondoso comigo, meu caro Senador.

Sr. Presidente, Colegas Senadores e Senadoras, o Brasil passa por um novo teste. O agravamento da crise europeia, na esteira da lenta recuperação da economia americana, já impõe efeitos colaterais inegáveis sobre a economia brasileira, que atravessa o mês de maio embalada por indicadores preocupantes. A deterioração do cenário internacional tem forçado o Governo Federal a enfrentar os sinais de turbulência, de modo a impedir que o contágio de nossa economia ganhe proporções inéditas para o período recente. Acompanhamos pelo noticiário a aplicação de medidas emergenciais de estímulo à atividade econômica, especialmente o consumo, com uma nova desoneração tributária de setores importantes, como a indústria automotiva.

Mas o Estado do Amazonas, Sr. Presidente, para minha preocupação, especialmente, pegou a contramão desse processo.

Semanas atrás, para pasmo do cidadão e do empresariado, o Governo do Estado anunciou o aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias sobre o setor de serviços de 25% para 30%, entrando para o clube de seis Estados que aplicam as alíquotas mais altas do País. O novo ICMS já está em vigor, incidindo especialmente sobre os serviços de telecomunicações e energia, penalizando ainda mais a população e também o setor produtivo de nosso Estado. Preocupado em manter os níveis de arrecadação, o Governo do Estado não pensou, um momento sequer, no impacto da medida na vida das pessoas, no bolso da população.

Fazendo uma conta rápida, Srs. Senadores, no Amazonas, um cidadão que tenha gasto de R\$100,00 com telefone pagará R\$42,00 só de ICMS. Somando os outros tributos incidentes sobre esse serviço, sua conta pulou para R\$153,00. A carga tributária imposta ao setor de telecomunicações no Brasil é uma das mais elevadas do mundo, mesmo considerando os países desenvolvidos. Em 2010, os brasileiros recolheram R\$57 bilhões em impostos sobre esses serviços. Desse montante, R\$32 bilhões, mais que a metade, vieram por meio do ICMS.

No momento em que a repetição de um receituário que dá sinais de esgotamento obriga o Governo a articular outros mecanismos para fomentar o crescimento de nossa economia, não podemos dar um passo

atrás. É o que fez o Governo do Estado do Amazonas. Consciente de que apenas o consumo não fortalecerá a economia brasileira, o Governo Federal abre o debate em torno de medidas estruturantes e promete a desoneração das tarifas de energia e dos serviços de telefonia. Por isso, não há o menor sentido no aumento do ICMS produzido pelo Governo de meu Estado do Amazonas.

A imprensa tem noticiado as discussões travadas pela equipe econômica e pelo Ministro das Comunicações com vistas a reduzir os encargos que pesam sobre o consumidor. E há que destacar que são de responsabilidade da própria União ao menos 50% dos impostos cobrados sobre os preços da energia, por exemplo. A outra parte é dos Estados. Ora, se o Governo Federal se dispõe a abrir mão de arrecadação para penalizar menos o consumidor, por que o Governo do meu Estado, o Amazonas, pega a mão contrária?

O Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel Celular e Pessoal tem rechaçado o aumento do ICMS no Amazonas e prevê dificuldades para a expansão dos serviços no Estado. Seus dirigentes alertam que nossas longas distâncias impõem altos custos de implantação de infraestrutura, agora impactados também pela alta do ICMS. E não é só: dias atrás, o Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Robson Andrade, chamou atenção para os prejuízos à competitividade do setor produtivo impostos por uma energia cara. O aumento dos impostos sobre a energia penaliza, assim, não apenas o consumidor final, o cidadão, mas também toda a cadeia produtiva. É um dos fatores que engessa a economia.

No momento em que o Brasil se mobiliza para proteger-se da crise mundial e que a população do Amazonas sofre com as perdas impostas pelas cheias, não é justo aumentar impostos. É dever do gestor cuidar dos cofres públicos e administrar a arrecadação, mas é sua obrigação inarredável proteger e amparar o cidadão amazonense. O Governo do Amazonas precisa retomar o rumo certo para que o nosso povo possa viver com dignidade e merecendo os mesmos benefícios oferecidos ao conjunto da população brasileira, como está fazendo o Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado, Senador. Na verdade, seria um orador inscrito, mas o orador sou eu.

Com a palavra, o Líder Jayme Campos do DEM.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, João Capiberibe, e demais Senadores, serei rápido. É apenas um breve comunicado. Inscrevi-me, todavia não se faz necessário usar o tempo regimental.

Sr. Presidente, é com muita alegria que eu deixo aqui registrar o transcurso, no dia de hoje, 29 de maio, do primeiro aniversário da nova Sudeco, a importantíssima Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro.

São várias as razões pelas quais faço este registro com especial satisfação. Uma delas decorre da oportunidade que tivemos de participar diretamente do processo de recriação dessa necessária autarquia.

Há quase quatro anos, mais exatamente na tarde de 13 de novembro de 2008, tive o prazer de ocupar esta mesma tribuna, para comunicar ao Plenário meu contentamento pela aprovação, naquela data, do PLC nº 119, de 2006, de iniciativa do Executivo, pela Comissão de Desenvolvimento Regional, colegiado por mim presidido à época, ocasião em que merecidamente exaltava o competente e operoso trabalho da ilustre Senadora Lúcia Vânia, que, efetivamente, buscava a criação, de maneira brilhante, e relatou a referida matéria.

Comemoramos, portanto, com grande regozijo, o ressurgir desse órgão de fomento, que funcionou de 1967 a 1990 e que, lamentavelmente, permaneceu extinto por longos anos, no período que se estendeu desde então até a edição da Lei Complementar nº 129, de 2009, resultante do citado projeto que aprovamos aqui nesta Casa, viabilizando-se, de fato, somente em maio do ano passado, com sua regulamentação por meio do Decreto nº 7.471, de 2011, assinado pela Presidente Dilma Rousseff.

Muitas conquistas e muitos desafios se evidenciam nos horizontes da nova Sudeco, entre os quais ressalto o plano de desenvolvimento e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Nos termos de sua concepção, a Sudeco contemporânea foi pensada seguindo as determinações de um padrão de desenvolvimento pautado pela transparência nos gastos, racionalidade na aplicação dos recursos públicos e pela lógica da sustentabilidade. Para tanto, compete à Sudeco, entre outras ações, voltar-se para a alavancagem do progresso da região; formulação de políticas e estratégias para ampliação do mercado interno e expansão de exportações; dinamização de instrumentos de financiamento; inovação tecnológica dos setores produtivos; melhoria de indicadores sociais; planejamento, articulação e integração, enfim, sempre no propósito maior de reduzir desigualdades,

estimular a competitividade e reverter as tendências de concentração da atividade econômica.

Portanto, Sr. Presidente, quero externar minhas mais entusiastas congratulações aos dirigentes e colaboradores da Sudeco, parabenizando seu Diretor-Superintendente, Dr. Marcelo Dourado, ao tempo em que estendo tais cumprimentos ao Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, às bancadas parlamentares e aos governadores dos Estados do Centro-Oeste, pelas promissoras perspectivas que se abrem rumo ao amadurecimento das enormes potencialidades de evolução econômica, social e humana dessa próspera região; região à qual tenho o privilégio de pertencer e da qual muito me orgulho, na honrosa missão de aqui representá-la.

Parabéns à Sudeco!

Quero apenas complementar este registro, ilustre Senador Capiberibe e Inácio Arruda, e dizer que a Sudeco, sem sombra de dúvida, poderá ser um grande instrumento da região Centro-Oeste do Brasil. Pelo fato de ser uma região onde lamentavelmente poucos investimentos chegam, necessita sobretudo de uma política estratégica que compatibilize o seu desenvolvimento, principalmente um desenvolvimento sustentável.

Hoje, temos o Fundo Constitucional do Centro-Oeste que, imagino, busca acabar com as desigualdades intermunicipais naquela região do Brasil e interregionais.

Lamentavelmente, o Brasil tem algumas ilhas de prosperidade. Existem vários Brasis dentro do próprio Brasil. Todavia, com ferramentas e instrumentos como esse certamente buscaremos um Brasil com mais igualdade social, mas que, acima de tudo, dê a oportunidade para que possamos verdadeiramente construir a cidadania para milhões de brasileiros, sobretudo de uma classe trabalhadora que, muitas vezes, está à mercê de boas políticas públicas.

De maneira que quero aqui, concluindo, cumprimentar os diretores da Sudeco, na certeza absoluta de que vão cumprir com a sua finalidade, em que pese hoje haver um reclamo muito grande diante do fato de que a Sudeco, na sua criação, ainda tem poucos funcionários; poucos técnicos. Para se ter uma noção, a Sudeco tem apenas sete engenheiros. Acho que não atende 20% da demanda dos projetos, que tem de ser analisados, naturalmente e infelizmente.

O Governo Federal está mandando agora um projeto para criação de mais de 50 mil novos cargos. Por que não também inserirmos ali pelo menos 100 novos funcionários para atender à demanda desse importante órgão governamental que vai atender toda a região Centro-Oeste do Brasil?

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Senador Jayme Campos, a Mesa acolhe o pronunciamento de V. Ex^a, com a importância e o relevo que ele tem. Trata-se de fortalecer as instituições criadas para atender às regiões menos desenvolvidas do Brasil. É o caso da Sudene, da Sudam e da Sudeco, cuja passagem pelo primeiro ano de existência com uma infraestrutura mínima V. Ex^a comemora, exigindo e cobrando que ela se fortaleça ainda mais. Esse é nosso objetivo e nossa obrigação no Senado da República. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, representando o Estado do Amapá.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu me havia prometido não abordar o tema que vou abordar hoje. Eu vinha, nas últimas semanas, tratando de uma agenda positiva de vários projetos que apresentei.

Apresentei aqui o projeto dos impostos às claras, que segrega os impostos do valor dos produtos não só na prateleira do supermercado, mas também na publicidade. Apresentei a PEC criando o Fundo Nacional da Segurança Pública; até porque nós somos carentes de uma política nacional para segurança. E hoje sou obrigado a voltar a uma agenda negativa.

Mas, antes de voltar a essa agenda negativa, eu gostaria de me congratular com o Presidente da Sudeco, Marcelo Dourado, e todos aqueles que labutam e que trabalham na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, pelo trabalho que estão desenvolvendo pela recuperação dessa instituição e pela expansão de suas ações nos Estados do Centro-Oeste. Parabéns ao Marcelo e a todos aqueles que fazem hoje a Sudeco!

O tema que vou abordar já o fiz aqui várias vezes. Trata-se de corrupção, malversação, desvio de recursos públicos lá do meu Estado. Mas isso é comum no Brasil todo.

A corrupção do Brasil é congênita, nasce com a chegada da Família Real ao Brasil, nasce com D. João quando chega aqui, que traz um séquito entre doze e quinze mil pessoas, sustentadas pelo Erário até o retorno a Portugal.

Mas vou abordar uma questão preocupante.

Ontem, pela manhã, o Bom Dia Brasil, da Rede Globo, exibiu uma reportagem da jornalista Camila Bonfim, sobre um novo esquema de desvio de recursos públicos na Assembleia Legislativa do Amapá.

O Poder Legislativo do meu Estado já é alvo de oito inquéritos – oito! –, o que demonstra, pelo visto, que nada mudou desde a operação Mãos Limpas, que aconteceu no dia 10 de setembro de 2010, determinada pelo Ministro Otávio Noronha, do STJ, que prendeu 18 pessoas no Amapá e expediu dezenas de mandados de busca e apreensão. Entre os presos, estavam os ex-Governadores Waldez Góes e Pedro Paulo, o ex-Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o atual Prefeito de Macapá, entre outras autoridades.

O desvio de dinheiro público em licitações e contratos superfaturados ultrapassa R\$100 milhões.

Outro esquema denunciado pelo Ministério Público Estadual, durante a Operação Eclézia – foi essa operação que a Rede Globo, ontem, no seu programa Bom Dia Brasil, revelou para a sociedade brasileira –, funcionava com a emissão de notas frias e até com a falsificação de assinaturas em cheques sacados à boca do caixa, cujo montante era depositado na conta de um componente do esquema, para posterior rateio entre os demais. Ou seja, apropriação primária de dinheiro público.

Esse crime foi detectado pelo Ministério Público cruzando os saques na boca do caixa e os posteriores depósitos.

Participam do esquema empresas de terceirização de mão de obra, empresas de aluguel de veículos, agências de viagem, entre outras, segundo apurou o Ministério Público do Estado do Amapá.

O mais grave é que o diretor financeiro de uma dessas empresas diz estar surpreso, pois (abre aspas): “Eu, como diretor financeiro, não tinha conhecimento desse fato ocorrido”. O diretor financeiro da empresa não tinha conhecimento desse dinheiro que entrava nas contas das empresas, porque os cheques eram falsificados e sua assinatura também.

A reportagem do Bom Dia Brasil traz a público, ainda, que o prédio anexo da Assembleia Legislativa pertence à família de um Deputado. É um esquema de enriquecimento ilícito por meio de recursos públicos, em atitudes imorais e antiéticas, com aparência de legalidade. O próprio Deputado declara que pode ser imoral, mas é aparentemente legal.

Enquanto o Ministério Público trabalha para repor a moralidade administrativa, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, mobilizando um grupo de Deputados, pressiona os Procuradores e Promotores, abrindo uma CPI para investigar o Ministério Público. E foram mais longe: articulam a destituição da Procuradora-Geral de Justiça do Amapá, a Promotora Ivana Cei.

Ora, é sabido, o povo do Amapá sabe que o Ministério Público do Estado deixou de agir em alguns momentos da história. Deixou de agir como o xerife da

sociedade, para coibir, impedir o desvio de recursos públicos. Mas, neste momento, o Ministério Público do Amapá age dentro da lei e investiga não apenas a Assembleia Legislativa, mas qualquer ente público em que haja qualquer suposição de irregularidade.

Portanto, é importante que nós, representantes do povo do Amapá nesta Casa – aqui somos três Senadores: o Senador José Sarney, Presidente do Senador Federal; o Senador Randolfe Rodrigues, Líder do PSOL; e eu – nos manifestemos, apoiando, com decisão, essa ação do Ministério Público. É fundamental que o Ministério Público aprofunde as investigações e puna quem deve ser punido.

Se a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Amapá insiste em sonegar documentos, o Ministério Público tem, sim, razão de expedir mandados de busca e apreensão, para ter acesso a essa documentação, como teve na semana passada, razão pela qual hoje prepara as ações criminais contra os dirigentes da Assembleia Legislativa do Amapá.

Conclamo também os nossos representantes na Câmara federal –temos oito Deputados naquela Casa –, para que se manifestem, com decisão, sobre essa questão.

Nós, líderes eleitos pelo voto do povo do Amapá, não nos podemos omitir diante dessa tentativa de intimidar a ação do Ministério Público do Amapá. É fundamental a nossa declaração, a nossa posição clara, dizendo que estamos do lado da lei, que estamos do lado da legalidade, que queremos que se faça justiça.

Portanto, fica aqui o meu apelo e o da nossa bancada.

Mas também recorro ao Ministério Público Federal, ao Dr. Roberto Gurgel, no sentido de que acompanhe o que está acontecendo no Amapá. Seria descabido se esta Casa ou a Câmara Federal, numa investigação do Ministério Público Federal, em relação a um, a dois ou a um grupo de Senadores ou Deputados Estaduais, retaliasse, tentando retirar ou depor o Procurador-Geral da República.

É isso que está acontecendo no Amapá. Estão tentando afastar a Procuradora porque está investigando. Estão tentando afastar a Procuradora porque está cumprindo o seu papel institucional.

Portanto, é o alerta que faço ao Procurador-Geral da República, ao STJ, que conduz a Operação Mãos Limpas, ao Ministro da Justiça, e a todas as autoridades da República: coloquem as suas lupas sobre o Amapá e sobre esse incidente grave, que é a intimidação de uma instituição republicana, cuja missão é zelar pelo interesse coletivo.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Peço que faça o registro deste meu apelo às autoridades da República e às nossas bancadas, para que se manifestem e acompanhem o que está acontecendo no meu Estado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Tivemos a palavra do Senador João Capiberibe.

Pela ordem de inscrição, teremos agora a palavra do Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro faço um registro com muita satisfação, com muita alegria.

Eu participei, Senador Sérgio Petecão, não no campo de futebol, mas de uma atividade do Congresso Nacional, um jogo da solidariedade no Estado do Ceará, no Estádio Presidente Vargas, uma partida entre os congressistas – Deputados Federais e Senadores. E V. Ex^a honrou esta Casa, infelizmente contra o meu time, que era a representação parlamentar da Assembleia Legislativa no Estado do Ceará.

Nosso time perdeu a partida de nove a zero, infelizmente, mas o registro alegre é porque o Congresso Nacional se dirigiu ao meu Estado, ao Ceará, para fazer um jogo de solidariedade. E as pessoas levavam alimentos para atender às populações mais carentes atingidas pelo período de estiagem que estamos vivendo no Estado do Ceará.

Para se ter uma ideia, Senador Sérgio Petecão, no dia de ontem, depois de se reunir com mais de cem prefeitos do Estado do Ceará, foi decretada, pelo Governador do Estado, calamidade pública em 91 Municípios. Uma estiagem atinge uma grande região de nosso Estado, que precisa de um suporte que está sendo dado pelo Governo Federal mas precisa ser ampliado, porque a estiagem, em uma situação como essa, é muito longa no Nordeste brasileiro. A estiagem se iniciou no começo do ano e nós só temos perspectivas de novas chuvas no final do ano. É um período muito longo. Precisamos de apoio de toda maneira e de toda sorte.

Então, queremos agradecer aos Congressistas; a você, especialmente; aos Deputados Federais Tírrica, cearense, mas eleito pelo Estado de São Paulo; e ao Romário. E, em nome desses dois, cumprimento os nossos representantes na Câmara dos Deputados, que foram ao Ceará prestar solidariedade ao povo cearense e ao povo nordestino.

Quero fazer um segundo registro, Sr. Presidente. Exatamente no dia de ontem, estivemos com o Governador Cid Gomes inaugurando a 87ª escola profissional do Estado do Ceará, uma escola de ensino médio e profissional. Naquela escola, no Município de Aquiraz, fomos recebidos pelo Prefeito Edson Sá e pela ex-Prefeita Ritelza Cabral, os dois irmanados para um feito que considero dos mais importantes para o nosso povo: inaugurar a 87ª escola.

Talvez, Senador Petecão, nenhum Estado brasileiro tenha uma rede de formação profissional do Estado. Não são as escolas técnicas federais, os cefets, os institutos federais, que também hoje, felizmente, com a política do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma, estão presentes em todas as regiões de nosso Estado. Não. Além disso, temos 87 escolas técnicas profissionais.

E, ontem, tivemos a felicidade de inaugurar a Escola Alda Façanha. Alda foi uma educadora em Aquiraz, daquelas que ensinavam no alpendre da casa, com dedicação, com carinho, com amor ao seu povo.

A história de Alda me foi contada por Ritelza Cabral, que esteve à frente da prefeitura daquele município durante oito anos. Depois, o prefeito atual, Edson Sá, disse: "Olha, estamos fazendo uma homenagem a uma educadora que tinha um carinho extraordinário por seus alunos; e o maior desejo dela era que um dia a gente pudesse, aqui mesmo no Município de Aquiraz, formar profissionalmente os nossos alunos". A ideia era que, quando eles terminassem o curso médio, pudessem dizer: "Eu terminei o ensino médio e já tenho uma profissão. Posso ir para a universidade, posso fazer um curso de graduação em várias outras áreas, mas já saí como profissional da escola de ensino médio". Essa é uma conquista muito importante que eu quero registrar, e a gente precisa fazer com que ela se alastre também pela cidade de Fortaleza.

Eu mostrei, em meu discurso, na inauguração, a minha felicidade. Por quê? Porque no meu bairro não havia escola. O bairro em que eu nasci não tinha escola quando nós nascemos. Depois foi construída uma escola dentro do quartel da Aeronáutica. O primeiro professor nosso, já falecido, José Duarte Pinheiro, também dava aula num alpendre, o do Zé de Abreu, que era um morador que tinha uma vacaria, tinha uma casa boa, com um alpendre grande. Nós ocupávamos o alpendre do Zé de Abreu. Era uma aula só para todos, desde a criança de 5 ou 6 anos de idade até o que tinha 15, 16, 17 anos. Era um alpendre só, a aula era uma só, a alfabetização era igual para todos naquele momento.

Fomos evoluindo até chegar a uma escola. Mas o meu pai e a minha mãe, que nunca estiveram numa

sala de aula, sempre diziam que seu maior desejo era que os filhos conseguissem passar no vestibular duríssimo da Escola Técnica Federal. Por sorte, todos daquela época passaram no vestibular da Escola Técnica Federal. Um se formou em Eletrotécnica – fui eu, eu me graduei em Eletrotécnica –; o outro se graduou em Edificações; o outro, em Mecânica de Máquinas; e o outro, em Telecomunicações. Aquela turma estava preparada para enfrentar a vida em qualquer lugar.

Eu acho que é a isso que nós estamos assistindo hoje no Estado do Ceará, a um planejamento na área da educação que permite a construção de escolas técnicas espalhadas pelo Estado inteiro.

Imagine, Senador Petecão, nós temos 184 Municípios e vamos construir de imediato, quer dizer, até o final deste período do Governador Cid Gomes, até o ano de 2014, 140 escolas técnicas profissionais no Estado do Ceará. Teremos o apoio do Governo Federal, lógico, claro, mas com organização, com planejamento, com a localização da escola, os cursos que devem ser oferecidos em cada região. A Escola do Aquiraz tem custo de Edificações, Eletrotécnica, Rede de Computadores e Hospedagem, porque é uma região praiana, turística. Então, precisa ter um curso destinado à vocação mais imediata daquela população.

Então, registro essa nossa felicidade de ter assistido à inauguração dessa escola juntamente com o Governador; o Prefeito Edson Sá; a ex-Prefeita Ritelza Cabral; vários Deputados Federais, Estaduais, Vereadores que compareceram; o Presidente da Câmara Municipal, Homero Silva; o Secretário da Fazenda, Mauro Filho. Foi um momento muito importante. Foi uma situação que mostra o compromisso de gestores com a educação pública do nosso País a partir do planejamento e da organização em um Estado, o Ceará.

E o meu maior desejo é que consigamos avançar com esse programa na minha cidade, Fortaleza, cujos bairros hoje são imensos. Regiões que eram desocupadas na cidade, hoje são bairros com uma população enorme. A cidade de Fortaleza tem 2,5 milhões de habitantes e um entorno com 1,5 milhão. Precisamos multiplicar o número de escolas profissionais na nossa cidade, para formar o nosso povo, prepará-lo, deixá-lo em condições de garantir que a oportunidade lhe seja oferecida devido à sua formação. O que mais tira a juventude – digamos – de uma espécie de descaminho, das drogas, é a escola, a educação, a formação profissional.

Quero, neste meu pronunciamento, marcar este nosso desejo de ampliar a educação na área de formação profissional no nosso Município de Fortaleza, multiplicando o que já está sendo ofertado pelo Governo do Estado. Nós queremos um pouco mais, Go-

vernador, na cidade de Fortaleza. É possível ser feito isso. Podemos garantir que todas as regiões da cidade tenham pelo menos duas ou três escolas de ensino médio e formação profissional. Isso é extremamente importante para a nossa cidade de Fortaleza.

Além disso, convém ampliar a formação na idade certa. Refiro-me ao Programa de Alfabetização na Idade Certa, instituído pelo Governo do Estado, em parceria com os municípios, para garantir que as crianças tenham esse direito, o direito à educação. Estamos discutindo com o Ministério da Educação para ofertar novas creches para Fortaleza; essa cidade precisa de muitas creches, creches boas, creches de qualidade com condições de receber os filhos das famílias mais pobres da periferia. Desejamos encontrar um meio, um mecanismo para garantirmos que essas creches sejam construídas na cidade de Fortaleza. Então nós estamos, Sr. Presidente, nesse caminho de reforçar a educação no nosso Estado, no nosso município.

Essa nossa passagem na Tribuna do Senado do dia de hoje tem também um objetivo de fazer uma cobrança à nossa Comissão de Assuntos Econômicos. Nós aprovamos por unanimidade o projeto que destina 50% do Fundo Social do Pré-sal para a educação. Foi aprovado por unanimidade. Quando discutimos com o Presidente Lula e nos debates que temos tido com a Presidenta Dilma, o tema da educação está sempre presente; o tema de fortalecer a educação está sempre presente. E a riqueza do pré-sal não pode atingir o Brasil com a velha doença da vaca holandesa, em que se tinha uma riqueza extraordinária como o petróleo, mas o povo continuava pobre e sem ter as condições de se formar adequadamente.

Ora, Sr. Presidente, nós aprovamos por unanimidade na Comissão de Educação e a matéria está na Comissão de Assuntos Econômicos. Foi feito um pedido de vista pelo Líder do Governo no Senado, Senador Eduardo Braga, e nós já superamos o período em que o projeto pode ficar nas mãos de quem faz um pedido de vista. Então nós queríamos fazer um apelo.

Nós estamos discutindo educação sem criar imposto novo. Nós estamos discutindo educação usando os recursos do pré-sal para dar garantia de que as escolas construídas, não só no Ceará, não só em Fortaleza, mas em todo o Brasil tenham meios adequados de sustentação. E que ao lado da educação formal, da educação e da alfabetização na idade certa, da formação profissional já no ensino médio, também tenhamos mais recursos para a ciência e tecnologia, porque é a forma mais adequada de garantir o projeto de desenvolvimento nacional.

Então o objetivo, o sentido do nosso projeto é esse de garantir mais recursos, meios para melhorar,

dar mais qualidade à formação do povo brasileiro, da nossa juventude. É isso que nós desejamos. É este o nosso trabalho. É este o nosso objetivo: garantir mais recursos, meios, formar o povo, garantir a educação, a formação e a alfabetização na idade certa; garantir a formação profissional; garantir a ciência e tecnologia e qualificar permanentemente o nosso professor; ter escola de formação permanente para o nosso professor, para que ele a cada dia esteja mais satisfeito; dê uma aula com mais qualidade, com mais alegria, com mais satisfação, porque só o fato de querer educar já é uma decisão difícil, no nosso País.

Quem tem a responsabilidade de educar, às vezes educa as pessoas, mas fica ainda com aquele salário muito pequeno. Então, é preciso também ter meios de fazer com que o Poder Público garanta um piso salarial maior para os professores.

Nós deveríamos pensar, refletir em uma hora para invertermos esse piso salarial, garantindo para o professor de mestrado e doutorado que dá aulas na alfabetização um salário maior, porque é nesse momento que estamos formando o nosso povo; é aqui que estamos preparando o nosso povo.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer esse registro e esse apelo. Eu estou pedindo para votar o nosso projeto que é uma proposta de lei para se usar os recursos do Fundo Social do Pré-sal para a educação, porque eu estou vendo a alegria estampada nos olhos dos estudantes daquela escola Alda Façanha, no dia de ontem, a sua satisfação. E o discurso proferido pelos primeiros alunos que estão saindo das escolas profissionais do Estado do Ceará, a sua alegria, a sua satisfação em dizer: eu sou eletrotécnico, eu sou mecânico de máquinas, eu terminei o curso de rede de computadores e já estou trabalhando como profissional.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, o nosso apelo tem esse sentido. Eu considero que a gente deve dar velocidade a essa votação. Trazer aqui para o plenário, se for preciso, mas não criar dificuldades para a sua discussão e votação na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu peço, então, à Comissão que coloque em votação na próxima semana, na próxima terça-feira. Vamos reunir a Comissão e vamos decidir, votar. Eu não acredito que algum Senador ou Senadora tenha a coragem de dizer um “não” à educação brasileira, de dizer um “não” à formação profissional do nosso povo.

Temos discutido com o Ministro Mercadante, que está acompanhando essa discussão aqui no Congresso Nacional. Temos o apoio do Ministério da Educação, que é exatamente a instituição mais legítima dentro do Governo para dar opinião a respeito do uso dos recursos do Fundo Social do Pré-sal.

Então, Sr. Presidente, faço o registro da inauguração belíssima da escola profissional Alda Façanha, no dia de ontem, no Município de Aquiraz, e apelo ao nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, para que votemos o projeto de lei que destina 50% dos recursos do pré-sal para a educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Ouvimos o pronunciamento do nobre Senador Inácio Arruda.

Também queria parabenizar S. Ex^a, que esteve lá no evento, no jogo da solidariedade. Foi um jogo benéfico em que o time do Congresso, composto de Senadores e Deputados Federais, esteve lá em Fortaleza participando. Foi um jogo que, graças a Deus, conseguiu sensibilizar as autoridades. A imprensa estava presente, o Senador Arruda, o Deputado Federal Domingos Neto, que foi um dos organizadores do evento.

Fico muito feliz em saber que o nosso futebol, que jogamos às terças-feiras aqui, está ajudando pessoas no Brasil todo. Estivemos no Acre, meu Estado, onde ajudamos o pessoal atingido pelas cheias. Já temos aqui um convite da Senadora Vanessa para vermos a possibilidade do time ir a Manaus fazer um jogo benéfico também, para ajudar os nossos irmãos amazonenses que estão sendo atingidos pela maior cheia que já houve no Estado.

Então, para nós é gratificante. É muito difícil, principalmente para nós, parlamentares, recebermos elogios. Mas lá no Ceará, graças a Deus, a imprensa reconheceu a atitude dos parlamentares em se deslocarem dos seus Estados. O Danrlei que veio do Rio Grande do Sul, o Romário que saiu do Rio de Janeiro. O Tiririca já é do Ceará.

O importante é que, até aquele momento, no estádio, já tinha sido recolhidas mais de 10 toneladas de alimentos para ajudar os nossos irmãos cearenses que estão sendo atingidos por uma das maiores secas que já houve no Estado.

Parabéns também ao Senador Inácio Arruda. E também parabéns ao Governador Cid Gomes, que nos recebeu no Palácio do Governo e nos proporcionou um almoço junto com os Secretários de Estado. Isso, para nós, foi muito importante.

Pela ordem, vamos ouvir agora o nobre Senador Ivo Cassol, do PP do vizinho Estado de Rondônia, e um dos centroavantes do nosso time.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É uma alegria, Senador Petecão, cumprimentá-lo e cumprimentar também a nossa Senadora Vanessa, que já está aí discutindo essa equipe composta tam-

bém de jogadores do Senado: a zaga enfrentada pelo Petecão e o ataque enfrentado pelo Senador Ivo Cassol.

Eu ouvi agora o Senador Petecão, nosso Presidente, contando que estivemos, na semana passada, no Ceará, e agora eu descobri, por acaso, o resultado dessa vitória: parece que foi 9 x 0. Mas também com o Senador Inácio Arruda como técnico e o Governador jogando, vocês conseguiram trazer uma grande vitória para esta Casa. Mas o mais importante disso tudo foi essa integração com o Danrlei; o Romário também, que foi campeão; o Tiririca; o Popó, que, na verdade, vem trazer ajuda aos Estados, como o Estado do Acre que enfrentou uma grande cheia há poucos dias. Agora é o Ceará que vem enfrentando uma grande seca.

No próximo dia 14, mais um Estado da região Norte, Roraima, vai ser contemplado. Eu não tive ainda o privilégio e o prazer de estar em uma dessas partidas, mas todas as terças-feiras, quando os trabalhos não se estendem noite adentro, nós estamos aqui sempre fazendo o treino para que possamos estar em forma e, ao mesmo tempo, podermos chutar o escanteio e correr para cabecear e tentar fazer o gol. Esta é a vida do homem público: ele precisa estar aqui, em Brasília, ajudando o País, aprovando leis e, ao mesmo tempo, ajudando os Estados a desenvolverem e crescerem, e levar o progresso e trazer o desenvolvimento, especialmente para aquelas regiões mais carentes.

Por isso, Sr. Presidente, ocupo hoje esta tribuna. No último final de semana, houve uma audiência pública da Comissão da Agricultura na cidade de Ji-Paraná, em um evento no parque de exposição, comandado pelo Presidente Acir Gurgacz, que contou com a presença do Senador Valdir Raupp, também do nosso Estado de Rondônia, acompanhando os trabalhos; da minha pessoa, Senador Ivo Cassol, já que sou titular da Comissão de Agricultura. Além disso, tivemos a alegria de receber, em nosso Estado, esta gaúcha arrojada, uma grande comunicadora, que há muitos e muitos anos esteve à frente da imprensa, divulgando as ações da Capital federal no Rio Grande do Sul – Senadora Ana Amélia. Para nós foi motivo de satisfação receber esta gaúcha arrojada, que fez um pronunciamento em que dizia que todos os Estados brasileiros tem três Senadores, e que Rondônia podia contar com ela como sendo uma quarta Senadora.

Não é diferente com o Petecão, que também se considera o quarto Senador do Estado de Rondônia. Nós, Senadores, trabalhamos irmanados com todos os Estados da região Norte, Sul, Centro-Oeste, Nordeste, enfim, nós somos Senadores do Brasil. Mas sabemos que a região Norte, especialmente Rondônia, quando se formou e que serviu como modelo agrário do Brasil, nós estivemos lá catarinenses, paranaenses,

gaúchos, nordestinos, capixabas, mineiros, goianos... Enfim, temos lá pessoas que nasceram nos demais Estados da Federação brasileira e que hoje são rondonienses de coração.

Nós não escolhemos o Estado para nascer, nós escolhemos o Estado em que queremos viver. Nós não escolhemos o Município em que queremos nascer, mas escolhemos o Município em que moramos.

Por isso, recebemos de braços abertos a Senadora Ana Amélia e foi com imensa alegria, tanto eu como a minha esposa, no último fim de semana.

Demos entrevista em cadeia de mais de 14 rádios no Estado de Rondônia, comandada pela Rádio Planalto de Ji-Paraná, onde discutimos os vetos e a expectativa que o setor produtivo esperava do Código Florestal, de que maneira ficaria. Além disso, também discutimos a BR-364. E, quando falamos da BR-364, infelizmente, Sr. Presidente, ela hoje é um corredor da morte. É a BR que leva essa integração com o Amazonas, com Rondônia, com o Acre, mas o movimento pesado daquela BR, que foi construída na época da ditadura militar, quando a previsão era de passarem 100 caminhões por dia, hoje passam em torno de 2 mil a 3 mil carretas por dia. É a BR em que mais morre gente. Todas as semanas, infelizmente, perdemos amigos, parentes, e nós, homens públicos, perdemos o que há de mais precioso, a vida das pessoas que trabalham tanto para construir o Estado, enquanto vemos a morosidade do setor público para consertar.

Nós trabalhamos para a integração de Rondônia, o Brasil com o Peru, a Transoceânica. Mas, ao mesmo tempo, com a Transpacífica, nós também tivemos essa integração e vemos com tristeza que, no lado brasileiro, a ponte sobre o rio Madeira, infelizmente, não passa do papel, enquanto um país pobre como o Peru se encontra todo interligado, com asfalto e com ponte até o outro lado.

Mas o que mais gera desconforto, além da rodovia cheia de buracos, é a licitação de dois trechos da BR entre Vilhena e Outro Preto. Esses dois trechos já deviam ter sido licitados. O que me informaram é que uma das empresas que participava da licitação recorreu nos trâmites legais e normais permitidos na própria legislação brasileira. Por incrível que parece, dizem que uma das empresas é modesta, simples, mas é aquela empresa que hoje é conhecida na mídia nacional como empresa do cambalacho, a Delta.

Quem perde com isso? Esses interesses individuais acabam prejudicando a população do Estado de Rondônia. É o exemplo da BR-364, Nova Mamoré a Guajará-Mirim, Sr. Presidente. Uma rodovia que a Delta ganhou, abandonou, joga o preço lá embaixo, e eu não consigo entender como uma empresa dessas

ainda fica em condições de participar de licitação. Já devia ter sido desconsiderada, já devia ter sido colocada como inadimplente para participar em qualquer modalidade tanto no setor público municipal, estadual e federal. Mas não! Ainda está por aí participando de licitações, muitas a preço aquém. Aí é que eu queria descobrir qual é a mágica para que uma empresa entre quando todos os preços são abertos, o BDI não é mais do que 25% a 30%. O BDI é o lucro da empresa, e uma empresa entra e joga 30% abaixo.

O que existe por trás disso? Dinheiro do jogo do bicho? É dinheiro do quê? É lavagem do quê, afinal de contas? Que lavanderia existe atrás disso? Eu não consigo entender! Uma empresa que se dá ao luxo de colocar 30% mais baixo do que o preço de mercado e do que está estipulada pelo Dnit ou pelo Departamento de Estradas e Rodagem, alguma coisa tem de errado. E aí quem fica sem estrada é o povo de nosso Estado.

Exemplo disso, Sr. Presidente: foi feita a duplicação da ponte de Ji-Paraná. Que transtorno o povo de Ji-Paraná viveu! Um transtorno que não se recupera tão cedo. O anel viário não estava pronto e nós fizemos a ponte. Liberamos 12 milhões de emenda da bancada na época em que eu era Governador. E, infelizmente, na nova Rondônia, conseguiram perder os 12 milhões porque não tiveram a capacidade de fazer licitação. Mas ainda conseguiram fazer o aterro da ponte do anel viário.

Mas e a ponte que foi duplicada no centro de Ji-Paraná? Esta, sim, está com cratera, está com um buraco... E sabe quantos dias faz? Faz mais de 30 dias que a cheia que deu no rio Machado provocou um buraco de quatro a cinco metros. Um buraco que, para quem entende de obra de terraplenagem, não se gasta mais de um dia para fechá-lo. Alguém já disse que há um tubo de água em que a Caerd leva a água de um bairro para o outro. É tão fácil a Caerd, já que é do Estado, simplesmente fazer a nova tubulação nas margens.

O que eu não consigo entender é o preço que a população paga quando espera o Dnit, de um dia para outro, fazer uma obra, quando o próprio Estado tem a obrigação de socorrer. O próprio Estado! É por isso que existe a parceria entre as Prefeituras e o Estado. Quantas vezes o Estado socorre a Prefeitura! Não custa também a Prefeitura ter uma máquina e ir também socorrer o Estado em caso de cratera ou bueiro que a água levar.

O que nós não podemos concordar é inviabilizar o centro da cidade de Ji-Paraná por falta de um dizer que não faz porque não é sua obrigação; o outro não o faz porque é obrigação do outro; e o Dnit, infelizmente,

não contrata nem para serviço emergencial porque já faz 30 dias. E aí nos deixa triste.

Estive lá com a Senadora Ana Amélia na última sexta-feira, mais ou menos às 12h30, mais ou menos por vinte minutos, e vi a aclamação das pessoas que passavam de carro, de caminhão, que pediam, gritavam para o Senador Ivo Cassol: "Acuda-nos! Ajude-nos!".

Mesmo sendo obrigação do Dnit, não é preciso mais do que um dia para se colocarem, nesse buraco de Ji-Paraná, pedra e cascalho, propiciando o fluxo normal que aquela rodovia sempre teve. Mas, para isso, é necessário determinação, é preciso vontade! Para isso, é preciso que aquele que só fica atrás de uma escrivaninha bote o pé na estrada, para sentir o que povo sente. Se não se fizer isso – desculpem-me! –, não se resolve a questão, Sr. Presidente. Não há expectativa alguma de se resolver esse problema.

Temos essa preocupação com o buraco na ponte de Ji-Paraná. E quero parabenizar o Presidente da Câmara Municipal de Ji-Paraná, Nilton César, e os demais vereadores, que denunciaram a obra de má qualidade. O Tribunal de Contas da União mandou refazer, retificar, consertar o mau serviço. O Presidente da Câmara Municipal de Ji-Paraná, ontem, passou-me, por meio de mensagem, esses dados. É importante que pessoas assim continuem fiscalizando, para que as obras não saiam com péssima qualidade, para que o povo não saia no prejuízo.

Outra questão, Sr. Presidente, muito tem incomodado não somente a mim. É uma pergunta que não cala nos quatro cantos do Estado de Rondônia! Onde estou, perguntam-me: "Senador Cassol, e a transposição?". Cada eleição que vem é acompanhada de novas promessas. Já vi muitos políticos de Rondônia ocupando a tribuna desta Casa e prometendo milagres, mágicas, mas milagre só o Pai Celestial faz. A transposição continua na mesma. Até agora, nenhum servidor foi transferido para o quadro federal. Nesta Casa, fizeram a PEC da Transposição, e, até 1991, já estava inserido todo mundo, independentemente de quem estava indo para a aposentadoria ou para a reserva ou de quem já tinha falecido. Todo mundo que fosse servidor público, até 1991, automaticamente, ia para a transposição. Mas aí inventaram e fizeram na lei complementar uma pegadinha. Infelizmente, foi feita uma pegadinha pelos próprios políticos que tiveram a iniciativa desse projeto de lei: acertaram com o Governo, naquela época, que fariam na emenda um artigo que diria que iriam para a transposição os servidores até 1991 e os aposentados também. Em outro artigo, colocaram os aposentados. Portanto, se é a PEC da Transposição, vai todo mundo, independentemente de ser aposentado ou não! Mas colocaram num artigo os

aposentados, e aí, na época, o Governo Lula vetou esse artigo. E, hoje, os servidores do nosso Estado estão na expectativa de ir para o quadro federal.

Pergunto a vocês: quem vai pagar a aposentadoria de vocês no período em que vocês pertenceram aos quadros do Estado de Rondônia? “Mas o Instituto dos Servidores de Rondônia vai passar o dinheiro”. Que dinheiro, se os governos passados não pagaram a conta, a não ser de 2003 para cá, quando fui Governador do meu Estado?

O buraco está aberto, o Governo Federal não tem interesse nenhum, Sr. Presidente, de resolver o problema da transposição. Criou-se expectativa, transmitiram esperança e estão entregando pesadelo. Não podemos admitir isso!

A bancada federal, a todo momento, está reunida, mas não basta reunir-se! A Ministra do Planejamento precisa decidir quando, onde, por que e de que maneira isso vai ser feito. Temos de solucionar o problema. O Estado tem de se prevenir para contratar novos servidores.

Podemos ver o exemplo da Polícia Militar: mais de mil policiais vão para a reserva. Hoje, o índice de criminalidade em Rondônia é um dos maiores do País, a exemplo da cidade de Ariquemes, e mais de mil policiais vão para a reserva, e nenhum concurso está em andamento.

A expectativa existe, há esperança por parte de todos servidores. Mas que pelo menos o Governo Federal, a Presidente Dilma dê isso como presente para o Estado de Rondônia, em compensação pelo estrago que as usinas estão deixando em nosso Estado e pelo déficit social! Assuma esses servidores com mala e cuia, assumo esses servidores com o débito do passado, pagando-lhes o direito que eles têm, para que eles possam receber uma aposentadoria com segurança pelo resto de suas vidas e das de seus familiares!

Da maneira que está, infelizmente, esses servidores da transposição não conseguem mais dormir direito, não sabem que dia vão ser transferidos para o quadro federal, não sabem de que maneira isso vai ficar, se até 1987 ou até 1991, não sabem com que salário irão ficar. A expectativa é a de dobrar o salário. Se dobrar o salário desde a data da PEC, o Governo Federal assume. Mas e para trás? E a média dos últimos anos para aposentadoria? São perguntas que estão abertas, mas que ninguém responde.

Ao mesmo tempo, até o momento, fomos empurrados com a barriga, e, a cada dia que passa, a situação continua a mesma. Mas não podemos desistir nem parar!

Sr. Presidente, por mais que a equipe de planejamento, a equipe das finanças do Governo Federal

não tenha interesse em mexer no caixa da União, é obrigação da União aguentar as pontas da criação do Estado de Rondônia com os seus servidores. Nos outros Estados da região Norte, todos os servidores passaram para o quadro federal; só em Rondônia, isso não aconteceu. Olhem para o passado e vejam o quanto deixaram para trás ao não ajudar o Estado de Rondônia!

Portanto, este é o momento de se fazer justiça. A lei já foi aprovada. A Presidente Dilma esteve, no dia 5 de junho do ano passado – fará um ano daqui a poucos dias –, no nosso Estado e assinou o decreto, já colocando os servidores no quadro federal, mas, até agora, de fato e de direito, nada aconteceu. Espero que isso não aconteça às vésperas das eleições para tentar trazer novamente para a vida pública pessoas que já vieram a falecer, como políticos do nosso Estado. Espero que prevaleça a competência e a seriedade. Alguns, na calada da noite, no Governo passado, foram lá e fizeram um acerto para que os servidores aposentados não tivessem o mesmo direito.

Peço que me conceda mais um minuto ou dois minutos, Sr. Presidente, para concluir.

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vou concluir, Sr. Presidente, em dois minutos.

É muito simples: a emenda que fizeram foi pior do que o soneto, quando, nesta Casa, colocaram na lei que iriam também para a transposição os aposentados. Gente, não sou formado, não tenho conhecimento de direitos, mas todo mundo sabe que, quando se faz uma PEC e se diz que, até 1991, todo mundo vai para transposição, vai de mamando a caducando! Vão pretos e brancos, gordos e magros, baixos e altos! São os servidores contratados nesse período. Não se discute mais. Mas fizeram, na calada da noite, um acordo, um acerto para destituir, para tirar todos aqueles que queriam, na verdade, depois de muitos anos de labuta, de trabalho, uma estabilidade, uma garantia, com uma aposentadoria, Sr. Presidente. Aí, infelizmente, agora, estão enfrentando um pesadelo.

Portanto, quero fazer um apelo à Senhora Presidente Dilma e à Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para que solucionem, de uma vez por todas, essa questão. Vamos acabar com essa novela e vamos, de uma vez por todas, assumir esses servidores, para que o Governo do Estado possa se planejar e contratar esses servidores que vão aposentar, pagando não só o salário, mas também a aposentadoria de todos eles.

Um abraço!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Encontra-se sobre a mesa ofício de autoria do Senador Lobão Filho:

“Sr. Presidente, com os meus cumprimentos, peço a V. Ex^a o meu desligamento, nesta data, como membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, embora tenha sido uma honra integrar esse relevante Colegiado do Senado Federal.

Minhas outras importantes atribuições nesta Casa legislativa, notadamente o exercício do cargo de Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), impedem-me de atuar com a assiduidade justa requerida nas reuniões do referido Conselho.

Ressalto que a Resolução nº 20, de 2003, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, estabelece, em seu art. 24, § 2º, o desligamento automático do designado Conselho do membro que não comparecer, sem justificativa, a três reuniões, consecutivas ou não, bem assim do que faltar, ainda que justificadamente, a mais de seis reuniões.

Cordialmente,
Senador Lobão Filho.”

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Brasília, 29 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos, peço a V. Ex^a o meu desligamento, nesta data, como membro titular do Conselho de ética e Decoro Parlamentar.

Embora tenha sido uma honra integrar esse relevante Colegiado do Senado Federal, minhas outras também importantes atribuições nesta Casa Legislativa – notadamente o exercício do cargo de Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – impedem-me de atuar com a assiduidade justa requerida nas reuniões do referido Conselho.

Ressalto que a Resolução nº 20, de 2003, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, estabelece, em seu artigo 24, parágrafo 2º, o desligamento automático do designado Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente a mais de seis reuniões, durante a sessão legislativa.

Cordialmente, – Senador **Lobão Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – O referido ofício vai à publicação.

Passo a Presidência dos trabalhos ao nobre Senador Ivo Cassol.

O Sr. Sérgio Petecão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – É com alegria que assumo a Presidência da Mesa e que, ao mesmo tempo, passo a palavra, por 20 minutos, a este jovem Senador, ex-Deputado pelo Estado do Acre, vizinho nosso e grande parceiro do povo de Rondônia, o nosso Senador Petecão, grande zagueiro, que joga na equipe dos Deputados e dos Senadores, que fizeram uma bela apresentação na última quinta-feira no Ceará.

Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço pelo jovem, Senador Ivo Cassol. Também queria ser solidário à sua fala, quando levantou assunto que atinge diretamente o povo acreano. Atinge o povo de Rondônia e, conseqüentemente, atinge o povo acreano. Refiro-me às condições de tráfego na BR-364.

Tive oportunidade, na semana retrasada, de me dirigir, de carro, até o Estado de Rondônia, até Porto Velho, e vi *in loco* a precária situação por que passa hoje a nossa BR-364. Os nossos empresários muito reclamam da demora das cargas para chegarem a Rio Branco e ao Estado como um todo, e um dos problemas que vemos atingir diretamente é a burocracia que hoje se encontra na nossa BR-364, sem falar na tão falada ponte do rio Madeira.

Tantas vezes já estivemos no Ministério dos Transportes, já estivemos no Dnit, junto com toda a bancada, sozinhos. Eu sei também que essa é uma luta sua, Senador Cassol. O Senador Raupp também tem nos ajudado muito para que aquela ponte saia, até porque está dentro de território rondoniense. Mas é uma ponte que mexe diretamente com a vida dos acreanos. Nós dependemos muito dessa ponte, e não justifica.

Como o senhor disse, temos hoje uma estrada que liga o Brasil ao Peru, que liga o Atlântico ao Pacífico e, infelizmente, ainda temos que cruzar uma balsa para ter acesso a essa rodovia, uma rodovia importante para o nosso País.

Eu queria também agradecer aqui as palavras do Senador Inácio Arruda, que esteve presente no Estádio PV, participando daquele jogo da solidariedade.

Hoje, o povo do Ceará passa por uma situação muito difícil: a seca que assola todo o Estado. Como ele disse, mais de 90 Municípios já foram atingidos. E o Deputado Domingos Neto, junto com o Inácio e com outros Parlamentares do Estado, convidou-nos para que estivéssemos ali fazendo esse jogo beneficente. Foi um sucesso total.

Quero agradecer ao Governador Cid Gomes, que nos recebeu no Palácio, numa festa bonita, junto

com todo o seu secretariado. Falou da situação pela qual hoje passa o Estado, por conta dessa seca, das dificuldades, mas também falou das obras que hoje o Ceará realiza.

Eu tive oportunidade de ir até o Castelhão, junto com o Romário, fiscalizar as obras, que estão bastante adiantadas. O Romário me dizia que hoje o Castelhão é um dos estádios em que as obras já se encontram muito adiantadas, se comparado com outros estádios que estão sendo reformados no nosso País.

Quero parabenizar o Governador Cid, tanto pelo seu trabalho quanto pela recepção que nos foi dada no Palácio do Governo. Eu tive oportunidade de levar esse time também ao meu Estado, por conta daquele período de alagação, quando o povo acreano passava por uma situação muito difícil. Infelizmente, o nosso Governador não teve a humildade e a capacidade de dar a recepção que foi dada pelo Governador Cid Gomes. Então, fica aqui o nosso agradecimento ao Governador.

Foi uma partida muito movimentada, um placar elástico. Ganhamos o jogo de 9x0. Eu tive a missão de marcar ali. Enxertaram o time, colocaram o Jardel, que é centroavante, e coube a mim essa missão de marcá-lo. Foi uma missão muito difícil, mas, graças a Deus, conseguimos. Mas, do outro lado, havia também o grande craque de futebol Manoel Tobias, campeão brasileiro, campeão mundial, que reforçou o nosso time, junto com o Romário, junto com o Tiririca e o Danrlei. Um time de craques mesmo. Na verdade, quem ganhou foram aqueles torcedores que foram ao Estádio PV, lá em Fortaleza. Essa é a parte boa, Sr. Presidente.

Mas o que me traz à tribuna nesta tarde noite de hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, na semana passada, recebi em meu gabinete o Deputado Adrián Oliva Alcázar e a Senadora Janine Yanes, da Convergência Nacional boliviana. Na ocasião, os parlamentares me entregaram um dossiê. O documento contém uma série de denúncias de perseguições, de prisões e até de mortes por parte do Governo Evo Morales contra congressistas, governadores, membros da oposição boliviana e até indígenas da região da fronteira. As perseguições incluem parte da população brasileira. Eu posso dizer isso, porque convivo ali, no dia a dia, na fronteira de Pando.

Face às denúncias, acompanhei os parlamentares bolivianos à audiência com o Presidente do Senado, José Sarney, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor, com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim, e com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, a minha colega e Deputada pelo meu Estado, Perpétua Almeida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os parlamentares bolivianos relataram que o Governo Evo Morales vem implantando um verdadeiro estado de exceção, já que tem o controle da maioria do Congresso Nacional, dos tribunais de justiça.

Em virtude dos fatos relatados, elaborei um requerimento, solicitando um posicionamento e providência das Comissões de Relações Exteriores e de Direitos Humanos do Senado Federal, a fim de levar as denúncias à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). O próprio Senador Paulo Paim afirmou que, frente às acusações, poderia levar as denúncias ao Parlamento do Mercosul, ao Parlasul, do qual faz parte. Da minha parte, ocupei a tribuna do Senado para tornar públicas essas denúncias e exigir do Governo brasileiro e do Itamaraty que tomem providências.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana, um outro fato de extrema gravidade veio confirmar as denúncias de violação dos direitos humanos na Bolívia. O líder da oposição boliviana, o Senador Roger Pinto Molina, do Departamento de Pando, região que faz fronteira com meu Estado, o Estado do Acre, pediu asilo político na Embaixada brasileira, lá em La Paz.

Molina é do partido Podemos e é conhecido por sua posição em defesa da democracia. Vale destacar ainda o trabalho do Embaixador brasileiro Marcel Beato, no esforço de solucionar os problemas, a fim de preservar as relações tradicionalmente amistosas com o país vizinho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação do Senador Roger Pinto Molina é um exemplo dos problemas que enfrenta a oposição boliviana, toda vez em que denuncia o autoritarismo do Governo Morales. Basta lembrar que o Senador Molina denunciou, há pouco tempo, a tentativa do governo boliviano de assentar na Província de Abunã, na fronteira do Acre com Rondônia, cerca de duas mil famílias da periferia de La Paz, para implantar o cultivo de coca em 100 mil hectares da região.

Ainda recentemente, o próprio Exército Brasileiro foi chamado às pressas, para proteger a extensa área de fronteira ao longo do Município acreano de Capixaba.

Diversas famílias brasileiras residentes no lado boliviano denunciaram a invasão de suas terras e o sequestro de benfeitorias por tropas do Governo Morales, sob o argumento de marcar a soberania boliviana, esquecendo-se da convivência pacífica que por séculos marcou os dois povos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vale ressaltar que o ex-Governador de Pando, Leopoldo Fernandes, muito conhecido no Acre, até hoje se encontra preso em La Paz, por sua firme posição em denunciar a

violação dos direitos humanos e a perseguição política na Bolívia. Não obstante, é frequente a denúncia, por parte de estudantes brasileiros residentes na Bolívia, do surgimento de taxas e impostos sem qualquer aviso ou previsão legal.

Em face do exposto, é imprescindível – e aqui fica o nosso apelo – que o Governo brasileiro venha a público, para marcar sua posição frente às denúncias de perseguições, mortes e prisões, sem qualquer sentença, de inúmeros líderes de oposição na Bolívia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil sempre teve como fundamento de sua política externa a condenação pública e veemente da violação dos direitos humanos e toda e qualquer tentativa de atentado ao Estado democrático, sobretudo quando se trata de um vizinho e membro da comunidade das nações sul-americanas. É o que esperamos e vamos cobrar do Governo brasileiro, porque a situação por que passa o nosso irmão boliviano...

Às vezes vejo alguns Senadores e Deputados Federais se preocupando tanto com o que está acontecendo no Egito, com o que está acontecendo nos países do Oriente Médio, mas, e aqui, na nossa fronteira, em um país vizinho, um país irmão nosso, com o qual sempre vivemos em harmonia, com o qual sempre tivemos uma boa relação, sempre tivemos uma relação de respeito mútuo, que hoje vive uma relação muito difícil?

Como disse aqui, neste meu humilde discurso, tivemos o prazer de receber a Senadora e o Deputado Federal, e eles já faziam o relato da difícil situação. Agora, para nossa surpresa, ainda nesta semana, o Senador pediu asilo político na nossa embaixada.

Quero aqui parabenizar, enaltecer a atitude do nosso embaixador em território boliviano, em La Paz, para ser bem preciso, e agradecer a atenção que ele tem dispensado ao Senador, que hoje se encontra na embaixada.

Hoje, recebi vários telefonemas de amigos de políticos bolivianos, preocupados tanto com a questão política quanto com a questão física. São várias as ameaças de morte que o Senador tem recebido. São ameaças em todos os sentidos. E posso falar porque conheço aquela região de Pando. O Senador tem um trabalho importante naquela região. Ele foi sempre uma pessoa que tentou estreitar essa relação com o Parlamento brasileiro.

Assim, neste momento de dificuldade por que passa o Senador Roger Pinto Molina, gostaríamos, desta tribuna do Senado brasileiro, de prestar a nossa solidariedade, porque sabemos da dificuldade que não só ele, mas também os outros parlamentares que hoje fazem oposição ao governo boliviano estão pas-

sando. E nós, do Parlamento brasileiro, do Senado e da Câmara dos Deputados, precisamos estar atentos para esse momento de ameaça à democracia por que passa o parlamento boliviano.

Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, tenho certeza de que o senhor também conhece os problemas, até porque o Estado de Rondônia faz fronteira com a Bolívia, com a região de Beni. A Senadora que recebemos aqui, na semana passada, representa o Departamento de Beni, e ela me falava de sua preocupação e da boa relação que sempre teve com o Estado de Rondônia.

Concedo um aparte ao nobre Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Sérgio Petecão, ouvi V. Ex^a transmitir sua preocupação com respeito aos membros do Congresso Nacional da Bolívia que solicitaram abrigo na Embaixada do Brasil em La Paz. No início da tarde, ainda quando estávamos no Conselho de Ética, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor, manifestou sua preocupação com essa notícia. Acredito que nós, Senadores, em especial os membros da Comissão de Relações Exteriores – e eu sou um deles –, devemos, sim, inteirar-nos dos fatos. Acredito que o Ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, em diálogo com nosso Embaixador do Brasil na Bolívia, esteja tomando as providências cabíveis, que, ao mesmo tempo, possam significar um diálogo construtivo, respeitoso para com o Governo do Presidente Evo Morales e que possamos verificar que sejam resguardados os direitos à cidadania, à liberdade de expressão, que são próprios da democracia e dos propósitos de maior grau de liberdade, de democracia, em todos os países das Américas. Então, quero aqui transmitir a V. Ex^a que essa é uma preocupação de todos nós, Senadores. Eu não conheço bem os detalhes do que ocorreu, ouvi a manifestação de V. Ex^a sem ainda conhecer os detalhes. Acho que V. Ex^a conhece a situação melhor do que eu, ainda mais porque mencionou que esses parlamentares estiveram aqui presentes há poucos dias. É importante que não ocorra um problema diplomático de maior monta entre o Brasil e a Bolívia, até porque somos países amigos. Assim como o Presidente Lula tinha uma ótima relação com o Presidente Evo Morales, a Presidenta Dilma Rousseff tem uma ótima relação com o Presidente Evo Morales. Eu fui um dos Senadores que estiveram na posse do Presidente Evo Morales na primeira vez em que ele foi eleito e testemunhei que o Presidente Lula também esteve em sua posse, assim como o Presidente Evo Morales esteve na posse do Presidente Lula e esteve no Brasil em algumas ocasiões. Então, acredito que tudo contribui para que esse problema seja resolvido diplomaticamente. Portanto, Senador Petecão, eu acho

importante que V. Ex^a tenha trazido o tema para o Senado, inclusive acredito que, na reunião da Comissão de Relações Exteriores desta quinta-feira, teremos a oportunidade de fazer o encaminhamento adequado e, quem sabe, chegarmos a uma solução amigável para o caso. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Agradeço o aparte do Senador Eduardo Suplicy, bem como sua sensibilidade em dirigir-se ao plenário para que pudéssemos debater este assunto.

Uma das questões mais observadas pelos parlamentares que aqui estiveram é que eles não querem discutir essa questão política. Nós não queremos, de forma alguma, ferir a soberania do país boliviano. O que eles querem é chamar a atenção para o problema que está acontecendo na Bolívia. Parece que está tudo normal e não está. Para que um Senador se dirija à Embaixada brasileira e tome a atitude de pedir exílio lá em Embaixada, constata-se que a situação não está normal, porque o Exército brasileiro tem verificado que os brasileiros que estão na divisa sempre viveram, ao longo desses mais de cem anos, em harmonia, Senador Eduardo Suplicy.

Ressalto a atenção dada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor, pois, quando o procuramos, ele de pronto colocou a Comissão à disposição para que nós pudéssemos trazer este debate à tona. O que não pode acontecer é os parlamentares bolivianos que hoje estão ali nesse enfrentamento com Evo Morales, que fazem oposição a ele – e oposição é bom para a democracia – serem tratados da forma como estão sendo tratados.

Agradeço-lhe o aparte e finalizo agradecendo ao Presidente Ivo Cassol pela oportunidade. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Obrigado, Srs. Senadores.

Compactuo com o Senador Petecão essa preocupação, uma vez que o nosso Estado de Rondônia tem uma faixa de fronteira de 1.400 km com o país vizinho, a Bolívia, e infelizmente nós assistimos, nos últimos anos, a esta situação de brasileiros que lá vivem. Agora estamos vendo, neste novo milênio, situações que muitas vezes acontecem no Iraque, em tantos outros lugares e também aqui perto.

Então, é importante a participação do Governo brasileiro e seus Ministros visando interferir e não deixar que esse abuso venha a sobreviver e impor da maneira que está sendo imposto.

Portanto, agradeço a sua participação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Em votação o **Requerimento nº 495, de 2012**, do Senador Rodrigo Rollemberg, que requer licença para

ausentar-se dos trabalhos da Casa para participar de diligência da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, na cidade de Cuiabá, no dia 31 de maio de 2012, conforme Plano de Trabalho da Subcomissão aprovado em 5 de abril de 2012.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 495, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no dia 31 de maio do corrente ano, quando participarei de diligência da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, na cidade de Cuiabá/MT, com o objetivo de vistoriar obras da Copa do Mundo de 2014, conforme Plano de Trabalho aprovado. – Senador **Rodrigo Rollemberg**.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 8, de 2102**, na origem, do Presidente da Comissão de Especialistas, criada por meio do Ato do Presidente do Senado Federal, nº 11, de 2012, com objetivo de analisar questões federativas, que solicita a prorrogação dos trabalhos pelo prazo de 90 dias.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam a prorrogação por mais 90 dias da Comissão de Especialistas – Pacto Federativo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 8/2012 – CEAQF

Brasília, 29 de maio de 2012

Assunto: Prorrogação da Comissão de Especialistas – Pacto Federativo

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, com amparo no Art. 76, § 1º, I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da “Comissão de Especialistas, criada por meio do Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2012, com o objetivo de analisar questões federativas”, pelo prazo de noventa dias.

Atenciosamente, – Senador **Nelson Jobim**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, Líder do Partido dos Trabalhadores, antes de encerrarmos os trabalhos deste dia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e quero, na noite de hoje, trazer aqui uma discussão extremamente importante, no momento, inclusive, em que o Copom iniciou mais uma jornada e se discute, efetivamente, a taxa básica da nossa economia.

É bom lembrar que não só há uma expectativa muito grande da redução, mais uma vez, da nossa taxa Selic, como também associado a um processo que recentemente, meu caro Presidente, todos nós assistimos, de medidas adotadas pelo Governo em relação à poupança – óbvio que garantindo todas as condições –, usando o critério da taxa Selic como referência. Portanto, a expectativa de todo o mercado e a expectativa, inclusive, do nosso Governo vai na direção de uma redução, mais uma vez, da escalada da taxa Selic. Essa é a quarta reunião, se não me falha a memória, do Copom, no ano, para tomar uma posição acerca dos parâmetros da economia.

E aí nesse mesmo caminho eu diria que há em curso uma outra necessidade e uma aspiração antiga de todos os brasileiros, principalmente daqueles que olham para a economia e aguardam soluções para o crescimento e, mais ainda para aqueles que, olhando a economia, esperam uma redução da carga tributária. Eu me refiro à modernização desse sistema tributário nacional. Portanto, a aspiração dos contribuintes, em primeira escala e, claro, a aspiração de todo o empresariado brasileiro. Dos primeiros, eu diria, pela própria questão dos empresários que citei aqui, eles sempre têm uma expectativa da produtividade da economia, dos cidadãos, ou seja os contribuintes, para que essa mudança efetivamente abra, descortine, amplie o espaço de acesso aos bens de consumo – óbvio que com preço bem mais reduzidos, com taxa de juros muito menores.

E eu diria um terceiro ator nessa história, o Governo, para dispor inclusive de um sistema muito mais ágil e, ao mesmo tempo, imune às fraudes.

Tendo em vista esse enorme cipoal de leis em que o sistema tributário se encontra amparado ou até poderia dizer desamparado, é importante que a gente reavalie a forma de discutir esse sistema tributário. Por diversas vezes tentamos reformá-lo em bloco. Não obtivemos êxito. Os interesses – e aí muitos e não menos contraditórios – têm impedido ao longo de toda essa

trajetória, principalmente nas últimas décadas, a implantação de um sistema tributário, de um sistema de impostos que responda com equidade, com ajuste e que vá ao encontro das necessidades do contribuinte e, principalmente, das demandas em nosso País. E que esse sistema pudesse responder com essa equidade, e que, efetivamente, União, Estados, Municípios e, claro, empresários e cidadãos aguardam ansiosamente pela sua reformulação.

Esse cenário, em que nada se resolve, porém, tem uma outra possibilidade ou se vislumbra uma outra possibilidade de mudança. O Governo da Presidenta Dilma Rousseff tem conseguido, de forma pontual, fazer alterações na estrutura tributária do nosso País, de tal forma que vai até agradando gregos e troianos. Reunindo setores específicos da economia, colocando na mesma mesa, para um debate franco e aberto, representantes dos interesses do empresariado, consumidor, poder público, em diferentes esferas. É importante citar isso.

O Governo vem aos poucos realizando o que até pouco tempo atrás, levando-se em consideração as transformações que vivenciamos neste País com a redemocratização, todo mundo achava impossível: vencer a inércia ou, de uma forma muito mais consolidada, a resistência às barreiras. Vencer os obstáculos que sempre se colocam de forma muito vigorosa diante da possibilidade de mudanças e até romper a cultura.

A reação à mudança é muito mais forte, principalmente por parte de governos federais. Na medida em que o governo arrecada, ter a possibilidade de mexer e ver cair a arrecadação, é natural que a estrutura – com todo respeito a eles, mas a estrutura de técnicos do governo é uma estrutura muito preparada para arrecadar –, efetivamente, tende a tornar-se uma estrutura conservadora e preparada para tramar, de forma sempre constante, contra as mudanças.

Uma desoneração aqui, um outro incentivo acolá, uma compensação adiante, isso tem possibilitado um certo nível de flexibilização na estrutura de impostos até então intocáveis, para melhorar não apenas o funcionamento, mas o próprio desempenho da nossa economia.

Os percentuais de crescimento do Produto Interno Bruto, a redução dos índices de desemprego, o aumento da renda do trabalhador, enfim, o funcionamento positivo da economia, em oposição à paralisação das grandes economias mundiais tendo em vista uma das maiores crises que o mundo enfrenta, atesta essa mudança, o sucesso efetivo daquilo que se tem empreendido de forma diferente neste eventual momento do País.

Começam a ser vencidos os desafios, como baixo custo do emprego. E considero fundamental acentuar isso aqui, ou seja, o baixo custo do emprego em países com forte presença no mercado internacional, embutindo um subsídio nem sempre percebido pelo consumidor ao se deparar com preços internos mais elevados do que os praticados inclusive em outros países.

Reduzir o custo do emprego no Brasil em determinados setores da economia passou então a ser uma questão de vida ou morte para muitas empresas, sujeitas à competitividade, à inovação. A maior parte dessas empresas são as que têm mão de obra intensiva.

O problema precisava ser enfrentado, mas sem a nefasta regra de pagamento de salários aviltantes, como é a prática comum inclusive em alguns lugares para além do nosso Brasil, que concorrem diretamente com empresas nossas e, portanto, dentro das nossas fronteiras.

A engenhosa situação encontrada pelo Governo Dilma foi, por exemplo, a desoneração. A solução empreendida, neste momento, vai na direção de mexer num dos pontos cruciais: desonerar a folha de pagamento. De tal forma que não se mexeu no valor do salário, ou seja, não se comprimiu a renda e, ainda por cima, ampliou-se o mercado de trabalho, inclusive via formalização de grandes contingentes que viviam na informalidade.

Recordo-me, inclusive, ainda na Câmara dos Deputados, do longo debate que travamos sobre a questão, principalmente, do empreendedor individual, figura muito conhecida do Brasil, pela sua proeza de ocupar as ruas, as calçadas, as feiras; enfim, de ousar, de andar pelo Brasil adentro como bandeirantes. Em alguns lugares até como retirantes e, em outros, como desafiantes do dia a dia, figuras que até então eram mantidas à margem da economia. E esse programa foi exitoso, um programa forte que trouxe para o núcleo da economia, mas ao mesmo tempo devolveu a essas pessoas a segurança com a questão previdenciária.

As empresas dos setores beneficiados com a medida, a desoneração, deixaram de recolher a contribuição patronal de 20% sobre a folha de salários e passaram a contribuir para os cofres da Previdência Social com um percentual entre 1% e 2% sobre o faturamento. Com isso, ganharam as empresas, que tiveram reduzidos os seus custos de contratação; ganharam os trabalhadores, com novos postos de trabalho e principalmente com o aumento ou a manutenção da renda; ganhou o Governo, que teve a desoneração da folha compensada pelo aumento da formalização do trabalho, resultando, inclusive, em uma maior arrecadação para a Previdência. Então, essa gente que vivia à margem da economia, que vivia literalmente na peri-

feria da nossa economia, esses milhões de brasileiros passaram a contribuir com a Previdência.

Cinco meses após a adoção da medida, a desoneração da folha de salários é bem avaliada pelas empresas. No setor de confecções, por exemplo, um dos mais afetados pela concorrência mundial, principalmente a concorrência asiática, o alívio no caixa permitiu às empresas investir em novos equipamentos, ampliando assim sua área de negócios. E na área de tecnologia da informação houve uma grande queda da informalidade.

E por falar em seguridade social, não custa lembrar que nós aprovamos, nas duas Casas, o Funpresp – Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público, o qual, no longo prazo, terá a capacidade de trabalhar o equilíbrio das contas da Previdência Social.

Ainda nessa mesma linha de análise do resultado da economia e o seu impacto e de como podemos mensurar os seus efeitos positivos, encontramos também o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego, o qual nos mostra claramente que o estoque de postos de trabalho na indústria de confecção teve, este ano, um crescimento de 5.417 vagas, recuperando grande parte do número de demissões ocorridas no ano passado.

Outra reforma pontual que a União negociou com os Estados foi a aprovação da Resolução 72, que resultou no fim da chamada Guerra dos Portos ao eliminar os incentivos estaduais às exportações e dar ao mesmo tempo uma largada para a reforma do ICMS. Eu diria que foi o ponto de partida, não sei se ainda em alta velocidade, mas pelo menos tendo a condição de largar com coragem para enxergar por onde nós vamos andar e de que maneira poderemos dialogar com determinadas áreas da economia, para promover ajustes e ao mesmo tempo ampliar a capacidade dessa economia, buscando seu crescimento.

Depois de promover a redução dos juros praticados pelo mercado financeiro diante de uma nova postura dos bancos oficiais, o que levou bancos privados a seguirem pelo menos próximos da trilha – se não quiserem seguir na mesma trilha –, o Governo alterou a forma de remuneração da caderneta de poupança para evitar eventuais obstáculos na continuidade da guerra do combate aos juros.

Agora o Governo trabalha em mais um projeto para modernizar o sistema tributário, contribuindo com a ampliação da eficiência da economia brasileira. As reformas que estão no forno ou a caminho – podemos analisar desse jeito – são as da Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – e do PIS – Programa de Integração Social –, reconhecida-mente dois dos mais complexos impostos do nosso sistema tributário.

A Cofins e o PIS são tributos cobrados de forma diferenciada que incidem na cadeia produtiva nas formas cumulativa e não cumulativa. Nessa forma não cumulativa, mais nova e que abrange a maioria das empresas, a contribuição recolhida em uma etapa da cadeia produtiva vira crédito a ser compensado exatamente na etapa seguinte.

Mas como nem tudo o que a empresa recolhe sobre insumos da cadeia produtiva lhe é ressarcido, criam-se exceções que acabam compondo um grande complicador para a geração e o recolhimento do tributo. Isso acaba exigindo das empresas a criação de uma estrutura só para administrar distorções. Aí até aparecem as consultorias, uma série de coisas que vão, de certa maneira, apresentando-se como solucionadoras desses entraves, mas que, por outro lado, criam mais despesas.

De acordo com os estudos que estão sendo elaborados ou pelo menos entabulados, deverá ocorrer a fusão da Cofins e do PIS, da qual resultará uma nova contribuição, com um sistema de cobrança mais simples. Na nova contribuição, tudo que for cobrado na cadeia produtiva passará a gerar crédito, eliminando, portanto, essa atual e grande confusão.

A mudança não tem por objetivo simplificar apenas a vida das empresas, já que a própria Secretaria da Receita Federal terá facilitado o seu trabalho de fiscalização, mediante, é lógico, um novo campo a ser incluído na nota fiscal eletrônica – é importante a utilização da inovação tecnológica –, destinado a informar a aquisição de insumos nessa cadeia produtiva. Portanto, congregam-se informações num único instrumento, num único momento. Com essa inovação tecnológica, você pode agregar as informações de maneira muito mais reduzida no que diz respeito aos custos de processamento e às próprias etapas para se consolidar essa nova prática.

As reformas que estão ocorrendo no sistema tributário, portanto, visam ao seu aperfeiçoamento – buscamos não a perfeição, mas um sistema tributário justo –, à facilitação da vida das empresas, dos cidadãos e da própria fiscalização, sem que isso signifique, necessariamente, renúncia fiscal.

Aliás, esse é um caminho a ser evitado. Já está provado que a ampliação, o alargamento da base de contribuintes – já foi citado por mim neste pronunciamento o grande exemplo da inclusão de toda essa massa que vivia na periferia da economia, o chamado empreendedor individual – pode reduzir sobremaneira a carga tributária sem necessariamente prejudicar a arrecadação. A desoneração da folha de salários é um bom exemplo, pois acabou aumentando, inclusive, a receita previdenciária.

É importante a gente lembrar que as renúncias são boas até determinado momento para o consumidor quando isso é repassado para o preço. Vide o exemplo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Por outro lado, é como se você apresentasse algo como uma mão e retirasse com a outra.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O IPI tem incidência muito forte no FPE e no FPM. Quando o IPI é reduzido, facilita-se o preço final, mas, por outro lado, também retiramos de Estados e de Municípios a condição de investimento local.

Logo, essas reformas visam a facilitar a vida, caminhando na direção de uma justeza no sistema tributário.

Já a renúncia fiscal, admissível em momentos específicos, não pode virar regra, sob pena de reduzir o tamanho do bolo tributário e, com isso, interferir diretamente na distribuição das suas fatias, com prejuízos para os investimentos públicos em infraestrutura, em educação, em segurança e em saúde, e de fazer desandar principalmente as contas de Estados e de Municípios.

A União investe, o Estado investe mais, mas é no Município que se processa efetivamente a etapa final. Portanto, é importante enxergar essa nova reformulação, mas sem tirar desse ente da Federação a capacidade de receber esses recursos, para continuar sustentando a sua infraestrutura, para continuar mantendo os serviços e para poder ousar no investimento local, gerando oportunidade, trabalho e, principalmente, renda.

Portanto, meu caro Presidente, manifestamos aqui nosso apoio aos ajustes do sistema tributário que vêm sendo feitos de forma programática pelo nosso Governo, o Governo do Partido dos Trabalhadores, comandado pela Presidenta Dilma. Esses ajustes estão paulatinamente ampliando a competitividade da nossa economia, contribuindo para que, no bolso do trabalhador, haja mais recursos, facilitando o funcionamento do Estado, melhorando a vida das pessoas e, principalmente, promovendo as condições de vida em cada local.

Encerro, dizendo isto: ninguém mora na União, meu caro Suplicy, muito menos no Estado. O cidadão mora no Município, onde ele tem CEP, onde ele tem endereço, onde ele tem a sua vida, mas onde ele precisa ter a oportunidade do trabalho, da renda e das boas condições de serviço para viver bem.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Ivo Cassol deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, prezado Senador Walter Pinheiro, do Partido dos Trabalhadores da Bahia e Líder do PT. V. Ex^a aqui coloca a importância do desenvolvimento da política econômica, que busca, ao mesmo tempo, os direitos à cidadania, a realização da justiça e maior racionalidade tributária, visando à competitividade da economia aliada à realização de justiça em nosso País.

O Senador José Pimentel já concluiu os seus pronunciamentos do dia.

Então, eu gostaria de aqui informar que nada mais havendo a tratar, apenas transmito, Senador Walter Pinheiro, que ali, em cada Município, em cada cidade, poderemos ter experiências pioneiras para que em breve, em nosso País, venhamos a ter aquilo que ainda ontem ouvi do Prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu, quando cumprimentou o Brasil por ser um dos países ou o país em que o Congresso Nacional aprovou a lei que institui a renda básica de cidadania.

Gostaríamos – e certamente gostará o Prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu – de ver a realização desse objetivo, uma vez que ele, quando em Cape Town, em 2006, conclamou a todos os presentes no XI Congresso Internacional da Basic Income Earth Network para que se instituisse uma renda básica incondicional para todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Srs. Senadores Ciro Nogueira e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no Dia Mundial de Combate à Mortalidade Materna, celebrado dia 28 de maio o Federal não poderia se eximir de prestar solidariedade justa e urgente a uma das campanhas mais legítimas em prol da vida. Novidade para mais ninguém, trata-se de uma causa complexa, que se mostra como relevante sinalizador da condição de vida das mulheres contemporâneas.

No mundo, mais de 1.400 mulheres ainda morrem desnecessariamente por dia em decorrência de complicações na gestação e no parto, de acordo com os informes recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, a morte materna ainda é uma das dez principais causas de óbito entre meninas e mulheres de 10 a 49 anos. Embora as mortes tenham caído nas últimas

duas décadas, estamos ainda longe de uma situação confortável ou minimamente aceitável.

Como previsto, as mulheres dos países mais pobres têm 36 vezes mais risco de morrerem de causas decorrentes da gestação do que as dos países ricos. Segundo a direção do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), tais alarmantes dados persistem em patamares bem acima das metas de redução adotadas pela instituição. Por isso mesmo, seus dirigentes defendem uma atenção maior aos cuidados de obstetrícia em áreas rurais, zonas de conflitos e entre mulheres portadoras do vírus HIV.

Não por acaso, 99% das 358.000 mortes maternas notificadas em 2008 ocorreram nos países em desenvolvimento, e mais de metade foi na África Subsaariana. Para que o índice de mortalidade materna chegue aos níveis almejados pela ONU, seria necessário um declínio de 5,5% ao ano até 2015. Contudo, mesmo com melhoras associadas ao treinamento de parteiras, serviços de planejamento familiar e atendimento obstétrico e pós-natal, o ritmo de declínio, desde 1990, quando ocorreram 546.000 mortes maternas, foi de apenas 2,3% ao ano.

Na visão do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, diante desse quadro, seriam necessárias dezenas de bilhões de dólares por ano até 2015 para que fossem cumpridas as Metas do Milênio relativas à saúde.

Sr. Presidente, não podemos simplesmente aceitar essa situação intolerável, inaceitável, em que muitos milhões de mulheres morrem desnecessariamente. Como bem frisou a direção do Banco Mundial em declaração recente, todas as lideranças mundiais devem ajudar famílias pobres a terem acesso a cuidados médicos, o que inclui planejamento familiar, tratamento obstétrico de emergência e monitoramento pós-natal – o que é fundamental para reduzir ainda mais a mortalidade materna. Não de menor relevância, as quatro principais causas de mortalidade materna são hemorragias pós-parto, infecções, distúrbios hipertensivos e abortos malfeitos.

No Brasil, o quadro já foi pior. Graças, no entanto, às ações governamentais nas últimas décadas, a situação assumiu gradativamente ares menos trágicos em nossas cidades. Medidas de caráter médico-assistencial e de esclarecimento à população feminina foram cruciais para atingir o ainda modesto arrefecimento do problema. Isso sem contar com a indiscutível melhoria nas condições de vida das brasileiras nos últimos anos.

Sintoma disso é que, a julgar pelos dados recentes, nos últimos vinte anos, nosso País fez com que a mortalidade materna caísse pela metade. No início dos anos noventa, para cada cem mil gestações com bebês nascidos vivos, 141 mulheres morriam. Já em

2010, para cada 100 mil gestações com bebês vivos, tivemos a perda de 68 mulheres. O contraste é inevitável e demonstra enorme progresso na condução das políticas públicas sanitárias em nosso território.

Tal avanço reflete, sem dúvida, melhoria no atendimento à saúde das mulheres. Segundo a Ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, houve recuo significativo em todas as causas diretas da mortalidade materna. Enquanto os óbitos relacionados à hipertensão arterial registraram queda de 66%, os referentes às hemorragias acusavam contração de quase 70%. Melhor que isso, mortes decorrentes de aborto inseguro diminuíram em mais de 80%.

Na verdade, em 2011, regrediram as mortes maternas por causas obstetrícias quando comparadas com os dados de 2010, com uma queda de 19%, confirmando um salto benéfico indiscutível. Em outras palavras, isso equivale a dizer que o Brasil conseguiu resgatar para a vida uma mulher do grupo de cada cinco que morriam por essa razão.

É evidente que isso não se deu de maneira gratuita, tampouco fruto das bençãos dos céus. Trata-se de um processo evolutivo recente, de caráter nacional com múltiplos eixos de desenvolvimento. Por exemplo, sem dúvida, o Brasil mostrou avanços inegáveis na melhoria de renda da população. Como é sabido, mais de 40 milhões de brasileiros ultrapassaram o nível de pobreza, participando hoje da composição da nova classe média.

Nos últimos anos, o rendimento médio mensal das mulheres transpôs a faixa dos 700 reais. Mais precisamente, em 2009, chegou a atingir 786 reais. Em que pese a desigualdade ainda vigente, a comparação com o rendimento médio dos homens já não é mais tão aviltante, configurando o índice de 73,4%. Isso sem mencionar que a expectativa de vida feminina ao nascer, que, em 1991, era de 70,9 anos, passou para 77,1 anos em 2009.

No âmbito educacional, o desempenho das mulheres vem avançando no ensino formal. Em 2003, apenas 5% das mulheres em busca de emprego tinham nível superior, ao passo que, em 2009, tal universo se expandiu para 8,1%, já exibindo maior escolaridade que os homens. Em suma, desde pelo menos a estabilidade do real nos meados dos anos 90, políticas públicas têm sido progressivamente adotadas no País, repercutindo positivamente na melhoria da condição de vida das mulheres.

Mesmo assim, temos que ficar atentos. O Governo da Presidenta Dilma enfrenta o desafio e o compromisso com a ONU de cumprir a Quinta Meta dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. A meta consiste

em reduzir a mortalidade materna em 75% até 2015, levando em consideração a base anual de 1990. Para tanto, o Ministério da Saúde anunciou recentemente o programa Rede Cegonha, perpassando toda a estrutura governamental da Administração atual.

No fundo, o programa Rede Cegonha se presta a fortalecer prioritariamente a qualificação das informações acerca da mortalidade materna. Tal precariedade informativa tem sido apontada pelos Comitês de Investigação da Mortalidade Materna como uma das causas mais expressivas para a permanência desse drama social no Brasil, sobretudo nas regiões mais pobres do Nordeste. Contra isso, o refinamento dos dados servirá para melhor planejar políticas públicas destinadas a garantir qualidade de vida tanto para nossas crianças quanto para nossas mães.

Para concluir, Sr. Presidente, presto homenagem tanto à Ministra Eleonora, como à Presidenta Dilma pelo bom trabalho que vêm desenvolvendo em nosso País quanto ao problema da morte materna. Creio mesmo que o maior desafio da primeira mulher Presidente do Brasil consiste em não mais aceitar que brasileiras morram em decorrência da falta de atendimento no período da gravidez, do parto e do puerpério. Tal atitude deve servir de inspiração universal, forçando outros chefes de Estado e de Governo a adotar o Dia Mundial de Combate à Mortalidade Materna como início de uma inexorável jornada política rumo à incidência zero.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a apreensão humana dos processos sociais está longe de ser perfeita. As memórias, verdadeiras ou mesmo falsas, resultam da interação entre o entendimento individual, por vezes reflexo da educação, da família, da história de vida de cada um, e entendimentos coletivos, sociais, eivados de conceitos construídos a partir das vinculações de classe, de partidos políticos, regionalismos e toda sorte de fenômenos não individuais.

Daí, existirem não apenas um, mas vários entendimentos sobre o que de fato aconteceu em determinado tempo passado.

O evento de hoje relembra um episódio marcante da história brasileira, a Abolição da Escravatura, cuja memória, construída não apenas por lembranças, mas também por esquecimentos, é rica o suficiente para ainda ser objeto de interesse do cidadão atual, razão pela qual essa relevante Sessão Solene ainda acontece.

É um momento para refletir sobre a própria escravidão em si. Uma nação do nosso porte construída em cima dos ombros do escravo. Uma relação desigual

que nos legou a riqueza tanto quanto a miséria. Uma desigualdade ainda visível 124 anos após a extinção do instituto da escravidão e 479 anos depois da chegada dos primeiros escravos africanos, destinados a Pero de Góis, Capitão-Mor da Costa do Brasil, em 1533.

A escravidão, como instituição econômica, já se encontrava em franca decadência no momento da Lei Áurea. A verdadeira sentença de morte é a combinação da Lei de Extinção do Tráfico de Escravos, de 1850, com a Lei do Ventre Livre, de 1871. A população submetida ao trabalho escravo, em condições e jornadas insalubres, tendia permanentemente ao declínio. As duas leis decretavam a impossibilidade de repor o braço escravo com a importação ou com o já baixo crescimento vegetativo.

Nem por isso, foi menos traumática para parcelas da elite rural do século XIX a libertação dos escravos, enxergada como afronta ao direito de propriedade. E o Parlamento do Império foi palco do intenso debate que se estabeleceu entre abolicionistas e escravistas. Ressalte-se, também, a luta do próprio escravo pela emancipação, configurada no dia a dia da resistência ao trabalho imposto e nas fugas individuais e coletivas, que passam a ganhar maior destaque à medida que a opinião pública urbana, mais esclarecida, aumentava a reprovação ao sistema.

Se a Lei Áurea não premiou indevidamente as elites com a reparação que os proprietários pretendiam, tampouco indenizou os escravos pelos séculos de exploração. O dia seguinte da Lei Áurea, ao que se sabe, foi pouco diferente do dia anterior em grande do País, com o trabalho rural e doméstico seguindo aparente normalidade.

O ex-escravo e seus descendentes foram incorporados na sociedade, especialmente nas cidades, para onde a dinâmica social e política foi deslocada ao longo do século XX, ainda em condição subalterna ou periférica. Ignorados pelas políticas públicas, negados em seus direitos de representação, apagados do horizonte social, renascem, novamente, como resultado de seu ganho de consciência coletiva, construção de identidade e do avanço da luta do movimento negro no Brasil.

Pela mudança no entendimento, finalmente aflorada na entrada do século XXI, fomos capazes, neste mesmo Parlamento, de propor e aprovar compensações aos descendentes dessas populações, materializada em uma crescente legislação que garante o estabelecimento de cotas, reconhecimento de títulos de propriedade aos antigos quilombos, o Estatuto da Igualdade Racial, entre outros diplomas legais.

Essa política compensatória não apaga a carga da escravidão, mas mitiga parte de seus efeitos históricos, garantido visibilidade à causa dos afrodes-

cendentes em nosso País. Feliz o dia em que este Parlamento chegar à conclusão, no futuro, de que as políticas compensatórias alcançaram plenamente seus objetivos e não são mais necessárias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, é impossível esgotar em um pronunciamento tudo que pode e deve ser dito a respeito da cicatriz histórica da escravidão africana no Brasil.

Pior ainda é constatar que o desrespeito ao trabalhador braçal em geral, uma parte dessa cicatriz, continua viva na mentalidade nacional. Por essa razão, ainda estamos, na entrada do século XXI, combatendo condições de trabalho análogas à escravidão.

A chamada Proposta de Emenda Constitucional – PEC do Trabalho Escravo está em tramitação há anos no Congresso. Originada no Senado Federal, nesta semana foi finalmente aprovada, com alterações, na Câmara dos Deputados. Deverá retornar à Casa de origem para reexame, que a sociedade exige que seja célere. Não é possível demonstrar qualquer tolerância com aqueles que ainda acham natural, de uma forma ou de outra, que o trabalho de um cidadão brasileiro possa ser explorado em condições que nos remetem a quase cinco séculos no passado.

E nosso dever parlamentar terminar o enterro da escravidão, não pelo esquecimento, mas pela severa vigilância contra o racismo, contra a exploração do trabalho infantil, contra o trabalho não remunerado e contra a desvalorização do trabalhador brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão, lembrando às Sr^{as} e aos Senadores que constará da próxima reunião ordinária deliberativa, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2012

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 470, de 2012 – RISF 338, IV)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2012 (nº 1.833/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF) e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 563, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator: Senador Rodrigo Rollemberg.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2012*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 471, de 2012 – RISF 338, IV)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2012 (nº 6.721/2010, na Casa de origem) de iniciativa do Ministério Público da União, que *transforma cargos de Promotor de Justiça Adjunto em cargos de Procurador de Justiça e de Promotor de Justiça, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*.

Parecer favorável sob nº 562, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodrigo Rollemberg.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012*.

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista*.

Parecer sob nº 1.354, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Ribeiro, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2012 (nº 4.564/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que *dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – RJ e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 524, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lindbergh Farias.

6

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 198, DE 2007-COMPLEMENTAR***(Adiada a discussão, nos termos do Requerimento nº 225, de 2012)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2007-Complementar, do Senador Renato Casagrande, que *acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001, estabelecendo prazo para a extinção de contribuição social*.

Parecer sob nº 2.016, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 71, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2012 (nº 226/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Kingston, em 1º de dezembro de 2010*.

Parecer favorável, sob nº 569, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 74, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2012 (nº 223/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da*

República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 16 de novembro de 2010.

Parecer favorável, sob nº 570, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 76, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2012 (nº 353/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por Parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas ou Postos Consulares, assinado em Brasília, em 11 de janeiro de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 571, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 81, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2012 (nº 350/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 572, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 13 minutos.)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
ATA DA 12ª REUNIÃO DE 2012

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião de 2012, convocada para o dia 23 de maio de 2012, quarta-feira, às 14h, no Plenário nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, para oitiva do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Estiveram presentes os Srs. Senadores membros do Conselho:

PMDB

Lobão Filho

Renan Calheiros

Romero Jucá

Eunício Oliveira (Suplente)

PT

Humberto Costa

Wellington Dias

José Pimentel

Anibal Diniz (suplente)

Walter Pinheiro (suplente)

PSDB

Mário Couto

Cyro Miranda

PTB

Gim Argello

João Vicente Claudino (Suplente)

PR

Vicentinho Alves

PP

Ciro Nogueira

PDT

Acir Gurgacz

PSB

Antonio Carlos Valadares

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, sobre isso, vamos dizer assim, não há o que tocar, mas eu queria só compreender como fica o cronograma a partir daqui. Vai ter...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, eu digo em relação... Nesse caso, o Sr. Carlos Cachoeira não tem mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Está bem. Ok.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) –

Ele declinou de vir e nós não temos como obrigá-lo a comparecer, por razões já apontadas em outra reunião, inclusive em decisões do Supremo Tribunal Federal que consideram que o Conselho de Ética não pode fazer isso, ou seja, trazer debaixo de vara uma testemunha, e sim um juízo ou a própria CPMI.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, só para deixar mais claro, mais entendido: com o depoimento do Senador Demóstenes Torres, qual é a sequência? Apresentação do relatório final pelo Relator?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A sequência é a seguinte: o Relator, a seu juízo, é que vai dizer quando estará pronto para emitir o seu relatório e, após esse pronunciamento ou essa decisão do Relator, está finda a fase probatória.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Vota-se o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não, daremos três dias para as alegações finais da defesa. Em seguida, cinco dias depois, receberemos então o relatório do Senador Humberto Costa, após o que o Conselho terá cinco dias para votar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Muito bem. Estamos bem no cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Votando, o processo, se aprovado, irá à Comissão de Constituição e Justiça, em primeiro lugar, antes de ir ao Plenário.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Vota-se na Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ali se avaliam os problemas de constitucionalidade, regimentalidade, se obedeceu aos trâmites da nossa Resolução nº 20. Isso se for aprovado aqui, como disse.

O advogado do Senador Demóstenes Torres, Dr. Antônio Carlos de Almeida Castro, o famoso Cacaí, deseja usar da palavra.

V. Sª tem todo o direito.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, serei bastante breve, só para ressaltar um ponto, Excelência. Na realidade, o Sr. Cachoeira não é apenas arrolado pela defesa. A imprensa está dizendo muito que ele se negou a vir falar em defesa do Senador Demóstenes. Na realidade, ele foi arrolado, em

Documentos pertinentes à 12ª Reunião de 2012 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

1 - Lista de Presença (1 fl.);

2 - Petição subscrita pelo Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos e por seus advogados Dr. Márcio Thamaz Bastos e Drª Dora Cavalcanti Cordani (1 fl.).

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**12ª REUNIÃO DE 2012**

Em 23 de maio de 2012, quarta-feira, às 14h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho	1.
João Alberto Souza	2. Vago
Renan Calheiros	3. Vago
Romero Jucá	4. Eunício Oliveira
PT	
Humberto Costa	1. Anibal Diniz
Wellington Dias	2. Walter Pinheiro
José Pimentel	3. Angela Portela
PSDB	
Mário Couto	1. Paulo Bauer
Cyro Miranda	2. Vago
PTB	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
DEM	
Jayme Campos	1. Maria do Carmo Alves
PR	
Vicentinho Alves	
PP	
Ciro Nogueira	
PDT	
Acir Gurgacz	
PSB	
Antonio Carlos Valadares	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Vital do Rêgo	

Visto: _____

Brasília, 23 de maio de 2012

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL

*juris - re as
Pecunia da
Rep n° 1, de 2012.
Em 23.05.12.*



CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 848929-1166409 SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 284.844.521-15, atualmente preso na ala da Polícia Federal do Complexo Penitenciário da Papuda (DF), vem, por seus advogados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência para declinar do convite feito para prestar depoimento à esse C. Conselho de Ética no próximo dia 23 de maio, na medida em que suas declarações poderão repercutir na Ação Penal nº 9272-09.2012.4.01.3500, em trâmite perante a 11ª Vara da Seção Judiciária de Goiás, em que figura como réu.

Termos em que,

Pede deferimento.

De São Paulo para Brasília, 21 de maio de 2012.



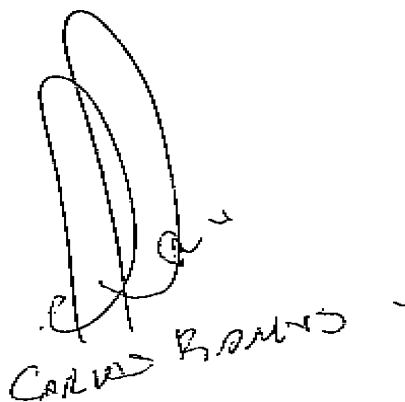
Márcio Thomaz Bastos

OAB/SP – 11.273



Dora Cavalcanti Cordani

OAB/SP – 131.054



Carlos Augusto de Almeida Ramos

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE)
Dessa forma, nada mais havendo a tratar nesta reunião, declaro-a encerrada.
Muito obrigado a todos e até a próxima terça-feira, às 9h30min.

(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 57 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
29/05/2012
terça-feira

10h45 – Recebe os agraciados do Diploma José Ermírio de Moraes
Sala de Audiência

11h – Sessão Especial destinada a conferir o Diploma José Ermírio de Moraes
Plenário

16h – Ordem do Dia
Plenário

19h – Cerimônia de posse do Ministro José Antonio Dias Toffoli no cargo de ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral - TSE
SAFS, Quadra 7 lote 1 e 2, Plenário do Edifício Sede do TSE

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e nove do mês de maio do ano de dois mil e doze, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 567**, adotada e publicada em 03 de maio de 2012, que "Altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências.", sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles, com a presença dos Deputados Henrique Fontana e Cláudio Cajado, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.


SENADOR FRANCISCO DORNELLES
Presidente

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
S/PARTIDO - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

***. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,14)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁸⁾	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(4,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (S/PARTIDO-GO) ^(3,19)	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁸⁾	
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽⁵⁾	1. Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (Of. nº 119/2011-GLDBAG).
14. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (Of. nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
18. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
19. Em 26.04.2012, foi lido expediente do Senador Demóstenes Torres comunicando ter deixado de integrar, a partir de 03.04.2012, a bancada do Partido Democratas - DEM.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾
RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Prazo final: 25/05/2012

Prazo prorrogado: 24/06/2012

MEMBROS

Gilson Dipp

VAGO ⁽²⁾

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO ⁽³⁾

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

*****. Em 22.05.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012/GMGD, de 9.05.2012, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por trinta dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 22.05.2012.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECF, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 061 33033501

E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of. nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

***. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. n° 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. n° 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB n° 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. N° 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento n° 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. n° 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB N° 093/2012).

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO
DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL (26)

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
VAGO ⁽²⁴⁾	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(8,10)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Roberto Requião (PMDB) ^(2,4,16,21,28,40)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,17,40)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16,37,40,47)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,16,40)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16,40)
Renan Calheiros (PMDB) ^(21,40)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) ^(11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão ^(41,42,43)	1. Kátia Abreu ^(30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,32,42,46)	2. VAGO ^(46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(31,34,43,46)	4. VAGO ^(46,49)
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. VAGO ^(46,49)
Romero Jucá (PMDB) ^(46,49)	6. VAGO ^(23,46,49)
Valdir Raupp (PMDB) ^(46,49)	7. VAGO ^(11,46)
Waldemir Moka (PMDB) ^(46,49)	8. ⁽⁴⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ^(46,49)	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,27)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁷⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,26)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,27)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).

6. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

26. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(2,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
2. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁹⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(9,11)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,8)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹²⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,8,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁶⁾	
(11)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

16. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
VAGO ^(2,13,28,29,30,41)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(31,34,42)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,32)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(7,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ^(19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹⁾	1.
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
42. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

- Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 - Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. VAGO ^(13,14,15,22)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Blairo Maggi (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
 3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
 9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
 10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
 11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
 12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁷⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. ⁽²⁰⁾
PSD	
Kátia Abreu ^(28,31)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (OF. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (OF. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (OF. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.

28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.

29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.

30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).

31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI n° 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(4,5)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).

2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).

3. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

4. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).

5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,24,28,32,36)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
VAGO ^(22,23,24,26,31)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoría (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 481/2011 - GSMB).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.
8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,10)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
11. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

12. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO ^(28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO ^(26,27,29,36)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(24,34,35)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽²⁴⁾
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³³⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozanildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes****Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,18)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(6,7)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽³⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 28/05/2012

Notas:

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
3. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
6. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
7. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (S/PARTIDO/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)****1ª Designação:** 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(9,16)
PT
Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
VAGO ^(8,14,15)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
VAGO ^(4,11)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE) (7)
PSD
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
VAGO ^(11,21,22)
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
VAGO ^(14,15)
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ^(1,19,20)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)
PSD

PPS**PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 26/04/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of.ºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
22. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾
DEM
PR
Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾
PSB
João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾
PSC
PSD

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPB n° 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽³⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSC**PSD**

Kátia Abreu (TO) ⁽⁸⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁷⁾

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

COMPOSIÇÃO ²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves⁴

Instalação: 27-3-2012

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3.
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA)
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO)	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ⁷	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ²
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. ^{2 e 7}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor ⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público ou relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-20**Designação da Comissão:** 14-12-20**Instalação da Comissão:** 8-2-20**Prazo final da Comissão:** 19-8-20**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8 e 12}	1.
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente:
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Wellington Dias (PT/PI)
Humberto Costa (PT/PE)	2. Jorge Viana (PT/AC)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Walter Pinheiro (PT/BA)
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Acir Gurgacz (PDT/RO)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1.
Vicentinho Alves (PR/TO)	2.
PSD¹	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Sibá Machado (PT/AC)
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Domingos Sávio (PSDB/MG)
Fernando Francischini (PSDB/PR)	2. Rogério Marinho (PSDB/RN)
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Glauber Braga (PSB/RJ)
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Júnior (PCdoB/PI)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Assis Melo ¹¹	Manuela D'ávila ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

12- Designada para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 274 páginas
(OS: 12337/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

